

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA**



**POR UMA TERRA DE (E PARA) TODOS:  
INTRODUÇÃO AO GEOFILOSOFAR.**

**PAULO IRINEU BARRETO FERNANDES**

Uberlândia/MG

2023

PAULO IRINEU BARRETO FERNANDES

**POR UMA TERRA DE (E PARA) TODOS:  
INTRODUÇÃO AO GEOFILOSOFAR.**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção de título de doutor em Filosofia.

Área de Concentração: História, Sociedade e Cultura.

Orientador: Profa. Dra. Georgia Cristina Amitrano.

Uberlândia/MG

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F363 Fernandes, Paulo Irineu Barreto, 1966-  
2023 Por uma Terra de (e para) todos: Introdução ao  
Geofilosofar. [recurso eletrônico] / Paulo Irineu  
Barreto Fernandes. - 2023.

Orientadora: Georgia Cristina Amitrano.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Doutorado em Filosofia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.613>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Filosofia. I. Amitrano, Georgia Cristina ,1967-,  
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Doutorado em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



## ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Tese de Doutorado, 002/23, PPGFIL				
Data:	Quatorze de dezembro de dois mil e vinte três	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	11923FIL008				
Nome do Discente:	Paulo Irineu Barreto Fernandes				
Título do Trabalho:	Por uma Terra de (e para) todos: introdução ao Geofilosofar				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	História, Sociedade e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Força de lei, biopolítica e exceção: política e ética no pensamento contemporâneo				

Reuniu-se na Sala 1U 106, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Humberto Aparecido de Oliveira Guido (PPGFIL/UFU); Rosselvelt José Santos (IG/UFU); Eduardo José Marandola Junior (UNICAMP); Rose Dayanne Santos de Brito (UFPR); Georgia Cristina Amitrano orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Georgia Cristina Amitrano, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Cristina Amitrano, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/12/2023, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rossvelt José Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/12/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rose Dayanne Santos de Brito, Usuário Externo**, em 22/01/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo José Marandola Junior, Usuário Externo**, em 25/01/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/02/2024, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5038762** e o código CRC **0DC9F8CB**.

## DEDICATÓRIA

*À Telma Cristina e Bruno Irineu, pelo carinho e paciência com que compreenderam as ausências e as noites em claro que esta tese exigiu.*

*Aos meus pais, Manoel Irineu Fernandes e Nelcy Barreto Fernandes.*

*À minha orientadora no doutorado, Profa. Dra. Georgia Cristina Amitrano, cujo primeiro nome indica “aquela que trabalha para a boa condução da Terra (Geo)”.*

*E a todos os meus familiares, amigos, amigas, colegas, alunos e alunas, que tanto contribuíram para que esta tese pudesse ser realizada.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Eterno Criador e às divindades, nos quais acredito e confio.

Aos meus antepassados, sem os quais a minha pessoa não existiria.

Aos meus pais, Manoel Irineu Fernandes e Nelcy Barreto Fernandes, minhas irmãs, Madalena, Márcia, Cláudia, Renata e seus cônjuges e filhos.

A Telma e Bruno, para eles e por eles eu vivo e a eles dedico tudo o que faço.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

Aos corpos docente, técnico e discente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia (UFU). Em especial aos professores Sertório de Amorim e Silva Neto, Rubens Garcia Nunes Sobrinho e Anselmo Tadeu Ferreira e à secretária Andréa de Castro Rodrigues, pela colaboração nesses quatro anos.

Aos colegas do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia, em especial à Professora Déborah Bonnas e aos Professores Ruben Carlos Benvegna Minussi, Ednaldo Coutinho, Heliomar Baleeiro e Sérgio Maia.

Aos meus alunos e ex-alunos que, com os seus questionamentos, me levaram a leituras que contribuíram para a redação deste trabalho.

A todos os meus bons professores e boas professoras, nos quais me inspirei desde os primeiros anos escolares.

Aos amigos do Lagecult (IG/UFU), onde iniciei os meus estudos em Geofilosofia.

Ao Professor Rafael Cordeiro Silva por ter me orientado na especialização e no mestrado.

Às Professoras Teodora Tomassetti e Caterina Resta e ao Professor Sandro Gorgone, que tão gentilmente nos acolheram em Roma e Messina - Itália, em 2017.

À Professora Patrizia Spinato e a todos os integrantes do Cnr Isem Milano, Milão - Itália, pela parceria.

À Professora Dra. Rose Dayanne Santos de Brito e aos Professores Drs. Eduardo José Marandola Junior, Humberto Aparecido de Oliveira Guido e Rosselvelt José Santos, por aceitarem o convite para comporem a banca de defesa.

E um agradecimento especial à Professora Dra. Georgina Cristina Amitrano, minha orientadora, pela amizade, confiança e valiosa colaboração na pesquisa e desenvolvimento desta tese.

*Terra  
Terra  
Por mais distante  
O errante navegante  
Quem jamais te esqueceria?*

*De onde nem tempo, nem espaço  
Que a força mande coragem  
Pra gente te dar carinho  
Durante toda a viagem  
Que realizas no nada  
Através do qual carregas  
O nome da tua carne*

*Terra  
Terra  
Por mais distante  
O errante navegante  
Quem jamais te esqueceria?*

*(Terra, Caetano Veloso)*



## RESUMO

Esta tese de doutoramento tem como principal objetivo introduzir o “geofilosofar”, entendido como abordagem teórica, campo de estudo e modo de aproximação horizontal entre conhecimentos e áreas, com o intuito de possibilitar um novo olhar – geofilosófico – para problemas inerentes ao viver humano sobre a Terra. O ponto de partida é o conceito “geofilosofia”, apresentado por Deleuze e Guattari no livro *O que é a filosofia? (Qu'est-ce que la philosophie?)*, cujo objetivo fundamental é afirmar a relação de imanência entre a filosofia e a terra: portanto, trata-se de uma “Filosofia da [e sobre a] Terra”. A pertinência do conceito introduzido pelos autores franceses provocou um grande interesse em muitos intelectuais, dentre os quais destacamos Caterina Resta, Luisa Bonasio, Massimo Cacciari e Rodolphe Gasché, possibilitando desdobramentos que nos permitem afirmar que já estamos lidando com distintas geofilosofias e não somente com uma. Além disso, nossos estudos conduziram à proposição de que autores e autoras do passado e contemporâneos/as, dentre os quais, destacam-se Christine de Pisan, Erasmo de Roterdã, Giordano Bruno, Zera Yacob, Miroslav Milovic, Milton Santos e Carolina Maria de Jesus, já traziam em seus escritos um “embrião” geofilosófico. No entanto, a conjectura de que a geofilosofia pode constituir, por si mesma, um campo próprio de estudos e uma área específica de pesquisa encontra também quem não a referende; como Marco Baldino, que afirmou “a geofilosofia nada mais é do que uma simples declinação do pós-moderno: desconfie de tudo o que foi adquirido até ontem”. Nesta direção, propomos a seguinte questão, que é central nesta tese: “Pode a geofilosofia constituir uma nova área de pesquisa?”. Para respondê-la, também com fundamento em Deleuze e Guattari, para os quais a filosofia é a arte de formar, inventar, e fabricar conceitos, introduzimos o verbo/conceito “geofilosofar”, como corolário de uma pesquisa conceitual – precedida pelos devidos prolegômenos e acompanhada de exemplos e estudo de caso – que nos permitiu afirmar: “Sim, a geofilosofia constitui-se em um campo próprio de pesquisa, que busca na compreensão e na prática da alteridade, meios para a superação do *status quo* capitalista”.

**Palavras chave:** Geofilosofia, Filosofia, Alteridade, Terra, Geofilosofar.

## RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat a pour objectif principal d'introduire le « geophilosopher », comprise comme une approche théorique, un domaine d'étude et un mode d'approximation horizontale entre connaissances et territoires, dans le but de permettre un nouveau regard – géophilosophique – sur les problèmes inhérents à la vie humaine, sur le terrain. Le point de départ est le concept de « géophilosophie », présenté par Deleuze et Guattari dans l'ouvrage *Qu'est-ce que la philosophie?* (*Qu'est-ce que la philosophie?*), dont l'objectif fondamental est d'affirmer le rapport d'immanence entre la philosophie et la terre: il s'agit donc d'une « Philosophie de [et de] la Terre ». La pertinence du concept introduit par les auteurs français a suscité un grand intérêt chez de nombreux intellectuels, parmi lesquels on distingue Caterina Resta, Luisa Bonesio, Massimo Cacciari et Rodolphe Gasché, permettant des développements qui permettent d'affirmer que nous avons déjà affaire à des géophilosophies différentes et pas seulement avec un. En outre, nos études ont conduit à la proposition que les auteurs passés et contemporains, dont Christine de Pisan, Erasmus de Rotterdam, Giordano Bruno, Zera Yacob, Miroslav Milovic, Milton Santos et Carolina Maria de Jesus, avaient déjà un « embryon » géophilosophique dans leur écrits. Cependant, la conjecture selon laquelle la géophilosophie peut constituer, en elle-même, son propre champ d'étude et un domaine de recherche spécifique trouve également ceux qui ne l'approuvent pas; comme Marco Baldino, qui affirmait que « la géophilosophie n'est rien d'autre qu'une simple déclinaison du postmoderne: se méfier de tout ce qui a été acquis jusqu'à hier ». Dans ce sens, nous proposons la question suivante, centrale dans cette thèse: « La géophilosophie peut-elle constituer un nouveau domaine de recherche ? ». Pour y répondre, en s'appuyant également sur Deleuze et Guattari, pour qui la philosophie est l'art de former, d'inventer et de fabriquer des concepts, nous introduisons le verbe/concept « geophilosopher », comme corollaire de la recherche conceptuelle – précédé des prolégomènes appropriés et accompagné par des exemples et des études de cas – qui nous ont permis d'affirmer: « Oui, la géophilosophie constitue son propre champ de recherche, qui cherche dans la compréhension et la pratique de l'altérité, les moyens de dépasser le statu quo capitaliste ».

**Mots clés:** Géophilosophie, Philosophie, Altérité, Terre, Geophilosopher.

## ASTRATTO

Questa tesi di dottorato ha come obiettivo principale quello di introdurre il «geofilosofare», inteso come approccio teorico, campo di studio e modalità di approssimazione orizzontale tra saperi e ambiti, con l'obiettivo di consentire un nuovo sguardo – geofilosofico – sui problemi inerenti alla vita umana sulla terra. Il punto di partenza è il concetto di «geofilosofia», presentato da Deleuze e Guattari nel libro *Che cos'è la filosofia?* (Qu'est-ce que la philosophie?), il cui obiettivo fondamentale è affermare il rapporto di immanenza tra la filosofia e la terra: si tratta, quindi, di una «Filosofia della [e sulla] Terra». L'attualità del concetto introdotto dagli autori francesi ha suscitato grande interesse tra molti intellettuali, tra i quali si segnalano Caterina Resta, Luisa Bonesio, Massimo Cacciari e Rodolphe Gasché, consentendo sviluppi che permettono di affermare che siamo già di fronte a diverse geofilosofie e non solo con una. Inoltre, i nostri studi hanno portato a prospettare che autori passati e contemporanei, tra cui Christine de Pisan, Erasmo da Rotterdam, Giordano Bruno, Zera Yacob, Miroslav Milovic, Milton Santos e Carolina Maria de Jesus, avevano già un «embrione» geofilosofico nella loro scritti. Tuttavia, la congettura che la geofilosofia possa costituire, di per sé, un proprio campo di studi e uno specifico ambito di ricerca trova anche chi non la sostiene; come Marco Baldino, che affermava che «la geofilosofia non è altro che una semplice declinazione del postmoderno: diffidare di tutto ciò che è stato acquisito fino a ieri». In questa direzione, proponiamo la seguente domanda, che è centrale in questa tesi: «La geofilosofia può costituire un nuovo ambito di ricerca? ». Per rispondere, ispirandoci anche a Deleuze e Guattari, per i quali la filosofia è l'arte di formare, inventare e fabbricare concetti, introduciamo il verbo/concetto «geofilosofare», come corollario della ricerca concettuale – preceduto dagli appositi prolegomeni e accompagnato da esempi e casi di studio – che hanno permesso di affermare: «Sì, la geofilosofia costituisce un proprio campo di ricerca, che cerca nella comprensione e nella pratica dell'alterità, mezzi per superare lo status quo capitalista».

**Parole chiave:** Geofilosofia, Filosofia, Alterità, Terra, Geofilosofare.

## ABSTRACT

This doctoral thesis has as its main objective to introduce “geophilosophizing” understood as a theoretical approach, field of study, and a mode of horizontal approximation between pieces of knowledge and areas, with the goal of enabling a new geophilosophical perspective on inherent problems of human life on Earth. The starting point is the concept of “geophilosophy” presented by Deleuze and Guattari in the book “What is Philosophy?” (*Qu’est-ce que la philosophie?*), whose fundamental goal is to affirm the relationship of immanence between philosophy and the Earth: therefore, it is a “Philosophy of [and about] the Earth” The relevance of the concept introduced by the French authors sparked great interest within many intellectuals, among whom Caterina Resta, Luisa Bonesio, Massimo Cacciari, and Rodolphe Gasché stand out, enabling developments that allow us to assert that we are already dealing with different geophilosophies and not just one. Furthermore, our studies have led to the proposition that both authors from the past and contemporary authors, including Christine de Pisan, Erasmus of Rotterdam, Giordano Bruno, Zera Yacob, Miroslav Milovic, Milton Santos, and Carolina Maria de Jesus, already carried in their writings a “geophilosophical embryo” However, the conjecture that geophilosophy can constitute, in itself, a distinct field of study and a specific research area also encounters dissent; as Marco Baldino stated, “geophilosophy is nothing more than a simple variation of the postmodern: be suspicious of everything acquired until yesterday” In this direction, we propose the following question, which is central to this thesis: “Can geophilosophy establish itself as a new area of research?” To answer it, also based on Deleuze and Guattari, for whom philosophy is the art of forming, inventing, and fabricating concepts, we introduce the verb/concept of “geophilosophizing” as the corollary of a conceptual research - preceded by the necessary prolegomena and accompanied by examples and case studies - that allowed us to affirm: “Yes, geophilosophy constitutes a distinct field of research, seeking in the understanding and practice of alterity, means for overcoming the capitalist status quo”.

**Keywords:** Geophilosophy, Philosophy, Otherness, Earth, Geophilosophizing.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 01</b> - Os Retirantes - Cândido Portinari (1944) .....	Capa
<b>Imagem 02</b> - Busca por assunto “Geofilosofia” .....	037
<b>Imagem 03</b> - Busca por título “Geofilosofia” .....	038
<b>Imagem 04</b> - Set de filmagem, com o Papa Francisco em destaque .....	093
<b>Imagem 05</b> - Nostalgia - Aleksandr Dobrodiy. Ucrânia, 2018. ....	095
<b>Imagem 06</b> - Nostalgia - Corazón Sánchez. Espanha .....	096
<b>Imagem 07</b> - Retirantes - Cândido Portinari (tonalidades originais) .....	098
<b>Imagem 08</b> - Casa Velha - Fazenda Belém (Arraias - To, 1983).....	100
<b>Imagem 09</b> - Abaporu: homem que come gente - Tarsila do Amaral, 1928. ....	104
<b>Imagem 10</b> - Documento sobre a escravidão na Bahia .....	108
<b>Imagem 11</b> - Praça Monastiraki - Atenas (Junho/2015). ....	162
<b>Imagem 12</b> - Rizoma. Richard Giblett (2009). ....	174
<b>Imagem 13</b> - Trecho do Jornal “A MATUTINA MEIAPONTENSE” .....	195
<b>Imagem 14</b> - Cartaz do Seminario di Geofilosofia (2017). ....	196
<b>Imagem 15</b> - Resumo de comunicação. ....	197
<b>Imagem 16</b> - Folha de rosto Grupo de Pesquisa em Geofilosofia IFTM/CNPQ. .	200
<b>Imagem 17</b> - Gráfico de desenvolvimento da tese. ....	201

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas

**ANPOF** – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

**ATINER** – Athens Institute for Education & Research

**CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**D&G** – Deleuze e Guattari

**DR** – Dilma Vana Rousseff

**IFTM** – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

**JM** – Jair Messias Bolsonaro

**LS** – Luiz Inácio Lula da Silva

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**PCNs** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PDC** – Partido Democrata Cristão

**PPGFIL-UFU** – Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**PT** – Partidos dos Trabalhadores

**UFU** – Universidade Federal de Uberlândia

**UNIME** – Università Degli Studi di Messina

## SUMÁRIO

<b>PROLEGÔMENOS</b> .....	011
<b>EXÓRDIO</b> .....	014
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	025
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 – PROLUSÃO: A(S) GEOFILOSOFIA(S)</b> .....	034
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 – GEOFILOSOFIA: ENTRE O SER E O(S) DEVIR(ES)</b> .....	050
2.1 - Geofilosofia: de Deleuze e Guattari aos dias atuais.....	050
2.1.1 - A Geofilosofia, segundo Deleuze & Guattari: um novo conceito.....	051
2.1.2 - Nietzsche: o niilismo e o deserto da (in)existência.....	059
2.1.3 - Heidegger - Ser, Habitar e Ser no mundo (Terra).....	063
2.1.4 - Milovic e a <i>Casa de Lévinas</i> .....	072
2.2 - Geofilosofia e Globalização: o devir Terra (a nova terra).....	075
2.2.1 - A Geofilosofia de Milton Santos e a Globalização.....	076
2.3 - Geofilosofia e Decolonialismo .....	081
2.3.1 - A escrita decolonial de Carolina Maria de Jesus.....	084
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 – O GEOFILOSOFAR</b> .....	088
3.1 - Um contraponto.....	088
3.2 - O método geofilosófico e o geofilosofar: uma proposta .....	089
3.3 - Geofilosofar! O que é?.....	091
3.3.1 - Geofilosofar: definição provisória .....	106
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>4 – O GEOFILOSOFAR E O DEVIR-BRASIL: ESTUDO DE CASO</b> .....	113
4.1 - O episódio <i>17 de abril de 2016</i> : uma análise geofilosófica .....	113
4.1.1 - O pronunciamento descrito em 4.1 é antidemocrático .....	115
4.1.2 - Antecedentes ideológicos do episódio descrito em 4.1 .....	119
4.1.3 - O ninho da serpente: a ideologia por trás do “mito” .....	125
4.1.4 - Direita e esquerda: O mito é de direita.....	135

4.1.5 - “Junho de 2013”, “Vem p’rá rua” e Operação lava-jato .....	141
4.1.6 - As <i>fake news</i> e influências internacionais no Brasil .....	143
4.2 - Desterritorialização e reterritorialização da alteridade: como evitar que o <i>17 de abril de 2016</i> aconteça novamente .....	145

## **EPÍLOGO**

<b>CONCEITOS GEOFILOSÓFICOS</b> .....	153
Novos conceitos geofilosóficos .....	153
Breve vocabulário geofilosófico .....	167
<b>CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS</b> .....	175
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	180
<b>APÊNDICES</b> .....	189



## PROLEGÔMENOS

*A Terra e outros astros se movem de acordo com espaços diferentes em virtude de um princípio intrínseco, que é sua própria alma. Vocês acham, pergunta Nundínio, que esta alma seja sensitiva? Não só sensitiva, disse o Nolano, mas também intelectiva. Não só intelectiva como a nossa, mas talvez ainda mais. A essas alturas, Nundínio se calou e não mais riu.*

*Prudêncio: Parece-me que a Terra, sendo animada, deve não gostar quando fazem nela grutas e cavernas, como, para nós, causa dor e desprazer quando se planta em nosso corpo um dente ou se perfura nossa carne.*

Giordano Bruno, 2009, p. 81.

O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida. § Nasce do martírio secular da Terra...

Euclides da Cunha, 1997, p. 73.

*A criação de conceitos faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma nova terra e um povo que não existe ainda.*

Deleuze & Guattari, 1992, p. 140.

*Porque “o mundo inteiro” é uma ficção. A chamada “aldeia global” não existe. É apenas uma construção.*

Milton Santos (Santos & Harazim, 2011, p. 170).

*A Geofilosofia, como a própria palavra sugere, pretende ser uma filosofia da Terra. A intenção, que em primeiro lugar a guia, é a de recuperar o terreno para o pensamento, acreditando que a determinação foi perdida.*

Caterina Resta, 2019, p. 18.

*A geofilosofia como tal, por outro lado, surge de um recuo do pensamento, nascido de um crescimento selvagem, de uma tentativa de obter não apenas um ponto de vista elevado, mas um ponto de partida tão externo, lateral e estranho quanto possível aos procedimentos do pensamento homogêneo. Pelo menos esta é sua imagem pública, sua imagem cultural. Numa perspectiva “geo”, o que aqui aparece como um conjunto de formas implausíveis, apresenta-se ora como luta contra a cultura, ora como revolta contra a política [...] (a assunção do ponto de vista da vítima e do delinquente em lugar do da comunidade e do Estado - a geofilosofia indica uma vítima absoluta, um paradigma de vítima: os ἰδιότης, os excluídos do pensamento comum, mas também o ser que se sustenta por si, o privado, o doméstico, o camponês, a mulher, o excluído da comunidade política e, finalmente, o excluído da comunidade histórica, ou seja, o ser desprovido de passado e futuro).*

Marco Baldino, 2013.

## A (uma) definição de Geofilosofia:

### Texto original em Italiano

**geofilosofia** s. f. – Indirizzo teorico e ambito di studi che si propone come sapere transdisciplinare impegnato a raccogliere e confrontare prospettive di diversa matrice provenienti dalla geografia, dalla filosofia, dall'estetica, dall'antropologia e dall'architettura. Al centro dell'interesse viene posto il tema della pluralità dei luoghi della terra a confronto con la crescente omologazione delle tecniche in un mondo globalizzato. Secondo i filosofi francesi Gilles Deleuze e Félix Guattari, che svilupparono e introdussero il concetto in *Qu'est-ce que la philosophie?* (1991; trad. it. 1996), la g. analizza e interpreta «come il pensiero si realizza nel rapporto tra il territorio e la terra». È bene precisare che il prefisso *geo-* non sta a significare la nascita di un settore specializzato della filosofia, ma indica piuttosto il *topos*, il *qui e ora*, del pensiero filosofico. Il termine g. esprime così la relazione d'immanenza tra terra e pensiero, accostando le due parole in modo paritario. La g. non è una 'filosofia della terra' o, semplicemente, una 'geografia filosofica', ma un pensiero-terra. Se la g. invoca (o evoca) la geografia non è certo come strumento, metodo o modello per la ricerca filosofica, ma per fare tesoro della contingenza e della spazialità, intuizioni tipicamente geografiche, che ben colgono il rapporto pensiero-terra. In ottica più propriamente geografica l'approccio geofilosofico ha rivitalizzato gli studi relativi al paesaggio, alla comunità, alla memoria e all'identità territoriale.

Fonte: Treccani: lexico del XXI secolo (2012) - Disponível em:  
[https://www.treccani.it/enciclopedia/geofilosofia\\_%28Lessico-del-XXI-Secolo%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/geofilosofia_%28Lessico-del-XXI-Secolo%29/).  
Acesso em: 24 jul. 2023.

## **A (uma) definição de Geofilosofia: Texto traduzido para o Português (Brasil)**

**geofilosofia**<sup>1</sup> s. f. – Abordagem teórica e campo de estudo que se propõe como um saber transdisciplinar empenhado em recolher e confrontar perspectivas de diferentes matrizes oriundas da geografia, filosofia, estética, antropologia e arquitetura. No centro do interesse está o tema da pluralidade de lugares na terra em comparação com a crescente padronização das técnicas em um mundo globalizado. Segundo os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, que desenvolveram e introduziram o conceito em *O que é a filosofia?* (1991; tradução em língua portuguesa em 1992), a g. analisa e interpreta “como o pensamento se realiza na relação entre o território e a terra”. Deve-se notar que o prefixo “geo” não significa o nascimento de um setor especializado da filosofia, mas indica o topos (lugar), o aqui e agora, do pensamento filosófico. O termo g. assim expressa a relação de imanência entre terra e pensamento, combinando as duas palavras igualmente. A g. não é uma “filosofia da terra” ou, simplesmente, uma “geografia filosófica”, mas um pensamento-terra. Se a g. invoca (ou evoca) a geografia certamente não é como uma ferramenta, método ou modelo para a pesquisa filosófica, mas para valorizar a contingência e a espacialidade; intuições tipicamente geográficas, que captam bem a relação entre o pensamento e a terra. De um ponto de vista mais propriamente geográfico, a abordagem geofilosófica tem revitalizado os estudos relativos à paisagem, à comunidade, à memória e à identidade territorial. (Lessico del XXI secolo, 2012, s/ numeração).

*Tradução nossa.*

---

<sup>1</sup> Por se tratar de um termo relativamente novo na história das ciências humanas, não encontramos esse verbete (termo) nos dicionários de filosofia ou especializados. Por isso, optamos por essa definição, que traduzimos para o idioma português do Brasil e que nos parece ser a mais recomendada. (Todas as notas são do autor desta tese, exceto quando indicado outro/a).

## EXÓRDIO

*A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.*

(SANTOS, 2020, p. 30).

Hoje, 28 de agosto de 2022, esta tese entra em sua fase sintética, ou seja, momento em que é preciso mais descartar, do que acolher ideias; momento em que devemos julgar o que fica e o que não fica, de tudo o que foi pesquisado. No entanto, embora seja incomum, decidimos incluir o percurso analítico que conduziu aos problemas, questionamentos e encaminhamentos que são apresentados, ao longo do texto. A intenção é discorrer, neste exórdio, sobre o caminho percorrido para a formulação das hipóteses e da tese, propriamente dita, a decisão foi incluir aqui, inclusive, as dúvidas e angústias que antecederam cada escolha por uma, ou outra, possibilidade<sup>2</sup>. Acreditamos que assim contemplamos um período muito precioso dos estudos que, em geral, é relegado a um segundo plano ou ao esquecimento, quando pilhas e pilhas de anotações “inúteis” são deixadas em gavetas ou em pastas esquecidas em um PC, notebook, pendrive ou na nuvem.

Tais informações podem até ser inúteis, quando se pensa no resultado final de uma pesquisa, mas não quando se pensa na trajetória. De forma figurada, o que buscamos fazer, portanto, é valorizar não apenas a chegada do peregrino ao seu objetivo, mas também os momentos em que ele tomou caminhos que não eram os melhores, tendo que retornar, bem como os momentos em que ele repousou ou, simplesmente, ficou paralizado, diante da dúvida.

Também podemos comparar esta pesquisa como a montagem de um quebra-cabeça, conceitual e filosófico, no qual as ideias, conjecturas, dúvidas e hipóteses tomam os lugares das peças. Procuramos apresentar não apenas a “imagem” final, mas o processo de montagem, formulações, reformulações, mudanças de rumo e correções de peças (ideias) que não estavam em seus lugares, de forma rizomática.

Assim, esta tese tem muitos motes. O primeiro deles é uma inquietação do autor com o número elevado de pessoas que não encontram lugar no mundo, ou

---

<sup>2</sup> Há muito tempo manifestamos o interesse de realizar um estudo com essas características, o que tornamos efetivo agora. Esse interesse é anterior ao fato de tomarmos ciência do “método cartográfico”, de Deleuze e Guattari, o qual se mostrou completamente adequado para esta pesquisa, conforme apresentado na sequência.

têm o direito ao lugar negado. Refiro-me aos milhões de seres humanos que sofreram e ainda sofrem, ao longo da história humana, por não terem um lugar para morar e viver, vítimas de um grande número de motivos, muitos dos quais causados por outros humanos. Sobre quais premissas se mantém uma situação tão adversa e injusta, se somos todos humanos? Mas este é um problema tão amplo que torná-lo objeto de uma única tese seria algo mais do que impossível. Algumas dessas questões foram tratadas de maneira ainda introdutória em minha dissertação de mestrado defendida em 2009, neste mesmo Programa de Pós-graduação (linha de pesquisa: Filosofia Política e Social), sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Cordeiro Silva, cujo título é: “Imagens da Libertação: a relação entre Práxis Política, Transformação Social e Arte na Teoria Crítica de Herbert Marcuse”.

A partir de então, essas preocupações conduziram a indagações e leituras sobre conceitos a ela associados, tais como: espaço, tempo, lugar, pertencimento, êxodo, exílio, exclusão, escravidão, colonização, decolonização, terra, território, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, lar, morada, hospitalidade, inclusão, alteridade, empatia, dentre outros. Era natural que essas indagações e conceitos levassem à leitura de autores a elas associados. Foi nesse momento, final de 2009, que se deu a aproximação com alguns autores, ainda dentro do domínio da filosofia, que dedicavam escritos a esses temas, tais como Giles Deleuze, Felix Guattari, Henri Lefebvre, Hannah Arendt, bem como autores fora do âmbito específico da filosofia, pois foi quando me dei conta de que a geografia – sobretudo as geografias humana e cultural – poderia fornecer alguns subsídios para as leituras, o que me proporcionou um contato com autores até então pouco conhecidos por mim, entre os quais cito Clifford Geertz, Milton Santos, Ana Fani Carlos e Paul Claval, o qual tive a oportunidade de conhecer pessoalmente e com ele estabelecer um breve contato, em 2016, durante a participação em um evento promovido pelo ATINER (Athens Institute for Education & Research) em Atenas, Grécia.

Em janeiro de 2010, após aprovação em concurso público federal, tomei posse no cargo de professor efetivo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro, campus Uberlândia e em fevereiro do mesmo ano, após ser aprovado em processo seletivo específico para aluno especial no Programa de Pós-Graduação (doutorado) em Geografia, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pude cursar uma disciplina que me forneceu os requisitos teóricos para pleitear uma vaga como aluno regular. Trata-se da disciplina

“Efeitos Socioespaciais de Grandes Projetos”, oferecida pelo Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva, no primeiro semestre de 2010, que propiciou um contato mais efetivo com os conceitos e categorias da geografia. No segundo semestre de 2010, conheci, efetivamente, o tema ao qual tenho me dedicado mais, desde então, e que constitui o tema principal desta tese: a geofilosofia, principalmente pelo contato com os escritos da filósofa italiana Caterina Resta, professora de Filosofia na Università Degli Studi di Messina (UNIME - Itália), a quem tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, no primeiro semestre de 2017, quando realizei estudos em geofilosofia em Roma e Messina, sob a sua orientação.

No primeiro semestre de 2011, após aprovação em processo seletivo, ingressei como aluno regular do Programa de Pós-Graduação em geografia (linha de pesquisa: Geografia e Gestão do Território), desta mesma Universidade, sob orientação do Prof. Dr. Rosselvelt José Santos. A tese, concluída em 2015, versou sobre a Geofilosofia, no aspecto teórico, e sobre o transporte de passageiros em trens de ferro, na região do Triângulo Mineiro, em seu aspecto empírico, com o título: “Uma Geofilosofia do cotidiano e dos lugares: modernidade e representações no (e do) trem de passageiros na região do triângulo mineiro”.

Foi assim que pude, desde então, aprofundar o estudo de um tema ainda pouco estudado no Brasil – a geofilosofia –, mas com uma relativa inserção nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa, sobretudo a Itália. O período de estudos na Itália, sob a orientação da Professora Caterina Resta, citada acima, foi fundamental para encaminhar as preocupações incluídas neste trabalho, agora à luz da geofilosofia.

No segundo semestre de 2019, após aprovação em processo seletivo, ingressei novamente como aluno regular no Programa de Pós-graduação em Filosofia, do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, na condição de doutorando, sob a orientação da Professora Doutora Georgia Cristina Amitrano, e, desde então, tenho feito a parte analítica deste estudo, que agora entra em sua fase sintética.

### **O “Quebra-Cabeça” ou “O Problema e os Objetivos”**

Retorno agora ao ponto inicial deste exórdio e descrevo como os problemas fundamentais foram encaminhados, ao longo desses quatro anos - julho de 2019 a

julho 2023 - para que fosse possível chegar a uma proposição, ou hipótese, inicial. Basicamente, passo a relatar alguns dos autores e autoras cujas obras e escritos oferecem respostas e/ou encaminhamentos para os problemas apresentados nesta tese. Limitar-me-ei a relacionar, a seguir, os autores e algumas de suas citações que contribuíram para a construção da hipótese, lembrando que, aqui, faço um resumo do percurso analítico desta tese. Algumas dessas citações estão presentes na tese, propriamente dita, onde são analisadas de maneira mais pormenorizada.

Em Deleuze e Guattari encontramos o termo *geofilosofia*, que é o conceito fundamental desta tese, bem como os conceitos de *desterritorialização*, *reterritorialização*, *imanência* e a recorrente menção a uma *nova terra* e a um *novo povo*. Além disso, mais especificamente em Deleuze, a afirmação de que “A filosofia tem uma função que permanece perfeitamente atual, criar conceitos. Ninguém pode fazer isso no lugar dela”. (Deleuze, 2000, p. 170). Cito, a seguir, trechos dos escritos de Deleuze & Guattari que corroboram as afirmações acima. Alguns desses trechos serão citados novamente nesta tese (os grifos são nossos):

La philosophie est une **géo-philosophie**, exactement comme l’histoire est une géo-histoire du point de vue de Braudel. Pourquoi la philosophie en Grèce à tel moment? Il en est comme pour le capitalisme selon Braudel: pourquoi le capitalisme en tels lieux et à tels moments, pourquoi pas en Chine à tel autre moment puisque tant de composantes y étaient déjà présentes?<sup>3</sup>. (D&G, 2013, p. 93)

Mas a **desterritorialização** é *absoluta* quando a terra entra no puro plano de **imanência** de um pensamento — Ser, de um pensamento — Natureza com movimentos diagramáticos infinitos. Pensar consiste em estender um plano de **imanência** que absorve a terra (ou antes a "adsorve"). A **desterritorialização** de um tal plano não exclui uma **reterritorialização**, mas a afirma como a criação de uma **nova terra** por vir. Resta que a **desterritorialização** absoluta só pode ser pensada segundo certas relações, por determinar, com as **desterritorializações** relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais. Há sempre uma maneira pela qual a **desterritorialização** absoluta, sobre o plano de **imanência**, toma o lugar de uma **desterritorialização** relativa num campo dado. (*Id.*, 1992, 117).

A filosofia leva ao absoluto a **desterritorialização** relativa do capital, ela o faz passar sobre o plano de **imanência** como movimento do infinito e o suprime enquanto limite interior, voltando-o contra si, para chamá-lo a uma **nova terra**, a um **novo povo**. Mas assim ela atinge

---

<sup>3</sup> A filosofia é uma geo-filosofia, assim como a história é uma geo-história do ponto de vista de Braudel. Por que a filosofia na Grécia em tal momento? É como o capitalismo, de acordo com Braudel: por que o capitalismo em tais lugares e em tais momentos, por que não na China em outro momento, já que tantos componentes já estavam presentes lá? (Tradução nossa).

a forma não proposicional do conceito em que se aniquilam a comunicação, a troca, o consenso e a opinião. (D&G, 1992, p. 129).

A **desterritorialização** absoluta não existe sem **reterritorialização**. A filosofia se **reterritorializa** sobre o **conceito**. O **conceito** não é objeto, mas território. Não há objeto, mas um território. Precisamente por isso, ele tem uma forma passada, presente e talvez por vir. (*Ibid.*, p. 131).

A criação de **conceitos** faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma **nova terra** e um **povo que não existe ainda**. A europeização não constitui um dever, constitui somente a história do capitalismo que impede o dever dos povos sujeitados. A arte e a filosofia juntam-se neste ponto, a constituição de **uma terra e de um povo ausentes**, como correlato da criação. Não são autores populistas, mas os mais aristocráticos que exigem esse porvir. Esse **povo** e essa **terra** não serão reencontrados em nossas democracias. (*Ibid.*, p. 140).

O dever é sempre duplo, e é este duplo dever que constitui o **povo por vir** e a **nova terra**. O filósofo deve tornar-se não-filósofo, para que a não-filosofia se torne a **terra e o povo** da filosofia. (*Ibid.*, p. 142).

Em resumo, a filosofia se reterritorializa três vezes, uma vez no passado sobre os gregos, uma vez no presente sobre o Estado democrático, uma vez no porvir sobre o **novo povo** e a **nova terra**. Os gregos e os democratas se deformam singularmente neste espelho do porvir. (*Ibid.*, p. 143).

Cabe salientar que o termo geofilosofia, conforme apresentado por Deleuze e Guattari – embora os autores façam referência aos primórdios da filosofia, citando a maneira como os primeiros filósofos ocidentais introduziram o conceito, deixando a imagem em segundo plano – está profundamente associado ao momento histórico no qual é introduzido. A saber, final dos anos 1980 e início dos anos 1990, período marcado por eventos globais importantes, como a queda do muro de Berlim, em 1989; o desenvolvimento de tecnologias de comunicação de massa que passam a cobrir praticamente todo o território global, como a telefonia celular e o advento da Internet; e, sobretudo, o avanço da chamada “globalização”, termo este que passará a ser associado como algo inerente ao conceito geofilosofia, como corrobora a citação a seguir, que é parte de uma definição apresentada anteriormente:

**geofilosofia**<sup>4</sup> s. f. – Abordagem teórica e campo de estudo que se propõe como um saber transdisciplinar empenhado em recolher e confrontar perspectivas de diferentes matrizes oriundas da geografia,

---

<sup>4</sup> **geofilosofia** s. f. – Indirizzo teorico e ambito di studi che si propone come sapere transdisciplinare impegnato a raccogliere e confrontare prospettive di diversa matrice provenienti dalla geografia, dalla filosofia, dall'estetica, dall'antropologia e dall'architettura. Al centro dell'interesse viene posto il tema della pluralità dei luoghi della terra a confronto con la crescente omologazione delle tecniche **in un mondo globalizzato**. O grifo em “**in un mondo globalizzato**” é nosso. (Tradução nossa).



filosofia, estética, antropologia e arquitetura. No centro do interesse está o tema da pluralidade de lugares na terra em comparação com a crescente padronização das técnicas **em um mundo globalizado**. (Lessico del XXI secolo, 2012, s/ numeração)

Às afirmações encontradas em Deleuze & Guattari, somam-se as indicadas a seguir, de autores que também contribuem fundamentalmente para esta tese, nas quais chamamos a atenção para os termos e expressões, como *mundo inteiro*, *alienação*, *re-localização*, *mundo* e *geofilosofia* (os grifos são nossos):

Dorrit Harazim: O senhor costuma brigar com o conceito de “o **mundo inteiro**”. Por quê?

Milton Santos: Porque “o **mundo inteiro**” é uma ficção. A chamada “aldeia global” não existe. É apenas uma construção. Eu sempre desconfio de tudo o que é apresentado como sendo global, pois falta sentido a esse conceito. É um mundinho este nosso. Meu ponto de partida são os valores. Estes podem até se tornar mundiais, mas o ponto de partida é local. (Santos & Harazim, 2011, p. 170).

A socialização capitalista, originária de uma divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimento globais e um pensamento global. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para o outro. A força da **alienação** vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une. (Santos, 2020, p. 30).

A perda do lugar é provocada no horizonte do *niilismo*, como um processo que se relaciona com a lógica interna da razão ocidental de tornar o pensamento dominante único sobre a Terra. Qualquer tentativa de **re-localização** terá que lidar necessariamente com essa história, com o destino do Ocidente tornado **mundo**, sem consolo nas tentações nostálgicas regressivas, mas, sim, progredindo além do pôr do sol inevitável no qual se encontra. (Resta, 2002, p. 1).

A **Geofilosofia**, como a própria palavra sugere, pretende ser uma filosofia da Terra. A intenção, que em primeiro lugar a guia, é a de recuperar o terreno para o pensamento, acreditando que a determinação foi perdida. (*Id.*, 2019, p. 18).

Enfim, o *quebra-cabeça* está posto! São várias as questões que foram surgindo ao longo das leituras e estudos, a partir das quais foram formulados os principais questionamentos que, por sua vez, conduziram ao objetivo principal e aos objetivos secundários desta tese, os quais serão apresentados logo após os questionamentos a seguir.

Dentre os questionamentos citados acima, destacamos os seguintes:

a) A partir da proposição inicial de Deleuze e Guattari, a respeito do conceito “geofilosofia”, é possível defender a hipótese de que a geofilosofia seja mais do que

um conceito, mas também uma abordagem teórica e um campo de estudo, como defendem alguns dos teóricos que a ela se dedicam?

b) Existem autores que podem ser chamados de pré-geofilosóficos, pelo fato de os seus escritos conterem, potencialmente, problematizações geofilosóficas? Se positivo, quais são esses autores?

c) Em que consistem a “nova terra” e o “novo povo”, citados por Deleuze e Guattari, e o que impede a sua realização, no contexto do sistema capitalista e de um mundo global alienado que, em geral, ignora a alteridade e não proporciona lugar para todos?

d) Em que consiste o “geofilosofar” e qual o papel da geofilosofia na elaboração das desterritorializações, reterritorializações e re-localizações conceituais e materiais necessárias e possíveis, no plano da imanência?

e) De que maneira a geofilosofia pode contribuir para o progresso e desenvolvimento dos estudos na grande área das ciências humanas?

Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos para esta tese:

#### **Objetivo principal:**

Introduzir o verbo/conceito “geofilosofar”, entendido não exatamente como o exercício de um método ou de uma metodologia, mas como uma abordagem teórica, um campo de estudo específico e uma maneira de aproximação horizontal entre conhecimentos e áreas consideradas distintas, com o intuito de possibilitar um novo olhar – geofilosófico – para problemas inerentes ao viver humano sobre a Terra.

#### **Objetivos secundários:**

- Apresentar o conceito “geofilosofia”, a partir das reflexões de Deleuze e Guattari, considerados os introdutores do termo;
- Discorrer sobre como autores anteriores a Deleuze e Guattari já haviam, de certa forma, prenunciado o conceito “geofilosofia”, ainda que não tenham feito referências diretas ao mesmo;
- Discorrer sobre autores que os próprios introdutores do termo, Deleuze e Guattari, apresentam como sendo aqueles que influenciaram na elaboração do conceito;

- Demonstrar que há em Deleuze e Guattari, ao introduzirem a geofilosofia, a antevisão de um pensamento decolonial, uma vez que a geofilosofia é, também, uma denúncia dos excessos praticados no âmbito do colonialismo e do imperialismo que marcam a história do ocidente. Nesse sentido, os dois autores franceses fornecem até os fundamentos da distinção que propomos entre descolonizar e decolonizar; sendo o descolonizar correspondente à desterritorialização relativa e o decolonizar referente à desterritorialização absoluta, entendidas de forma compreensiva;
- Refletir sobre a afirmação de que a geofilosofia “não designa um verdadeiro campo de estudo; é antes uma simples declinação do pós-moderno” (Marco Baldino);
- Apresentar a “geofilosofia” como modo de abordagem teórica: o geofilosofar;
- Uma vez que o geofilosofar foi introduzido, apresentar uma aplicação no estudo de casos específicos e atuais: um exercício do geofilosofar;
- Apresentar uma proposta de ementa de disciplina com o tema “geofilosofia”, que poderá ser ministrada em cursos de graduação ou pós-graduação em cursos de filosofia e/ou geografia e/ou ciências humanas, em geral.

### **O aporte teórico**

Não houve, na pesquisa que tornou possível a redação desta tese, a escolha por um objeto de estudo específico e único, um autor ou teórico que fosse o mais importante, tampouco uma hipótese com a qual estívéssemos comprometidos, uma vez que, para os estudos e redação, procuramos evidenciar também o processo e não apenas os objetivos. Da mesma forma que esta tese privilegia o “devir” em relação ao “ser”, procuramos privilegiar o movimento, os deslocamentos e agenciamentos, as desterritorializações e reterritorializações, de modo que apenas um interesse permaneceu constante: refletir a partir das possibilidades proporcionadas pelo conceito “geofilosofia”.

Apenas a geofilosofia aqui permanece e, ainda assim, ela se apresenta de diversas maneiras. Portanto, trata-se de uma tese que privilegia um tema e não autores específicos. Não obstante, convém salientar que tomamos como referência fundamental, para o objetivo principal desta tese, o aporte teórico fornecido por Gilles Deleuze e Félix Guattari: *O que é a Filosofia?* e *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol III; Gilles Deleuze: *Conversações*; Caterina Resta: *10 teses sobre*

a *Geofilosofia*; Marco Baldino: *Che cos'è la geofilosofia?* (O que é a Geofilosofia); Milton Santos: *Por uma outra globalização*; Miroslav Milovic, *Comunidade da diferença* e Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*. Além desses textos, também foram consultados autores e obras que apresentam alguma contribuição importante para os estudos em geofilosofia, os quais serão elencados ao longo do texto e nas referências bibliográficas.

## **Método(s) e metodologia(s)**

A maioria das produções intelectuais desenvolvidas academicamente exige uma ideia fixa (hipótese, tese), na mesma perspectiva em que Machado de Assis a descreve: “A minha ideia, depois de tantas cabriolas, constituíra-se ideia fixa. Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho” (Assis, 2019, p. 16). Enquanto a produção acadêmica não tornar-se uma ideia fixa, ela não sai, não conhece a luz. O problema é que uma ideia fixa é algo que não permite o descanso. O descanso só vem quando o pesquisador conclui o trabalho, ou desiste!

É urgente encontrar uma nova forma de produção intelectual e acadêmica, que seja mais compreensiva e que ressignifique as noções de êxito e fracasso. Diferentemente dos intelectuais acadêmicos, os poetas e literatos vivenciam outra relação com as questões acima provocadas. Não que sejam isentos aos fracassos, ou que não tenham ideias fixas, mas porque não estão presos a uma exigência de continuidade no discurso, nos mesmos critérios acadêmicos; podem inverter a ordem, subverter a cronologia e até mesmo a lógica. Nesta tese, pretendemos trabalhar algumas questões de forma semelhante aos poetas ou escritores, sem, com isso, ameaçar ou menosprezar o rigor acadêmico.

Em nossa tese defendida em 2015, já citada acima e que também versava sobre a Geofilosofia, escolhemos como orientação metodológica o método regressivo-progressivo de Lefebvre, por nos parecer mais adequado, sobretudo porque a pesquisa também incluía uma etapa empírica.

Para esta tese, no entanto, adotamos dois procedimentos metodológicos, cada um em seu tempo e ocasião: primeiramente, a Cartografia, ou análise cartográfica, conforme apresentada por Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*. E, a partir de um ponto que será indicado na tese, passamos a adotar a própria geofilosofia como possibilidade de encaminhamento para as questões, uma vez que um dos

objetivos desta tese é defender a hipótese de que a geofilosofia constitui, além de um campo de estudos, uma abordagem teórica própria, à qual denominamos de “o geofilosofar”.

No que se refere aos recortes espaciais e temporais, como elegemos a Cartografia para a análise dos textos e para a redação de grande parte desta tese, não estaremos circunscritos a uma noção linear e cronológica de espaço e tempo, uma vez que a metodologia escolhida está mais voltada para os processos. Todo o desenvolvimento espaço-temporal da Terra interessa à geofilosofia. A geografia e a história do planeta constituem o cenário no qual se dão os processos que determinam o que a Terra é hoje. Mas esses processos não estão circunscritos a um determinado espaço-tempo, tampouco são independentes entre si. De qualquer forma, nos interessam aqueles que contribuíram, e ainda contribuem, para o desenvolvimento da atual ordem global, resumida na expressão “sistema capitalista”, que “impede o devir dos povos sujeitados” (D&G, 1992, p. 140). Assim, os recortes espaciais e temporais comparecem no texto sempre de maneira contextualizada e não de um modo pré-determinado e linear.

Desta forma, também encontramos sincronismo e consonância com a obra de Deleuze e Guattari, sobretudo no que se refere ao procedimento cartográfico, para o qual é possível a construção de uma pesquisa sem que seja privilegiado unicamente o objeto, mas todo o processo. Processo esse que pode, inclusive, acontecer junto com a construção dos caminhos percorridos: objeto e método caminhando juntos, processualmente. Em uma palavra: cartografia.

Salientamos ainda que este é um trabalho no qual se apresentam as contribuições de muitos autores, o que explica a irregularidade da escrita, na qual, em algumas ocasiões, o autor refere-se a si mesmo tanto na primeira, quanto na terceira pessoa do singular. No entanto, o texto remete prioritariamente à primeira pessoa do plural: nós. E isto acontece porque a contribuição da geofilosofia que aqui propomos nos conduz à necessidade de um reconhecimento da pluralidade de pensamentos e ideias nos quais nos inspiramos.

Assim, a escrita irregular – algumas vezes na primeira pessoa do singular, outras, na primeira do plural e, ainda, na terceira do singular – é proposital, denota o tipo de proximidade, ou distanciamento, que o autor buscou conferir ao texto em cada momento. Se, com isto, o autor feriu alguma regra, que seja entendido como uma “licença filosófica”.

Desta forma, concluímos este exórdio e, na introdução a seguir, será apresentada a maneira como foram distribuídos e organizados os capítulos, bem como as suas principais reflexões e a maneira como se deu a divisão do texto da tese.

## INTRODUÇÃO

*Esta manhã, casais de borboletas brancas, douradas, azuis, passam inúmeras contra o fundo de bambus e samambaias da montanha. É um prazer para mim vê-las voar, não o seria, porém, apanhá-las, pregá-las em um quadro. Eu não quisera guardar delas senão a impressão viva, o frêmito de alegria da natureza, quando elas cruzam o ar, agitando as flores. Em uma coleção, é certo, eu as teria sempre diante da vista, mortas, porém, como uma poeira conservada junta pelas cores sem vida. O modo único para mim de guardar essas borboletas eternamente as mesmas, seria fixar o seu vôo instantâneo pela minha nota íntima equivalente. Como com as borboletas, assim com todos os outros deslumbramentos da vida. De nada nos serve recolher o despojo; o que importa é só o raio interior que nos feriu, o nosso contacto com eles e este como que eles também o levam embora consigo.*

(Joaquim Nabuco, 1900, p. XI)

O ânimo com o qual Joaquim Nabuco escreveu as linhas acima, guardadas as devidas proporções, é o mesmo que nos impulsiona a escrever esta tese. Nesse caso, entendemos por “borboletas” as indagações, angústias, dúvidas e reflexões que há tempos nos inquietam e que são apresentadas ao longo do texto; o “fundo de bambus” e as “samanbais da montanha”, por sua vez, constituem tanto a paisagem mental quanto o ambiente em que tais inquietações surgiram e nos quais se movimentam. Trata-se de um fundo que se manifesta de modo fixo, vez ou outra; mas também em movimento, de acordo com o sentimento que o determina: há situações em que fere, mas também cura. São tantas as inquietações! Será maravilhoso se tivermos conseguido, ao invés de fixá-las, sem vida, tê-las transformado em algo significativo e pulsante. Quisera termos podido “*guardar delas senão a impressão viva*”; tarefa quase impossível, quando se trata de um trabalho acadêmico que deve culminar com uma tese de doutoramento.

De qualquer forma, este é o “espírito” desta tese, cujo objetivo principal é modesto em sua intenção fundamental e pode ser resumido em uma breve sentença: “Introduzir o conceito/verbo geofilosofar”. A sua complexidade, no entanto, está no grande número de possibilidades de análise que a geofilosofia suscita e oferece, as quais constituem a estrutura da pesquisa e da redação do texto, o que esta introdução apresenta, a seguir.

A necessidade de “pensar” sobre o geofilosofar surgiu durante a redação da minha tese de doutoramento, intitulada “Uma Geofilosofia do cotidiano e dos lugares: modernidade e representações no (e do) trem de passageiros na região do Triângulo Mineiro” e defendida em 2015, sob a orientação do Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. O fato é que, embora tenha sido desenvolvida uma pesquisa fundamentada na geofilosofia, faltou, naquela ocasião, a possibilidade de recorrer a uma metodologia eminentemente geofilosófica, ainda inexistente; motivo pelo qual, no que se refere ao método e à metodologia, recorreremos ao método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre; escolha que justificamos da seguinte maneira:

A despeito da defesa de uma grande simplicidade, segundo o próprio Lefebvre, afirmação esta que creditamos a uma retórica humildade científica do autor, observa-se grande complexidade no método. E se nos propusemos a tomá-lo como medida para a nossa pesquisa, o fizemos amparados em dois fatores preponderantes. § Em primeiro lugar, o próprio Lefebvre não nos abandona, e nos cerca de elementos referenciais, que complementam e subsidiam o método, em várias de suas obras. Em segundo lugar, o cenário de que dispomos para a pesquisa, em seus diversos aspectos, oferece condições muito favoráveis à aplicação do método lefebvreano, uma vez que nos transporta para diferentes temporalidades que, embora independentes uma da outra, se penetram e compenetraram e, além disso, fornece um “conjunto” de significações retidas na memória do grupo de indivíduos pesquisados e transmitidas em forma de representações. § Não obstante, não temos a pretensão, como propõe o método, de *explicar* completamente o nosso objeto de estudo, juntamente com as questões que ele oferece. Se lográmos, ao universo do problema que apresentamos nesta tese, lançar um pouco de luz [elucidar] e, com isto, contribuir para melhorar a compreensão a respeito das questões levantadas e das pessoas, aqui, contempladas, nos damos por muito satisfeitos. § O método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre tem sido parâmetro para estudos que extrapolam as intenções do autor. Jean-Paul Sartre [...], apesar das críticas dirigidas aos marxistas, fez referência ao método de Lefebvre, ao afirmar: “Foi um marxista, entretanto, Henri Lefebvre, que deu um método, na minha opinião, simples e irreprochável pra integrar a sociologia e a história na perspectiva da dialética materialista”. (Fernandes, 2015, p. 227)

Naquela ocasião, a tarefa de apresentar a geofilosofia, do ponto de vista teórico, acrescida de um estudo empírico que envolveu pesquisa com pessoas, constituiu um trabalho muito extenso, que impediria por completo a tentativa de elaboração de um método próprio, ao qual se pudesse denominar “geofilosófico”. Tarefa essa que nos propomos a apresentar nesta tese, na qual o trabalho de pesquisa é eminentemente conceitual.



Assim, advertimos, primeiramente, que esta tese tem uma característica peculiar que, embora não seja desejável, tornou-se inevitável ao longo dos estudos: ela não apresenta uma só tese, mas muitas. E isso se deve ao ineditismo de muitos dos temas abordados e, sobretudo, ao grande número de possibilidades de pesquisas que o tema principal da tese – a geofilosofia – suscita. Por isso, nos concentramos em um tema central – o geofilosofar – e apresentamos as demais possibilidades, que poderão constituir futuros estudos, não só deste autor que os propõe, mas também de pesquisadores que ao tema decidirem se dedicar. Acrescentamos ainda que todas essas teses, ou hipóteses, não fundamentais desta pesquisa, são apresentadas como possíveis ou como problemas a serem investigados, e não como afirmações absolutas, para não correremos o risco de termos que responder por afirmações ainda incompletas e/ou que possam vir a culminar com inferências diferentes das nossas.

Dito isso, prosseguimos dispendo que esta tese apresenta uma pesquisa cujo principal objetivo é introduzir o conceito/verbo “geofilosofar”, entendido não exatamente como o exercício de um método ou de uma metodologia, mas como uma maneira de aproximação horizontal entre conhecimentos e áreas consideradas distintas, com o intuito de possibilitar um novo olhar – geofilosófico – para problemas inerentes ao viver humano sobre a Terra, conforme disposto no objetivo principal desta tese. O ponto de partida é o conceito “geofilosofia”, apresentado por Deleuze e Guattari no livro *O que é a Filosofia? (Qu'est-ce que la philosophie?, 1991)*, com o qual os autores fazem referência à relação entre o pensamento e as categorias geográficas, como o espaço, o lugar, o território, a paisagem, dentre outras, no intuito de postularem a imanência do pensamento e da filosofia, mas não completamente em oposição à tradição filosófica que advoga pela transcendência originária da filosofia ocidental, em sua fonte grega.

A pertinência do conceito introduzido pelos autores franceses provocou grande interesse em intelectuais de várias partes do mundo, entre os quais destacamos Caterina Resta, Luisa Bonesio, Massimo Cacciari, Marco Baldino, Rodolphe Gasché; causando desdobramentos que nos permitem afirmar que, hoje, já lidamos com geofilosofias e não com uma só geofilosofia, entre as quais prevalece a ideia de que o termo “geofilosofia” surge como uma resposta crítica à chamada globalização, sobretudo das técnicas e dos meios de comunicação, a partir da segunda metade de século XX. Além disso, nossos estudos conduziram à

inferência de que autoras e autores do passado e contemporâneos, tais como Christine de Pisan, Erasmo de Roterdã, Giordano Bruno, Zera Yacob, Immanuel Kant, Milton Santos, Carolina Maria de Jesus, dentre outros, já traziam em seus escritos um “embrião” geofilosófico, o que pretendemos demonstrar.

Assim, discorrer sobre o que significa “geofilosofia”, e defender a possibilidade de que ela possa constituir uma área independente de conhecimento, era o caminho que vínhamos trilhando, desde o início da pesquisa para esta tese. No entanto, quando já havíamos iniciado a fase sintética dos estudos, acreditando haver coletado as informações mais significativas, nos deparamos com um texto escrito por Marco Baldino, em 2019, que nos forçou a realizar uma revisão nos rumos e nos objetivos desta tese. De fato, não seria possível ignorar aquele texto. Nele, Baldino apresenta uma séria objeção à maneira como o conceito “geofilosofia” tem sido entendido, sobretudo pelos autores que passaram a se dedicar ao tema, após a leitura de Deleuze e Guattari, cujas afirmações constituem o cerne desta pesquisa. Trata-se de uma proposta de retificação, feita por Baldino, para uma definição – geral – de “geofilosofia”. Embora o texto apresentado e refutado por Baldino não tenha os autores identificados, as referências são as mesmas que, fundamentalmente, adotamos para este estudo, o que faz com que a objeção de Baldino recaia, inevitavelmente, sobre as nossas indagações e inferências.

Apesar de um primeiro impacto, acreditamos que o achado foi, de fato, benéfico, pois, desde o início dos estudos para esta tese, havia um sentimento de que poderíamos estar sendo muito favoráveis – quase ingênuos – quanto à possibilidade de a geofilosofia ser um conceito relevante e até mesmo constituir uma nova área de conhecimento própria. Tanta confiança nessa possibilidade poderia nos conduzir a um trabalho completamente afirmativo, o que não seria apropriado, em se tratando de uma tese de doutoramento. Parafraseando Kant, podemos dizer que as afirmações de Baldino nos tiraram do “sono dogmático” e nos fizeram ver que, além dos objetivos até então propostos, tínhamos mais um: analisar as proposições de Baldino, para ver até que ponto elas se justificam. O referido texto de Baldino, escrito no idioma italiano, está sendo traduzido pelo autor desta tese e será publicado, em breve, na forma de uma tradução comentada. Cito aqui um trecho, com o qual Baldino abre o artigo, que denota o caráter ácido da sua refutação:

Sobre Geofilosofia – sejamos honestos – não há muito a ser dito. [...] não designa um verdadeiro campo de estudo; é antes uma simples

declinação do pós-moderno: desconfie de tudo o que foi adquirido até ontem. Do nível da história universal, que já não parece capaz de fornecer critérios para nos orientar na vida e na existência, passamos à escavação de certas histórias locais, com o seu cheiro de almíscar e encantamento, com as quais nos tornamos cientes de certos recantos arruinados, que funcionam como caixa de ressonância, como contorno sombrio dessas histórias. O ancestral, por assim dizer, ocupa o lugar do esclarecimento racional. Nesse sentido, bastaria recorrer à literatura romântica do século XIX (Baldino *apud* Fernandes, 2023b, s/ numeração).

Como todos os nossos esforços estavam concentrados, desde o início, em apresentar a tese de que a geofilosofia pode, sim, constituir não apenas um conceito significativo, mas uma área de conhecimento específica, nos atrevemos a incluir a análise de algumas das afirmações de Marco Baldino e, embora não pretendamos esgotar o assunto, as nossas inferências (conclusões) são, até o momento em que damos por encerrado o texto desta tese, com a consciência de que o assunto não se encontra esgotado, as seguintes: “Sim, a geofilosofia constitui-se em um campo próprio de pesquisa, que busca na compreensão e na prática da alteridade, meios para a superação do *status quo* capitalista”.

Assim, a tese, propriamente dita, constitui-se de exórdio, introdução, quatro capítulos, epílogo, referências e apêndices.

No exórdio, estão os motes da pesquisa, uma breve exposição sobre a biografia acadêmica do autor e informações referentes aos objetivos, à metodologia e aos aportes teóricos da tese.

Na introdução, são reforçados os objetivos e apresentados os antecedentes que conduziram às questões que o estudo investiga e para as quais procura apresentar respostas, bem como se apresenta a distribuição do texto, em cada um dos capítulos, a seguir.

No primeiro capítulo, apresenta-se a geofilosofia, tal qual a pensaram Deleuze e Guattari e os teóricos que primeiro a abraçaram como possibilidade de leitura de mundo, bem como os autores do passado e contemporâneos, cujos escritos, acreditamos, podem ser considerados geofilosóficos ou pré-geofilosóficos. Os principais motes da pesquisa estão no texto “Geofilosofia”, do livro *O que é a Filosofia?*, de Deleuze e Guattari, sobretudo no que concerne à natureza imanente do pensar, ao lugar que os autores atribuem ao conceito e à conceituação na filosofia e à expressão “nova terra”, apresentada pelos autores franceses.

A leitura de Deleuze e Guattari, por sua vez, nos conduziu a autores cujos textos também podem ser considerados geofilosóficos, que serão apresentados no decorrer da pesquisa, entre os quais citamos: Caterina Resta, pensadora italiana que traz a alteridade para o interior da geofilosofia, a partir da crítica ao modelo eurocêntrico do pensar; sendo que, nesse caso, a geofilosofia se aproxima do pensamento decolonial, buscando romper com o eurocentrismo, que caracteriza a história recente da humanidade. Também incluímos reflexões de Milton Santos, intelectual brasileiro, quando esse afirma que a base da alienação reside no fato de estarmos mais atentos ao que nos separa do que ao que nos une, tomando a diferença não como uma riqueza, mas como ocasião para todo o tipo de agressão ao considerado diferente, embora não existam respaldos científicos ou naturais que justifiquem um tratamento excludente para com o considerado “outro”. Que esse tratamento ocorresse em um passado remoto, no qual a humanidade não podia ainda contar com grande parte do conhecimento de que dispõe hoje, pode se apresentar como algo compreensível, mas não nos dias atuais.

No segundo capítulo, são apresentadas as possíveis leituras a respeito da geofilosofia, considerada uma forma pioneira de pensamento decolonial, uma vez que busca questionar a tese da atemporalidade da filosofia ocidental, em seu surgimento, na antiga Grécia, sendo esse um dos fundamentos da sociedade patriarcal, imperialista e colonialista que se desenvolveu a partir de então e da qual somos herdeiros. Para tanto, nesse capítulo, é apresentado um percurso das principais ideias que estão presentes no pensamento dos autores que são citados por Deleuze e Guattari, como aqueles que os influenciaram na formulação do conceito *geofilosofia*: Nietzsche e Heidegger. O foco das reflexões está colocado no que pode ser tema de uma abordagem geofilosófica, sob o ponto de vista de que esse desenvolvimento privilegiou, e continua privilegiando, um recorte: a percepção dos dominadores, mesmo nesses autores considerados revolucionários. Em contraponto, no segundo capítulo também é apresentada a maneira como, no interior da própria filosofia, da literatura e das ciências humanas, em geral, surgem iniciativas que buscam romper com a tradição conservadora, colonialista, patriarcal e imperialista que caracteriza a forma de pensar ocidental; dentre as quais destacamos os escritos de Lévinas, Milton Santos e Carolina Maria de Jesus.

No terceiro capítulo, a tese introduz um novo conceito, o “geofilosofar”, bem como apresenta a possibilidade (hipótese da tese) de a geofilosofia ser parâmetro

para pesquisas e leituras de mundo, não exatamente como um método ou metodologia, mas como um modo de abordagem teórica e forma de diálogo e aproximação entre áreas de conhecimento que, embora afins, tem buscado respostas isoladamente, para problemas que demandam soluções comuns. Nesse caso, a geofilosofia atuará nos territórios considerados fronteira dessas áreas, procurando romper com o entendimento de “fronteiras conceituais” que muitas dessas áreas desenvolveram para a sua própria proteção, sendo essa atuação o cerne do “geofilosofar” proposto, que será a base para os capítulos que se seguirão. O terceiro capítulo é o núcleo desta tese e é onde a hipótese principal está fundamentada e se apresenta, a saber: “a geofilosofia pode constituir um caminho próprio de investigação e leitura de mundo”. Neste capítulo também são apresentados alguns exemplos de geofilosofar, seguindo um procedimento adotado por Deleuze e Guattari, em *O que é a Filosofia?: a reflexão conceitual seguida de exemplos* que a possam corroborar.

No quarto capítulo, é apresentado um estudo de caso fundamentado nas reflexões apresentadas no capítulo anterior, com a intenção de elucidar problemas inerentes a um episódio específico da recente história política brasileira, que denominamos de “O 17 de abril de 2016”. A intenção é oferecer uma ampla reflexão a respeito das causas e dos desdobramentos desse episódio, sob a luz da geofilosofia e do geofilosofar, com o intuito de que possa, além de proporcionar uma melhor compreensão sobre o referido episódio, constituir subsídio para quem tiver interesse em se dedicar aos estudos em geofilosofia. Cabe salientar que o estudo de caso apresentado foi totalmente embasado em textos já publicados e em informações públicas e de conhecimento geral e notório.

No epílogo, a tese se ocupará com conceitos, em dois âmbitos. A princípio, são propostos novos conceitos, introduzidos pelo autor desta tese. Em seguida, são apresentados conceitos já existentes, cujo escopo seja eminentemente geofilosófico, com o intuito de construção dos fundamentos de um dicionário geofilosófico.

No desfecho da tese, está o tópico “Considerações (não) finais”, cujo propósito explícito não é apresentar uma conclusão para a pesquisa, mas assumir as lacunas que ainda permanecem e apontar para a possibilidade de novos estudos que possam contribuir para a construção de um conhecimento geofilosófico.

Finalmente, nas referências bibliográficas são apresentadas as obras consultadas para a redação desta tese e há ainda um último tópico, constituído por apêndices, cujo propósito é auxiliar na documentação da pesquisa.

Antes de passarmos para o Capítulo I, no entanto, algumas ponderações e advertências se fazem necessárias, sobretudo no intuito de antecipar as razões de algumas ausências nesta pesquisa. Sabemos que trabalhos desta natureza jamais serão totalmente completos e sempre haverá algo a mais que possa ser acrescentado, mas é de responsabilidade dos autores se esforçarem para que essas ausências sejam minimizadas tanto quanto for possível. Além disso, algumas ausências e lacunas são mais graves do que outras.

Por isso, passamos a apresentar os motivos pelos quais alguns autores que poderiam ser esperados nesta tese não comparecem. Entre os quais, cito: Immanuel Kant, G. W. F. Hegel, Karl Marx, Henri Lefebvre e Herbert Marcuse. Essas ausências são relevantes, mas a razão para que elas tenham ocorrido é simples e de fácil explicação. O fato é que em nossa primeira tese, defendida em 2015 e já citada aqui, apresentamos uma extensa pesquisa a respeito da maneira como esses pensadores contribuíram para com a geofilosofia. Para a presente tese, tomamos a decisão de apresentar apenas textos inéditos, como deve ser. Sempre que foi necessário recorrer a algum texto já escrito e/ou publicado por nós, ele aparece como citação. Desta forma, ficamos divididos entre duas possibilidades: produzir um novo material sobre esses autores ou simplesmente não incluí-los, uma vez que já estava descartada a possibilidade de incluirmos textos já publicados, ainda que de nossa autoria.

A primeira possibilidade pareceu-nos desnecessária e inviável, devido ao grande fôlego que exigiria. Por isso, optamos pela segunda: não incluí-los. De qualquer forma, como essa pesquisa já foi feita e esses escritos estão disponíveis, serão referenciados aqui<sup>5</sup>, caso isso possa ser do interesse de alguém.

Também é importante citar, nesta introdução, algumas dificuldades com as quais tivemos que lidar, durante a pesquisa e a redação desta tese. A primeira delas é o fato de que grande parte da pesquisa e da escrita aconteceu durante uma pandemia que colocou o mundo sob alerta. Refiro-me à Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, cujo período mais grave ocorreu entre março de 2020 a

---

<sup>5</sup> Link para a tese de 2015: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16007>. Acesso em: 30 ago. 2023. O estudo referente aos autores citados acima está no Capítulo 2.

dezembro de 2021, o que corresponde a quase 50% do tempo de um doutorado, que teve início em julho de 2019. Outra dificuldade com a qual tivemos que lidar é a escassez de obras específicas sobre geofilosofia em língua portuguesa, o que fez com que tivéssemos que traduzir muitos dos textos citados nesta tese.

Nenhuma dessas dificuldades, no entanto, será utilizada como justificativa para as críticas que esta tese de doutoramento venha (ou possa vir) a receber. Somos responsáveis tanto pelos erros quanto pelos acertos.

## CAPÍTULO I - PROLUSÃO: A(S) GEOFILOSOFIA(S)

*Ao nos dar o dom das palavras, a Mãe Terra sempre se entrega a nós como língua materna, deixando-se contar por todos os que existem.*

(Caterina Resta, 2019, p. 28)

O termo “geofilosofia”, conforme já mencionado na introdução desta tese, tornou-se conhecido a partir do capítulo “Geofilosofia”, do livro *O que é a Filosofia?*, de Giles Deleuze e Félix Guattari, embora seja possível afirmar a existência de preocupações geofilosóficas anteriores a esse escrito, o que os próprios autores reconhecem e evidenciam. De qualquer forma, é praticamente um consenso entre os estudiosos do tema que Deleuze e Guattari sejam os introdutores desse conceito, que, nos dias atuais, já tomou dimensões mais amplas, permitindo considerá-lo, além de um conceito, uma (nova) área de pesquisa. E, desde então, o termo, do ponto de vista acadêmico, tem sido objeto de estudos de um número cada vez maior de pesquisadores, muitos desses com compreensões bem próprias, o que já permite a afirmação de que não estamos mais diante de uma só geofilosofia, mas de geofilosofias, assim como ocorre com as demais áreas do conhecimento: não podemos falar de uma só história, mas de histórias; ou só de uma filosofia, mas de filosofias; não só de uma geografia, mas de geografias; e assim por diante.

Com o termo “geofilosofia” não se pretende indicar uma nova disciplina ou uma nova área específica do conhecimento, cujo domínio esteja estabelecido em fronteiras conceituais, nem mesmo se pretende que seja um novo conceito “enraizado”. Ao contrário, a geofilosofia, de acordo com a pesquisadora italiana Caterina Resta, pretende desafiar uma fragmentação progressiva e constante entre as áreas de conhecimento, e não “simplesmente através de um encontro interdisciplinar, mas por reconhecer que há uma raiz comum que é o cerne de toda a experiência humana do mundo: o viver na Terra” (Resta, 2019, p. 25).

Dentre os autores considerados precursores de um pensamento geofilosófico, tomando como referência o advento da era industrial, destacam-se Nietzsche, Heidegger, Lévinas, dentre outros. Apesar dos diferentes pontos de vista e aproximações, prevalece na geofilosofia uma crítica aos “caminhos” escolhidos pela humanidade, na construção das suas formas de viver e habitar contemporâneas. A



advertência, feita por Nietzsche, de que “o deserto cresce”, por exemplo, faz referência às cidades, às metrópoles e aos espaços de uma humanidade desprovida de lugar. Neste sentido, a pessoa moderna e contemporânea não se sente mais em casa em nenhuma parte. Assim, a geofilosofia se propõe a ser uma “sabedoria do deserto” (Resta, 2019, p. 19), refletindo sobre a falta de sentido (niilismo) e buscando novos sentidos de orientação e novas formas de convivência.

Também está presente na geofilosofia um apelo ao caráter imanente do pensamento, sobretudo em Deleuze e Guattari, para os quais, os pré-socráticos, responsáveis pelo advento da filosofia no ocidente, iniciaram uma nova forma de pensamento e de aproximação da realidade, não mais pautada na imagem, como nas narrativas míticas, mas no conceito. A afirmação de Deleuze e Guattari é a de que, com os filósofos gregos antigos, deu-se uma “reterritorialização” do pensamento, que “migrou” da figura para o conceito, e o conceito tem a sua organização não mais na hierarquia, e sim na vizinhança; não na verticalidade, mas na horizontalidade. Assim sendo, o próprio pensamento poderia ser, desde a sua origem, contingente, imanente e dependente dos elementos geográficos, tais como o espaço, a paisagem, o território e o lugar, mesmo preservando as condições inerentes à própria racionalidade. Assim a filosofia seria também, em certa medida, uma geofilosofia.

Um aspecto, em especial, nos chama a atenção. Trata-se da possibilidade de a geofilosofia ser entendida como ferramenta interpretativa, ou mesmo uma metodologia, a partir da qual possa ser possível apresentar problemas, encaminhamentos, reflexões e, até mesmo, respostas para problemas já existentes, para os quais as diferentes ciências humanas ainda não conseguem responder satisfatoriamente. Ou seja, a geofilosofia se apresenta como uma (nova) possibilidade de leitura do mundo, desde a proposição do termo:

Hegel e Heidegger permanecem historicistas, na medida em que tomam a história como uma forma de interioridade, na qual o conceito desenvolve ou desvela necessariamente o seu destino. A necessidade repousa sobre a abstração do elemento histórico tornado circular. Compreende-se mal então a imprevisível criação de conceitos. A filosofia é uma geo-filosofia<sup>6</sup> exatamente como a história é uma geo-história, do ponto de vista de Braudel. Porque a filosofia

---

<sup>6</sup> O fato de a expressão “geo-filosofia” aparecer separada com hífen, o que acontece também no texto original em francês, poderia sugerir uma escolha pela grafia do termo. No entanto, quando fazem referência ao termo tanto no índice, quanto no título do capítulo, Deleuze e Guattari optam por “geofilosofia”, o que nos permite crer que essa deve ser a grafia correta do termo/expressão/conceito, e a separação, no interior do texto, poderia servir apenas como um recurso didático.

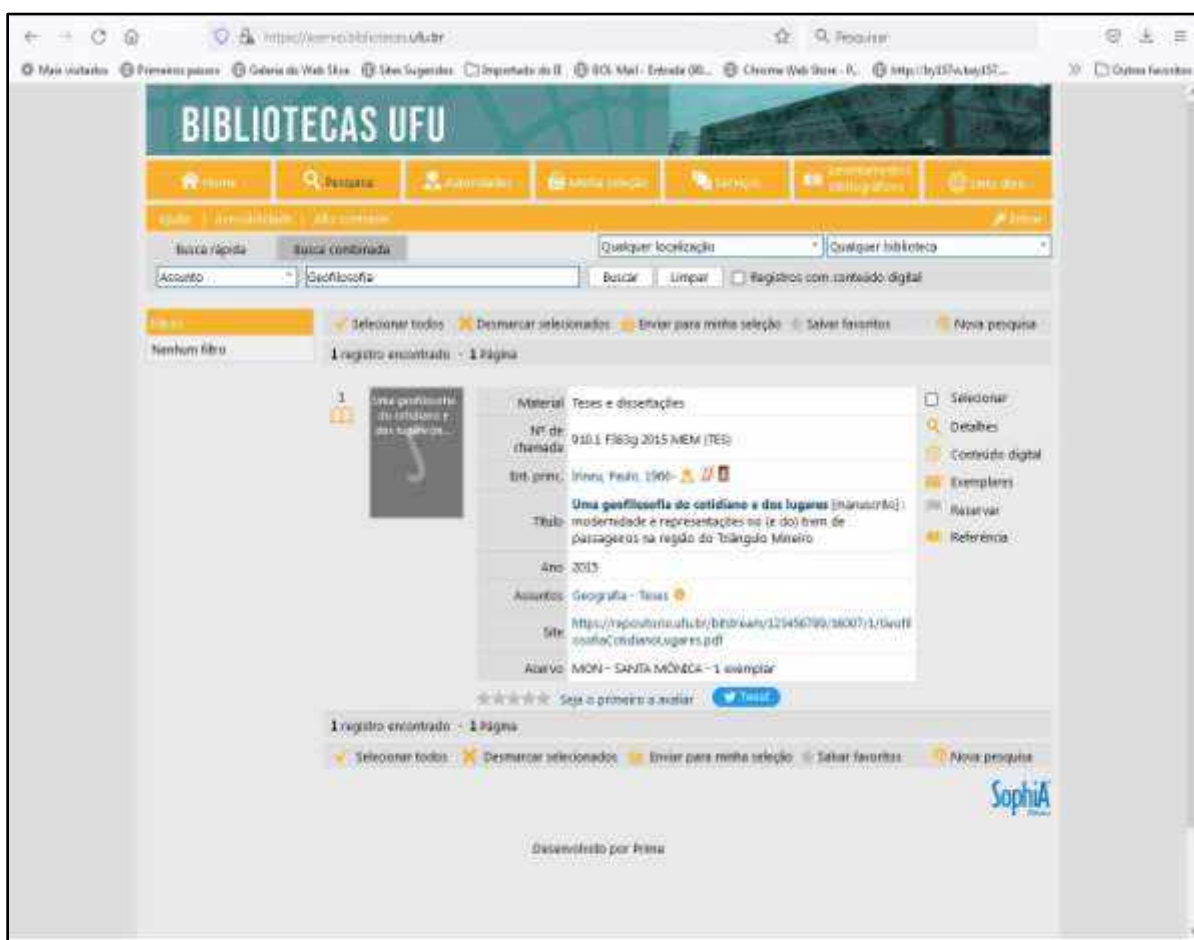
na Grécia em tal momento? Ocorre o mesmo que para o capitalismo, segundo Braudel: porque o capitalismo em tais lugares e em tais momentos, porque não na China em tal outro momento, já que tantos componentes já estavam presentes lá? A geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente física e humana, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irreduzibilidade da contingência. Ela a arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um "meio" (o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente: o filósofo deixa de ser um cometa...). Ela a arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo. Enfim, ela arranca a história de si mesma, para descobrir os devires, que não são a história, mesmo quando nela recaem: a história da filosofia, na Grécia, não deve esconder que *os gregos sempre tiveram primeiro que se tornar filósofos, do mesmo modo que os filósofos tiveram que se tornar gregos.* (D&G, 1992, P. 125).

A geofilosofia se apresenta, então, como uma tarefa que não se identifica por completo com a geografia, tampouco com uma filosofia pura, a-histórica ou transcendente, mas se encontra na intercessão entre ambas, mas não só. Não é uma filosofia da geografia, tampouco uma geografia filosófica, mas, antes, algo próximo a uma filosofia da imanência na Terra e da Terra, que inclui as categorias geográficas em seu movimento histórico: espaço, tempo, território, lugar, paisagem, dentre outras. Assim, podemos afirmar que a filosofia é uma geofilosofia; mas também a geofilosofia é, antes, uma filosofia. E não se trata de afirmações redundantes, pois se complementam. Com isso queremos afirmar, fundamentados nas afirmações de Deleuze e Guattari, que toda reflexão filosófica aponta para um elemento imanente, ainda que, em muitos casos, essa imanência possa ser “apenas” a tradução de um transcendente. Da mesma forma, a reflexão geofilosófica sempre pressupõe um suporte filosófico que a possa legitimar.

A geofilosofia, enquanto área de estudos, ainda é pouco conhecida, difundida e divulgada. Por pouco, entendemos que ela ainda não tenha alcançado uma visibilidade que faça justiça à contribuição que ela pode prestar aos estudos na área

das ciências humanas. No Brasil, sobretudo, o seu estudo ainda é incipiente<sup>7</sup>, mas não por falta de temas aos quais ela possa se dedicar. Por exemplo, já foi escrita a *Geofilosofia do Mediterrâneo*, por Caterina Resta, mas ainda não foi escrita uma *Geofilosofia do Brasil*, nem sequer a *Introdução à Geofilosofia do Brasil*, trabalho que nos propomos a fazer, tão logo concluamos esta tese.

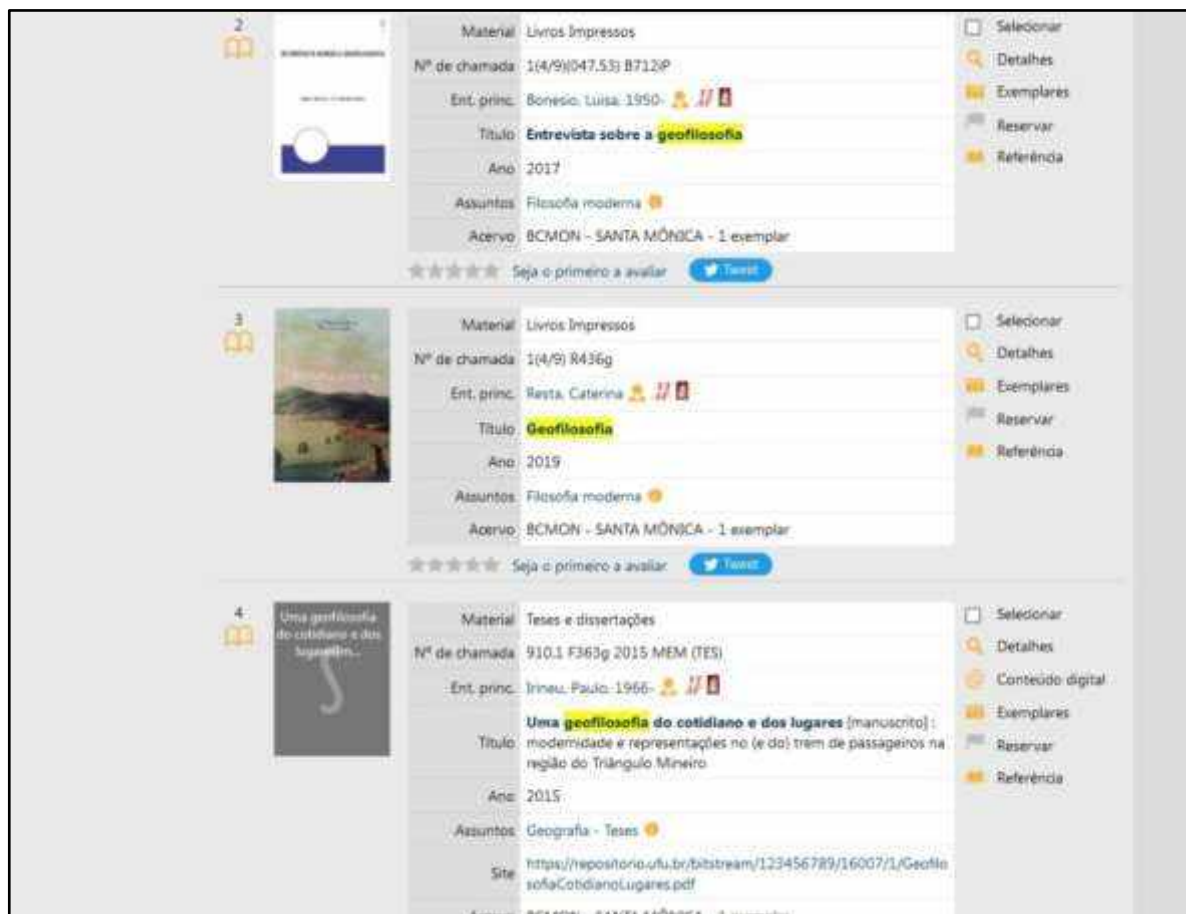
Imagem 02 - Busca por assunto “Geofilosofia”.



Fonte: Página WEB da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. Acesso em: 23 set. 2022.

<sup>7</sup> No acervo da biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, em setembro de 2022, quando era digitada a palavra “geofilosofia” no campo “assunto”, aparecia apenas uma obra disponível: a tese do (primeiro) doutorado do autor desta tese, defendida também nesta Universidade, em 2015, no Instituto de Geografia, intitulada “Uma Geofilosofia do cotidiano e dos lugares: modernidade e representações no (e do) trem de passageiros na região do triângulo mineiro” (Ver imagem 02, na página 37 desta tese). Em agosto de 2023, houve, no mesmo acervo, um acréscimo no número de obras sobre Geofilosofia, com a doação de dois exemplares de livros traduzidos pelo autor desta tese (Ver imagem 03, na página 38). Além dessas três obras, a busca pelo título “geofilosofia” traz apenas mais um livro que, no entanto, usa o termo em sentido diferente daquele que trabalhamos nesta tese, a partir da conceituação de Deleuze e Guattari.

Imagem 03 - Busca por título “Geofilosofia”.



Fonte: Página WEB da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. Acesso em: 30 ago. 2023.

Quanto à origem das preocupações que conduziram ao termo “geofilosofia” e ao seu uso, atribuídas a Nietzsche por Deleuze e Guattari: “Assim, Nietzsche fundou a geo-filosofia, procurando determinar os caracteres nacionais da filosofia francesa, inglesa e alemã” (D&G, 1992, p. 133), ousamos, nesta tese, retroceder um pouco mais, pois partimos da constatação de que tais preocupações, no sentido em que culminam com o termo apresentado por Deleuze e Guattari, surgem antes. Assim, esta tese também pretende propor um deslocamento na própria “autoria” a respeito da origem das preocupações que fundam a geofilosofia, situando-as não mais em Nietzsche (no século XIX), como propuseram Deleuze e Guattari, mas no século XV,

nos escritos de uma filósofa: a franco-italiana Christine de Pisan, que, em seu livro *A Cidade das Damas (Livre de la cité des dames)*, datado de 1405, escreveu<sup>8</sup>:

VIII. AQUI CRISTINA CONTA COMO INICIOU, COM A ORDEM E AJUDA DE RAZÃO, A CAVAR A TERRA PARA FAZER AS FUNDAÇÕES. § A esse respeito, Dama Razão retomou nesses termos: “Levante-te, filha! Sem mais demora, partamos ao Campo das Letras; é nessa terra rica e fértil que será fundada a Cidade das Damas, lá onde se encontram tantos frutos e doces rios, lá onde a terra abunda em tantas coisas boas. Pega a enxada de tua inteligência e cava bem. Em todo lugar em que verás as marcas da minha régua, faça um buraco profundo. Quanto a mim, ajudar-te-ei carregando os sacos de terra sobre meus próprios ombros”. (Pisan *apud* Calado, 2006, p. 131)

A expressão “cavar a terra” também vai aparecer, séculos depois, em Deleuze e Guattari: “Este sentimento de vergonha é um dos mais poderosos motivos da filosofia. [...] E não há outro meio senão fazer como o animal (rosnar, escavar o chão, nitrir, convulsionar-se) para escapar ao ignóbil...” (D&G, 1992, p. 140).

E, embora a referência à terra aconteça em uma perspectiva metafórica, “cavar a terra para fazer as fundações”, o apelo à necessidade de uma *nova terra* é real e não é diferente da perspectiva em que fazem Deleuze e Guattari, ao proporem o termo “geofilosofia”, fazendo referência – também – à necessidade de uma *nova terra*: “A criação de conceitos faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma nova terra e um povo que não existe ainda” (*Ibid.*, p. 140).

Nesse caso, pretendemos postular a maternidade, e não mais a paternidade, das preocupações que, desde então, já poderiam ter dado origem à geofilosofia, mudança essa que também está em sintonia com as afirmações da filosofia italiana contemporânea, Caterina Resta:

**9 – A Geofilosofia é um pensamento do coração** § A Geofilosofia pretende repensar a Terra numa perspectiva que reconsidere e reavalie os traços intrinsecamente maternos e femininos. Se o *logos* ocidental acabou perdendo a Terra, uma das razões reside no seu falocentrismo, em ser um pensamento profundamente misógeno, baseado na supervalorização do traço masculino. O modelo ocidental de racionalidade surge, assim, desequilibrado desde o início, em uma direção, pois privilegia todos esses aspectos – resumidos na divisão platônica entre sensível e supersensível, em benefício deste último, e na sistematização das categorias lógicas operadas por

---

<sup>8</sup> O fato de creditarmos a origem das preocupações que fundam a Geofilosofia nos escritos de uma mulher não faz desta tese uma pesquisa predominantemente de gênero, o que não representaria problema algum, com certeza. No entanto, é preciso incluir esta nota, para prevenir possíveis mal-entendidos, pois, como estamos tratando os gêneros em um âmbito de igualdade, não deve parecer estranha a presença da primazia de um texto escrito por uma mulher em qualquer área do conhecimento humano. A igualdade e a reciprocidade entre os gêneros são nossas premissas.

Aristóteles – em que apenas uma polaridade, a do masculino, pode realmente ser reconhecida. Assim, toda ontologia ocidental acaba se tornando um discurso sobre o ser masculino do pensamento, ocultando sua própria parcialidade e apresentando-se como um discurso neutro do ser. (Resta, 2019, p. 34).

O que também está de acordo com Luciana Calado, em sua tese de doutorado, que contém a tradução, de sua autoria, para a língua portuguesa do texto completo do livro de Christine:

A obra *La Cité des Dames* é também uma recusa ao passado, às tentativas masculinas, para Christine de Pizan, mal sucedidas de mundos utópicos, como a cidade de Tróia, fundada com a ajuda de Apolo, Minerva e Netuno, a cidade de Thebas, fundada por Cadmus sob a injunção divina, cidades, que, com o tempo desmoronaram, tombadas em ruínas, como também construções femininas, como o reino das Amazonas, que apesar de toda força e ousadia terminou por terra. (Calado, 2006, p. 105).

Aos que, porventura, rechaçarem a ideia de se atribuir ao texto de Christine uma primazia geofilosófica, em sentido amplo, pelo fato de ele ser afirmadamente um texto em defesa da mulher, ou um texto feminista, respondemos que a filosofia e a cultura ocidental têm feito isso desde o seu início, apresentando textos escritos por homens, e para homens, e tratando-os como se fossem universais e isentos. Ou seja, a percepção masculina e patriarcal da realidade nunca foi entendida como uma visão parcial, mas sempre se apresentou como universal e única, pelo menos foi assim que sempre pretendeu ser. A partir do mesmo raciocínio, uma percepção oriunda dos escritos de uma mulher também pode pretender-se universal. Ou isso vale para os dois casos, ou não pode ser aplicado a nenhum.

Precisamos romper com a tradição que relega à mulher um papel secundário nas narrativas, como tem sido desde os primórdios de nossa cultura, conforme registra Georgia Amitrano, na citação a seguir:

Nos mitos narrados, é Zeus quem dá a Epimeteu a função de povoar a terra. Os mitos falam do homem como o que irá fazer da terra fértil e povoada. O mesmo se dá com o Deus Judeu, muito bem incorporado ao cristianismo, os nomes fortes são Adão, Elias, Jesus. Todavia, a história mítica nada diz da *mulher* como autora, genitora. (Amitrano, 2022, p. 25).

De qualquer forma, afirmar que o embrião da geofilosofia já estava em Christine de Pisan, em estado latente, não retira de Deleuze & Guattari a autoria do termo, até porque o pensamento desses dois autores franceses já se coloca em uma

posição crítica em relação ao pensamento meramente masculino e patriarcal. Além disso, guardadas as proporções, acontece o mesmo que se deu segundo a tradição: quando foi questionado sobre o que era aquilo que fazia, Pitágoras de Samos respondeu que era “filosofia”, mas reconhecendo ele que, embora estivesse nomeando algo novo – a filosofia ocidental – não havia sido ele o primeiro a se dedicar a “isso”, mas sim Tales de Mileto. Curiosamente, Deleuze e Guattari escapam a essa tradição, quando escrevem: “[...] é preciso um século para que o nome ‘filósofo’, sem dúvida, inventado por Heráclito de Éfeso, encontre seu correlato na palavra ‘filosofia’, sem dúvida inventada por Platão, o Ateniense...” (D&G, 1992, 115).

Além disso, podemos destacar outros autores que, muito tempo antes de Nietzsche, fizeram proposições geofilosóficas que já poderiam ter conduzido à criação do termo “geofilosofia”.

É o que se torna evidente com Platão e seus sucessores. Em vez de um plano de imanência constituir o Uno-*Todo*, a imanência está “no” Uno, de tal modo que um outro Uno, desta vez transcendente, se superpõe àquele no qual a imanência se estende ou ao qual ela se atribui: sempre um Uno para além do Uno, será a fórmula dos neoplatônicos. Cada vez que se interpreta a imanência como “a” algo, produz-se uma confusão do plano com o conceito, de modo que o conceito se torna um universal transcendente, e o plano, um atributo no conceito. Assim mal entendido, o plano de imanência relança o transcendente: é um simples campo de fenômenos que só possui secundariamente o que se atribui de início à unidade transcendente. (*Ibid*, p. 115).

Talvez, por isso, – fazer do imanente um atributo do conceito e não o contrário – Platão não tenha sido uma unanimidade nem mesmo em seu tempo, pois foram também os gregos antigos que, pelo menos no que se refere ao pensamento ocidental, introduziram os elementos telúricos, imanentes e materialistas no desenvolvimento da filosofia e das ciências. Foi um discípulo de Platão, Aristóteles, o pioneiro em uma série de reflexões e estudos que entrariam para a história do pensamento como “realismo”, em oposição ao idealismo do seu mestre.

E atribui-se a Eratóstenes, nascido no continente africano, mas com atividade intelectual desenvolvida também em Atenas, a primeira medição da circunferência da Terra, experiência à qual podemos denominar “geofilosófica” e ela não é exatamente um exercício de abstração, mas, sim, um exercício prático que envolveu diversos campos do saber: a matemática, ou geometria, a filosofia, a geografia, a

geodésia, a agrimensura, devido ao uso dos bematistas<sup>9</sup>, dentre outras. O que torna, possivelmente, a experiência de Eratóstenes o primeiro exemplo de uma atividade multidisciplinar.

Mas em que consiste e o que contém a medição da Terra, feita por Eratóstenes, para que possa ser considerada geofilosófica e possa ser usada como uma ilustração para as reflexões acima? Porque, nascida do espanto que caracteriza a atividade filosófica, ela evidencia esse duplo caráter do desenvolvimento do pensamento ocidental, desde a antiguidade, marcado pela constante disputa entre princípios ideais e atemporais, em oposição aos postulados seculares, materiais e imanentes: não basta pensar, é preciso demonstrar. E, ainda assim, causa espanto novamente que, nos dias atuais, pessoas se ocupem em postular que a Terra seja plana, desprezando séculos de conhecimento filosófico e científico.

Com relação ao período europeu-medieval-cristão, deixemos que os próprios Deleuze e Guattari (1992, p. 62) descrevam:

Com a filosofia cristã a situação piora. A posição de imanência continua sendo a instauração filosófica pura, mas ao mesmo tempo ela só é suportada em doses muito pequenas, ela é severamente controlada e enquadrada pelas exigências de uma transcendência emanativa e sobretudo criativa. Cada filósofo deve demonstrar, com o risco de sua obra e por vezes de sua vida, que a dose de imanência, que ele injeta no mundo e no espírito, não compromete a transcendência de um Deus ao qual a imanência não deve ser atribuída senão secundariamente (Nicolau de Cusa, Eckhart, Bruno). A autoridade religiosa quer que a imanência não seja sustentada senão localmente ou num nível intermediário [...]. Da imanência, pode-se estimar que ela seja a pedra de toque incandescente de toda a filosofia, porque toma para si todos os perigos que esta deve enfrentar, todas as condenações, perseguições e denegações que ela sofre. Isso demonstra, ao menos, que o problema da imanência não é abstrato ou somente teórico.

E, no início do século XVI, no seu *Protesto da Paz*, Erasmo escreveu, sobre os juízes cristãos: “Eles deveriam examinar o fato óbvio de que esse nosso mundo é a terra natal de toda a raça” (Erasmo de Roterdã, 2004, p. 184). A obra de Erasmo, no entanto, exigiria um estudo próprio acerca da filosofia da religião e a respeito do

---

<sup>9</sup> Na antiguidade clássica, os “bematistas” eram os especialistas treinados para medirem longas distancias, contando em passos. Consideramos o feito de Eratóstenes fundamental para todo o desenvolvimento da ciência ocidental e um grande prenúncio não só para a geografia, mas também para a geofilosofia, de tal forma que pretendemos dedicar a ele um escrito próprio, sob o ponto de vista geofilosófico.



seu irenismo que só poderia ser abarcada em uma tese específica, uma geofilosofia erasmiana, propriamente dita, a qual escapa dos nossos propósitos nesta tese.

E Giordano Bruno, na segunda metade do século XVI, afirma:

A Terra e outros astros se movem de acordo com espaços diferentes em virtude de um princípio intrínseco, que é sua própria alma. Vocês acham, pergunta Nundínio, que esta alma seja sensitiva? Não só sensitiva, disse o Nolano, mas também intelectiva. Não só intelectiva como a nossa, mas talvez ainda mais. A essas alturas, Nundínio se calou e não mais riu. § Prudêncio: *Parece-me que a Terra, sendo animada, deve não gostar quando fazem nela grutas e cavernas, como, para nós, causa dor e desprazer quando se planta em nosso corpo um dente ou se perfura nossa carne.* (Bruno, 2009, p. 81).

É digno de nota o quanto Giordano Bruno estava além do seu tempo, ao propor sensibilidade e inteligência à Terra, quando ainda nos dias atuais essa afirmação parece, para muitos, fora de propósito. É fácil perceber que dessa única afirmação do nolano poderia derivar-se já no século XVI, pertinentemente, uma geofilosofia.

E, se Deleuze e Guattari situam o pioneirismo geofilosófico em Nietzsche, devido a sua apreciação a respeito dos caracteres nacionais: “Assim, Nietzsche fundou a geo-filosofia, procurando determinar os caracteres nacionais da filosofia francesa, inglesa e alemã” (D&G, 1992, p. 133), por que não fazer o mesmo em relação a Kant, que também parte da descrição das características dos povos?

A respeito de suas intenções na *Antropologia sob um ponto de vista pragmático*, Kant escreveu a Marcus Herz, em 1773:

Este inverno, pela segunda vez, estou oferecendo um curso em antropologia, o qual pretendo transformar em uma disciplina acadêmica própria. Meu intuito é expor através dela as fontes de todas as ciências, ciências da moral, ou habilidade, do convívio social, dos métodos de educar e governar seres humanos, e assim, de tudo o que pertence ao prático (...). Em meu tempo livre, estou trabalhando em um exercício preparatório para alunos a partir desse (na minha opinião) muito prazeroso estudo empírico da habilidade, prudência, e até sabedoria que, junto com a geografia física e diferente de toda outra instrução, pode ser chamado de conhecimento de mundo. (Kant, 2009, contracapa)

Não poderia ser o “conhecimento de mundo”, proposto por Kant, uma geofilosofia? Como já enfrentamos essa questão, em nossa tese defendida em 2015, faremos aqui uma longa citação:

Escrita entre 1796 e 1797 e definida em 1798, a *Antropologia sob um ponto de vista pragmático* é, no entanto, entendida como uma obra

pré-crítica, pois o seu texto surgiu a partir dos cursos ministrados por Kant desde o inverno de 1772 e 73, até 1796. A intenção do filósofo era a de que, além de prática, a obra fosse popular, ou seja, ao alcance dos “cidadãos do mundo”. § Ao analisarmos as afirmações feitas por Kant, contidas na sua *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, e as possíveis associações entre as mesmas e aspectos específicos da geografia, encontramos o que pode ser a primeira iniciativa de se esboçar uma geografia cultural, contida na descrição feita por Kant sobre o “caráter do povo”, sob a ótica da originalidade, do gosto e do tratamento para com os estrangeiros. Trata-se do subitem “O caráter do povo”, da segunda parte da *Antropologia*. A análise kantiana é predominantemente comportamental, geográfica e cultural, embora também seja centrada em traços biológicos e naturais. § No referido texto, Kant descreve características de cinco povos em separado: o povo francês, o inglês, o espanhol, o italiano e o alemão. O autor também dedica um tópico para descrever outros povos que, segundo ele, por algum motivo não se enquadram nos mesmos critérios, como é o caso dos russos, dos poloneses e dos turcos. Sem entrar em considerações sobre o conceito kantiano de “povo”, que extrapolam os propósitos deste trabalho, serão apresentados alguns elementos citados por Kant. § A questão que surge é a seguinte: “Qual é o critério utilizado por Kant, ao analisar os diferentes povos?”. O próprio Kant (2009, p. 207), nos indica uma resposta: “se (os turcos) viajassem para conhecer os homens e aprender seus caracteres étnicos (o que nenhum povo além do europeu faz, o que prova a limitação do espírito de todos os restantes)...”. Portanto, o que interessa a Kant é o grau de civilidade dos povos por ele analisados, o seu “nível cultural” ou o seu interesse em conhecer outras culturas, ainda que seja para dominá-las. Por isso, só os europeus (alguns) merecem um estudo mais detalhado. É evidente que se apresenta aqui uma manifestação inconfundível do *eurocentrismo*<sup>10</sup> vigente naquele momento. Julgá-la agora, no entanto, nos parece algo semelhante a um anacronismo. § Quanto às afirmações de Kant sobre os povos analisados, destacamos: § Sobre o povo francês, “um contagioso espírito de liberdade que também arrasta a própria razão para dentro de seu jogo e produz, na relação do povo com o Estado, um entusiasmo avassalador, que extrapola os limites mais extremos” (Kant, 2009, p. 208). Em pelo menos dois momentos da história é possível verificar o acerto das palavras de Kant: a Revolução Francesa, que *contagiou* outras tantas nações do mundo e os acontecimentos da década de 1960, quando a atitude revolucionária dos jovens franceses também influenciou atitudes semelhantes em todas as partes do mundo. § Sobre o povo inglês, “para seus compatriotas o inglês ergue grandes fundações beneficentes (...) Mas o estrangeiro que o destino fizer ir parar em seu território (...) sempre poderá acabar na estrumeira, porque não é inglês, ou seja, não é ser humano” (Kant, 2009, p. 209). Ainda que pese a gravidade das palavras kantianas, as mesmas

---

<sup>10</sup> Ainda não nos libertamos desse “eurocentrismo”. Nesse momento (março de 2020), o mundo está em alerta devido a uma grave pandemia (Covid-19). Mas o que mais chamou a atenção, no noticiário recente, foi a ocorrência da primeira morte de um europeu, devido a contaminação pelo vírus. É evidente que se trata de um acontecimento digno de nota e lamentável. No entanto, um programa de TV dedicou todo o seu tempo para abordar essa questão, o que não havia acontecido ainda, antes de a pandemia ter chegado à Europa.

podem ser corroboradas pela espécie de domínio cruel exercido pelos ingleses sobre muitas nações, durante séculos, pois, se eram cruéis com os estrangeiros em território inglês, muito mais o seriam em outros territórios. § E sobre o povo alemão, dois pequenos, mas expressivos, fragmentos, "... por sua inclinação à ordem e à regra, se deixa antes tyrannizar que envolver em inovações..." e "... certa mania metódica, pela qual se deixa classificar penosamente junto aos demais cidadãos, não segundo um princípio de aproximação da igualdade, mas segundo níveis de preeminência e de hierarquia..." (Kant, 2009, p. 213). O que diria Kant se tivesse conhecido a Alemanha do III Reich? Talvez ele próprio se surpreendesse, ao ver a que ponto chegaram a hierarquia e a tirania alemãs. (Fernandes, 2015, p.123).

Desta forma, Deleuze e Guattari demonstram uma compreensão muito peculiar, quiçá única, a respeito do alcance das proposições do filósofo de Königsberg e tomam a sua "revolução" também como fundamento para a geofilosofia que propoem: "Kant é menos prisioneiro que se acredita das categorias de objeto e de sujeito, já que sua idéia de revolução copernicana põe diretamente o pensamento em relação com a terra;..." (D&G, 1992, p. 113); embora a analogia – a alusão à revolução copernicana – tenha sido elaborada, por Kant, para corroborar a tese da transcendência de um sujeito ao qual se atribui o campo de imanência. Há em Kant, portanto, uma geofilosofia latente, uma preocupação com a Terra e sua relação com o sujeito do conhecimento:

Kant recusa todo uso transcendente da síntese, mas remete a imanência ao sujeito da síntese, como nova unidade, unidade subjetiva. Ele pode até mesmo dar-se ao luxo de denunciar as idéias transcendentais, para fazer delas o "horizonte" do campo imanente ao sujeito. Mas, fazendo isso, Kant encontra a maneira moderna de salvar a transcendência: não é mais a transcendência de um Algo, ou de um Uno superior a toda coisa (contemplação), mas a de um Sujeito ao qual o campo de imanência é atribuído por pertencer a um eu que se representa necessariamente um tal sujeito (reflexão). (*Ibid*, p. 63).

Encontramos também afirmações geofilosóficas remotas em autores não europeus, como é o caso, por exemplo, do filósofo etíope Zera Yacob (1599 - 1692) que, no seu Tratado (Hatata), escreve, em 1667:

Agradecendo a Deus por me salvar, fui à casa do meu mestre. Depois disso parti para outra escola para estudar a interpretação das Sagradas Escrituras. Fiquei dez anos nesse tipo de estudo; Aprendi as interpretações tanto do Frang quanto de nossos próprios estudiosos. Muitas vezes suas interpretações não concordavam com minha razão; mas guardei minha opinião e escondi em meu coração todos os pensamentos de minha mente. Tendo retornado à minha terra natal, Aksum, ensinei por quatro anos. [...] Precisamos orar a

Deus para que ele nos conceda alegria e felicidade e nos mantenha felizes na **terra**. Deus faz raiar sua luz para os justos e sua alegria raiar para os corações retos; ele conhece e governa todos os caminhos do nosso coração; ele pode nos fazer felizes quando estamos com problemas e quando estamos felizes. Pois a felicidade e a tristeza não vêm a nós como agrada aos homens, mas como Deus nos concede. E eu disse: “Meu senhor e meu criador, dê-me alegria e felicidade, e mantenha-me feliz enquanto eu estiver na **terra**; depois da minha morte atraí-me a ti e satisfaz-me plenamente”<sup>11</sup>. (Yacob, 1667, s/ numeração). O grifo é nosso.

Nesse caso, embora prevaleça o caráter devocional do texto, muito comum para o contexto histórico-geográfico de Zera, encontramos preocupações geofilosóficas em pelo menos três sentidos: os deslocamentos (desterritorializações e reterritorializações) vivenciados pelo autor, os quais ele relata no texto; a preocupação com o viver na terra (Terra) e o próprio fato de tratar-se de um autor fora do hemisfério norte, centro dominante do pensamento ocidental, que se pretende universal e isento. A hipótese de incluir nesta tese elementos da filosofia, e geofilosofia, de Zera, no entanto, escapa dos nossos objetivos, mas é um projeto ao qual pretendemos nos dedicar.

Concluindo este tópico, incluímos referências a mais três personalidades recentes, e fora do “eixo” europeu, às quais também pretendemos incluir entre aquelas que apresentaram preocupações geofilosóficas. Referimo-nos ao intelectual, e professor universitário, Milton Santos; à escritora Carolina Maria de Jesus e à filósofa Zenaide Silva, todos brasileiros.

Sobre Milton Santos destacamos as seguintes contribuições:

A grande sorte dos que desejam pensar a nossa época é a existência de uma técnica globalizada, direta ou indiretamente presente em todos os lugares, e de uma política planetariamente exercida, que une e norteia os objetos técnicos. Juntas, elas autorizam uma leitura, ao mesmo tempo geral e específica, filosófica e prática, de cada ponto da Terra. (Santos, 2000, p. 171)

E:

Dorrit Harazim: O senhor costuma brigar com o conceito de “o mundo inteiro”. Por quê?

Milton Santos: Porque “o mundo inteiro” é uma ficção. A chamada “aldeia global” não existe. É apenas uma construção. Eu sempre desconfio de tudo o que é apresentado como sendo global, pois falta sentido a esse conceito. É um mundinho este nosso. Meu ponto de

---

<sup>11</sup> Tradução nossa.

partida são os valores. Estes podem até se tornar mundiais, mas o ponto de partida é local.

Dorrit Harazim: Um produto como a Coca-Cola não seria a representação de algo global?

Milton Santos: Não, nem mesmo a Coca-Cola, porque em cada país ou local o significado de beber o refrigerante é diferente. O produto parece ser o mesmo mundo afora, só que ele adquire tantos pesos e valores quanto as várias geografias. (Santos & Harazim, 2011, p. 170).

Acima, destacamos dois fragmentos que introduzem a maneira como as preocupações de Milton Santos dialogam com as reflexões geofilosóficas. Para Milton Santos, não restam dúvidas a respeito da existência de uma globalização das técnicas, mas ainda podemos falar de uma só globalização:

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: outra globalização. (Santos, 2009, p. 18).

A defesa de uma “unidade do mundo” é, portanto, falaciosa. A chamada globalização deve ser pensada de três maneiras diferentes, de acordo com Milton Santos: a primeira delas é uma fábula contada pelo sistema vigente [*status quo*], que propaga a imagem de um mundo global; a segunda é o mundo como ele é de fato: perverso; e a terceira é o mundo como ele pode ser: um “outro” mundo, outra Terra. A respeito da crítica feita por Milton Santos à globalização, fizemos a seguinte observação:

A globalização, tal qual é praticada, reduz o valor da singularidade, do sujeito e do lugar, enquanto enaltece a multiplicidade, naquilo que ela tem de mais nefasto. A globalização trata a todos como massa, ainda que o faça por trás de um discurso de valorização da individualidade e trata todos os lugares como se fossem um só. Ela estimula as pessoas a conquistarem o mundo da celebridade, do *glamour* e do capital, mas, quando fazem isso, as pessoas se perdem e perdem o lugar. A memória individual perdeu o seu lugar, a sua importância, a não ser que seja uma história de sucesso, nos moldes estabelecidos pela sociedade contemporânea. Dessa forma, conquistar o mundo corresponde a perder o lugar, poderíamos afirmar. (Fernandes, 2015, p. 57)

De qualquer forma, embora este pensamento esteja impregnado em nossa cultura, ele está perdendo terreno, pois existem novas posturas filosóficas e cognitivas que o desafiam, como a própria geofilosofia e, por exemplo, o

pensamento decolonial, a partir do qual incluímos Carolina Maria de Jesus, destacando elementos decoloniais e geofilosóficos tanto em seus escritos, quando em sua trajetória biográfica, marcada por muitos, e profundos, descolamentos.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977) nasceu em Sacramento, Minas Gerais. Não conheceu o pai e foi criada pelo avô materno. Aprendeu a ler e escrever com uma professora de infância e soube perceber, ainda muito jovem, as contradições sociais, tomando consciência do quanto que a sua condição era desfavorável, em vários sentidos: pobre, mulher, negra. Para ela, a colonização se deu nesses três aspectos: a pobreza, a condição feminina e a condição de mulher negra.

Em Carolina Maria de Jesus, encontramos o seguinte fragmento, que consideramos profundamente geofilosófico:

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: § \_ É uma pena você ser preta. § Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnação, eu quero voltar sempre preta. § ... Um dia um branco disse-me: § \_ Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem. § O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (Jesus, 1960, p. 64).

Neste fragmento a geofilosofia não se apresenta de forma evidente, mas de maneira que só pode ser encontrada a partir de uma reflexão mais ampla, à qual nos dedicaremos no segundo capítulo desta tese.

E, para finalizar este tópico, citamos algumas preocupações da filósofa brasileira Zenaide Silva, extraídas de uma entrevista concedida a Antônio Abujamra, no programa Provocações, da TV Cultura. Na referida entrevista, Zenaide afirma:

O que você estuda na escola hoje como filosofia grega, não passa de pirataria grega. [...] A deusa Saf<sup>12</sup> é a deusa da sabedoria, a deusa do conhecimento, do Egito. Era a essa deusa que os gregos se reportavam para estudar, para pesquisar, para se iniciarem, porque o Egito era uma sociedade iniciática. Eles, então, por serem amigos de Saf, (filósofos) criaram “filosofia”, que é, na realidade, “só” amizade pelo conhecimento, amor ao conhecimento. A protosofia é a primeira, é a célula mater mesmo. [...] Essa história toda eu desencavei ao estudar afrocentricidade nos Estados Unidos.

---

<sup>12</sup> Não encontramos outras referências ou citações a respeito da divindade citada por Zenaide Silva.

(<https://www.youtube.com/watch?v=VPoAfUN0Gk0>. Acesso em: 16 jul. 2023).

E Aristóteles já havia indicado a primazia de habitantes do continente africano, em relação aos gregos, na matemática, por exemplo: “... em várias partes do Egito, se organizaram pela primeira vez as artes matemáticas, porque aí se consentiu que a casta sacerdotal vivesse no ócio” (Aristóteles, 1984, p. 12).

No entanto, por falta de fontes e referências, no que se refere às afirmações de Zenaide, não nos dedicaremos, nesta pesquisa, ao estudo de suas afirmações, embora pretendamos fazer em outra ocasião. De qualquer forma, nessas poucas linhas retiradas da sua fala, encontramos algumas colocações que consideramos profundamente geofilosóficas: a introdução do conceito “protosofia”; a referência aos estudos de afrocentridade e o uso do termo “desencavei”, que remete à expressão “cavar a terra”, já vista anteriormente, tanto em Cristina de Pisan quanto em Deleuze e Guattari, vide página 39 desta tese. O “cavar a terra” também pode ser associado a uma afirmação feita por Bento Prado Júnior, na apresentação da edição em língua portuguesa do livro *O que é a filosofia?*, de Deleuze e Guattari. O texto consta nas orelhas do livro e pode ser lido como um prefácio, ou introdução, à obra dos autores franceses. Prado Jr. afirma:

A invenção ou a produção dos conceitos remete à instauração de um “plano de imanência” que, podendo embora ser caracterizado como “pré-filosófico”, não deixa de ser contemporâneo e indissociável dessa invenção e dessa produção. De alguma maneira e inesperadamente, a esfera do pré-filosófico se revela como post-filosófica. O chão se abre sob nossos pés e experimentamos a vertigem do pensamento. (Prado Jr., 1992, orelhas).

Tanto o “cavar a terra” quanto o “chão se abre” remetem à Geofilosofia, à relação do pensar com a terra e com a Terra.

## CAPÍTULO II - GEOFILOSOFIA: ENTRE O SER E O(S) DEVIR(ES)

*Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores.*

(Carolina Maria de Jesus, 1960, p. 39).

### 2.1 - GEOFILOSOFIA: De Deleuze e Guattari aos dias atuais

A primeira compreensão sobre a geofilosofia é a de que ela é uma defesa da relação existente entre a filosofia, o pensamento e os elementos geográficos (categorias). Com o passar do tempo, o termo ganhou novos entendimentos e hoje não podemos mais dizer que exista apenas uma compressão de geofilosofia. Os estudos realizados indicaram a existência de, pelo menos, três diferentes compreensões do termo, a saber: (a) o conceito em Deleuze e Guattari, considerados os criadores do termo “geofilosofia”; que fazem um esforço para trazer para o domínio do pensamento uma nova “geograficidade”, fundamentada na relação entre a filosofia, o território e o lugar; (b) a compreensão de que a geofilosofia consiste na procura de um entendimento inclusivo a respeito do habitar a Terra, presente, sobretudo, entre os autores italianos e (c) a defesa de que a geofilosofia possa ser um modo de leitura do mundo, uma abordagem teórica.

O que é comum, sob o ponto de vista conceitual, é que a geofilosofia procura estabelecer um vínculo entre o pensamento e a Terra<sup>13</sup> e pode ser entendida como uma busca da compreensão das destituições e/ou restituições que ocorrem no contexto dos elementos que a Terra abriga. O objetivo deste tópico é apresentar, introdutoriamente, as diversas possibilidades de entendimento do termo “geofilosofia”. Em suma, com a palavra “geofilosofia” não se pretende indicar uma nova disciplina, ou conteúdo curricular. Como já aludido acima, a geofilosofia, de acordo com a pesquisadora italiana Caterina Resta, ao contrário:

pretende desafiar a fragmentação progressiva das áreas de conhecimento, e não simplesmente através de um encontro interdisciplinar, mas por reconhecer que a raiz comum, que é o cerne de toda a experiência humana do mundo: viver na Terra. Nesse

---

<sup>13</sup>Embora não exista um entendimento único sobre o que seja a “Terra”, adotamos o sentido em que o termo aparece em Deleuze e Guattari e nos demais autores que se dedicam aos estudos geofilosóficos: “Terra: ‘elemento’ que reúne todos os demais elementos” (D&G, 1992, p. 113).



sentido, a Geofilosofia é uma filosofia *radical* [...] Mas ela também quer ser uma filosofia *enraizada* em uma tentativa de transformar o árido deserto do niilismo em um terreno fértil para a humanidade em sua história. Um habitar sempre enraizado em um *aqui e agora* singular, portanto, sempre em *um* tempo, mas também em *um* determinado espaço, que permite que cada existência ocorra, de tempos em tempos, em um idioma específico, no qual pedras, animais, vegetais e toda a paisagem “física” não façam apenas o fundo, mas tornam-se o essencial e constitutivo de um mundo compartilhado. (Resta, 2019, p. 25).

### 2.1.1 A Geofilosofia, segundo Deleuze & Guattari: um novo conceito.

De volta a Deleuze e Guattari, é no livro *O que é a filosofia?* que eles apresentam o conceito “geofilosofia”. Para discorrer sobre esse conceito, como conceberam os dois filósofos franceses, precisaremos retroceder mais um pouco naquela mesma obra, quando os referidos autores escrevem sobre “O que é um conceito”, já que o termo “geofilosofia” nasce a partir da aplicação daquelas reflexões.

Para Deleuze e Guattari, não há conceito simples, pois “todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido...” (D&G, 1992, p. 27). Além disso, ainda para os autores, o conceito possui um devir e isso o situa horizontalmente, ou na vizinhança e, tendo um número finito de componentes, ramificará sobre outros conceitos, participando de uma “cocriação” (*Ibid.*, p. 30).

Nesse caso, chamamos a atenção para um aspecto que escapa à análise de Deleuze e Guattari, ao qual nos dedicaremos com maior ênfase: ao afirmarem que o conceito tem um número finito de componentes (*Ibidem*), os dois autores não atentam para o fato (ou não desenvolvem a ideia) de que nem todos esses componentes, no entanto, sejam identificáveis; alguns o são facilmente, outros exigem maior estudo e tempo e outros podem residir em limites mais extremos ou, até mesmo, escaparem de qualquer tentativa de identificação e controle<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Quanto a isso, vejamos o que escreveu Henri Lefebvre, sobre os “resíduos”, conceito que remete a esses “não identificáveis”, que escapam ao controle: «Também não levamos em conta a terra como conjunto de auto-regulações (atmosfera, chuvas, climas, solos, etc.). Consideramos adquiridas certas proposições. Essas estabilidades existem e constituem o “real”. Um amplo vir-a-ser conflitual (dialético) as percorre, as atravessa, que os filósofos chamaram “cosmos”, ou “mundo”, “Deus” ou “providência divina”, “Espírito”, “vida”, “vontade”, etc. Esse devenir, em cada nível de estabilidade, parece esgotado. Parece reduzir-se a um “resíduo”. Em seguida, as contradições recrudescem, o devenir se reinicia. Quebra ou dissolve as estabilidades. Se apreendemos a capacidade criadora na história humana, sob os vocábulos práxis, poiesis, não temos o direito de construir uma ontologia sob essa capa. Não temos o direito de “ontologizar” a história.» (Lefebvre, 1967, p. 58).

Esse “fenômeno” pode ocorrer em duas vias: tanto para um conceito que carrega componentes não identificáveis, como, por exemplo, o conceito de *espaço* (podemos garantir sermos possuidores de todos os componentes incluídos nesse conceito?), quanto para ideias para as quais ainda não existem conceitos; eis (também) porque novos conceitos são criados. Isso também explica porque existem vocabulários e dicionários próprios para ciências, áreas de conhecimento, filósofos, costumes, dentre outros.

Na primeira parte do capítulo, os autores desenvolvem, a título de exemplificação, breves ensaios com alguns conceitos, tais como “outrem”, dos quais extraem também a inferência de que o conceito é uma heterogênesse, cuja ordenação, portanto, se dá na vizinhança e não de forma hierárquica: “o conceito diz o que acontece, não a essência ou a coisa” (D&G, 1992, p. 33).

No que se refere ao conceito “outrem”, como aparece em Deleuze e Guattari: “... se nós o identificarmos a um objeto especial, outrem já não é outra coisa senão o outro sujeito, tal como ele aparece para mim; e se nós o identificarmos a um outro sujeito, sou eu que sou outrem, tal como eu lhe apareço” (*Ibid.*, p. 27), é possível estabelecer uma relação com outros autores que também se dedicaram, de alguma maneira, ao estudo da alteridade, na busca de entendimento sobre as possíveis interpretações a respeito do que significa o “outro”.

Hannah Arendt, por exemplo, proporcionou contribuições relevantes, quanto à percepção do outro e sobre a pluralidade do gênero humano:

Se, pelo contrário, acontecer que, após uma enorme catástrofe, apenas um povo sobreviva no mundo, e se acontecer que todos os seus membros percebam e compreendam o mundo a partir de uma única perspectiva, vivendo em pleno consenso, o mundo no sentido histórico-político iria para a sua ruína [...] Em outras palavras, somente podem existir homens, no sentido literal da palavra, onde existe mundo e só pode existir mundo, no sentido pleno do termo, onde a pluralidade do gênero humano não tenha sido reduzida à simples multiplicação de exemplares de uma espécie<sup>15</sup>. (Arendt, 1995, Fragmento 3c, s/ numeração).

Embora as afirmações de Arendt, na citação acima, tenham sido feitas tendo em vista um episódio específico da história recente da humanidade, o holocausto

---

<sup>15</sup> “S’il devait inversement se produire que, suite à une énorme catastrophe, un seul peuple survive dans le monde, et s’il devait arriver que tous ses membres perçoivent et comprennent le monde à partir d’une seule perspective, vivant en plein consensus, le monde au sens historique-politique irait à sa perte [...] En d’autres termes, il ne peut y avoir d’hommes au sens propre que là où il y a un monde, et il ne peut y avoir de monde au sens propre que là où la pluralité du genre humain ne se réduit pas à la simple multiplication des exemplaires d’une espèce”. (Tradução nossa).

judeu, ocorrido no fim da primeira metade do século XX e promovido pelo III Reich de Hitler e seus asseclas, o seu alcance pode ser elevado a uma dimensão muito maior, pois remete a toda a condição humana. O mundo, com tal, deve ser um lugar para todos e não apenas para uma espécie, ou raça, que se pretenda superior e/ou escolhida. Nesse sentido, o termo “outrem” deveria ter um valor de inclusão e não de exclusão. O outro não é o inimigo, ou aquele que deve ser eliminado, mas sim cada um de nós, pois é isso que somos para aqueles que não são nós. Parece-nos que é essa a dimensão de “outrem” que está presente em Deleuze e Guattari, assim como também para Hannah Arendt. Afinal de contas, é o “eu” que interpreta o mundo e o “outro” continuará sendo sempre uma espécie de abstração na mente de um eu que pensa sobre o que ele não é. A questão também nos remete a uma leitura presente em Miroslav Milovic e em Lévinas, que será apresentada ainda neste capítulo.

De volta a Deleuze e Guattari, o conceito é uma construção complexa e isso nos interessa particularmente, uma vez que os próprios autores nos autorizam a buscar novos caminhos conceituais, a partir do que eles iniciaram: “partimos de um exemplo complexo [...] o leitor pode partir de qualquer exemplo, a seu gosto” (D&G, 1992, p. 31).

E é nesse ponto que tem início a “viagem” do filósofo, produtor do conceito. Na condição de produtor do conceito, o filósofo não é um sintetizador, ou um generalista. Ele é um gerador, o portador de uma compreensão ainda inédita ou inaudita, à qual ele empresta o exercício do pensar, diante de uma possibilidade e/ou de uma necessidade. Aqui, acrescentamos ao esforço realizado por Deleuze e Guattari a ousadia de afirmar que conceitos podem ser possíveis ou necessários<sup>16</sup>, conforme o caso, embora todos exijam uma complexidade e uma justificativa plausível. Lembre-mo-nos: “não existe conceito simples” (*Ibidem*). Não é fácil produzir conceitos!

Conceitos possíveis são aqueles cuja formulação se dá em continuidade, em desdobramento. Novas circunstâncias trazem possibilidades de conceituação. Cito,

---

<sup>16</sup> Ainda não estou certo se “possíveis” e “necessários” sejam as melhores maneiras de denominar esses conceitos. Pensei também em “explícitos” e “implícitos”, respectivamente.

por exemplo, o relativamente novo conceito “glocalidade”<sup>17</sup>. Trata-se, portanto, de um conceito possível, mas não necessário, uma vez que busca exprimir uma ideia (ou compreensão) já dada e admitida: uma penetração entre os elementos globais e locais de determinada realidade ou de uma análise social. Não apresenta dificuldade alguma, mas, ao contrário, simplifica.

Conceitos necessários, por outro lado, são aqueles cuja formulação revela uma conexão (ou necessidade) ainda não percebida, mas de difícil refutação. Ou seja, não seria possível conhecê-la antes da formulação do conceito, ainda que ela já estivesse ali. Um exemplo desse caso é o Cogito cartesiano. Os próprios autores - Deleuze e Guattari - reconhecem, ao analisarem o raciocínio de Descartes: “tudo parecia pronto e todavia algo faltava” (D&G, 1992, p. 39).

É nesse sentido, como necessário, que, nesta tese, é compreendido o conceito “geofilosofia”, introduzido por Deleuze e Guattari, que é o tema fundamental desta pesquisa e parâmetro para os demais (novos) conceitos que nela são introduzidos e apresentados.

Antes, porém, de nos ocuparmos com o capítulo “Geofilosofia”, uma reflexão: conceitos, ainda de acordo com Deleuze e Guattari, são fragmentários e não podem ser comparados às partes de um quebra-cabeça (cujas partes podem ser unidas, formando um todo coeso), pois nos conceitos os “contornos irregulares não se correspondem” (*Ibid.*, p. 35), pois...

A grandeza de uma filosofia avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos torna capazes de depurar em conceitos. Portanto, é necessário experimentar em seus mínimos detalhes o vínculo único, exclusivo, dos conceitos com a filosofia como disciplina criadora. O conceito pertence à filosofia e só a ela pertence. (*Ibid.*, p. 47).

E nessa dificuldade - tornar compreensíveis e comunicáveis os contornos irregulares - reside uma das grandezas da filosofia, enquanto criadora de conceitos.

Após as reflexões sobre o que é o conceito, Deleuze e Guattari não adentram diretamente na geofilosofia, antes caminham pelo *plano da imanência* e pelos

---

<sup>17</sup> O conceito “Glocal”, do qual derivam “glocalidade”, “glocalismo”, “glocalização”, dentre outros, exprime a possibilidade de tratamento dialético entre as questões referentes aos aspectos globais (universais) e locais, pensados em conjunto. Acredita-se que o conceito tenha sido introduzido na década de 1980, pelo The Oxford Dictionary of New Words. Hoje, o conceito também é tratado como uma nova categoria e é, relativamente, comum a referência a “Redes Glocais”, “Marketing Glocal” e “Produção Glocal”, quando, por exemplo, produtos comercializados mundialmente são adaptados às realidades locais. Mas o conceito envolve elementos mais complexos.

*personagens conceituais*, temas com os quais não nos ocuparemos, de maneira específica.

Chegamos ao texto (capítulo) “Geofilosofia”. Nele é encontrada a primeira referência ao termo. A intenção dos autores é enaltecer a dimensão imanente da filosofia, bem como a sua relação com as categorias geográficas: território, lugar, paisagem, espaço, dentre outras.

Os autores franceses salientam que a contribuição dos primeiros filósofos gregos foi criar uma abordagem própria para os fenômenos naturais, deixando de tratá-los como “coisas em si” e passando a tratá-los como conceitos:

Enquanto o sagrado “pensa” por figuras (mandalas, hexagramas...), a filosofia lida com conceitos. A filosofia, por isso, é também uma geofilosofia e o pensar se dá na relação entre o território e a terra. Até mesmo Kant, segundo os autores, ao propor a sua “revolução copernicana” na relação entre sujeito e objeto, colocou o pensamento em relação com a terra. Desta maneira, a razão seria contingente e imanente, o que põe a filosofia diante de um problema: de que maneira ainda é possível pensar em uma causa transcendente para o surgimento da filosofia, ou ela seria totalmente dependente de uma conjunção prática histórico-temporal? Em suma, a noção de geofilosofia de Deleuze e Guattari se preocupa com a dívida da filosofia para com o território, ou para com a geografia. (Fernandes, 2015, p. 60).

Desta forma, o capítulo Geofilosofia, de *O Que é a Filosofia?*, permite amplas interpretações, o que os próprios autores referendam. Neste ponto, chamamos a atenção para aquela que nos parece ser uma das proposições fundamentais desta tese: “A Terra não é apenas um elemento entre os outros, mas sim aquele que reúne todos os demais”. Por isso, os movimentos de desterritorialização e reterritorialização, sejam concretos ou conceituais, não são separáveis da Terra; são imanentes e até mesmo a filosofia grega/ocidental é uma “peregrina” ou estrangeira. Ela é uma geofilosofia.

E se a filosofia grega não for ela própria estrangeira, os primeiros filósofos sim, o foram, e “O que é que estes emigrados encontram no meio grego?”, perguntam Deleuze e Guattari (D&G, 1992, p. 116). Eles mesmos respondem: “Imanência, amizade, opinião” (*Ibidem*). Por isso, o que os primeiros filósofos fizeram, ao criarem a filosofia ocidental, foi produzir (ou descobrir) um plano de imanência para o pensamento: o conceito. O que fizeram foi retirar o pensamento do território “imagem”, trazendo-o para o território “conceito”. Trata-se, portanto, de um

movimento de desterritorialização seguida de uma reterritorialização, na qual a Terra passa a ser o Ser de um pensamento, entrando no puro plano de imanência desse pensamento. A isto, os autores chamaram de “desterritorialização absoluta” (D&G, 1992, p. 117), que não exclui, mas pressupõe, uma reterritorialização que se apresenta como “a criação de uma nova terra por vir” (*Ibidem*). A expressão “nova terra” é recorrente no capítulo “Geofilosofia” e, como ele, os autores fazem alusão a uma terra, e a uma Terra, que deve ser produzida no campo da compreensão humana. Trata-se de uma nova terra possível, na qual habitam “novas pessoas” humanas. A humanidade tem buscado essa nova terra de diversas formas, mas sempre do ponto de vista material, dos deslocamentos, das desterritorializações materiais, seguidas de consequentes reterritorializações, como nos descrevem os tantos exôdos, exílios coletivos, diásporas e tantos outros fenômenos semelhantes.

Quanto à “nova terra” de Deleuze e Guattari, ainda estamos esperando por ela e, neste ponto, tomamos a liberdade de apresentar, a partir das reflexões acima, algumas consequências/inferências nas quais os próprios autores não se detiveram, mas que são consequências necessárias de suas afirmações:

a) De certa forma, ainda vivemos em uma sociedade pré-filosófica, mesmo que já tenham se passado vinte e seis séculos desde o surgimento da filosofia ocidental e mais ou menos séculos desde o surgimento das inúmeras filosofias pelo mundo afora. Ainda não é o conceito que determina a vida e a história das pessoas e do mundo, mas sim o pré-conceito.

b) O filósofo (ou a filosofia) não tem uma pátria, mas sim uma mátria, a Terra; eis porque se sente um cosmopolita (cidadão da Terra e do Cosmo) e, ao mesmo tempo, um estrangeiro, em qualquer lugar. Nem mesmo a Grécia pode reivindicar, legitimamente, a primazia absoluta sobre a filosofia, pois o seu surgimento se deve mais a elementos imanentes e telúricos do que necessários.

c) A “nova terra” deverá ser uma Terra de – e para – todos!

De volta ao estudo do texto, a reterritorialização do pensamento no conceito, em detrimento da figura (ou imagem) conduz os autores a uma longa e fértil reflexão sobre os elementos que esse movimento suscita. De um lado temos a figura, hierárquica, vertical, paradigmática e projetiva e, de outro lado, temos o conceito, vicinal, horizontal, sintagmático e conectivo.

A regra do conceito é a vizinhança e não a hierarquia e os pré-socráticos criaram a filosofia porque passaram a tratar os elementos naturais entendidos como conceitos e não mais como imagens.

No entanto, apesar dos esforços dos primeiros filósofos ocidentais, a filosofia nascente foi desterrada em seu próprio território original: a Grécia. E este evento está devidamente registrado no processo de Sócrates. A cidade – Atenas – não reservara lugar para o pensamento crítico ou para o conceito; preferiu optar pelo pré-conceito ou pelas imagens expressas nas acusações falsas dirigidas ao filósofo:

Desconheço como vós, homens de Atenas, fostes afetados por meus acusadores. Quanto a mim, por pouco não perdi a noção da minha própria identidade tal a persuasão com que discursaram. E, no entanto, dificilmente haja uma única palavra de verdade no que disseram (Platão, 2010, p. 9).

De toda forma, o que se pretendia com o processo de Sócrates era o desterro da filosofia, em pleno regime da democracia ateniense. Sócrates – ou a filosofia – deveria optar pelo exílio ou pela morte. De fato, o filósofo respeitou a vontade da Assembleia, que determinou a sua morte.

Sua morte, no entanto, fez perseverar a – sua – filosofia, mas também conferiu a ela o caráter subversivo que ainda hoje a caracteriza. Ou seja, a cidade continua sendo um ambiente hostil para o pensamento livre e um “Sócrates” morre a cada dia.

E os gregos antigos, embora nos tenham servido com um número muito grande de conhecimentos, práticas e atividades que caracterizam a sociedade ocidental, em cuja base está a cultura grega, também nos “presentearam” com a perpetuação dos fundamentos da exclusão, ao proporem uma noção excludente de “Povo” (*Demos*), na qual não há lugar para o estrangeiro, para a mulher, para o escravo, dentre outros: “Nem em Roma nem em Atenas o estrangeiro podia ser proprietário. Não podia se casar; pelo menos seu casamento não era reconhecido, e seus filhos eram considerados bastardos” (Coulanges, 2009, p. 211) e

A democracia ateniense possui algumas características que a tornam diferente das democracias modernas, ainda que estas se inspirem nela para se constituírem. Em primeiro lugar, nem todos são cidadãos. Mulheres, crianças, estrangeiros e escravos estão excluídos da democracia, que existe apenas para os homens livres adultos naturais de Atenas. (Chauí, 2002, p. 133).

Não são esses os mesmos que ainda em nossos dias continuam desprovidos de cidadania, não tanto (e só) pela falta de direitos, mas, sobretudo, de fato?<sup>18</sup>

Não iremos desenvolver esse argumento aqui, para não cairmos no risco de cometer um anacronismo, mas a filosofia antiga poderia ter optado por uma direção diferente<sup>19</sup>: Sócrates, segundo Platão, citou mulheres entre as pessoas que influenciaram o seu pensamento e dialogou com escravos e estrangeiros em caráter de igualdade, de forma horizontal e não hierarquizada. Os antigos atenienses, no entanto, com base em sua autoctonia, legitimaram e referendaram o pré-conceito (a imagem) de “estrangeiro”, decretando, por desdobramento, inúmeros exôdos, exclusões e exílios futuros. Nisso, portanto, não foram diferentes dos seus contemporâneos e anteriores:

O exôdo é a expressão histórica de uma questão ontológica fundamental: o exôdo do Egito é uma saída de si mesmo, isto é, uma liberação coletiva de uma identidade fechada. O exôdo imprime o selo de ser-estrangeiro no povo judeu, que é guiado por um estrangeiro: de fato, como demonstrou Freud, Moisés era egípcio. Além disso, pode ser que o próprio Deus que guia Moisés seja um Deus estrangeiro<sup>20</sup>. (Surace, 2019, p. 115).

De qualquer forma, isto não implica em uma oposição absoluta, irreduzível e insolúvel entre as imagens e os conceitos. Pode até ser o caso de que a imagem tenha preparado o caminho para o conceito e, ao mesmo tempo, pode ser que o próprio conceito venha a ser superado, sendo ele próprio desterritorializado, em prol de um novo território para o pensamento. Quiçá, o nosso próprio desenvolvimento como sociedade e humanidade dependa dessa superação. Em outras palavras, a “nova terra” poderia pressupor um novo território para o pensamento. Qual seja? Ainda não sabemos. O encaminhamento dessa questão, no entanto, está fora do escopo desta tese, mas a ele pretendemos retornar, em momento oportuno.

---

<sup>18</sup> E se for considerada a afirmação de Zenaide Silva, na página 48 desta tese, o que também aparecerá em Diop (pág. 85), a realidade pode ainda ser mais grave, pois os gregos, assim, tomaram a filosofia emprestada dos egípcios (africanos) para, com ela, desenvolverem um pensamento e uma prática social excludentes.

<sup>19</sup> Outro aspecto importante a ser assinalado é que muitos são os pesquisadores atuais que têm se dedicado ao estudo de comportamentos criticáveis em autores do passado. São muitos os escritos em que são denunciados casos de eurocentrismo, preconceito, misoginia, dentre outros.

<sup>20</sup> The exodus is the historical expression of a fundamental ontological question: the exodus from Egypt is a coming out from oneself, that is to say a collective liberation from a closed collective identity. The exodus impresses the seal of being-alien into the Jewish people, who are led by an alien man: indeed, as Freud showed, Moses is an Egyptian. Moreover, maybe God himself who guides Moses, is a alien God. (Tradução nossa).



Não obstante, continuamos, perfazendo o percurso teórico e conceitual que permitiu a Deleuze e Guattari a proposição do conceito geofilosofia, cuja maior influência os dois autores franceses creditam a Nietzsche, conforme já anunciado na página 34 desta tese.

### **2.1.2 – Nietzsche: o niilismo e o deserto da (in)existência**

Nietzsche é citado pela maioria dos autores que se dedicam aos estudos geofilosóficos. Deleuze e Guattari não só o citam, como também atribuem a ele a primazia das preocupações modernas que culminariam com a introdução do conceito “geofilosofia”:

Com efeito, não é somente o filósofo que tem uma nação, enquanto homem, é a filosofia que se reterritorializa sobre o Estado nacional e o espírito do povo (o mais freqüentemente aqueles do filósofo, mas nem sempre). Assim, Nietzsche fundou a geo-filosofia, procurando determinar os caracteres nacionais da filosofia francesa, inglesa e alemã. (D&G, 1992, p. 133).

E Caterina Resta, por sua vez, afirma, em mais de uma ocasião, que a geofilosofia pode, entre as suas tarefas, oferecer uma nova forma de comunicação, ou linguagem, que possibilite respostas para a falta de sentido denunciada por Nietzsche:

A Geofilosofia, como a própria palavra sugere, pretende ser uma filosofia da Terra. A intenção, que em primeiro lugar a guia, é a de recuperar o terreno para o pensamento, acreditando que a determinação foi perdida. Compreender como isso é possível, então, é o primeiro passo necessário no caminho que se pretende recuperar. A suposição do niilismo, de acordo com o profundo entendimento de pensadores como Nietzsche, Heidegger, Schmitt ou Jünger é o horizonte de época no qual o carácter intrinsecamente niilista e destrutivo do pensamento ocidental, a devastação do planeta Terra, alcança sua máxima expressão de conceptividade [*pensabilità*]. (Resta, 2019, p. 18).

E ainda:

Este niilismo que devora a terra como uma gangrena, transformando-o em deserto inabitável onde nada mais pode crescer, da *Ent-Ortung*, da deslocalização que aniquila os lugares, apagando os traços singulares, a geofilosofia pretende interrogar os pressupostos, na convicção de que só indo à sua gênese, poderá ser capaz, talvez, de encontrar soluções adequadas. (Bonesio e Resta, 2017, p. 29).

Se em Nietzsche encontra-se, de fato, a origem das preocupações que podemos denominar geofilosóficas, no fim do período moderno e início do que chamamos contemporaneidade, é porque ele colocou em xeque as afirmações e falsas certezas próprias da intelectualidade daquele período, denunciando-as, na forma de uma rigorosa crítica à moral ocidental, como assinala Luisa Bonasio:

O “deserto que cresce”, sobre o qual escreveu Nietzsche, era, propriamente, o poder dissolvente do niilismo que se expande na Terra, sobre a vida dos homens e sua civilização. Em seu comentário sobre esta expressão fundamental da filosofia nietzschiana, Heidegger evidencia esse retorno à pergunta de que se o homem atual está preparado para assumir o governo dos enormes problemas que a técnica representa para a Terra. [...] § Visto em uma perspectiva diferente e complementar, estendendo-se de forma ativa (para “favorecer”, disse Nietzsche), o deserto é a dissolução da lógica mundializante que, no entanto, não é simplesmente ou puramente uma verdade, mas sim uma tendência *ativamente* perseguida de ocidentalização do mundo, uma “mudança para o Ocidente” que não é nem unitária nem indiscutível, mas realiza-se com as especificidades locais, todas a serem compreendidas e avaliadas. (Bonasio e Resta, 2017, p. 46).

Causa espanto reconhecer que o “deserto” seja cada vez mais amplo e devastador, na medida em que mais e mais o mundo se globaliza, se ocidentaliza.

Desta forma, em Nietzsche encontramos os fundamentos de uma compreensão geofilosófica. Pelo menos é assim que nos apresentam Deleuze e Guattari; compreensão à qual dão continuidade grande parte dos autores que à geofilosofia se dedicam.

O que mais incomoda Nietzsche, no que se refere ao conceito de geofilosofia, é a própria origem da moralidade ocidental, sempre marcada por uma exagerada noção de dever e obrigação, forjada na violência, que cobra um preço caro à humanidade:

Nesta esfera, a das obrigações legais, está o foco de origem desse mundo de conceitos morais: “culpa”, “consciência”, “dever”, “sacralidade do dever” – o seu início, como o início de tudo grande na terra {Terra}, foi largamente banhado de sangue. E não poderíamos acrescentar que no fundo esse mundo {Terra} jamais perdeu inteiramente um certo odor de sangue e de tortura? (Nem mesmo no velho Kant: o imperativo categórico cheira a crueldade...). (Nietzsche, 2001, p. 55). Os colchetes são nossos.

Nietzsche compara os seres humanos – modernos – a animais domesticados, para os quais a crueldade foi incorporada como um atributo moral: “Sem crueldade

não há festa: é o que ensina a mais antiga e mais longa história do homem – e no castigo também há muito de *festivo!*” (*Ibid.*, p. 56). O que parecia ser algo de um passado remoto – a crueldade instintiva –, foi assimilado, antes de ser superado.

E, no *Anticristo*, Nietzsche afirma:

Ao chegar aqui não posso reprimir um suspiro. Há dias em que se apodera de mim um sentimento mais negro que a mais negra melancolia – o *desprezo pelos homens*. – E para não deixar dúvida alguma sobre o *que* desprezo e a *quem* desprezo, direi que é o homem de hoje, de quem por fatalidade sou contemporâneo. O homem de hoje – o seu hálito impuro asfixia-me. (Nietzsche, 1997, p. 70).

No entanto, da mesma maneira como se naturalizou a crueldade, desenvolveu-se *uma moralização e um amolecimento doentios* (Nietzsche, 2001, p. 56), que nos ensinam a envergonhar-nos de nós mesmos. E essa moralização não é suficiente para nos conduzir a uma “nova moralidade”, mas é bastante para nos fazer cair na mais abjeta hipocrisia, que nos faz conviver com uma dupla realidade: quem realmente nós somos e quem nós deveríamos – e poderíamos – ser.

O desenvolvimento das potencialidades humanas (ainda) não nos conduziu a uma convivência pacífica, mas sempre bélica. Nunca houve um momento em que uma guerra não estivesse sendo travada em algum lugar da Terra. Guerra e Terra, palavras muito semelhantes em nossa língua. A história da Terra é, ao mesmo tempo, a história de sucessivas desterritorializações e reterritorializações, causadas pelos mais diversos fatores. E essa questão, sobre o que realmente podemos ser enquanto humanidade, talvez seja a tarefa a ser desenvolvida em uma “nova terra”, a um “novo povo”; o que também nos remete ao texto de Deleuze e Guattari: “A revolução é desterritorialização absoluta no ponto mesmo em que esta faz apelo à nova terra, ao novo povo.” (D&G, 1992, p. 131).

A “nova terra” está completamente associada aos conceitos de desterritorialização e reterritorialização e é nesse aspecto que reside a maior influência de Nietzsche sobre os pensadores franceses, Deleuze e Guattari; uma vez que, mais do que lhes apresentar a possibilidade – e a necessidade – de se pensar uma geofilosofia e de pensar geofilosoficamente, Nietzsche lhes inspira também a necessidade da produção desse novo conceito:

Nietzsche determinou a tarefa da filosofia quando escreveu: “os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem por fabricá-los, criá-los, afirmá-los,

persuadindo os homens a utilizá-los [...]”. Que valeria um filósofo do qual se pudesse dizer: ele não criou um conceito, ele não criou seus conceitos? (D&G, 1992., p. 13).

É preciso também manter em mente, o que exige de nós uma atenção gigantesca, que Nietzsche, em momento algum, está advogando por equidade ou por algo semelhante ao que hoje denominamos “justiça social”. Não devemos esperar por isso do filósofo que, de forma tão excludente, escreveu:

A quem odeio eu mais entre a chusma destas fezes? À canalha socialista, aos apóstolos de Tchandala, que minam no instinto o prazer, o contentamento do operário de modesta existência, que tornam invejoso o operário, que lhe ensinam a vingança... A injustiça não se encontra nunca nos direitos desiguais; encontra-se na pretensão aos direitos “iguais”... (Nietzsche, 1997, p. 115).

Não nos iludamos! Não é essa a sua contribuição para os estudos geofilosóficos, mas sim a sua profunda desesperança em relação a tudo o que é humano sobre a Terra e, acima de tudo, no seu apelo por uma *transvalorização dos valores*.

É por isso que Marco Baldino, ao propor possíveis definições para geofilosofia, cita tanto Nietzsche quanto Heidegger, que é o próximo autor sobre o qual proporemos algumas reflexões geofilosóficas:

Num sentido objetivo, “filosofia da terra” [geofilosofia] ainda pode significar duas coisas: 1) a terra da filosofia, em sentido enfático, isto é, a pátria, ou, como dizemos hoje, sob a influência de um grande e controverso mestre como Heidegger, o *Heimat*, o local de nascimento ou útero de onde o pensamento é colocado ou colocado de volta no mundo; 2) ou o ser consignado (do pensamento) à terra, a mundanidade absoluta do pensamento, sua prisão, para citar Nietzsche - se bem entendemos seu apelo à fidelidade à terra -, e portanto novamente a antropologia, mas de uma forma muito diferente do sentido do mencionado acima. (Baldino, 2013, s/ numeração).

Fazendo uma apropriação do pensamento de Nietzsche, com a qual possivelmente ele não concordaria, entendemos que a geofilosofia, bem como o pensamento decolonial, podem ser exemplos de *transvalorização de valores*, uma vez que fazem a denúncia dos sistemas hegemônicos que têm sido as bases da sociedade ocidental, altamente patriarcal, colonialista e imperialista; embora essa relação não se dê na mesma perspectiva pensada por Nietzsche. Mas isso já é uma questão que transcende os nossos propósitos e as nossas forças para esta pesquisa.

Finalizamos este tópico anunciando que, de acordo com Deleuze e Guattari, Heidegger, assim como Nietzsche, é um autor que introduziu questões fundamentalmente geofilosóficas que merecem a atenção de quem a esses estudos se dedica, conforme veremos a seguir.

### 2.1.3 - Heidegger - Ser, Habitar e Ser no mundo (Terra)

Assim como Nietzsche, Heidegger é um autor ao qual é atribuída primazia às preocupações consideradas geofilosóficas, mas não na mesma medida. Deleuze e Guattari, por exemplo, confessam certo incômodo ao se verem forçados a “retornar” a Heidegger:

O caso Heidegger veio complicar as coisas: foi necessário que um grande filósofo se reterritorializasse efetivamente sobre o nazismo, para que os comentários mais estranhos se cruzassem, ora para pôr em causa sua filosofia, ora para absolvê-la em nome de argumentos tão complicados e alambicados que nos deixam perturbados. Nem sempre é fácil ser heideggeriano. Ter-se-ia compreendido melhor que um grande pintor, um grande músico caíssem assim na vergonha (mas justamente eles não o fizeram). Precisou ter sido um filósofo, como se a vergonha devesse entrar na própria filosofia. Ele quis reencontrar os gregos pelos alemães, no pior momento de sua história: que há de pior, dizia Nietzsche, do que se encontrar ante um alemão quando se esperava um grego? (D&G, 1992, 141).

E Caterina Resta refere-se a Heidegger como um autor que nela despertou reflexões geofilosóficas:

De minha parte, já em meu primeiro livro sobre Heidegger (*La misura della differenza. Saggi su Heidegger*), dediquei uma parte significativa da minha reflexão sobre este autor, muito decisivo do século XX, para as questões que poderiam ser chamadas geofilosóficas: o conceito “medida”, comparando-se a figura do agrimensor do “Castelo” de Kafka e da leitura heideggeriana do Hölderlin e do Trakl, procurando uma maneira não apenas “geométrica” para compreendê-lo; a concepção de *Heimkunft*, de volta para casa, em uma tentativa de subtrair a interpretação de Heidegger de uma leitura em código de “appaesamento” e da radicação no senso nacional-socialista de *Blut und Boden* [sangue e solo]; o tema da Terra, enfrentado nas suas relações com o Mundo, com a Vontade de Potência, entendida como domínio e cálculo do real, e, por fim, em relação ao céu, que está dentro da concepção heideggeriana de *Geviert*. § Esta leitura geofilosófica de Heidegger é posteriormente enriquecida com novas análises em dois outros textos, publicados nos anos seguintes (*Il luogo e la vie. Geografie del pensiero in Martin Heidegger; La Tierra del mattino. Ethos, Logos e Physis nel pensiero di Martin Heidegger*). O primeiro, em particular, tem a intenção de trazer para fora a “geo-grafia” do pensamento de

Heidegger, segundo a qual a questão do lugar e das ruas que levam a elas, bem como a do enraizamento, remetem poderosamente à questão da identidade e do pertencimento, o significado dos limites e da fronteira, a relação entre o “próprio” e o estrangeiro, a singularidade dos idiomas. (Bonesio e Resta, 2017, p. 6).

Da mesma forma, nos vemos forçados a “enfrentar” Heidegger que, em *Ser e Tempo*, expõe a “necessidade de uma retomada explícita da questão do ser” (Heidegger, 2015, p. 37), antes de chegar ao “habitar”, que é o que realmente importa para os estudos geofilosóficos.

Vamos refazer, em linhas gerais, este percurso com o intuito de apreender o porquê da necessidade de colocar novamente esta questão. Heidegger parte do pressuposto de que, em nossos tempos, a questão do ser caiu em esquecimento, apesar deste tempo se creditar o progresso de afirmar novamente a “metafísica”.

Outro ponto a considerar é o dogma que declara supérflua a questão sobre o sentido do ser, este dogma se formou no solo da iniciativa grega para interpretá-lo e o principal apoio deste dogma é afirmar que “ser” é o “conceito mais universal e o mais vazio” (*Ibidem*), por isto resiste a toda tentativa de definição.

Para Heidegger além de haver um problema em relação a esta questão, nem sequer estamos perplexos diante deste fato, o que acaba resultando em dois problemas, pelo menos. O primeiro: não sabemos o que queremos dizer quando dizemos: “ser”; o segundo: o fato de não sabermos o que queremos dizer quando dizemos “ser”, não nos causa espanto, admiração, não nos inquieta. Isto porque se vive em uma compreensão vaga e indeterminada do ser, a compreensão do ser se move no limiar de um mero conhecimento, mas é um fenômeno positivo que necessita esclarecimento.

Outro ponto para Heidegger é que a universalidade do conceito de “ser” não é a universalidade do gênero. “Ser” não delimita a região suprema do ente, pois esse se articula conceitualmente segundo gênero e espécie. A universalidade do ser transcende toda universalidade genérica.

Em todo conhecimento ou comportamento com o ente e consigo mesmo, faz-se uso do “ser” e, nesse uso, compreende-se de uma forma vaga e mediana, mas esta compreensão comum demonstra apenas a incompreensão e o fato de vivermos numa compreensão do ser e o sentido do ser estar, ao mesmo tempo, envolto em obscuridades, também demonstra uma necessidade de se repetir a questão sobre o sentido do “ser”.

Podemos dizer que todo o exposto aqui remete para uma necessidade de colocar novamente a questão do “ser”, lembrando também que, para Heidegger, a questão do ser, até então, não havia sido sequer colocada da forma adequada: “...e mesmo pela ausência de uma colocação adequada da questão.” (Heidegger, 2015, p. 44).

A compreensão do ser se move no limiar de um mero conhecimento, um estado indeterminado de uma compreensão do ser sempre disponível, um fenômeno positivo que necessita esclarecimento. Esta compreensão do ser vaga e mediana pode também estar impregnada de teorias tradicionais e opiniões sobre o ser, constituindo a compreensão dominante. O procurado da questão do ser não é algo inteiramente desconhecido, embora, a princípio, seja inapreensível.

O perguntado da questão a ser elaborada é o ser, o que determina o ente como ente, como o ente já é sempre compreendido, em qualquer discussão que seja. O *ser* do ente não é em si mesmo outro ente. O primeiro passo filosófico na compreensão do problema do ser consiste em não determinar a proveniência do ente como um ente, reconduzindo-o a outro ente, como se o ser tivesse o caráter de um ente possível. Enquanto perguntado, o ser exige um modo próprio de demonstração que se distingue essencialmente da descoberta de um ente. O intencionado, o sentido do ser, requer também uma conceituação própria que também se diferencia dos conceitos em que o ente alcança a determinação de seu significado. Para Heidegger, tanto o perguntado quanto o intencionado requerem uma conceituação própria, portanto, a pergunta pelo ser exige um modo, um método novo de investigação.

A questão do ser exige que se conquiste e assegure previamente um modo adequado de acesso ao ente. A partir de Heidegger, podemos propor as seguintes questões: “Em qual dos entes deve-se ler o sentido do ser?”, “De que ente deve partir a saída para o ser?”, “O ponto de partida é arbitrário ou será que um determinado ente possui primazia na elaboração da questão do ser?” “Qual é este ente exemplar e em que sentido ele possui uma primazia?”.

Se a questão deve ser novamente colocada, sua elaboração exige a explicação da maneira de visualizar o ser, de compreender e apreender conceitualmente o sentido, a preparação da possibilidade da escolha correta do ente exemplar, a elaboração do modo genuíno de acesso a este ente. “Visualizar”,

“compreender”, “escolher”, são atitudes constitutivas da pergunta e modos de ser de um determinado ente, daquele ente que nós mesmos (que questionamos) somos.

Elaborar a questão do ser significa tornar transparente o ente que pergunta em seu ser. Como modo de ser de um ente, o perguntado dessa questão se acha essencialmente determinado pelo que nela se questiona, pelo ser. Esse ente que todos nós somos e que, entre outras, possui em seu ser a possibilidade de questionar, Heidegger o chama: “*dasein*” (presença). A colocação explícita da questão sobre o sentido do ser requer uma explicação prévia e adequada do *dasein* no que se refere ao seu ser.

O *dasein* é o único que é capaz de refletir sobre sua própria existência. Qualquer objeto/coisa que não seja o ser jamais põe para si a questão de sua própria existência. A essência do *dasein* está em sua existência. Daí porque, para a descoberta do sentido do ser em geral, o ente a ser primeiramente investigado é o *dasein* e o ser só pode ser pensado no mundo, na Terra; o que torna o problema – também – geofilosófico: ser é estar no mundo.

Assim, Heidegger trata do início da analítica da presença (*dasein*), denominando os seus caracteres ontológicos como existenciais, pois se determinam a partir da existencialidade e são diferentes das determinações ontológicas dos entes que não têm o modo de ser do *Dasein*: a “*essência*” da presença está em sua existência (Heidegger, 2015, p. 85). A essas determinações ontológicas, Heidegger chama de “categorias” (que não devem ser confundidas com as categorias de Aristóteles). Cada um desses existenciais implica outras dimensões do próprio existencial, o “Ser-no-mundo”, por si só, é um existencial que precisa ser analisado em separado.

Para Heidegger, a expressão composta “ser-no-mundo” é uma constituição ontológica que “já na sua cunhagem mostra que pretende referir-se a um fenômeno de unidade” (*Ibid.*, p. 98). Por “fenômeno”, aqui, se entende o fato de o “Ser-no-mundo” ser aquilo que se apresenta dos momentos em que esta constituição pode ser desmembrada, a saber: O “em-um-mundo”, como a idéia de mundanidade como tal; o “ente” em si, aquele que está no modo da cotidianidade mediana do *dasein* e o “estar-em”, como constituição ontológica do “em”. O Fato de a expressão “ser-no-mundo” ser um fenômeno de unidade e, ao mesmo tempo, ser constituída em três momentos fundamentais não constitui uma contradição, cada um destes momentos



representa o “ser-no-mundo” em sua totalidade. Em termos deleuzianos: processo, rizoma.

Para Heidegger, o ponto de partida da analítica da presença (do *dasein*) consiste em se interpretar o “ser-no-mundo”. O “ser-no-mundo” é *a priori* do *dasein*, mas, ao mesmo tempo, é insuficiente para determinar por completo o seu ser (do *dasein*), para isto é preciso começar por uma caracterização do “ser-em”, que é um dos momentos constituintes do “ser-no-mundo”.

Ao contrário do que poderia parecer, o “ser-em” não significa um modo de ser de um ente dentro de outro, no sentido de uma relação espacial [do tipo: “água no copo, roupa no armário...” (Heidegger, 2015, p. 99)], na verdade o “ser-em” é uma constituição ontológica do *Dasein* e é também um existencial, não se trata de uma relação corporal e sim de uma relação que significa: “ser familiar a...”, “morar junto a...”, o que leva Heidegger a afirmar: “O ser-em é, pois, a expressão formal e existencial do ser da presença que possui a constituição essencial de ser-no-mundo.” (*Ibid.*, p. 100).

Por conseguinte, no *ser-em* se fundamenta outro existencial, o “ser-junto” ao mundo, este existencial não indica apenas um dar-se em conjunto com as coisas que ocorrem, não se justapõe, aqui, um ente chamado *dasein* a um ente chamado “mundo”. É comum nos expressarmos assim: “A mesa está junto à cadeira”, “a cadeira toca a mesa”, mas não é isto que o “ser-junto” quer significar, não se pode falar aqui de um tocar (e isto não é porque há sempre um espaço mínimo entre os objetos, mesmo que este espaço fosse inexistente, não é a isto que o “ser-junto” se refere). Na verdade, um ente só toca outro ente se tiver o modo de “ser-em”, se com o seu *dasein* (presença) já lhe houver sido descoberto um mundo, aí sim o ente poderá revelar-se no toque e tornar-se acessível em seu ser. Dois seres que se dão apenas dentro do mundo e que são destituídos de mundo, nunca podem se tocar.

Neste ponto, é inevitável pensar nas sérias consequências dessa impossibilidade de tocar, perceber, ver, sentir. Ela se manifesta, inclusive, em vários aspectos da existência humana. Em Nietzsche, e no niilismo, ela já havia surgido, caracterizada como um imenso vazio, como um deserto, como falta de sentido e de lugar no mundo. Hoje, ela se manifesta como indiferença, como incapacidade de reconhecer o “outro”. Ela é o oposto da alteridade. E a geofilosofia, numa compreensão mais básica que se possa pensar, é a recusa dessa indiferença!

É interessante que Heidegger, quando ainda não podíamos contar com o termo “geofilosofia”, tenha usado o próprio termo “filosofia” para associar o pensamento ao lugar:

O antigo significado de nossa palavra “fim” (*Ende*) é o mesmo que o da palavra “lugar” (*Ore*): “de um fim a outro” quer dizer: “de um lugar a outro”. O fim da Filosofia é o lugar, é aquilo em que se reúne o todo de sua história, em sua extrema possibilidade. Fim como acabamento quer dizer esta reunião. (Heidegger, 1984, p. 72)

E até mesmo o *dasein* (que não é destituído de mundo e de lugar) pode ser apreendido como algo simplesmente dado, desde que se ignore o “ser-em”. No entanto, nunca se deve confundir esta possibilidade com um modo de “ser simplesmente dado” próprio do *dasein*, pois este não é acessível quando não se consideram as suas estruturas específicas.

Não se pode esclarecer ontologicamente o “ser-em” mediante uma caracterização ôntica da seguinte forma: “o ‘ser-em’ é espiritual e a ‘espacialidade’ humana é qualidade de seu corpo”, pois o ser de tal ente permaneceria obscuro.

O “ser-no-mundo” se dispersa em vários modos de “ser-em”, que podem ser exemplificados como: “ter o que fazer com algo”, “produzir algo”, “discutir”, etc... (*Id.*, 2015, p. 103). Estes modos possuem o modo de ser da ocupação. Heidegger usa o termo “ocupação” no sentido de designar o ser de um possível “ser-no-mundo”, a despeito dos significados que esta expressão possa ter. Isto ele faz porque o ser do *dasein* deve ser visível em si mesmo como cura. “Cura”, nesse caso, tem o sentido de “cuidado”, tal qual na expressão derivada: “curador”. Por exemplo: “fulano de tal é o curador desta exposição”, ou seja, ele é o responsável, organizador, “cuidador”.

O *dasein* (presença) não pode, às vezes, apresentar o “ser-no-mundo” e, em outras, não apresentar, como se fosse o mesmo com ou sem o “ser-no-mundo”.

A presença nunca é “numa primeira aproximação” um ente, por assim dizer, livre de ser-em que, algumas vezes, tem gana de assumir uma “relação” com o mundo. Esse assumir relações com o mundo só é possível *porque* a presença, sendo-no-mundo, é como é.” (*Ibidem*).

Essa constituição não surge do fato de também se depararem com ela outros entes, os simplesmente dados, além dos dotados do caráter do *dasein*. É a partir daqui que começam a se delinear, mais claramente, as razões que levaram muitos autores a atribuírem ao pensamento de Heidegger características geofilosóficas, pois, como vimos até agora, os entes diferentes do *dasein*, os simplesmente dados,

não têm um mundo próprio, mas o *dasein* só pode ser concebido em sua relação com o (um) mundo (Terra).

Cabe também salientar que além de características geofilosóficas, configura-se em Heidegger uma contribuição anterior e muito profícua para a própria geografia, sobretudo para a geografia humanista, conforme evidenciou Eduardo Marandola Jr que, no artigo “Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia: sobre os modos geográficos de existência<sup>21</sup>”, incluiu entre os objetivos “refletir sobre as possibilidades abertas pelo pensamento heideggeriano para uma fenomenologia geográfica contemporânea a partir de sua noção de habitar...” (Marandola Jr., 2012, p. 83).

No referido texto, Marandola destaca o quanto a noção de habitar, tão cara para a geofilosofia, está próxima do ser-e-estar-no-mundo, de Heidegger, sendo, de fato, a sua própria expressão e o seu fundamento:

Habitar é o próprio *Dasein*, implicando um conjunto fenomênico de elementos que são mediados pelas ações intencionais e do querer do homem. A existência é fundada num habitar, e este marca, demarca e transforma o espaço. Muitas formas de habitar só se desenvolvem em certa duração, implicando conhecimento, vivência e um envolvimento com a comunidade, a cultura local e o estabelecimento de territorialidades. Em vista disto, espaço e tempo são elementos fundamentais do ser-e-estar fundado no habitar. (*Ibid.*, p. 86).

Além disso, não poderia ser a geofilosofia uma procura pelo próprio *Ser* da Terra? E o que dizer então sobre os “seres” destituídos de (um) mundo, de um lugar, de uma terra (Terra)? O que dizer sobre os desterritorializados e reterritorializados de todas as formas – estrangeiros, exilados, expatriados, apátridas, migrantes, banidos, escravizados, dentre outros?

No entanto, um dos modos de *ser-no-mundo* – também – se manifesta como um “não se sentir em casa” e qualquer pessoa – ser – pode, a qualquer momento, ver-se a si mesma como algo estranho ao mundo, ter a sua familiaridade com o mundo interrompida ou sentir que o mundo lhe é hostil. E aqui passamos da ontologia, propriamente dita, para a experiência:

---

<sup>21</sup> É digno de nota o fato de que este capítulo já estava sendo concluído, quando tivemos contato pela primeira vez com o texto de Eduardo Marandola Jr. O referido texto mostrou-se muito apropriado e em sintonia com a leitura que vínhamos desenvolvendo e, além disso, foi de suma importância para o encaminhamento de algumas questões que apresentamos. Esta nota também tem a intenção de corroborar a declaração feita no Exórdio desta tese (página 14), na qual afirmamos que não nos interessa discutir apenas sobre os resultados da pesquisa, mas também sobre o caminho percorrido.

A angústia de que fala Heidegger em *Ser e Tempo* é a desorientação diante da insignificância de tudo, uma interrupção repentina daquela familiaridade com o mundo, daquela fidedignidade que nos remete de meio a meio, de signo em signo. Acontece então que nos sentimos perdidos, não mais em casa no mundo que nos circunda<sup>22</sup>. (Resta, 2008, p. 63)

O que pode indicar que um mundo que se mostra hostil para alguns, por razões claras e manifestas, como é hostil para os citados acima: estrangeiros, exilados, expatriados, apátridas, migrantes, banidos, escravizados; pode também se revelar hostil para outros, ainda que seja por motivos não tão manifestos assim. Ou seja, o mundo pode ser hostil também para os que são hostis e que praticam os mais diversos tipos de preconceitos, sobretudo devido ao fato de que, para eles, o outro não existe, ou não é considerado. E, tudo indica, esse é um problema para o qual nem mesmo Heidegger apresentou encaminhamentos satisfatórios, como pode ser evidenciado na citação a seguir, de Miroslav Milovic:

Mas também, dentro da filosofia de Heidegger, Lévinas não encontra a possibilidade de afirmar o *Outro*. A estrutura existencial do *ser-aí* permanece fechada no seu próprio mundo; a possibilidade da intersubjetividade torna-se apenas uma “promessa” que Heidegger nunca vai elaborar. No final das contas, o *ser-aí* fica sozinho. [...] Uma forma de egoísmo, talvez o egoísmo europeu, determina a posição de Heidegger. (Milovic, 2004, p. 118).

A mera confrontação das afirmações acima, de Milovic, a respeito da percepção de Lévinas sobre Heidegger, poderia sugerir uma dúvida em relação ao real papel dos escritos de Heidegger para a geofilosofia, pois são afirmações que contrastam com o visto até aqui. No entanto, apenas em um contexto marcado por uma relação dual e, em alguns casos, maniqueísta, é que poderia surgir essa dúvida. Quando feita a partir de uma percepção rizomática e não dicotômica, que é o propósito destes estudos, a – aparente – contradição torna-se perfeitamente plausível, uma vez que o objetivo não é paralisar o movimento, mas acompanhá-lo. Nesse caso, podemos afirmar que coube a Heidegger uma fértil contribuição à geofilosofia, no que tange ao lugar do ser (subjetividade) no mundo, mas faltou-lhe, ainda, a percepção de uma intersubjetividade entre possíveis diferentes reais. Essa ausência, de acordo com Lévinas e Milovic, pode ter contribuído para a elaboração,

---

<sup>22</sup> “L'angoscia di cui parla Heidegger in *Essere e tempo* è disorientamento di fronte all'insignificanza del tutto, brusca interruzione di quella familiarità con il mondo, di quella fidezza che ci rinvia di mezzo in mezzo, di segno in segno. Accade allora che ci si senta spaesati, non più a-casa nel mondo che ci circonda”. (Tradução nossa).

ou supervalorização, de um *devir-europeu*, que se sobrepõe sobre um *devir-terra*. E Deleuze e Guattari também não deixaram essa ausência passar sem ser percebida. Eles a acusaram: “Heidegger se perdeu nos caminhos da reterritorialização [...] Ele se enganou de povo, de terra, de sangue. Pois a raça invocada pela arte ou a filosofia não é a que se pretende pura, mas uma raça oprimida” (D&G, 1992, p. 141).

O resultado dessa supervalorização tem custado caro para o desenvolvimento da sociedade como um todo, pois torna a percepção do outro um ato extraordinário, no sentido literal da palavra: há momentos em que aparece como um ato de solidariedade e compaixão e há momentos em que aparece como ato subversivo; mas a relação continua sendo pensada de forma dicotômica. Não há, por definição, um lugar para o *outro* dentro da formulação *eu*; a não ser como um estranho.

Como forma de ilustrar as afirmações acima, propomos o poema *Sentimento de Mundo*, de Carlos Drummond de Andrade, bastante pertinente e representativo. Cito alguns trechos:

Tenho apenas duas mãos  
e o sentimento do mundo,  
mas estou cheio de escravos,  
minhas lembranças escorrem  
e o corpo transige  
na confluência do amor.

[...]

Quando os corpos passarem,  
eu ficarei sozinho  
desafiando a recordação  
do sineiro, da viúva e do microscopista  
que habitavam a barraca  
e não foram encontrados  
ao amanhecer  
esse amanhecer  
mais noite que a noite. (Andrade, 2016, p. 11).

Faz-se necessário, ainda, apresentar um pensamento para o qual o ser também possa ser pensado no encontro com o outro, não apenas formalmente, mas também em uma formulação na qual se dê o reconhecimento do outro, no âmbito ontológico. Para Miroslav Milovic, em Lévinas nós podemos encontrar essa formulação.

#### 2.1.4 - Milovic e a *Casa de Lévinas*

Assim como Nietzsche e Heidegger, Lévinas é um dos autores recorrentes nos estudos geofilosóficos, sobretudo em virtude de um dos seus conceitos: a “filosofia da alteridade” que, por sua vez, remete à reciprocidade e à hospitalidade, temas caros em uma abordagem geofilosófica.

Sobre Lévinas, Caterina Resta escreve<sup>23</sup>:

Lévinas indica-nos o caminho para um outro homem, para uma humanidade de um outro homem, no signo de uma responsabilidade imensurável e de um dever ineludível, fechando a época de uma ética e de uma política - quiçá, também uma teologia - fundadas no princípio masculino da maestria e da soberania, para ceder lugar ao feminino do acolhimento e da hospitalidade. Humanismo do outro homem, humanismo do outro do homem, se no feminino - como sustentou o próprio Lévinas - estivermos dispostos a reconhecer o valor de uma alteridade radicalmente irredutível ao Mesmo. (Resta, 2008, p. 96)

Destacamos, na citação acima, a crítica ao modelo de desenvolvimento centrado no masculino que pauta a história do ocidente e que tem causado muitos sofrimentos, uma vez que privilegia a força e o domínio, em detrimento da reciprocidade e da alteridade.

Lévinas também aparece em *O que é a Filosofia?*, de Deleuze e Guattari, uma única vez, em uma nota de rodapé, quando os autores estão apresentando e desconstruindo a dicotomia entre transcendência e imanência. Deleuze e Guattari, tanto quanto Lévinas, não colaboram com essa dicotomia, mas, de forma pioneira, procuram colocar os termos em uma condição diferente. Embora advoguem pela segunda, que é, acima de tudo, o fundamento do conceito “geofilosofia”, não o fazem em detrimento da primeira: a filosofia é, antes de tudo, uma geofilosofia, uma vez que a relação do pensamento se dá, a princípio, com a Terra e com os seus elementos:

É preciso concluir, daí, por uma oposição radical entre as figuras e os conceitos? A maior parte das tentativas de determinar suas diferenças exprimem somente juízos de humor, que se contentam

---

<sup>23</sup> Lévinas ci indica la strada per un altro uomo, per un'umanità dell'altro uomo, nel segno di una responsabilità smisurata e di un dovere ineludibili, chiudendo l'epoca di un'etica e di una politica - forse anche di una teologia - improntate al principio maschile della padronanza e della sovranità, per cedere il passo a quello femminile dell'accoglienza e dell'ospitalità. Umanismo dell'altro uomo, umanismo dell'altra dell'uomo, se al femminile - come ha sostenuto lo stesso Lévinas - siamo disposti a riconoscere il valore de un'alterità radicalmente irriducibile allo Stesso. (Tradução nossa).

em desvalorizar um dos dois termos: ora se dá aos conceitos o prestígio da razão, enquanto as figuras são remetidas à noite do irracional e a seus símbolos; ora se dá às figuras os privilégios da vida espiritual, enquanto que os conceitos são remetidos aos movimentos artificiais de um entendimento morto. E todavia inquietantes afinidades aparecem, sobre um plano de imanência que parece comum<sup>24</sup>. O pensamento chinês inscreve sobre o plano, numa espécie de ir e vir, os movimentos diagramáticos de um pensamento - Natureza, yin e yang, e os hexagramas são os cortes do plano, as ordenadas intensivas destes movimentos infinitos, com seus componentes em traços contínuos e descontínuos. Mas tais correspondências não excluem uma fronteira, mesmo que difícil de discernir. É que as figuras são projeções sobre o plano, que implicam algo de vertical ou de transcendente; os conceitos, em contrapartida, só implicam vizinhanças e conjugações sobre o horizonte. (D&G, 1992, p. 120).

A alusão a “outras” filosofias, para além da matriz grega, é também uma preocupação geofilosófica, pois remete à possibilidade de cada povo, cultura e lugar produzirem um pensamento próprio e legítimo. Ao mesmo tempo, busca um rompimento com a tradição dominante no desenvolvimento do pensamento ocidental, conforme já citado acima.

A respeito de Lévinas e do alcance das formulações heideggerianas, encontramos em Milovic a seguinte afirmação:

... parece que toda a história da filosofia comete uma injustiça profunda, tematizando várias formas do Mesmo e esquecendo o Outro. Como tematizar o *Outro*? Podemos imaginar a relação de simetria entre Mesmo e Outro, mas neste caso a dúvida é saber se assim se afirma a posição autêntica dos *outros*. Outra alternativa seria a posição assimétrica em favor do Mesmo, o que a filosofia representa até hoje. A terceira alternativa seria a assimetria em favor do Outro. Essa é a perspectiva de Lévinas. [...] § A diferença ontológica entre o ente e o ser precisa ser superada exatamente com as estruturas éticas que faltam em Heidegger. (Milovic, 2004, p. 117, 118).

---

<sup>24</sup> Certos autores retomam hoje, sobre novas bases, a questão propriamente filosófica, liberando-se dos estereótipos hegelianos ou heideggerianos: sobre uma filosofia judaica, os trabalhos de Lévinas e em torno de Lévinas (Les cahiers de la nuit surveillée, n° 3, 1984); sobre uma filosofia islâmica, em função dos trabalhos de Corbin, cf. Jambet (La logique des Orientaux, Ed. du Seuil) e Lardreau (Discours philosophique et dis-cours spirituel, Ed. du Seuil); sobre uma filosofia hindu, em função de Masson-Oursel, cf. a aproximação de Roger-Pol Droit (Uoubli de l'Inde, P.U.F.); sobre uma filosofia chinesa, os estudos de François Cheng (Vide et plein, Ed. du Seuil) e de François Jullien (Procès ou création, Ed. du Seuil); sobre uma filosofia japonesa, cf. René de Ceccaty e Nakamura (Mille ans de littérature japonaise, e a tradução comentada do monge Dôgen, Ed. de la Différence). (Nota de D&G).

O que mais preocupa Milovic é o quanto o mundo se torna perigoso na ausência de uma percepção do *outro*, dentro do *eu*. Todos os conceitos compreensivos já desenvolvidos na história da humanidade, tais como: liberdade, comunidade, reciprocidade, alteridade, dentre outros, caem por terra, no âmbito prático, enquanto, em âmbito conceitual, permanece a distância. Isso não se dá, necessariamente, pelo fato de não existir uma relação tácita entre conceito e prática, mas, acima de tudo, porque mesmo os discursos inclusivos ainda privilegiam um *eu* que inclui um *outro*. Ou seja, a reflexão que interessa é a que propõe Lévinas, de acordo com Milovic:

Então, onde esconder-se neste mundo perigoso, onde encontrar lugares seguros? Seguramente não na casa de um utilitarista cujo cálculo nos pode extraditar aos criminosos. Seguramente não na casa de um kantiano que sempre tem de dizer a verdade. Eu teria muitas dúvidas sobre a casa de um habermasiano, porque tudo pode acontecer com a nossa vida até encontrarmos uma solução discursiva. Teria também muitas dúvidas na casa de um pós-moderno, orientado pela perfeição estética da sua própria vida. O único lugar seguro parece a casa de Lévinas, aberta a Outrem... (Milovic, 2004, p. 119).

Nesse parágrafo, profundamente geofilosófico, Milovic sintetiza o sentimento da geofilosofia, conforme pretendemos apresentar nesta tese, para o qual a Terra deveria ser essa “Casa de Lévinas”, aberta e segura para todos. E o geofilosofar, por consequência, é toda reflexão que possa nos conduzir ao outro, ainda que de forma – considerada – subversiva, como afirma Baldino:

[...] *(a assunção do ponto de vista da vítima e do delinquente em lugar do da comunidade e do Estado - a geofilosofia indica uma vítima absoluta, um paradigma de vítima: os ἰδιότης, os excluídos do pensamento comum, mas também o ser que se sustenta por si, o privado, o doméstico, o camponês, a mulher, o excluído da comunidade política e, finalmente, o excluído da comunidade histórica, ou seja, o ser desprovido de passado e futuro).* (Baldino, 2013, s/ numeração).

Mais uma vez está em destaque a íntima relação entre as preocupações geofilosóficas e a percepção do outro, sempre visto na imagem – ou representação – do excluído. E, em Lévinas, as indagações geofilosóficas aparecem na forma de uma *filosofia da diferença*, ou *filosofia da alteridade*, que coloca o outro como o protagonista. Em uma sociedade civil estabelecida, o Estado não deve ser avaliado e julgado pela maneira como são tratados os privilegiados, os que são entendidos como iguais. O Estado, ao contrário, deve ser avaliado pela maneira como trata os



injustiçados e excluídos. Trata-se de uma questão ética. De fato, o que Lévinas está propondo é uma reconciliação entre a política e a ética. Que a política e a ética estejam divorciadas é algo que sabemos desde Maquiavel. A tarefa agora é reconciliá-las. Por isso, Milovic, ao descrever o que seria “estar na casa de Lévinas”, afirma:

A casa de Lévinas é quase uma casa virtual, algo que se encontra no caminho de uma vida nômade, sem essência. É uma possibilidade. A ética só existe nessa possibilidade da hospitalidade. [...] A ética ganha o primado novamente, mas não no sentido kantiano. Sem os pressupostos éticos, a política deforma os indivíduos, julgando-os segundo os critérios universais, julgando-os como se fossem ausentes. Sem os pressupostos éticos elaborados no sentido de Lévinas, a política fica sob a forma da universalidade anônima. A política nos chega do Outro, do estrangeiro. A relação com o Outro é a justiça, é a sociedade. (Milovic, 2004, p. 120).

A casa de Lévinas não é a casa de Kant, do imperativo categórico, para o qual a justiça pretende ser tão universal que dificilmente pode ser aplicada ao indivíduo excluído e acaba por ser sempre a justiça, e a ética, dos iguais. Em Lévinas, de acordo com Milovic, o novo centro da filosofia é o Outro e se a ética não o contemplar, ela também se torna, ou continua, metafísica; portanto: hegemônica.

## **2.2 - Geofilosofia e Globalização: o devir Terra (a nova terra)**

Há um ponto em comum entre os pesquisadores que se dedicam ao estudo da geofilosofia que pode ser considerado praticamente um consenso: a afirmação de que o conceito “geofilosofia” está intrinsecamente associado ao advento da globalização, tal qual a concebemos, e também é uma de suas consequências. Ou seja, entre as razões que levaram os teóricos a proporem o termo estão as preocupações advindas com a globalização, sobretudo quando esta é pensada a partir do uso das técnicas no contexto da ordem capitalista, como evidenciam as afirmações a seguir:

Nos estudos filosóficos, o termo Geofilosofia indica aquela área problemática relativa ao pensamento sobre a terra na era da globalização, ou seja, o "tema da pluralidade de lugares na terra em comparação com a crescente homogeneização de técnicas em um mundo globalizado". (Baldino, 2013, s/ numeração).

[...] compreender os vários aspectos do niilismo e do fenômeno da técnica moderna, me fez refletir, a partir de um ponto de vista

geofilosófico, sobre as questões da globalização e da nova ordem mundial e sobre esses problemas, que se tornaram inevitáveis, criados por uma técnica acelerada, que agora ameaça a própria sobrevivência do homem no planeta que o hospeda. (Bonesio e Resta, 2017, p. 07).

Assim, embora o conceito “geofilosofia” não esteja completamente circunscrito aos conflitos recentes e não possa ser reduzido a um mero apêndice da globalização, conforme também procuramos demonstrar nesta tese, é inegável a relação entre ambas, globalização e geofilosofia. No entanto, o conceito globalização não é autoexplicável e o seu uso exige uma contextualização. Em Milton Santos encontramos o entendimento de globalização que mais se aproxima daquele que é criticado pela geofilosofia e, ao mesmo tempo, a maneira como se dá a crítica de Santos nos leva a pensar que há, nesse importante intelectual brasileiro, uma geofilosofia latente.

### **2.2.1 - A Geofilosofia de Milton Santos e a Globalização**

Embora Milton Santos não tenha se dedicado especificamente ao estudo da Geofilosofia, o propósito deste tópico é propor a questão sobre se ele pode ser incluído entre os geofilósofos, em virtude das suas preocupações com o estatuto da globalização, um tema indiscutivelmente geofilosófico. Assim, encontramos nos escritos de Milton Santos a denuncia de que a globalização age contra o lugar, enquanto privilegia os interesses dos grandes concentradores de riqueza, em detrimento da pessoa humana. No âmbito filosófico, a questão tem início quando se procura abordar e elevar para uma dimensão política as questões centrais da humanidade. A geofilosofia, como área do conhecimento, tem como uma de suas preocupações o entendimento mais compreensivo dessa globalização.

Nesse sentido, uma afirmação de Milton Santos, conforme já anunciado no capítulo I desta tese, mostrou-se bastante pertinente e embasará a reflexão que se seguirá:

Dorrit Harazim: O senhor costuma brigar com o conceito de “o mundo inteiro”. Por quê? § Milton Santos: Porque “o mundo inteiro” é uma ficção. A chamada “aldeia global” não existe. É apenas uma construção. Eu sempre desconfio de tudo o que é apresentado como sendo global, pois falta sentido a esse conceito. É um mundinho este nosso. Meu ponto de partida são os valores. Estes podem até se

tornar mundiais, mas o ponto de partida é local. § Dorrit Harazim: Um produto como a Coca-Cola não seria a representação de algo global? § Milton Santos: Não, nem mesmo a Coca-Cola, porque em cada país ou local o significado de beber o refrigerante é diferente. O produto parece ser o mesmo mundo afora, só que ele adquire tantos pesos e valores quanto as várias geografias. (Santos & Harazim, 2011, p. 170).

Para Santos, portanto, não seria justo pensar na globalização como algo que faça referência a um mundo único, dado, sobretudo, ao caráter desigual da “aldeia global”. Para Milton Santos, a chamada “unidade do mundo” é ilusória se manifesta de três modos diferentes: “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: outra globalização”. (Santos, 2009, p. 18).

Portanto, são três os sentidos de globalização: (1) o mundo como em um conto de fadas; (2) o mundo perverso e (3) um mundo possível.

1) O mundo que é como as classes dominantes gostariam que acreditássemos: a globalização como uma fábula. "Esse mundo globalizado, visto como um conto de fadas, ergue de fato uma série de fantasias, cuja repetição, no entanto, acaba se tornando uma base aparentemente sólida de sua interpretação (Maria da Conceição Tavares, 1999). Um exemplo dessa face da globalização é a chamada "aldeia global", que pretende difundir a ideia de que a disseminação imediata de notícias realmente chega a todas as pessoas, da mesma maneira.

2) No entanto, para a maioria das pessoas que habitam o planeta Terra, a globalização nada mais é do que uma fábrica de perversidades. A fome e a falta de moradia permanente são comuns em todos os continentes. Os processos migratórios por razões políticas, guerras civis e por várias outras razões se desenvolvem em várias partes do mundo. Até a Europa, considerada o continente mais rico, experimenta esse problema de maneira assustadora. A violência urbana cresce nas metrópoles. Todo esse sofrimento pode, de uma maneira ou de outra, ser colocado na conta da globalização.

3) De qualquer forma, também é possível a construção de um novo mundo, através de uma globalização mais humana. Para Milton Santos, o que hoje é visto pelas elites dominantes como um problema, a diversidade de povos, culturas,

gostos, etnias, poderá ser, em um futuro próximo, o elemento mais poderoso de um novo mundo. Uma nova Terra.

Nesse ponto, acreditamos que o trabalho de Milton Santos possa ser uma geofilosofia, pois defende a urgência de um novo discurso, uma nova metanarração para a realidade global, que poderia ser a nova *Koinè*, expressão também citada por Caterina Resta. Assim, a universalidade não seria apenas mais um desenho abstrato na mente dos filósofos, mas pode estar na experiência cotidiana de todo ser humano.

Outro aspecto que aproxima Milton Santos da Geofilosofia e de uma abordagem geofilosófica é o seu conhecido apreço pela introdução de novos conceitos, dentre os quais, destaco: *Globalitarismo*<sup>25</sup>, que, de forma simplificada, pode ser entendido como uma união dos termos “Globalização” e “Totalitarismo”: “...vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização” (Santos, 2009, p. 55). Esse novo conceito pode ser entendido como uma contribuição geofilosófica em dois âmbitos. Primeiro, devido ao conteúdo, uma vez que faz referência à Terra e à maneira como a habitamos e a compreendemos e, por outro lado, devido à forma e, para justificar essa afirmação, mais uma vez recorreremos ao texto *Geofilosofia*, de Deleuze e Guattari, para os quais o conceito é uma maneira de lidar territorial e geofilosoficamente com o pensamento, conceituar é reterritorializar o pensamento:

A plurivocidade do conceito depende unicamente da vizinhança (um conceito pode ter muitos outros conceitos vizinhos). [...] Donde a importância das questões na filosofia: que meter num conceito, e com que co-metê-lo? Que conceito é preciso pôr ao lado deste, e que componentes em cada um? São questões da criação de conceitos. (D&G, 1992, p. 119).

Ao fundir as duas palavras, Milton Santos retira o significado específico de cada um dos termos da sua vizinhança territorial e conceitual, remetendo o leitor para um novo significado, reterritorializando-o, na forma de um novo totalitarismo global: *globalitarismo*. Essa reterritorialização confere ao conceito uma característica geofilosófica.

---

<sup>25</sup> Jessica Falconi, em sua tradução do livro de Milton Santos, “Por uma outra globalização”, para o idioma italiano, fez a seguinte observação sobre a maneira como Santos apresenta neologismos: “Um exemplo em particular é o termo *globalitarismos* (e derivados), cunhado pelo autor para referir-se ao sistema ideológico dominante” (Falconi, 2016, p. 161). [Um esempio in particolare è il termine *globalitarismi* (e derivati), coniato dall'autore per riferirsi al sistema ideologico dominante...” (Tradução nossa).

Também encontramos afirmações semelhantes em Hannah Arendt, nas quais a autora alerta para a ameaça global dos totalitarismos, embora a autora não chegue a propor um novo conceito. Assim, cabe uma reflexão a respeito da maneira como Arendt concebe o totalitarismo. Nesse caso, endereçada aos que colocam a Alemanha nazista e a Rússia soviética no mesmo “pé” de medida. Não, de fato, não podem!

Em contraste com a Alemanha, onde Hitler usou a guerra conscientemente para desenvolver e aperfeiçoar o governo totalitário, o período da guerra na Rússia foi uma época de suspensão temporária do domínio total. [...] Nada aconteceu, nem parece provável que aconteça no futuro, que nos apresente o mesmo inequívoco fim da história ou as mesmas provas horríveis, claras e irrefutáveis desse fim, como foi o caso da Alemanha nazista. (Arendt, 2007b, p. 341).

Os campos de concentração e extermínio nazistas não eram ‘apenas’ lugares de morte, mas lugares em que as pessoas passavam a desejar a morte física, pois já estavam moralmente mortas, tendo sido destituídas de toda a sua humanidade e dignidade. Não seria exagero, portanto, afirmar que o nazismo caracterizou a pior e mais cruel forma de totalitarismo, afirmação que está de acordo com o que escreveu Jerome Kohn<sup>26</sup>:

Refletindo mais tarde sobre o momento em que soube de Auschwitz, em 1943, Arendt disse: “Tudo isso nunca deveria ter acontecido”. E não é um “deveria” simplesmente moral, com base em preceitos éticos, na voz da consciência ou na lei natural imutável, mas, tanto quanto possível, na afirmação de que havia algo irremissivelmente errado com o mundo humano no qual Auschwitz poderia ter ocorrido e, de fato, ocorreu. (Kohn, 2007, p. 49).

Embora a crítica à globalização feita por Milton Santos à globalização, à qual ele resume no conceito “globalitarismo”, não possa ser pensada na mesma perspectiva que as afirmações de Hannah Arendt, tanto no aspecto histórico quanto geográfico, é possível perceber nas duas críticas uma relação intrínseca entre os totalitarismos e a tendência à globalização. Se a globalização é uma busca por certo domínio global das relações, por parte de uma classe ou grupo hegemônico, os totalitarismos, como o próprio termo denuncia, são investidas que buscam o controle global, sem exceção, embora cada um dentro de características próprias.

---

<sup>26</sup> “Riflettendo più tarde sul momento in cui nel 1943 apprese per la prima volta di Auschwitz, Arendt dice: ‘Tutto ciò non sarebbe mai dovuto accadere’. Questo non è un ‘dovrebbe’ semplicemente morale fondato su precetti etici, la voce della coscienza o l’immutabile legge naturale, ma piuttosto, per quanto è possibile, la dichiarazione che c’era qualcosa di irremissibilmente sbagliato nel mondo umano in cui Auschwitz avrebbe potuto verificarsi e si era in effetti verificato”. (Tradução nossa).

Encontramos ainda outro tema estudado por Milton Santos no qual é possível perceber aproximações com a geofilosofia. Trata-se da maneira como ele concebe as diferentes maneiras como o tempo é processado nas cidades, o que nos conduz à hipótese de que há uma *geofilosofia do tempo*<sup>27</sup> em alguns dos seus escritos. Para Santos, um geógrafo-filósofo que tomamos a liberdade de chamar de geofilósofo, existem aspectos que definem as diferentes temporalidades na atual organização social, sobretudo nas grandes cidades. Essas diferentes temporalidades são conhecidas através das diferentes composições da paisagem urbana que é construída e reconstruída ao longo do tempo. Um mesmo lugar pode oferecer diferentes paisagens, de acordo com as modificações temporais.

Para explicar essa dinâmica espaço-temporal nas cidades, e para contrapor às noções de tempo longo e tempo curto [de Braudel<sup>28</sup>], Milton Santos também introduz os conceitos de tempos rápidos e tempos lentos:

Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemônizados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é a economia hegemônica, são as firmas hegemônicas. É para esta classe que tem significação uma avenida como a dos Bandeirantes, ou estradas como a dos Bandeirantes e a Anhanguera, que são estradas que sobretudo interessam aos agentes hegemônicos e às pessoas ricas que usam melhor, do seu ponto de vista, essas estradas. Do aeroporto ao centro da cidade vai-se muito depressa, criam-se condições materiais para que o tempo gasto na viagem seja curto. Já entre os bairros vai-se mais devagar, no sentido de que não há uma materialidade que favoreça o tempo rápido. (Santos, 2002, p. 22).

Enfim, concluímos este tópico chamando a atenção do leitor para as inúmeras possibilidades que a geofilosofia nos oferece. Quanto à realidade brasileira, podemos, por exemplo, apontar algumas delas: uma geofilosofia do desenvolvimento social do Brasil; uma geofilosofia da cultura brasileira; uma geofilosofia da paisagem brasileira.

---

<sup>27</sup> Sobre a possibilidade de elaboração de uma *geofilosofia do tempo*, a partir das reflexões de Milton Santos, incluímos uma breve indicação, no epílogo desta tese.

<sup>28</sup> Fernand Braudel é citado tanto por Deleuze e Guattari, quanto por Milton Santos. Embora o autor deste ensaio não tenha se dedicado ao estudo deste autor, é pertinente citar algumas de suas principais obras, traduzidas para a língua portuguesa: *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*; *A Civilização Material*; *A Dinâmica do Capitalismo*.

## 2.3 - Geofilosofia e Decolonialismo

A expressão “pensamento decolonial” e o termo “geofilosofia” surgiram em um mesmo contexto histórico, embora em diferentes regiões geográficas, e é difícil determinar, com precisão, qual deles surgiu primeiro. Enquanto atribui-se a autoria do termo *geofilosofia* a Deleuze e Guattari, no livro *O Que é a Filosofia?*, de 1991 (edição francesa); atribui-se a autoria de “pensamento decolonial” a Anibal Quijano, no artigo *Colonialidad Y Modernidad/Racionalidad*, de 1992:

A crítica ao paradigma europeu de racionalidade/modernidade é indispensável, mais ainda, urgente. Mas é duvidoso que o caminho consista na simples negação de todas as suas categorias; na dissolução da realidade no discurso; na pura negação da ideia e da perspectiva da totalidade no conhecimento. Longe disso, é preciso desfazer os vínculos da racionalidade/modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e em última instância com todo o poder não constituído na livre decisão de pessoas livres. É a instrumentalização da razão para o poder, colonial em primeiro lugar, que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e fracassou nas promessas libertadoras da modernidade. A alternativa, portanto, é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial. Em primeiro lugar, a descolonização epistemológica para dar lugar a uma nova comunicação intercultural, a uma troca de experiências e significados, como fundamento de uma outra racionalidade que possa reivindicar, com legitimidade, alguma universalidade. Bem, nada menos racional, finalmente, do que a afirmação de que a visão de mundo específica de um determinado grupo étnico se impõe como racionalidade universal, ainda que tal grupo étnico seja chamado de Europa Ocidental. Porque isso, na verdade, é reivindicar para um provincianismo o título de universalidade<sup>29</sup>. (Quijano, 1992, p. 20).

Podemos dizer que a expressão “outra racionalidade”, que consta na citação acima, está, para o pensamento decolonial, na mesma perspectiva em que a

---

<sup>29</sup> La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable, más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de eso, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad/modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituído en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder, colonial en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promessas liberadoras de la modernidad. La alternativa, en consecuencia, es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial. Em primer término, la descolonización epistemológica para dar paso a una nueva comunicación intercultural, a un intercambio de experiencias y de significaciones, como la base de una otra racionalidad que pueda pretender, con legitimidad, alguna universalidad. Pues nada menos racional, finalmente, que la pretensión de que la específica cosmovisión de una etnia particular sea impuesta como la racionalidad universal, aunque tal etnia se llame Europa Occidental. Porque eso, en verdad, es pretender para um provincianismo el título de universalidad. (Tradução nossa).

expressão “nova terra”, amplamente utilizada por Deleuze e Guattari, está para a geofilosofia.

A geofilosofia e o pensamento decolonial são termos independentes que surgiram a partir de indagações próprias e não pretendemos postular uma relação identitária entre ambos. No entanto, são duas formas de pensamento e de abordagem teórica que apresentam um ponto comum que nos interessa: a denúncia contra os abusos do colonialismo e do imperialismo, cuja expressão mais destacada, no atual mundo globalizado, é o eurocentrismo e os seus desdobramentos, no contexto da ordem capitalista.

Assim, defendemos a hipótese de que exista, na geofilosofia de Deleuze e Guattari, o anúncio de um pensamento decolonial que não foi desenvolvido por eles, nos mesmos termos em que o decolonialismo foi trabalhado pelos autores que a ele se dedicam especificamente. E essa hipótese pode ser confirmada em alguns escritos dos dois autores franceses, como no trecho a seguir:

O *Spatium imperiale* do Estado, ou a *extensio política* da cidade, é menos um princípio territorial que uma desterritorialização, que captamos ao vivo quando o Estado se apropria do território dos grupos locais, ou então quando a cidade ignora sua hinterlândia; a reterritorialização se faz num caso sobre o palácio e seus estoques, no outro sobre a ágora e as rotas mercantis. § Nos Estados imperiais, a desterritorialização é de transcendência: ela tende a se fazer em altura, verticalmente, segundo um componente celeste da terra. O território tornou-se terra deserta, mas um Estrangeiro celeste vem refundar o território ou reterritorializar a terra. Na cidade, ao contrário, a desterritorialização é de imanência: ela libera um Autóctone, isto é, uma potência da terra que segue um componente marítimo, que passa por sob as águas para refundar o território (o Erecteion, templo de Atena e de Poseidon). (D&G, 1992, p. 114).

A colonização é, também, uma das formas de apropriação do território, a qual implica em desterritorializações e reterritorializações sucessivas. Ao mesmo tempo, a colonização inclui os estrangeiros e os autóctones. Há casos em que a desterritorialização, provocada pelo colonizador, acontece de forma vertical e hierárquica; e há casos em que ela ocorre na imanência, horizontalmente. Assim como a desterritorialização pode ser absoluta ou relativa, mas não em uma relação necessária entre verticalidade e horizontalidade:

O liame mais profundo, durante um período muito curto, existiu entre a cidade democrática, a colonização, o mar e um novo imperialismo, que não via mais no mar um limite de seu território ou um obstáculo a sua empresa, mas um banho de imanência ampliada. Tudo isso, e principalmente o liame da filosofia com a Grécia, parece fora de



dúvida, mas marcado por desvios e por contingência... § Física, psicológica ou social, a desterritorialização é relativa na medida em que concerne à relação histórica da terra com os territórios que nela se desenham ou se apagam, sua relação geológica com eras e catástrofes, sua relação astronômica com o cosmos e o sistema estelar do qual faz parte. Mas a desterritorialização é absoluta quando a terra entra no puro plano de imanência de um pensamento — Ser, de um pensamento — Natureza com movimentos diagramáticos infinitos. (D&G, 1992, p. 116).

É importante salientar que, de acordo com Deleuze e Guattari, não há uma relação necessária entre a desterritorialização absoluta e a verticalidade, assim como não há uma relação necessária entre a desterritorialização relativa e a horizontalidade, embora essas sejam as inferências mais intuitivas, às quais o pensamento nos conduz. Enquanto a desterritorialização relativa faz referência às relações da terra consigo mesma, com sua história, geologia, posição espacial e com os seus territórios, em constante mutação; a desterritorialização absoluta remete ao pensamento sobre a terra, quando ela é transformada no “Ser de um pensamento” (*Ibid.*, p. 117).

Nesse sentido, quando uma desterritorialização é relativa, ela tanto pode ser imanente (horizontal) quanto transcendente (vertical). Quando ela é transcendente, o seu componente vertical, que pode ser, por exemplo, um elemento de uma cultura, deve “inclinarse ou sofrer uma espécie de rotação para se inscrever sobre o plano do pensamento-Natureza sempre imanente: é segundo uma espiral, que a vertical celeste pousa sobre a horizontal do plano do pensamento” (*Ibidem*). Isso implica em que tudo que envolve a terra é, de fato, imanência. Não são os elementos telúricos que estão abstraídos em um pensamento, mas é o pensamento que se projeta sobre um plano de imanência: “... a transcendência que se projeta sobre o plano de imanência o ladrilha ou o povoa de Figuras. É uma sabedoria, ou uma religião, pouco importa” (*Ibid.*, p. 118).

Por essas razões, podemos inferir, embora não esteja explícito no texto dos autores franceses, que, assim como as desterritorializações, a colonização também pode ser relativa ou absoluta. A colonização relativa é a invasão material, a chegada do colonizador, com suas consequências e desdobramentos físicos, geralmente nefastos. A colonização absoluta, por sua vez, são os desdobramentos imateriais da colonização relativa, a aculturação, a assimilação dos caracteres simbólicos do colonizador, por parte do colonizado. É por isso que se faz necessário não apenas

descolonizar, mas é preciso também decolonizar<sup>30</sup>. Encontramos a decolonização na obra de Carolina Maria de Jesus.

### 2.3.1 - A escrita decolonial de Carolina Maria de Jesus

Conforme anunciado no primeiro capítulo desta tese, apresentamos aqui alguns traços geofilosóficos e decoloniais da escrita de Carolina Maria de Jesus, a partir dos quais a autora rejeita a territorialização que lhe é imposta por ser negra e, por consequência, da própria condição em que se encontram todos os negros, relegados a um lugar inferior pelos que se sentem superiores. Carolina pretende reterritorializar o sentimento de pertencer à *condição negra*, trazendo esse sentimento para um lugar não deslocado ou periférico, mas protagonista. Ela se impõe, não aceita a suposta inferioridade imputada aos negros, conforme é possível verificar no texto a seguir, já apresentado anteriormente e ao qual dedicaremos, neste ponto da reflexão, uma atenção maior:

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: § \_ É uma pena você ser preta. § Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnação, eu quero voltar sempre preta. § ... Um dia um branco disse-me: § \_ Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem. § O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (Jesus, 1960, p. 64).

Nesse caso, apresenta-se também uma aproximação entre características da geofilosofia e os estudos decoloniais, centrada, sobretudo, na crítica ao eurocentrismo. O orgulho de pertencer às etnias negras foi minado durante séculos, sob as mais injustificadas razões, que nunca foram demonstradas, sob qualquer

---

<sup>30</sup> Os termos “descolonizar” e “decolonizar”, e suas correspondentes variações, poderiam ser usados sem grandes discussões, embora nem sempre possam ser usados no mesmo sentido. Nesta tese, optou-se por uma ênfase maior na expressão “decolonizar” (decolonização, decolonial), ao invés de “descolonizar”, pois nos parece a mais adequada ao propósito de acrescentar os elementos geofilosóficos, existenciais e imateriais da questão, penetrando a própria existência das pessoas, em seus lugares e em seu cotidiano. Espera-se que o texto também auxilie na compreensão da abrangência desses termos.

aspecto, seja pela biologia, pela história, pela antropologia, dentre outras ciências. Não foram demonstradas porque não são reais. Pelo contrário, alguns ramos da ciência e do conhecimento humanos, como a antropologia e a história natural, demonstram uma anterioridade dos povos negros em muitos aspectos, conforme lê-se na citação a seguir:

Sem dúvida, a razão básica para isso é que Heródoto, após relatar seu testemunho ocular nos informando que os Egípcios eram Pretos, então, demonstrou, com honestidade rara (para um Grego), que a Grécia tomou emprestado do Egito, todos os elementos de sua civilização, mesmo o culto dos deuses, e que o Egito foi o berço da civilização (Diop, 1974, s/ numeração).

É isso o que faz Carolina, quando afirma: “...eu quero voltar sempre negra” (Jesus, 1960, p. 64). Ela desterritorializa a primazia branca, que se pretende superior, e no seu lugar coloca a condição negra como o sentimento mais auspicioso. Ainda hoje, passados 60 anos, as afirmações de Carolina se apresentam como revolucionárias. Fala-se em tolerância para com as minorias, entre elas estão os negros, o que é importante, mas a tolerância ainda põe o branco como o superior, o que “tolera” o diferente. O discurso de Carolina vai além: não pede nada aos brancos hegemônicos, mas rejeita a sua suposta supremacia. Trata-se, portanto, de uma geofilosofia: “Na perspectiva da geofilosofia, o ponto de partida de Carolina é o sofrimento, a defesa diária da vida de uma, então, favelada, que busca superar sua situação através da escrita”. (Fernandes, 2022, p. 237).

No livro “Quarto de Despejo”, Carolina antecipa algumas preocupações hoje presentes na geofilosofia e no pensamento decolonial, o que corresponde também a uma desterritorialização, seguida de uma reterritorialização de formas consagradas da narrativa: a redação do livro valoriza o conteúdo, em comparação com a forma, o que, de certa maneira, subverte a tradição clássica, sem, no entanto, comprometer a obra. Do ponto de vista geofilosófico, temos um exemplo de uma autora que não se adequou à forma e às exigências coloniais, mas fez com que essas a ela se adequassem. Vejamos a seguinte citação, de Deleuze e Guattari, e a comparemos com a atitude de Carolina:

Quem pode manter e gerar a miséria, e a desterritorialização-reterritorialização das favelas, salvo polícias e exércitos poderosos que coexistem com as democracias? Que social-democracia não dá a ordem de atirar quando a miséria sai de seu território ou gueto? (D&G, 1992, p. 139).

Carolina ousou desterritorializar aqueles que desterritorializam, pois a forma decolonial não desterritorializa Carolina; é Carolina quem a desterritorializa. Carolina Maria e a favela estão em “Quarto de despejo” de duas maneiras: no conteúdo e na forma. Vejamos sobre a citação a seguir:

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. (Jesus, 1960, p. 39).

É uma pena que gerações de brasileiros tenham sido privadas da experiência de conhecerem a obra de Carolina Maria de Jesus, que apenas recentemente tornou-se de conhecimento do grande público. Esse é um fato que evidencia, mais uma vez, o caráter hegemônico, patriarcal e masculinizado de nossa cultura.

Pensemos em quantos de nós, brasileiros, que frequentamos as escolas nas décadas de 1960 a 2000 e no quanto nos foi oferecido em termos de cultura, filosofia, literatura e arte, tanto do Brasil quanto de outros países e nada, absolutamente nada, nos foi oferecido sobre essa importante escritora que ousou desterritorializar o preconceito. Não podemos responsabilizar os nossos mestres e mestras, pois, provavelmente, também não a conheciam, a não ser um número muito restrito; mas podemos responsabilizar, por completo, os meios de comunicação e a mídia de então, que tão seletivamente determinaram o que deveria, ou não, ser de interesse geral. E, ao nos privarmos do conhecimento de Carolina Maria de Jesus, nos privaram de toda a sua extensa obra, que inclui literatura em prosa, poesia, crônicas, roteiros de peças e música. E é em uma singela e crítica composição musical de Carolina que estão os versos a seguir:

### **O Pobre e o Rico**

É triste a condição do pobre na terra  
Rico quer guerra  
Pobre vai na guerra

Rico quer paz  
Pobre vive em paz  
Rico vai na frente  
Pobre vai atrás

Rico faz guerra, pobre não sabe porque  
Pobre vai na guerra tem que morrer  
Pobre só pensa no arroz e no feijão  
Pobre só pensa no arroz e no feijão

Pobre não envolve nos negócio da nação  
Pobre não tem nada com a desorganização  
Pobre e rico vence a batalha  
Na sua pátria rico ganha medalha  
O seu nome percorre o espaço  
Pobre não ganha nem uma divisa no braço

Pobre e rico são feridos  
Porque a guerra é uma coisa brutal  
Só que o pobre nunca é promovido  
Rico chega a Marechal  
Rico chega a Marechal  
Ohhhh Ohhh Ohhh (Carolina Maria de Jesus)

Assim, o “Quarto de despejo” (a obra de Carolina) subverte o quarto de despejo (social) e quem é despejado é o colonial, hegemônico, masculino. Isso é grandioso. Conhecemos poucos casos assim.

## CAPÍTULO III - O GEOFILOSOFAR

*Geofilosofar é assumir uma postura política e social. É falar pelos oprimidos da Terra. É denunciar as diversas manifestações e consequências do colonialismo, em busca de um novo princípio e uma nova lógica, sob um novo olhar, tanto para o presente quanto para o passado e para o futuro, que deve apontar para a possibilidade de uma nova t(T)erra de (e para) para todos.*

O autor

### 3.1 - Um contraponto

Iniciamos esta tese com o intuito principal de propor a possibilidade de a geofilosofia constituir uma área específica de conhecimento, podendo contribuir para o avanço dos estudos das ciências humanas. No entanto, conforme anunciado na introdução e nos objetivos, ao longo das leituras exigidas para a elaboração do texto, nos deparamos com declarações contrárias e essa possibilidade, de forma bem contundente, em autores que estão entre os que compõem, desde o início, a nossa bibliografia. Dentre as quais destacamos a seguinte, já citada nesta tese: “Sobre Geofilosofia - sejamos honestos - não há muito a ser dito [...] não designa um verdadeiro campo de estudo; é antes uma simples declinação do pós-moderno: desconfie de tudo o que foi adquirido até ontem” (Baldino *apud* Fernandes, 2023b).

Essa afirmação, dentre outras, fez com que voltássemos a nossa atenção, agora com mais ênfase, para algo que já nos incomodava, que era a preocupação em não fazer uma tese completamente afirmativa em defesa da geofilosofia, que pudesse ser vista como amadora ou até mesmo ingênuo, embora o próprio Deleuze tenha lidado com a possibilidade de ser considerado ingênuo, conforme ele escreve, em resposta a um comentário elogioso e, ao mesmo tempo, crítico, de Foucault:

Não passei pela estrutura, nem pela linguística ou a psicanálise, pela ciência ou mesmo pela história, porque penso que a filosofia tem sua matéria-prima que lhe permite entrar em relações exteriores, tanto mais necessárias, com essas outras disciplinas. Talvez seja isso que Foucault queria dizer: eu não era o melhor, porém o mais ingênuo, uma espécie de arte bruta, por assim dizer; não o mais profundo, porém o mais inocente (o mais desprovido de culpa por “fazer filosofia”). (Deleuze, 1992, p.111).

Sabemos a diferença e a distância entre a possibilidade de ingenuidade em Deleuze e aquela que corremos o risco de cometer neste trabalho, ainda mais reconhecendo a influência da ironia socrática na resposta dada a Foucault, por Deleuze. No entanto, o que nos interessa é que as afirmações de Marco Baldino nos serviram como um alerta. Não ao ponto de nos fazer desistir da hipótese inicial, mas um alerta capaz de nos fazer incluir, nas reflexões a seguir, argumentos favoráveis à geofilosofia, enquanto possibilidade de estudo, em resposta às afirmações de Baldino, sem a intenção de esgotar a questão, mas apenas para apresentar novos elementos.

De qualquer forma, é preciso também salientar que a afirmação de que a geofilosofia seja apenas “uma simples declinação do pós-moderno” nos parece um tanto quanto arbitrária, sobretudo quando vemos crescer o interesse pelo seu estudo e quando pensamos em quantas questões aguardam por uma leitura geofilosófica, conforme pretendemos demonstrar nesta tese.

### **3.2 - O método geofilosófico e o geofilosofar: uma proposta**

Sendo movidas pelo hábito e pelo senso comum, as pessoas, em geral, acreditam que aqueles que viveram antes delas viveram no passado. No entanto, tal compreensão é apressada e, de certa forma, ingênua, pois, de fato, qualquer pessoa que já tenha vivido, viveu no seu presente. Um segundo erro que cometem as pessoas que pensam assim é o de creditarem para si mesmas um orgulho de contemporaneidade injustificado, pois não são donas do tempo em que vivem. Uma pessoa que tenha vivido no que nós chamamos de passado e que tenha transformado positivamente o seu meio, é mais atual e presente do que a maioria das pessoas que vivem agora, ainda que essas últimas existam, de fato, e a primeira, não. Acreditamos que as inferências deste parágrafo constituem uma forma de reflexão geofilosófica.

Por “geofilosofia”, conforme já anunciado anteriormente, entendemos a relação entre o pensamento filosófico e a prática social e política com as categorias geográficas: gente, lugar, paisagem, território, espaço, tempo, região, dentre outras; da maneira como pensaram, a princípio, os filósofos franceses Giles Deleuze e Félix Guattari, em seu livro “O que é a Filosofia?”.

A intenção deste capítulo é, portanto, produzir uma reflexão que conduza à

possibilidade de a geofilosofia ser entendida e aplicada como uma forma de aproximação conceitual, quiçá uma abordagem teórica, partindo do princípio de que uma leitura geofilosófica é aquela que considera, sobretudo, o aspecto imanente (e também histórico) das transformações realizadas no lugar, na região, no território, na paisagem, dentre outros; com a atenção voltada para os movimentos, deslocamentos, desterritorializações e reterritorializações, tanto conceituais, quanto materiais, bem como as suas possíveis interpretações. Interessa à geofilosofia, além dos eventos, também as suas motivações explícitas e implícitas; o aspecto moral das relações que contribuem para o que podemos chamar de *sentimento de pertencimento*, buscando romper não só com o colonialismo territorial, mas também com o colonialismo conceitual, moral e comportamental, em busca de características próprias, condizentes com determinado conceito/lugar/espaco/tempo/paisagem, que possam indicar as *faces da Terra*; como afirmou Caterina Resta, em suas 10 teses sobre a Geofilosofia:

É, em particular, na grande tradição alemã, pelo menos no início, que se pode reconhecer um modo diferente de combinar os dados geográficos, sensível à “alma da paisagem”, em que a Terra mostra a sua rica variedade de rostos. A Geofilosofia é, portanto, uma fisionomia, a partir do momento em que reconhece em qualquer lugar um aspecto, uma expressão, especial e única, uma face que expressa um caráter único (Resta, 2019, p. 27).

Faz-se necessário, portanto, descolonizar e decolonizar. Por “descolonizar” entendemos o rompimento material, físico ou a dependência histórica do colonizado em relação ao colonizador. Por “decolonizar” entendemos o rompimento com as consequências imateriais e subjetivas da colonização: é preciso deixar de pensar, sentir e agir como colonizado, produzindo novos pensamentos, sentimentos e ações. Sem isso, não será possível descobrir/revelar a verdadeira face de um lugar.

Esses novos pensamentos, sentimentos e ações, no entanto, não se fecham em si mesmos, mas se apresentam em construção, para o lugar e para o mundo. Eis porque a geofilosofia também se posiciona contra as fronteiras, por pensar que as características próprias de um lugar, espaço ou território, são marcas vivas das características dos povos que os habitam e, em sua diversidade, são um complemento em relação à diversidade do outro e não podem servir a finalidades excludentes, mas sempre de inclusão e de exercício da alteridade. O mesmo vale para os conceitos (universais) que, mesmo quando são limítrofes, e até excludentes, jamais poderão ser utilizados, legitimamente, a serviço dos exôdos, exílios,



exclusões, desterritorializações e reterritorializações. Para a geofilosofia, as chamadas fronteiras, sejam elas materiais ou conceituais, dever ser local para o encontro, de aproximação, de trocas; mas jamais de separação e exclusão.

O poder tanto é exercido nos atos, quanto nas palavras e nos conceitos. Quem quer excluir, exclui primeiro na palavra, no conceito, no nome; “cria o inimigo”. Nesse aspecto também encontramos um princípio geofilosófico fundamental: é preciso promover uma desterritorialização seguida de uma reterritorialização, não necessariamente espacial, mas do poder! Aqueles que lutam por poder, glória pessoal e riquezas se esforçam para terem os seus desejos e anseios satisfeitos, forjando situações que lhes são favoráveis. Por isso, buscam a desterritorialização da justiça e afirmam sua própria supremacia a todo custo; desterritorializam a verdade, reterritorializando-a na forma de um sucesso particular. No entanto, aqueles que lutam pela justiça, e por tudo aquilo que a caracteriza: verdade, liberdade, alteridade, reciprocidade, pagam o caro preço de serem eles os desterritorializados da “cidade” que escolheu o erro como “território”.

Levando-se em consideração que “A criação de conceitos faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma nova terra e um povo que não existe ainda” (D&G, 1992, p. 140), torna-se preciso promover essa reterritorialização da justiça e do que a caracteriza; e ela deve ocorrer, a princípio, conceitualmente. Este é o papel ao qual a geofilosofia se propõe: evocar e invocar a “nova terra”. Fazer isso é Geofilosofar, conceito que introduziremos no próximo tópico, fazendo coro ao que escreveu Nietzsche, por Deleuze e Guattari:

Nietzsche determinou a tarefa da filosofia quando escreveu: Os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem por fabricá-los, criá-los, afirmá-los, persuadindo os homens a utilizá-los. (*Ibid.*, p. 13).

Portanto, geofilosofemos!

### **3.3 - Geofilosofar! O que é?**

Se a Filosofia, na aurora do pensamento ocidental, nos conduziu ao filosofar, ou talvez fosse melhor afirmar que o filosofar tenha nos conduzido à Filosofia. De qualquer forma, foi preciso que a Filosofia fosse denominada, para que aqueles

primeiros fossem chamados de filósofos e se pudesse a eles creditar o “filosofar”. De forma análoga, afirmamos que a existência da geofilosofia conduz ao geofilosofar – e vice-versa – e, embora Deleuze & Guattari não tenham se ocupado com a formulação desse novo verbo/conceito, acreditamos que seja possível e viável propô-lo.

Já sabemos que a geofilosofia é uma busca pela relação entre o pensamento e a Terra, em sua imanência e a partir dos elementos e contingências que a compõem, descritos e conceituados nas diferentes categorias geográficas: lugar, território, paisagem, tempo, espaço, dentre outras. Nesse sentido, geofilosofar seria a própria reflexão geofilosófica. No entanto, pensamos que seja possível ir além, introduzindo um conceito novo – o geofilosofar – que nomeia uma atitude não necessariamente nova; ou seja, há muito tempo as pessoas geofilosofam, ainda que não usem esse termo.

Seguindo uma metodologia semelhante a Deleuze & Guattari, para os quais a filosofia nasce de desterritorializações, pois, para a filosofia nascer, foi preciso que a “desterritorialização absoluta do plano de pensamento se ajustasse ou se conectasse diretamente com a desterritorialização relativa da sociedade grega. Foi preciso o encontro do amigo e do pensamento” (D&G, 1992, p. 122), apresentaremos alguns exemplos de “geofilosofar”, antes de propormos uma definição.

### **EXEMPLO I: Papa Francisco<sup>31</sup>**

Se a filosofia, em seu caráter imanente, nasce de desterritorializações, as quais são sucedidas por reterritorializações, o mesmo pode ser afirmado em relação à geofilosofia. Uma recente produção cinematográfica denominada *A Sabedoria do Tempo, com Papa Francisco* pode ser entendida como um bom exemplo do *geofilosofar*, pois propõe como tema fundamental a reterritorialização da reciprocidade e da alteridade. A proposta é, ao mesmo tempo, simples e ousada.

---

<sup>31</sup> Algumas semanas após redigir este tópico, no qual cito o Papa Francisco, ouvi a seguinte afirmação, na apresentação feita, presencialmente, por Filomeno Lopes, palestrante do XIX Encontro Nacional da ANPOF, em Goiânia - Goiás, no dia 12 de outubro de 2022: “Hoje, na Europa, a questão dos imigrantes é triste. E dizer triste é dizer pouco, é desumanizante. A única voz crítica que permanece é o Papa Francisco”. A apresentação de Filomeno Lopes foi transmitida e está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VylrZxLZbFY>. Acesso em: 14 out. 2022. O trecho citado pode ser assistido a partir de 1h 15min 40seg.

Simple porque é caracterizada em primeiro plano por uma série de entrevistas com o Papa, nas quais ele responde sobre temas urgentes: Amor, Sonhos, Luta e Trabalho, um em cada episódio. Não há uma complexa roteirização. É o Papa, em suas dependências<sup>32</sup>, sendo entrevistado. É ousada porque, acompanhando as perguntas e respostas feitas ao Papa Francisco, são exibidas reportagens de pessoas que têm em comum o fato de terem vivenciado alguma situação transformadora e de serem consideradas amigas do Papa, embora vivam em diferentes países e não se conheçam, necessariamente, entre si.

Imagem 04: Set de filmagem, com o Papa Francisco em destaque.



Fonte: A Sabedoria do Tempo, com Papa Francisco. (2022).

A série tem início com a seguinte afirmação do Papa Francisco: “Para mim, hoje, é importante para o futuro da humanidade que os jovens falem com os velhos”, seguida da frase da produção: “Por mais de um ano, em todo o mundo, jovens cineastas com menos de 30 anos entrevistaram e filmaram pessoas com mais de 70 anos. São as histórias de vida deles”. (A Sabedoria do Tempo, com Papa Francisco, T 1, Ep. 1)

---

<sup>32</sup> Ver imagem 04, nesta página.

A proposta da série se mostra rapidamente: romper com as barreiras entre as gerações, trazendo à tona histórias de alteridade, em várias partes do mundo, superando também fronteiras territoriais. O afeto, a reciprocidade e o amor, tão repudiados em um mundo marcado pelo consumismo e pelo egoísmo, podem estar em qualquer lugar, em qualquer pessoa e, se estão nos lugares e nas pessoas, também podem frequentar todos os lugares do planeta Terra.

Mas, afinal, por que tratar esta série como um exemplo de geofilosofia e do geofilosofar? Não apenas porque trata de temas de interesse global e local. Mas, sobretudo, por tratar-se de uma possibilidade sobre o qual os próprios introdutores do termo haviam adiantado, ao afirmarem que o cristianismo dos séculos XV ao XVII “... faz da *impresa* o invólucro de um *concetto*, mas o *concetto* não tomou ainda consistência e depende da maneira pela qual é figurado ou mesmo dissimulado” (D&G, 1992, p. 121) e “... talvez a crença não se torne um verdadeiro conceito, senão quando ela se faz crença neste mundo, e se conecta em lugar de se projetar” (*Ibidem*).

O que temos nas citações acima denota muito bem o caráter geofilosófico da série, pois nela verifica-se uma subversão radical da lógica e da tradição cristãs, sempre fundamentadas na hierarquia e não na proximidade. Ou seja, nesse caso, os sentimentos apresentados nos diferentes episódios buscam a conexão e não a projeção e, desta forma, ganham consistência. Na série, não existe o apelo a uma teologia, ou a uma fé, transcendente; mas faz-se referência a uma relação imanente, horizontal, humana, próxima e não hierarquizada e essas são características fundamentais do discurso geofilosófico e do geofilosofar: imanência, vizinhança, proximidade e plurivocidade, no lugar da univocidade e da hierarquia; o devir, no lugar do ser. O termo vizinhança entendido no seu aspecto conceitual, pois sabemos que, nos aspectos sociais e políticos, nem sempre a vizinhança é pacífica.

Paradoxalmente, as reflexões apresentadas na série são diametralmente opostas à benção papal tradicional, denominada *Urbi et Orbi* (à cidade de Roma e ao mundo [Terra]). Embora a benção tenha uma denominação que poderia se pretender geofilosófica, pois faz referência tanto ao global quanto ao local, a mesma é feita de forma totalmente vertical e hierarquizada. Até mesmo a postura do Papa, que em quase todas as ocasiões da benção se posiciona em uma parte alta dos

seus aposentos, falando, de uma janela, ao público que o ouve por microfones e o vê distante<sup>33</sup>.

No caso da série, diferentemente, o Papa fala no mesmo nível dos entrevistadores e torna-se, ele mesmo, senão um criador, pelo menos um “aparador<sup>34</sup>” de conceitos, como pode ser evidenciado nas citações a seguir, todas feitas pelo Papa: “Uma pessoa que não é capaz de sonhar tem algo faltando. É uma pessoa asséptica. A assepsia é boa para salas de cirurgia, mas não para a vida” (A Sabedoria do Tempo, com Papa Francisco, T1, Ep. 1, 46m, 35s); “A nostalgia<sup>35</sup> não é algo negativo, como alguns fazem acreditar, tem algo de positivo nela. Faz você se lembrar com carinho das coisas bonitas da vida” (*Ibid.*, T1, Ep. 2, 24m) e “As pessoas que não têm medo me preocupam, as pessoas que se deixam dominar pelo medo me preocupam; você precisa dialogar com o medo” (A Sabedoria do Tempo, com Papa Francisco, T1, Ep. 3, 8m, 40s).

Imagem 05: Nostalgia



Créditos: - Aleksandr Dobrodiy (2018).

<sup>33</sup> O autor desta tese teve a oportunidade, em abril de 2017, de presenciar uma das bênçãos papais e, embora sempre seja pronunciada uma mensagem de paz e união entre as pessoas, observa-se um contraste muito grande entre a mensagem e a maneira distante como se organiza a comunicação papal.

<sup>34</sup> Um dos novos conceitos propostos no capítulo V desta tese será o conceito de “aparação”, com o qual buscamos fazer referência à necessidade de *ponderar* sobre determinados termos, fazendo neles “aparações” importantes, para que os mesmos possam cumprir melhor com sua função, como faz o Papa Francisco nos exemplos citados neste tópico: assepsia, nostalgia e medo. Acreditamos que essa atitude ainda não tenha sido conceituada.

<sup>35</sup> Para ilustrar o quão significativa é a observação do Papa Francisco, selecionamos duas obras artísticas apresentadas dentro do tema da nostalgia. Nelas, é possível perceber as duas dimensões da nostalgia, às quais o Papa faz referência. A primeira, imagem 05 (página 95), denota o aspecto desagregador da nostalgia, enquanto a segunda, imagem 06 (página 96), faz alusão ao seu aspecto acolhedor, destacado pelo Papa.

Imagem 06: Nostalgia



Créditos: Corazón Sánchez.

Em todas as citações acima encontramos alguns elementos comuns que sobressaem do mero entendimento dos conceitos aludidos. O Papa Francisco usa os termos “assepsia”, “nostalgia” e “medo” e sente a necessidade de “apará-los”, indicando que, primeiro, não são termos sobre os quais existe apenas um entendimento, não indicam uma univocidade, mas uma plurivocidade. O que Francisco faz não é limitar o território desses conceitos, mas, de fato, ampliar e trazer mais elementos para a sua “vizinhança”, colocando-os em uma condição telúrica e de imanência, em um pleno exercício do “geofilosofar”<sup>36</sup>, que busca uma “nova terra”, que não é uma utopia, mas uma construção geofilosófica e orgânica do afeto, que se constitui como processo: rizoma.

E são alguns dos elementos referenciados acima – a Terra, o rizoma, a vizinhança – que nos permitem incluir a contribuição de Euclides da Cunha, a seguir.

---

<sup>36</sup> Quando este tópico já havia sido redigido, em outubro de 2022, o autor desta tese tomou conhecimento de outra produção, também centrada nas atividades e ideias do Papa Francisco, que pode igualmente ser entendida como exemplo do Geofilosofar. Trata-se do documentário produzido por *Youtube Originals* (2022): *The Letter - A message for our Earth: Laudato Si' Film* (O Papa, a Crise Ambiental e os Líderes de Destaque - título adotado para o Português). A produção versa, entre outros temas, sobre a *Laudato Si' (A Carta)*, epístola papal escrita em 2015. Na descrição do vídeo, lê-se a seguinte nota: “*The Letter* conta a história do apelo do Papa pelo cuidado com nosso planeta”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Rps9bs85BII>. Acesso em: 20 out. 2022.

**EXEMPLO II: O capítulo “A Terra”, do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha**, que contém os seguintes subtítulos: I. Preliminares. A entrada do sertão. Terra ignota. Em caminho para Monte Santo. Primeiras impressões. Um sonho de geólogo; II. Golpe de vista do alto de Monte Santo. Do alto da Favela; III. O clima. Higrômetros singulares; IV. As secas. Hipóteses sobre a gênese. As caatingas e V. Uma categoria geográfica que Hegel não citou. Como se faz um deserto. Como se extingue o deserto. O martírio secular da Terra.

A primeira tarefa de uma “Geofilosofia do Brasil” é descrever como as contradições, deslocamentos e movimentações decorrentes da sua geologia continental contribuíram para a formação das populações que habitam o país. O que, de certa forma, foi feito por Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, em especial, no que se refere às populações sertanejas, como quer o título; mas não apenas.

A obra de Euclides visava, originalmente, a compreensão do episódio “Canudos”, o que não veio a ocorrer e o autor não explica, literalmente, as razões. A obra, no entanto, sai à luz. O “espírito” é de pessimismo: “O *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simplório, serão em breve relegados às tradições evanescentes, ou extintas” (Cunha, 1997, p. 7).

Guardadas todas as proporções a partir das quais este tema pode ser abordado, Euclides consegue dar-lhe um caráter orgânico e (quase) identitário: a “Terra Brasilis” – *Terra ignota* – (*Ibid.*, p. 20): montanhas, serras, planaltos, rios, matas, depressões, chapadas, vales, encostas, *canyons*, escarpamentos, platôs, nascentes. “E o observador que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...” (*Ibid.*, p. 19).

Sem entrar em pormenores que escapam ao escopo deste estudo, o que interessa à geofilosofia, feita profunda, espontânea e intuitivamente por Euclides, são as dificuldades que esta geologia ofereceu às diferentes populações, sejam essas os povos originários ou os conquistadores/invasores.

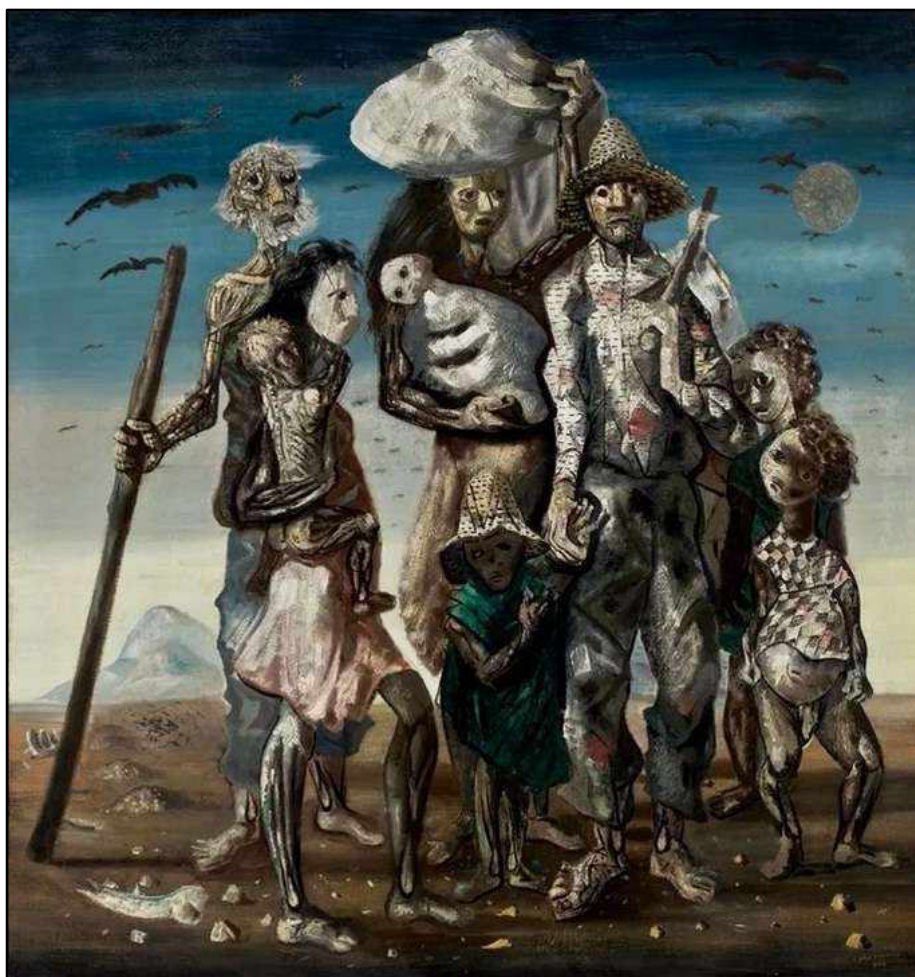
Ao descrever o avanço para o interior, Euclides da Cunha frisa o caráter angustiante da empreitada, usando palavras e expressões como: cereus rígidos e silentes; sertão inóspito<sup>37</sup>; quadro tristonho; lagoas mortas; aspecto lúgubre;

---

<sup>37</sup> Ver Imagem 07, na página 98 desta tese.

mandacarus despidos e tristes (Cunha, 1997, p. 23); às quais acrescentamos a seguinte questão: “Que futuro projetavam aqueles ousados e agressivos povoadores para esta nova e desconhecida terra?”.

Imagem 07: Retirantes



Créditos: Cândido Portinari (1944).

O que prevalece é o “martírio da Terra”, que tão grandemente se reproduz no “martírio dos povos”, em diferentes formas e razões. No sertão, a violência ainda é mais avassaladora: “As forças que trabalham a terra atacam-na na contextura íntima e na superfície, sem intervalos na ação demolidora, substituindo-se, com intercadência invariável, nas duas estações únicas da região” (*Ibid.*, p. 26).

Tudo é sofrimento. As construções humanas: casebres, caminhos, pontes, vias; tudo isso parece transitório e efêmero, diante da magnitude e perenidade das pedras, montanhas, vales e platôs. Sabemos que tudo isso já existia muito antes de nascermos e continuará a existir ainda, depois que formos; ainda assim, vivemos!



Aqueles que tentaram decifrar esta terra fracassaram: “Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir” (Cunha, 1997, p. 37).

Causa espanto a descrição do cadáver de um soldado:

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara, conservando os traços fisionômicos, de modo a inculcar a ilusão exata de um lutador cansado [...] Nem um verme – o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares. (*Ibid.*, p. 41).

Castigado pela terra bruta (geológica) o sertanejo tem na flora e na fauna o alívio das estações propícias: “Se não existisse o umbuzeiro aquele trato de sertão, tão estéril que nele escasseiam os carnaubais, [...] estaria despovoado” (*Ibid.*, p. 57) e “Ressurge ao mesmo tempo a fauna resistente das caatingas: disparam pelas baixadas úmidas os caitutus esquivos [...] antes de quedarem nas tocaias traiçoeiras aos veados ariscos ou novinhos desgarrados (*Ibid.*, p. 58).

Triste é a vida humana nesta terra, pois pretendemos transformar em casa e fixar residência em uma terra que se comporta como uma travessia, uma ponte, mas não como uma morada. Por isso, a natureza, sobretudo no Sertão, é tão hostil, tudo é ameaça. A sabedoria do sertanejo tem sido encontrar um conforto e um abrigo<sup>38</sup> nessa hostilidade, transformando-a, inclusive, em ocasião para o exercício da hospitalidade, da alteridade. Essa é a geofilosofia sertaneja: uma economia da Terra que permite transformar o “deserto” sertanejo em um vale fértil.

---

<sup>38</sup> Ver Imagem 08, na página 100 desta tese. Trata-se de uma fotografia feita pelo autor desta tese, da casa em que viveram os seus avós maternos entre os anos de 1940 e 1966. A imagem denota o caráter acolhedor e simples da moradia, oferecendo abrigo e conforto, em contraste com a aridez do sertão.

Imagem 08: Casa Velha - Fazenda Belém (Arraias - To).



Créditos: o autor (1983)

Caterina Resta também atribui à geofilosofia a tarefa de ser:

... a sabedoria do deserto, ultrapassando todas as miragens, suportando a desesperadora perda de orientação, sem ser seduzida pelo impossível *voltar ao início* [*ritorni indietro*], que seria fatal. Até atingir o limite além do qual se tem em vista uma *outra Terra*. Desta terra, a Geofilosofia deve anunciar a promessa, apesar de que o seu *além* deva ser entendido como um *sempre aqui*. Este é o aspecto profético, escatológico e apocalíptico que acompanha a visão catastrófica. É preciso chegar bem perto do limite extremo da dor da imensa ruína do todo, para que seja possível avistar, além dela, mas em seu conteúdo, aquilo que salva. (Resta, 2019, p. 19).

E Hegel, embora não se referisse ao Sertão brasileiro, chegou perto de antever essa possibilidade, o que foi feito por Euclides, após leitura do filósofo de Stuttgart.

### **As categorias de Hegel e a Economia da Terra**

A economia da Terra também deve algo às categorias geográficas. Hegel, conforme Euclides, as resume em três: as vastas planícies áridas; os vales férteis e os litorais e ilhas. São exemplos de planícies áridas: os *llanos* da Venezuela, as savanas do Mississipi, as pampas desmedidas e o próprio Atacama, nos Andes; não são incompatíveis com a vida, mas não fixam o homem à terra: "...repelem; desunem; dispersam" (Cunha, 1997, p. 62).

Os sertões do Norte, no entanto, mereceriam, de acordo com Euclides, um lugar especial (uma quarta categoria, seguindo o raciocínio de Hegel), pois se podem ser comparados à primeira, no estio; no inverno, comportam-se com parte da segunda: “E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono”. (Cunha, 1997, p. 63). Eis a indecifrável verdade do Brasil.

Há um denominador comum dos espíritos, que é a terra. A terra com as suas realidades e os seus apêlos - que a gente europeizada de outr’ora ignorára, sem tempo de conhecer-lhe a belêza rude; e agora talhada em grandes zonas de interesse romanesco pelos novelistas provincianos, estudada em profundidade pela recente sociologia, e vista com outros olhos pelos moços que liam Ratzel (como Capistrano de Abreu) ou ainda lhe confundiam a barbárie dos *sertões* com as alegorias da Vendéa. . .(1)<sup>39</sup>. § Queria-se a verdade do Brasil! (Calmon, 1947, p. 563).

Desse jogo de antíteses depende a economia da terra e da vida no sertão; nada mais geofiosófico. A geofilosofia também é uma economia – dialética – da Terra. O nativo é um produto desse meio. Jamais tentou modificá-lo, além do necessário para a sua subsistência. Aí veio o colonizador e feriu a Terra de todas as maneiras. O que veio depois? Nós sabemos, somos o seu produto. Nós, cidadãos brasileiros do século XXI, somos o resultado de todas essas desterritorializações, reterritorializações, deslocamentos e agenciamentos; conceitos tão caros para a geofilosofia.

E se, por um lado, não houve uma tentativa prática inicial dos povos originários em modificar, de maneira ofensiva, a Terra, a não ser o necessário para a sua subsistência, pois essas populações respeitam a Terra; a arte e os elementos subjetivos que estão inseridos na “brasilidade”, por sua vez, buscaram uma modificação simbólica, e até drástica e radical, da – nossa – Terra, como pode ser observado no próximo exemplo.

---

<sup>39</sup> (1) A referência é a EUCLIDES, na forma primitiva de *Os Sertões*, artigos para o *Estado de S. Paulo*, 1897, *Canudos, Diário de um expedicionário*, p. 167. Rio 1939. (Nota do original).

### **EXEMPLO III - O Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924) e o Manifesto antropófago (1928), de Oswald de Andrade.**

O autor tem consciência de que este tópico poderia conduzir a um anacronismo, sobretudo nas linhas iniciais e isso se deve, basicamente, a dois fatores. O primeiro é que já foi anunciada nesta tese a nossa intenção de não ficarmos circunscritos a recortes espaciais e temporais de forma linear e cronológica, mas aqui estamos sendo cronológicos, ao centrar os esforços em um recorte temporal anterior à Segunda Guerra Mundial, pois os textos de Oswald de Andrade foram escritos em 1924 e 1928, respectivamente. E o segundo é que os textos foram escritos quando ainda não havia sido “pensado”, da maneira como o abordamos nesta tese, o termo “geofilosofia”. Trata-se, no entanto, de um risco assumido, que se resolverá e se diluirá ao final e a justificativa é a seguinte: os textos de Oswald, embora escritos na década de 1920, são de um frescor e de uma atualidade tão gritantes que bem poderiam ser considerados atemporais. Talvez sejam os primeiros textos atemporais<sup>40</sup> genuinamente brasileiros, assim como a Divina Comédia, de Dante, pode ser tida com um texto atemporal genuinamente italiano e a Odisseia, de Homero, pode ser entendida como um texto atemporal genuinamente grego; e essa não é uma comparação com base no conteúdo, mas no fato de que assim como se considera a Divina Comédia uma obra que inaugura o italiano moderno e a Odisseia, o grego clássico; o Manifesto da Poesia Pau-Brasil e o Manifesto Antropófago inauguram a brasilidade e não seria possível escrever sobre uma Geofilosofia do (e no) Brasil sem considerar a sua leitura. São textos que antecipam as nossas preocupações geofilosóficas: o que e quem somos como povo, nação, território, paisagem, espaço-tempo e idioma?

Se a geofilosofia, conforme já visto, procura conhecer a relação entre o pensamento e o território, seja descrevendo o território que abriga certo pensamento, ou o pensamento que habita certo território; o que Oswald faz, nos manifestos, é descrever (ou produzir) o território no qual deve (ou pode) frequentar um pensamento (arte, cultura, modo de ser...) que se pretenda brasileiro. Para tanto nós, brasileiros, começamos em desvantagem, pois sequer construímos uma

---

<sup>40</sup> Atemporais na medida em que se aplicam a diferentes temporalidades, mas mantendo a dimensão imanente.

mitologia<sup>41</sup>, cuja desconstrução pudesse nos conduzir a uma filosofia. O nosso território ainda é o deles; dos “conquistadores”. Estamos submetidos à “fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens” (Andrade, 1976, s/ numeração). Sim, estávamos quando Andrade escreveu e ainda estamos. Eis a atualidade do texto.

O melhor que podemos aspirar (ainda) não é nosso, nos foi dado por aqueles que aqui chegaram, para dominar. De fato, sequer nos foi dado, pois a nossa terra e a gente daqui foram violentadas: “tinha havido a inversão de tudo, a invasão de tudo” (*Ibidem*). A poesia Pau-Brasil agonizou e morreu, antes de nascer. Não pode haver uma língua sem arcaísmos, sem erudição ou que “fale” como nós falamos<sup>42</sup>: “Qualquer esforço natural nesse sentido será bom. Poesia Pau-Brasil” (*Ibidem*).

E aí veio a desterritorialização (a primeira) que consistia em não mais aceitar a lei da aparência; criando uma nova perspectiva: uma “reação à aparência” (*Ibidem*). Isso é geofilosofia. Pensá-la e descrevê-la é geofilosofar.

Queríamos o sentido puro. “Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos” (*Ibidem*). A mistura, a reza, o carnaval... “A hospitalidade um pouco sensual, amorosa” (*Ibidem*). Originalidade *versus* adesão acadêmica. De resto, apenas o necessário, sem ontologias(s)!

### **E chegamos ao Manifesto Antropófago.**

“Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” (*Ibidem*). E Geofilosoficamente, podemos acrescentar.

De *to be, or not to be a tupi, or not tupi*. De Parmênides à Antropofagia brasileira. *Abopuru* (Tarsila do Amaral, Imagem 09, p. 104) Um salto imenso. Uma libertação.

O índio (nome dado aos povos originários daqui, por engano) está nú e é despido mais uma vez pelo homem vestido. Ele é despido todos os dias, em algum lugar deste país, longe dos holofotes. Querem nos convencer de que o certo é o

---

<sup>41</sup> A intenção não é invalidar as nossas tradições, mas admitir que, mesmo entre nós, elas ainda não assumem o mesmo valor que damos às mitologias de outros povos, como os gregos, os nórdicos, dentre outros. Na condição de professor de filosofia para o Ensino Médio, tenho inserido reflexões sobre as narrativas tradicionais brasileiras em minhas aulas e é digno de nota o fato de que a maioria dos estudantes saiba mais sobre Zeus, Atena, Thor, Afrodite, Hércules, do que sobre Iara, Curupira e Corpo Seco.

<sup>42</sup> Carolina Maria de Jesus ousou fazer essa poesia e essa narrativa. Ela é tema desta tese, no Capítulo II.

homem vestido, branco. Além desses, e daqueles, existem também os negros, que vieram forçados ou traficados. Os “brancos” criaram o seu Brasil próprio, antes que o Brasil natural pudesse realmente existir. O pensamento aqui é estranho, estrangeiro. Não foi o território que o criou. Inversamente, trouxeram um pensamento, para que esse produzisse seu território (estranho), que não se reconhece. No Brasil, território e pensamento não se harmonizam. Essa harmonização, se possível, é a tarefa de uma Geofilosofia do Brasil.

Imagem 09: Abaporu



Créditos: Tarsila do Amaral (1928).

A nossa tarefa é produzir o pensamento deste território. Podemos produzir (parir, gestar) uma geofilosofia que não seja pragmática, sistemática ou paradigmática. É (apenas) pensamento da (nossa) terra. Ela poderá canalizar, reunir

e expressar as revoltas dessas populações: povos originários, negros, sem terra, sem teto, lgbtqiap+, mulheres, pobres, migrantes, retirantes, exilados, expulsos, errantes; os rejeitados em sua própria terra: “a unificação de todas as revoltas eficazes...” (Andrade, 1976, s/ numeração). A nossa revolução (geofilosófica) será a revolução das revoluções. E foi o colonizador quem nos indicou quem deve fazer a revolução, a antropofagia: os rejeitados de ontem, de hoje e de amanhã!

“O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo” (*Ibidem*): imanência, vizinhança, geofilosofia, geofilosofar.

Tudo o que buscamos hoje, já tínhamos: o coletivismo, a natureza, os bons sentimentos, o banho de rio do final do dia. O que nos trouxeram os invasores violentos? Aquele que cometeu a primeira violência étnica nestas terras deveria ter sido comido: antropofagia. Nós também temos (ou deveríamos ter) uma cosmogonia: Guaraci, a mãe dos viventes. “Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade” (*Ibidem*).

Eles, os europeus, foram os primeiros antropófagos: colonização, escravização<sup>43</sup>, catequização forçada, aculturação, violência. A nossa antropofagia, entretanto, liberta. Eles querem a América; nós, Iracema! Não queremos pátria, queremos mátria, como escreveu Caterina Resta:

Portanto, pensa no pertencimento a uma terra que não é étnica ou racial, mas como abrigo e proteção, salvaguarda e custódia, cujas claras referências ao elemento feminino e materno aludem a outra genealogia possível. Por essa razão, talvez, se pudéssemos dizê-lo em nossa língua, deveríamos chamá-lo de “mátria”. O fato de que essa palavra ainda soa inédita para nós, ajuda-nos a compreender melhor a enorme dificuldade - além de todo mal-entendido, ainda para ser meditado - em tentar trazê-la para o pensamento. (Resta, 2019, p. 30).

A Geofilosofia não pretende simplesmente derrubar essa hierarquia de valores, reivindicando um matriarcado, passado ou futuro, *contra* um patriarcado dominante. Em vez disso, pretende devolver ao pensamento o que ele esqueceu e que nunca deixou de ameaçá-lo, nas suas fronteiras. Ela pretende completá-lo com a sombra que sempre o acompanhou, embora nunca tenha conseguido entrar em sua luz. Somente ao aceitar o feminino que ele próprio expeliu de si, o pensamento ocidental poderá descobrir essa perfeição, esse equilíbrio, essa harmonia que está faltando. (*Ibid.*, p. 35).

---

<sup>43</sup> A escravização (e outras formas de opressão), sobretudo a que foi feita pelos europeus que tornaram cativas pessoas trazidas dos países africanos para o solo americano, contém elementos que exigem uma profunda análise geofilosófica, ainda inédita. Foi um processo que envolveu populações de três continentes e apresentou uma forma de desterritorialização que não apenas retira a pessoa do seu território, ou do seu lugar de origem, mas a modifica, atribuindo uma nova e desumana condição de existência. Os seus efeitos cruéis permanecem até os dias atuais.

E se ilustro este excerto (Exemplo III) também com o pensamento de uma autora não brasileira, não o faço em detrimento dos nossos autores e autoras, muitos dos quais contemplados nesta tese, mas porque Caterina Resta, em sua geofilosofia, exprime bem essa incompletude, reclamada em nossa “antropofagia”.

Antes de sermos Brasil, éramos Pindorama.

Na terra de Pindorama  
A Índia segura o arco  
Virada pro oceano  
Ela baliza seu marco  
Do Brasil foi fortaleza  
E também a realeza  
Antes de zarparem barcos (Iracema<sup>44</sup>, Rômulo Bourbon)

(Pau) Brasil é pai, Pindorama é mãe. A Terra é mãe!

E, a partir das reflexões apresentadas nos três exemplos, parece-nos viável esboçar uma primeira definição do *geofilosofar*.

### 3.3.1 - Geofilosofar: definição provisória

Geofilosofar é o constante pensar sobre a Terra, e também com e pela Terra, em seus movimentos, no intuito de compreendê-la, de torná-la compreensível e passível de comunicação. Não é qualquer pensamento a respeito da Terra, mas aquele(s) pensamento(s) capaz(es) de recuperar(em) o território perdido, de trazer(em) à tona os agenciamentos, deslocamentos, desterritorializações e reterritorializações do concreto e do simbólico. Geofilosofar é pensar com o intuito de denunciar e romper com os desdobramentos do colonialismo e da globalização, em suas múltiplas manifestações, tanto materiais e objetivas, quanto imateriais e subjetivas. É buscar o sentido das desterritorializações e reterritorializações, tanto conceituais quanto materiais.

Nesse sentido, escravidão, exílio, êxodo e exclusão são formas distintas de desterritorializações e reterritorializações que interessam profundamente a este estudo, pois constituem a história geofilosófica da Terra e, como práticas, se associam em dois sentidos: material e imaterial. As desterritorializações e

---

<sup>44</sup> Disponível em <https://www.pensador.com/frase/Mjk2MzczNw/>. Acesso em: 12 out. 2023.



reterritorializações podem ser físicas e materiais e, acima de tudo, simbólicas ou conceituais.

No entanto, a escravidão, o exílio, o êxodo e a exclusão representam manifestações distintas, cuja relação entre si não se dá sempre no mesmo sentido. Enquanto exílio, exôdo e exclusão promovem, em geral, uma só desterritorialização, seguida de uma reterritorialização, a escravidão promove duas, ou mais, desterritorializações seguidas de suas correspondentes reterritorializações, sobretudo no que se refere à escravidão praticada em solo americano, na qual europeus colonizadores trouxeram, por mais de quatro séculos, pessoas provenientes do continente africano, na condição de sujeição.

No caso da escravidão praticada no continente americano<sup>45</sup>, no qual os escravizados foram trazidos do continente africano, por europeus, são vários os deslocamentos e agenciamentos que devem ser denunciados e analisados. A pessoa escravizada tem a sua liberdade cerceada ainda no seu lugar de origem, no qual sua humanidade e sua dignidade são retiradas. Em seguida, ao chegar ao seu destino, a pessoa escravizada não só se dá conta de que foi retirada do seu lugar de pertencimento, mas também teve o seu ser modificado, deslocado, desterritorializado e reterritorializado, até os níveis mais extremos em que isso pode ser feito<sup>46</sup>: de pessoa livre, ela passa a ser escravo/a; não é mais dona de si, não é sujeito, mas objeto. Essa pessoa<sup>47</sup> tem nome, mas não tem sobrenome; não sabe quem são os seus antepassados; não provém de um país, mas de um continente, de forma bem genérica. Geofilosofar a respeito dessa questão exige o estudo profundo desses deslocamentos e agenciamentos, tanto materiais, quanto de significado.

---

<sup>45</sup> Não ignoramos o fato de que os povos nativos americanos também foram escravizados em seu território de origem, embora as informações disponíveis descrevam uma escravidão que não prevaleceu. De qualquer forma, trata-se de um modo específico de escravidão que escapa ao escopo analisado neste tópico.

<sup>46</sup> São muitas as consequências individuais e sociais decorrentes desses deslocamentos, cujas repercussões podem produzir diferentes manifestações e agenciamentos, tais como movimentos religiosos, artísticos, existenciais, dentre outros. Por exemplo, os ritmos musicais levados da África para América, que foram traduzidos (transformados) para diferentes formatos em cada local de destino: o Gospel negro dos Estados Unidos, que também contribuiu para o surgimento do Blues e do Jazz; o Chorinho e o Samba brasileiros e outros. Em cada um desses formatos ecoa um grito ancestral, marcado pelo sofrimento da escravidão. O desenvolvimento dessas reflexões, no entanto, escapa aos objetivos desta tese, embora seja profundamente geofilosófico. Pretendemos nos dedicar a esse estudo em trabalhos vindouros, no que poderia ser intitulado de “Geofilosofia dos desdobramentos culturais da escravidão na América”.

<sup>47</sup> Ver Imagem 10, página 108. Fonte: Documentos sobre a escravidão na Bahia digitalizados pelo CEDIG. Setor de Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia. Disponível em <https://ffch.ufba.br/?q=documentos-sobre-escravidao-na-bahia-sao-digitalizados-pelo-cedig-0>. Acesso em 14 abr. 2023.

Imagem 10: Documentos sobre a escravidão na Bahia digitalizados pelo CEDIG.

*Relação n.º 17. do estabelecimento a Freguesia de São Paulo, e da Bahia, e de todos os escravos existentes no Município de São Paulo de Janeiro, de 1784.*

Idade	Sexo	Nome	Estado	Cor	Profissão	Tempo de Serviço	Observações
17	M	João	Liberto	Preto	Officinal	10 annos	Seguro

*Relação n.º 17. do estabelecimento a Freguesia de São Paulo, e da Bahia, e de todos os escravos existentes no Município de São Paulo de Janeiro, de 1784.*

Fonte: CEDIG/UFBA

Nesse sentido, a escravidão praticada no Brasil é a mais carente de reflexão e significados. Se nos Estados Unidos da América a escravidão culminou em uma divisão territorial radical e em uma guerra civil, e esses elementos forneceram a ela uma impressionante carga simbólica, à qual estão associados nomes como “secessão”, “segregação”, “apartheid”; no Brasil o mesmo não aconteceu. A escravidão aqui praticada não tem um nome, a não ser “escravidão” e, por isso, não foi ainda compreendida; não porque não tenha outros nomes, mas porque não houve ainda, sobre ela, a necessária e exaustiva reflexão. Está em estado de suspensão, virou tabu.

Neste ponto, peço que me perdoem os historiadores, geógrafos, antropólogos, cientistas sociais e pesquisadores de geopolítica que se dedicaram e se dedicam a essas questões. Não me refiro às tarefas que cabem a eles, às quais estão desempenhando com louvor. Refiro-me a uma lacuna que cabe à geofilosofia investigar e, se possível, preencher e responder. Qual seja? Aquela referente aos deslocamentos e agenciamentos das alterações simbólicas e das alterações do ser, ou essenciais. Por isso, associamos, irredutivelmente, o estudo da escravidão praticada no Brasil ao conceito de geofilosofia e de geofilosofar.

A escravidão no Brasil tem sido estudada, sobretudo, sob o ponto de vista da estatística<sup>48</sup>: quantas pessoas foram trazidas; sobre como foram distribuídos; sobre como se reproduziram; sobre como se movimentaram e como se reorganizaram, após o fim da escravidão/escravatura. Mas o estudo que propomos procura, a princípio, cessar o movimento e contemplar a escravidão por dentro. É mais sobre a liberdade que foi perdida, deslocada, desterritorializada e reterritorializada, antes de tornar-se escrava. Nosso esforço está no “durante” e não no “depois”; não está no início ou no fim, está no meio, momento no qual não houve reflexão, só movimento. Como corolário, podemos afirmar que é devido à falta dessa reflexão que as ações afirmativas, tão essenciais, falham tanto e são tão criticadas, pois são fundamentadas em números. A pessoa que não está incluída nas ações afirmativas, como os sistemas de cota para afrodescendentes, por exemplo, não entende porque deve ser solidária com as ações, porque entende (pensa) que a escravidão é coisa do passado e ninguém conseguiu demonstrar a ela algo diferente. Ao mesmo tempo, pessoas que foram contempladas por essas mesmas ações afirmativas, como as leis de cotas para ingresso no ensino público de pessoas de grupos chamados minoritários, acabam por sentirem vergonha de estarem nessa condição, também por não terem uma melhor compreensão dos seus direitos<sup>49</sup>. Nesse caso, geofilosofar é pensar essas questões, até a exaustão, até que seja possível a compreensão e a transmissão dessa compreensão, que pode ser feita de diversos modos.

A geofilosofia busca romper com essa percepção hierarquizada ou vertical, de uma sucessão temporal que coloca a coisa, mais ou menos, nos seguintes termos: “no primeiro século foram tantos escravizados; no segundo, mais tantos e assim por diante, até chegar ao resultado final”. A geofilosofia põe, a princípio, o problema numa perspectiva horizontal, na vizinhança das temporalidades distintas, assim como também procede a conceituação, entendendo que não é possível uma compreensão final, ou do todo, se os diferentes momentos não forem compreendidos, em referência a eles próprios e não a um conseqüente. Qualquer conclusão pode ser falha, precipitada e incompleta, embora aceitável:

---

<sup>48</sup> De maneira alguma nos opomos à estatística, fundamental para o conhecimento e para as reparações, mas precisamos também ir além dela.

<sup>49</sup> O autor desta tese participa de uma Comissão de Heteroidentificação em uma Instituição Pública Federal de Ensino e vivencia situações que requerem cada vez mais atenção e cuidado.

Os componentes como ordenadas intensivas se ordenam nas zonas de vizinhança ou de indiscernibilidade que fazem passar de uma à outra, e que constituem sua inseparabilidade: uma primeira zona está entre duvidar e pensar (eu que duvido não posso duvidar que penso), e a segunda está entre pensar e ser (para pensar é necessário ser). Os componentes apresentam-se aqui como verbos, mas isto não é uma regra, basta que sejam variações. Com efeito, a dúvida comporta momentos que não são as espécies de um gênero, mas as *fases* de uma variação: dúvida sensível, científica, obsessiva. (Todo conceito tem, portanto, um espaço de fases, ainda que seja de uma maneira diferente daquela da ciência.) O mesmo vale para os modos do pensamento: sentir, imaginar, **ter ideias**. O mesmo vale para os tipos de ser, coisa ou substância: o ser infinito, o ser pensante finito, o ser extenso. É de se observar que, neste último caso, o conceito do eu não retém senão a segunda fase do ser, e deixa fora o resto da variação. Mas é precisamente o signo de que o conceito se *fecha* como totalidade fragmentária com “eu sou uma coisa pensante”: não se passará às outras fases do ser senão por pontes-encruzilhadas que levam a outros conceitos. (D&G, 1992, p. 37). (O grifo é nosso).

O que Deleuze e Guattari nos apresentaram, introdutoriamente, como um problema de linguagem, ou conceitual, aqui apresentamos, com respaldo nos dois autores, como uma questão de ordem cognitiva. Assim, para a geofilosofia, ao termos ideias sobre a escravidão, não podemos ter uma boa noção sobre a “escravidão que não existe mais”, se não compreendemos a “escravidão que durou” e não há dúvidas de que ainda não a compreendemos, de fato. Nesse sentido, ainda vivemos o momento em que o primeiro escravo aqui desembarcou. Precisamos recuperar “aquele” presente. Não passou, não acabou! Ainda não o resolvemos e muitos ainda sofrem. Por isso identificamos a escravidão como a mais cruel manifestação de uma desterritorialização, seguida de sua correspondente reterritorialização. Porque retira o fluxo natural e humano do devir “pessoa”, substituindo por um devir estranho, indesejado, inumano. E atualmente, sob o domínio do capital, ela permanece; não como escravidão em si, mas sob alguma outra forma de opressão que a sobrepõe e substitui, como, por exemplo, o denominado “trabalho análogo à escravidão”.

Pode ter sido a antevisão desses graves desdobramentos da escravidão que levaram Joaquim Nabuco, em 1870, a escrever:

Da moral a escravidão fez duas morais; uma para cada classe, Jano bifronte que olha para a opressão sorrindo, para os oprimidos colérico, a mesma imagem da religião, como a escravidão a tornou, espécie de fetichismo católico. Assim veremos como ela prostitui a religião e a moral. [...] O fundamento moral da propriedade foi destruído, fazendo-se sair o direito da lei e não da natureza humana:

não reconhecendo o direito absoluto da propriedade, porque se esse direito fosse absoluto seria inalienável, imprescritível, universal, e os escravos o criam e não haveria escravidão, autorizou a esta os progressos de uma seita que raciocina como ele: o comunismo. Assim veremos como a escravidão ataca o direito da propriedade. § A virtude perde-se ao contato dessa instituição (a escravidão): ela é a escola do crime, envenena o coração do senhor e do escravo, muda a caridade em palavra vã, desnatura a lei do mérito: é a sentina de todos os vícios: (sic) assim veremos como a escravidão ataca a base da sociedade livre: os costumes<sup>50</sup>. (Nabuco, 2010, p. 13).

No entanto, não podemos endossar o texto de Nabuco por completo. São palavras de um abolicionista, é certo; mas podem e devem ser interpretadas geofilosoficamente, sem que caiamos no erro do anacronismo. Embora condene a escravidão, Nabuco o faz como um abolicionista progressista de sua época, profundamente influenciado pelas ideias positivistas que concebiam a propriedade (privada) como um bem supremo ameaçado pelas ideias *comunistas*. Ao condenar a escravidão, Nabuco consegue abstrair o conceito “escravidão/escravatura” da figura do senhor de escravos, afirmando que aquela também o corrompe (envenena o coração do senhor e do escravo...). Ou seja, Nabuco julga em separado. A quem ele acusa então? Não seria necessário que o senhor de escravos já estivesse com o seu coração envenenado por um sentimento corrompido de propriedade, para então escravizar? Portanto, não é a escravidão, em si, que *rebaixa o trabalho e ataca o direito da propriedade*, mas, ao contrário, é a forma opressora e colonial de propriedade que autoriza a escravidão. No entanto, essas ponderações só podem ser feitas a partir de um olhar geofilosófico e não nos cabe julgar Joaquim Nabuco, quando muitos dos nossos contemporâneos ainda se mostram incapazes dessa compreensão. A percepção de Nabuco é pioneira e o seu texto é uma referência para que possamos entender melhor aquele momento.

E à geofilosofia, é o que defendemos, cabe a denúncia desses agenciamentos que apenas encobrem as injustas relações de uns sobre outros, na face da Terra.

---

<sup>50</sup> É digno de nota que, infelizmente, o referido livro de Joaquim Nabuco, escrito em 1870, quando ele tinha apenas 21 anos de idade, só veio a público oitenta anos depois, em 1951. Por isso, o texto não pôde contribuir para as discussões travadas na época de sua redação. Não encontrei registros ou documentos que expliquem porque o texto não foi publicado na ocasião. No entanto, tudo indica que as ideias constantes no livro poderiam representar algum inconveniente para o jovem autor. Já o livro *O Abolicionismo*, também escrito por Nabuco e publicado em 1883, quando o autor já havia completado 34 anos e quando a escravidão já era amplamente repudiada por grande parte da população, encontrou terreno fértil e grande repercussão.

Assim, adotamos, ainda que provisoriamente, a seguinte definição para “geofilosofar”: uma atitude que reconhece e busca suprir um não-saber a respeito da Terra e das relações que compõem as suas histórias, geografias, culturas; sempre mediadas pelo humano e o meio, o que inclui aquilo que chamamos de natureza e os seus reinos mineral, vegetal, animal e qualquer outro que ainda possamos vir a descobrir e/ou nominar; esta atitude busca conhecer as injustiças seculares cometidas no exercício dessas relações, bem como contribuir para que as mesmas sejam reparadas, sobretudo no contexto do sistema capitalista, que trata essas injustiças não como um problema, mas como um meio para a sua perpetuação. Geofilosofar é assumir uma postura política e social. É falar pelos oprimidos da Terra. É denunciar as diversas manifestações e consequências do colonialismo, em busca de um novo princípio e uma nova lógica, sob um novo olhar, tanto para o presente quanto para o passado e para o futuro, que deve apontar para a possibilidade de uma nova t(T)erra para todos.

## CAPÍTULO IV - O GEOFILOSOFAR E O DEVIR-BRASIL: ESTUDO DE CASO

*Quando eu falava dessas cores mórbidas  
Quando eu falava desses homens sórdidos  
Quando eu falava desse temporal  
Você não escutou*

(*Paisagem da Janela*, Fernando Brant e Lô Borges)

### 4.1 - O episódio 17 de abril de 2016: uma análise geofilosófica

No dia 17 de abril de 2016, ocasião em que a Câmara de Deputados submetia à votação o processo que culminaria com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, um dos deputados<sup>51</sup> manifestou o seu voto favorável à abertura do processo de impeachment e, antes, justificou o seu voto com as seguintes palavras:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim<sup>52</sup>.

O referido deputado, apesar de ter feito um pronunciamento antidemocrático<sup>53</sup> em um ambiente – o Congresso Nacional Brasileiro – que deve a sua existência à Democracia e é considerado a casa da mesma, não só saiu ileso após a sua fala, como também logrou ser eleito presidente da república nas eleições presidenciais seguintes, cerca de 30 meses após o episódio descrito acima.

O referido episódio suscita algumas questões, as quais serão submetidas ao crivo da análise geofilosófica – o geofilosofar –, cujas características foram apresentadas nos capítulos anteriores desta tese. Acreditamos que a geofilosofia possa nos auxiliar na interpretação, oferecendo novas perspectivas, agenciamentos, problematizações e encaminhamentos; sem a intenção de sobrepor as demais áreas

---

<sup>51</sup> Optamos, neste tópico, por abreviar o nome de alguns dos personagens citados, sobretudo devido ao fato de os eventos aqui interpretados serem, relativamente, recentes e para não provocar ao texto uma atenção diferente daquela que pretendemos. Caso haja interesse, ou dúvida, sobre quem são as pessoas citadas, uma simples pesquisa a partir dos eventos aqui descritos tornará possível, aos interessados, a identificação dos citados.

<sup>52</sup> A gravação em vídeo da votação está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>. Acesso em: 03 set. 2023.

<sup>53</sup> Pretendemos, ao longo do texto, demonstrar porque consideramos o pronunciamento, de antemão, antidemocrático.

do conhecimento, mas com o intuito de acrescentar novas compreensões. Cremos também, e pretendemos demonstrar, que a análise geofilosófica será capaz de perceber questões e oferecer possibilidades que escapam ao escopo das demais ciências e áreas de conhecimento que se dedicam ao estudo e compreensão de episódios dessa natureza, entre as quais incluem a filosofia política, a história social, a geografia humana e cultural, a geopolítica, a teoria crítica, a psicanálise social, a ética aplicada, dentre outras.

A princípio, seria possível identificar mais de um problema ou situação passível de estudo na fala do deputado citado. No entanto, os nossos esforços serão concentrados em apenas um, que será o suficiente para uma análise substancial e consistente, conforme pretendemos demonstrar.

Problema ou questionamento: o que permitiu que um deputado federal, eleito pelo voto em um país democrático, pudesse fazer um discurso repleto de afirmações antidemocráticas<sup>54</sup> e, ainda assim, ser ovacionado no plenário, não ser repreendido e, algum tempo depois, ser eleito presidente da república deste país?

Uma análise geofilosófica requer, ou exige, que o problema seja considerado a partir de deslocamentos, agenciamentos, desterritorializações e reterritorializações; enfim, a partir de um – certo – “rizoma”. Além disso, é interessante que indique uma situação processual, que não se restrinja a um único evento, como é o caso do episódio em questão.

Em geral, as pessoas estão muito atentas aos eventos e raramente se preocupam com os processos. Nesse caso específico, é preciso analisar geofilosoficamente quais são os descolamentos, desterritorializações e reterritorializações que o episódio envolve, bem como identificar quais são os eventos e as situações que o sucederam e que contribuíram para tal desfecho.

De antemão, podemos afirmar que estamos diante de um caso em que a própria Democracia foi desterritorializada, retirada do seu lugar ou impedida de se manifestar em seu próprio território, em sua casa ou lugar.

É, portanto, um problema de natureza geofilosófica, que apresenta uma situação cuja análise pode ser feita a partir de uma “geofilosofia do poder”, cujas bases pretendemos apresentar em seguida.

---

<sup>54</sup> A fala não foi “apenas” antidemocrática, pois também contém indícios de preconceito, misoginia, apologia à violência e à tortura, mentira, hipocrisia, alienação social, dentre outros. No entanto, nos concentraremos, sobretudo, no seu teor antidemocrático; mas nos permitiremos incluir nas reflexões a seguir alguns desses outros indícios, quando for o caso.



Antes, porém, faz-se necessário demonstrar que o pronunciamento do referido deputado é antidemocrático.

#### **4.1.1 - O pronunciamento descrito em 4.1 é antidemocrático**

Começaremos essa exposição pelo próprio conceito de “democracia”, da maneira como foi introduzido na Grécia antiga, para, em seguida, chegarmos a uma definição atual. Começamos por Aristóteles, para o qual os modelos de constituição e de governo são tantos quantos são os diferentes interesses dos grupos que compõem a cidade (polis), ordenados conforme a hierarquia. Esses podem ser resumidos em dois principais:

...quanto às constituições dizemos que há duas formas, a democracia e a oligarquia; efetivamente, considera-se a aristocracia uma forma de oligarquia, por causa de suas afinidades com a oligarquia, e o chamado governo constitucional é considerado uma democracia... (Aristóteles, 1997, p. 126 / 1290b).

Embora Aristóteles enumere outras formas, ele mesmo considera essas outras como “desvio” das principais: “... as outras são desvios, quer se trate de misturas bem feitas de tons da escala musical, quer se trate de misturas bem feitas de formas corretas de constituição...” (*Ibidem*). Aristóteles também chama a atenção para o fato de que a democracia não pode ser considerada, de maneira simplista, como o “governo em que as massas são soberanas”; da mesma maneira como a oligarquia não pode ser considerada, necessariamente, “a forma de governo em que poucos exercem o poder”. Embora muitos tenham cometido o erro de fazer essa associação ao longo dos séculos; tanto antes, quanto depois de Aristóteles. A origem da confusão se dá quando os conceitos são tomados em seu aspecto meramente quantitativo, mas a conceituação é qualitativa e faz referência ao respeito dado ao ser (essência) de cada uma das partes:

...se o número total de cidadãos fosse por hipótese mil e trezentos, e mil entre eles fossem ricos e não dessem participação no governo da cidade aos trezentos cidadãos pobres, embora nascidos livres e semelhantes a eles em tudo mais, ninguém poderia chamar de democrático o governo de tal cidade... (*Ibidem*).

Usando termos aristotélicos, podemos dizer que a referência numérica é sempre circunstancial e acidental, mas os conceitos devem ser pensados a partir de condições não meramente acidentais. Por exemplo, não é por serem mais

numerosos que os ricos governam em uma oligarquia, mas apenas porque concentram mais riqueza e poder, ainda que existam em menor quantidade. Usando agora termos geofilosóficos, podemos afirmar que se trata de um caso em que o poder está territorializado não em critérios de proximidade e vizinhança, mas sim em níveis de hierarquia; e cada forma de constituição e de governo é também uma forma diferente de territorialização do poder. Ou, usando outras palavras, a maneira como se dá a territorialização do poder define um determinado modo de governo vigente. A democracia seria aquela forma de governo e de constituição na qual o exercício do poder se dá por proximidade e vizinhança. Por isso, Aristóteles assim conclui o raciocínio que nos interessa: “há uma democracia quando os homens livres constituem a maioria e detêm o poder soberano, e uma oligarquia quando os homens ricos [...] governam soberanamente a cidade” (Aristóteles, 1997, p. 127 / 1291a).

Naturalmente, a primeira questão que nos ocorre agora é a seguinte: “Mas a democracia ateniense não era restrita e não eram muitos aqueles desprovidos da condição de cidadão?”. Sim, mas essa é também uma condição temporal, circunstancial e acidental. Portanto, não determinante; embora fosse a causa de muito sofrimento no mundo grego antigo e nós já alertamos para esse fato, quando fizemos a seguinte afirmação, na página 57 desta tese:

E os gregos antigos, embora nos tenham servido com um número muito grande de conhecimentos, práticas e atividades que caracterizam a sociedade ocidental, em cuja base está a cultura grega, também nos “presentearam” com a perpetuação dos fundamentos da exclusão, ao proporem uma noção excludente de “Povo” (*Demos*), na qual não há lugar para o estrangeiro, para a mulher, para o escravo [...]

Como resolver esse – aparente – impasse?

De fato, a solução já nos foi dada e ela não requer nem mesmo uma pequena correção no conceito de democracia que herdamos dos gregos. Ele permanece inalterado. O que precisa ser feito é “apenas” incluir os, outrora, excluídos dentro do conceito de “pessoas livres”. E é o que aquilo que chamamos de “progresso”, pelo menos no seu sentido mais compreensivo e humano, tem buscado fazer ao longo dos séculos. A maneira como tem sido feito determina os territórios, as desterritorializações e reterritorializações dos elementos que constituem o desenvolvimento humano. A cada época, há quem se ocupe com essas questões, com esses agenciamentos. No período carolíngio, recebeu o nome de “ocidentalização”; no Renascimento humanista, “dignidade humana”; no

Iluminismo<sup>55</sup>, “esclarecimento”; no apogeu da sociedade industrial, aparece como “direitos humanos e civis”. Ainda assim, é possível perceber que apenas uma parcela dos humanos continua sendo contemplada, afirmação que também está presente em Deleuze e Guattari:

...sob uma outra forma e com outros meios, que relança todavia a combinação da qual os gregos tiveram a iniciativa, o imperialismo democrático, a democracia colonizadora. O europeu pode pois se considerar, não como um tipo psicossocial entre os outros, mas como o Homem por excelência, assim como o grego já o fizera, mas com muito mais força expansiva e vontade missionária que o grego. (D&G, 1992, p.127).

Nenhum desses momentos, portanto, foi capaz de resolver questões ainda atuais, como, por exemplo, a supremacia e hegemonia europeias e o preconceito e a violência contra os grupos chamados “minoritários”. Cito em particular, o caso dos direitos das mulheres. No Brasil, por exemplo, elas só passaram a ter direito a voto em 1932, há menos de um século.

De qualquer forma, não restam dúvidas que o caminho para uma humanidade mais justa exige uma inclusão maior das pessoas menos favorecidas dentro das benesses que o – chamado – progresso pode proporcionar. E qualquer sociedade que crie empecilhos para que isso ocorra, pode ser taxada de antidemocrática ou totalitária.

E é aqui que retornamos ao discurso do deputado citado em 4.1, pois é um posicionamento completamente contrário ao desenvolvimento das potencialidades humanas, contrário ao processo civilizatório – no melhor sentido do termo – e totalmente antidemocrático, quando, a princípio, faz apologia ao período mais cruel da história recente do Brasil, quando o país viu suspenso o desenvolvimento da Democracia, em virtude de um golpe militar que colocou em xeque as instituições e criou o seu próprio *modus operandi*, por duas décadas. Além disso, elogia um ex-militar que é citado por grande número de pessoas, com ampla documentação pública<sup>56</sup>, como o responsável por uma série de violências e considerado um torturador contumaz: “Perderam em 64, perderam agora em 2016. [...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do

---

<sup>55</sup> “Iluminismo” entendido como um determinado período histórico, geograficamente localizado e “esclarecimento” entendido como uma potencia humana atemporal.

<sup>56</sup> Uma extensa documentação a respeito pode ser encontrada em <<[>> Acesso em: 03 set. 2023.](https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>>”; <<<a href=)

coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra...”. Cito, a seguir, a notícia de uma condenação do coronel:

São Paulo, 10/10/2008 - Por decisão do juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível de São Paulo, de primeira instância, o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra tornou-se o primeiro oficial condenado na Justiça brasileira em uma ação declaratória por seqüestro e tortura durante o regime militar (1964-1985). A sentença, publicada ontem, é uma resposta ao pedido de cinco pessoas da família Teles que acusaram Ustra, um dos mais destacados agentes dos órgãos de segurança dos anos 70, de seqüestro e tortura em 1972 e 1973. O coronel reformado, que nega a prática de tortura, pode recorrer da decisão ao Tribunal de Justiça (TJ). Em sua defesa, Ustra disse que a ação contraria a Lei da Anistia (1979), que significou o perdão dos crimes cometidos durante a ditadura<sup>57</sup>.

Ora, para que tais atos pudessem ter sido cometidos, foi preciso antes minar e destruir as instituições democráticas, cuja ação poderia denunciar e, quicá, evitar tais atrocidades. Resta alguma dúvida de que a apologia praticada pelo referido deputado a essa pessoa e aos seus atos possa ser considerada um ato antidemocrático?

E como se não bastasse, o discurso contém muitos outros elementos contrários ao progresso e ao desenvolvimento humano. Cito alguns:

- Misoginia, “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”;
- Mentira: “Perderam em 64, perderam agora em 2016”. Mentira porque não houve uma disputa legítima entre princípios que se opõem, o que houve foi uma ruptura do processo democrático em ambos os casos;
- “Argumentos” falaciosos: “Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo”. São falaciosos porque os termos “família”, “inocência”, “comunismo” e “liberdade” são usados de maneira completamente aleatória, sem que haja uma contextualização, sem que se explique o seu sentido mais básico, recorrendo simplesmente ao fato de que são jargões recorrentes na fala de (falsos) líderes intolerantes que se apoiam na propensão das massas para ouvi-los.

E, mais uma vez, é necessário lembrar que o referido episódio é apenas um momento de um processo que começa muito antes.

---

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/14836/juiz-condena-coronel-ustra-por-sequestro-e-tortura>. Acesso em: 03 set. 2023.

#### 4.1.2 - Antecedentes ideológicos do episódio descrito em 4.1.

O objetivo neste tópico é investigar o conjunto de ações que culminaram com o pronunciamento de 17 de abril de 2016, no Congresso Nacional Brasileiro. O referido conjunto de ações envolve diversos elementos que interessam à análise geofilosófica: pessoas, lugares, territórios, agenciamentos, relações de poder, desterritorializações e reterritorializações (tanto materiais, quanto imateriais; tanto relativas, quanto absolutas).

É necessário que seja escolhido um referencial, que será tomado como o ponto de partida. Este não deve ser aleatório, tampouco deve retroceder tanto que torne inviável a análise. Fatos, pensamentos e interpretações têm um ponto em comum: é muito difícil chegar a uma primeira causa, pois são processos que se retroalimentam e sempre haverá algo que antecede qualquer ponto escolhido. A insistência pode nos conduzir a uma regressão *ad infinitum*.

Seguindo os passos de Deleuze e Guattari, o primeiro a ser feito é encontrar os elementos componentes do conceito, situação ou problema e identificar um ponto comum, a partir do qual a relação passa a ser processual. No caso em questão, um acontecimento:

Em cada acontecimento, há muitos componentes heterogêneos, sempre simultâneos, já que são cada um um entre-tempo, todos no entre-tempo que os faz comunicar por zonas de indiscernibilidade, de indecidibilidade: são variações, modulações, *intermezzi*, singularidades de uma nova ordem infinita. Cada componente de acontecimento se atualiza ou se efetua num instante, e o acontecimento, no tempo que passa entre estes instantes; mas nada se passa na virtualidade, que só tem entre-tempos como componentes, e um acontecimento como devir composto. Nada se passa aí, mas tudo se torna, de tal maneira que o acontecimento tem o privilégio de recomeçar quando o tempo passou. (D&G, 1992, p. 204).

Os componentes do episódio que analisamos são facilmente identificáveis, pois temos um deputado agressor (agente ativo), a democracia agredida (passivo) e um lugar/território, o Congresso Nacional; lugar da *res publica* (coisa pública), território de um (certo) tipo ou forma de governo, a democracia.

Adotaremos como ponto inicial do episódio de abril de 2016 o momento em que se dá o primeiro encontro entre os três componentes: janeiro de 1991, quando o referido deputado, JM (PDC, Rio de Janeiro), assume o cargo como deputado federal, em primeiro mandato, na Câmara dos Deputados (49ª legislatura), passando

a frequentar o Congresso Nacional, em Brasília-DF. Evidentemente, existem atos de JM anteriores a essa data que influenciam os eventos seguintes, mas retornaremos a eles, quando necessário.

Oriundo de uma carreira militar repleta de eventos conturbados, JM foi eleito, sobretudo, com votos das vilas militares de Rezende (Rio de Janeiro), a partir de um discurso conservador e claramente antidemocrático, que defendia, entre outras medidas, o fechamento do Congresso Nacional e o retorno da ditadura militar, que determinou os rumos do país de 1964 a 1985. No momento oportuno, incluiremos alguns dos seus pronunciamentos ofensivos ao processo democrático.

Como esse discurso atende aos anseios de uma camada representativa da sociedade brasileira, JM não teve dificuldades em continuar se reelegendo deputado federal nas eleições que se seguiram. Merece destaque, no entanto, a sua pequena (praticamente inexistente) fidelidade partidária, filiando-se a dez diferentes partidos, ao longo de uma carreira de quase 30 anos como parlamentar (1991 a 2018).

No entanto, mesmo esses discursos intolerantes não seriam suficientes para sustentarem uma carreira política tão longa e um número fiel de seguidores, se não tivessem, como suporte, uma ideologia e uma prática política que lhes dessem referências. E cabe-nos, agora, investigar tanto os fundamentos dessa ideologia quanto o seu desenvolvimento, em paralelo com a trajetória política de JM.

Do ponto de vista ideológico, precisaremos retroceder um pouco mais. Talvez o melhor fosse voltar até o momento da convocação da primeira assembleia constituinte brasileira, em 1822, feita por Dom Pedro, com a intenção de que fosse elaborada a primeira constituição do Reino do Brasil. Mas isso exigiria um fôlego suficiente para uma tese específica. Além disso, embora a convocação seja considerada a origem histórica do que hoje denominamos de Câmara dos Deputados federais, entidade na qual ocupava o cargo JM e os demais deputados federais, esse ato ocorre ainda no Império, antes, portanto, do surgimento do que podemos chamar esboço de uma democracia brasileira, que surge apenas em 1891, com a primeira constituição republicana. E esta é a data que adotaremos como ponto inicial da presente análise, cujo propósito será refletir sobre os pressupostos de uma “geofilosofia do poder”, de forma não exaustiva, percorrendo as alternâncias, os deslocamentos e territorializações do poder, no cenário – rizoma – político brasileiro, neste período; os quais podem nos auxiliar a compreender o episódio narrado em 4.1.

Com o estabelecimento da primeira constituição brasileira, em 1891, cerca de quinze meses após a Proclamação da República, passamos a ter o que pode ser chamado de germe da democracia brasileira, ainda muito incipiente, mas com avanços importantes, entre os quais, destacam-se: “instituição da forma federativa de Estado e da forma republicana de governo; estabelecimento da independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” (Fonte: Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 03 ago. 2023).

No entanto, as circunstâncias em que se dá o surgimento da República, e também da constituição de 1891, são motivos de desconfianças e discussões até os dias atuais, por causa da maneira como se deu a transição orquestrada por um grupo de militares, liderados pelo então marechal Deodoro da Fonseca, que representava os interesses da elite brasileira, em detrimento dos interesses dos defensores do modelo imperialista, cujos integrantes também se beneficiaram com a mudança, uma vez que o movimento, embora não tenha sido completamente pacífico, não instaurou o terror. Ou seja, a transição de poder que deveria marcar o deslocamento do poder imperialista para uma forma mais democrática, acaba por ser uma desterritorialização do poder, seguida de sua conseqüente reterritorialização, na qual o poder, ao invés de ser tornar popular (do povo - *demos*), apenas passa de um grupo hegemônico (imperialista) para uma elite privilegiada e amparada pelos militares. Do ponto de vista geofilosófico, assim como do ponto de vista político e histórico-social, a maneira como se deu essa mudança acabará por determinar os rumos de todo o desenvolvimento político do Brasil nas décadas seguintes, pois, haja o que houver, esse é o grupo que se sentirá o representante da soberania no território brasileiro, a partir de então.

Após a promulgação da constituição de 1891, há um consenso de se dividir os principais momentos de alternância da organização política, no que se refere aos modelos de poder e de governo em vigência, em mais cinco etapas seguintes, todas elas marcadas pela elaboração de uma nova constituição, embora nem todas possam ser consideradas democráticas:

- A constituição de 1934 (Nova República), sob a égide de Getúlio Vargas, que apresenta avanços importantes, como o direito de voto para as mulheres e a implementação de leis trabalhistas;

- A constituição de 1937 (Estado Novo), quando o próprio Getúlio revoga a constituição de 1934, dissolve o Congresso Nacional e estabelece, autoritariamente, uma série de medidas antidemocráticas, como, por exemplo: “supressão da liberdade partidária e da liberdade de imprensa [...] prisão e exílio de opositores do governo; e eleição indireta para presidente da República...” (Fonte: Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 03 ago. 2023);
- A constituição de 1946, a qual é entendida como uma retomada da diretriz democrática, uma vez que é realizada sob determinação do Congresso recém-eleito, que estabelece uma Assembleia Nacional Constituinte que, por sua vez, retoma valores democráticos como o reestabelecimento de direitos individuais, o fim da censura e da pena de morte, a independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a instituição de eleição direta para presidente da República;
- A constituição de 1967, promulgada no terceiro ano após o início da ditadura militar estabelecida em 1964 e marcada pelo agressivo ataque às instituições e à democracia: “... adotou a eleição indireta para presidente da República [...] O Judiciário também sofreu mudanças, e foram suspensas as garantias dos magistrados.” (Fonte: Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 03 ago. 2023) - outra característica dessa constituição foi o imenso número de Atos Institucionais (AIs) promulgados, que buscavam legitimar as ações políticas dos militares e dos grupos cujos interesses eram defendidos por aquele estado de coisas. Entre os quais, o mais cruel e antidemocrático foi o AI5, com o qual se deu o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão de liberdades individuais e coletivas, estabelecendo de vez a censura no país;
- E, finalmente, a constituição de 1988, denominada “Constituição Cidadã”, promulgada no terceiro ano após o fim da ditadura militar e da retomada do processo democrático no país, que:

inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais. A nova Carta consagrou cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais, concedendo direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 a 17 anos. Estabeleceu também novos direitos trabalhistas, como redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, seguro-desemprego e férias remuneradas acrescidas de um terço do salário. [...] § Destacam-se ainda as seguintes mudanças; reforma no sistema tributário e na



repartição das receitas tributárias federais, com propósito de fortalecer estados e municípios; reformas na ordem econômica e social, com instituição de política agrícola e fundiária e regras para o sistema financeiro nacional; leis de proteção ao meio ambiente; fim da censura em rádios, TVs, teatros, jornais e demais meios de comunicação; e alterações na legislação sobre seguridade e assistência social. (Fonte: Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 03 ago. 2023)

As movimentações do poder em todas as diferentes “encarnações” da Constituição Federal do Brasil evidenciam a manifestação de duas grandes tendências: aquela que defende princípios democráticos e de justiça social, cujo objetivo é a inclusão de um número cada vez maior de pessoas (cidadãos) entre os contemplados; e outra, hegemônica e exclusivista, que se manifesta de forma profundamente repressiva e que mina os esforços por justiça social da primeira, entendidos como uma ameaça aos seus interesses (da segunda) e dos grupos que a apoiam e que são por ela apoiados.

E, se o filosofar (e também o geofilosofar) envolve a criação de conceitos, Milton Santos, ao propor o conceito de “não-cidadão”, cita essa interferência repressiva como uma das causas da enorme desigualdade social que marca a história social do Brasil:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização [...] a degradação das escolas, **a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos**, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. (Santos, 2020, p. 25). - o grifo é nosso.

Outros elementos, além da referência ao *regime repressivo*, merecem destaque no texto de Santos. Como, por exemplo, a *degradação das escolas* e o *egoísmo como lei superior*. Voltaremos a eles ainda neste capítulo, pois também fazem parte do *rizoma* que permitiu ao discurso de JM, citado em 4.1.

É importante salientar que essas duas principais características que marcam a movimentação dos territórios do poder no desenvolvimento da história política do Brasil não são exclusividades nossas. Elas, de uma forma ou de outra, permeiam a construção política da Terra, sempre caracterizada por princípios de hierarquia e verticalidade, quando hegemônicas, conservadoras e totalitárias; e por princípios de

vizinhança e horizontalidade, quando distributivas, progressistas e democráticas. Ambas se desdobram em um grande número de manifestações e particularidades que são as que compõem o atual cenário político mundial.

Outro ponto importante, no que se refere à realidade brasileira, é que a oposição entre essas duas vertentes políticas não constitui uma dicotomia real, como muitas vezes é afirmado, sobretudo por quem defende a postura hegemônica, a qual interessa uma polarização, ou, pelo menos, a impressão de que há uma polarização. O que existe de fato é um conflito de interesses. No entanto, é falacioso afirmar que há uma polarização, ou uma dicotomia acirrada, quando uma das partes se comporta de forma intolerante, pensando em uma nação para poucos e a outra percepção vislumbra um mundo inclusivo, no qual há lugar para todos, inclusive para os primeiros, exclusivistas. Isso, por si só, demonstra o quão falacioso é o discurso mais recente, que advoga pela existência de uma dicotomia. Poderia ser se cada uma das partes estivesse lutando apenas pelos seus próprios interesses, mas não é esse o caso; só a postura imperialista e hegemônica faz isso. É um comportamento extremamente egoísta, conforme foi destacado na citação de Milton Santos, acima. E essa falácia é determinante para o entendimento da fala de JM, pois nos espaços que permeiam as relações existem sempre ambiguidades fortes o bastante para que as palavras possam ser usadas a *bel prazer*, quando o discurso é carente de subscrição<sup>58</sup>. E, ainda que haja uma interpretação verdadeira sobre um fato ou episódio, ou uma interpretação mais adequada, sempre será possível, para quem usa de um discurso desonesto, corromper o raciocínio, chegando a inferências que, muitas vezes, nem o bom senso respalda<sup>59</sup>. Sobre isso, Deleuze e Guattari já haviam alertado, quando afirmaram:

O que muda de um plano de imanência a um outro, quando muda a repartição do que cabe de direito ao pensamento, não são somente os traços positivos ou negativos, mas os traços ambíguos, que se tornam eventualmente cada vez mais numerosos, e que não se contentam mais em dobrar segundo uma oposição vetorial de movimentos. § Se tentamos, também sumariamente, traçar as linhas de uma imagem moderna do pensamento, não é de uma maneira triunfante, mesmo que seja no horror. Nenhuma imagem do pensamento pode contentar-se em selecionar determinações calmas, e todas encontram algo de abominável de direito, seja o erro no qual o pensamento não cessa de cair, seja a ilusão na qual não cessa de

---

<sup>58</sup> Usamos o termo no seu sentido ético. Ou seja, subscrição é a verdade que antecede (ou deve anteceder) a fala e a ação, para que ambas possam ser consideradas legítimas; é a retidão da intenção. A falta de subscrição torna o discurso e a ação carentes de verdade e de fundamento.

<sup>59</sup> Um exemplo: o anticientificismo; com afirmações tais como: a Terra é plana, dentre outras.

girar, seja a burrice na qual não cessa de se afundar, seja o delírio no qual não cessa de se desviar de si mesmo ou de um deus [ou no delírio capaz de criar um *mito*]. (D&G, 1992, p. 72). - o texto entre colchetes é nosso.

E, acompanhando o raciocínio de Deleuze e Guattari, recorreremos ao conceito que propomos no capítulo V desta tese: *aparação (aparações conceituais)*. Faz-se necessário aparar os termos e conceitos, para evitarmos confusões dessa ordem. Por exemplo: quando usamos o termo “revolucionário” é preciso ter em mente que trata-se de uma palavra ambígua, caso não sejam feitas as devidas *aparações*, pois a revolução nem sempre é desejável. A classe burguesa, nos primórdios de sua ascensão, foi extremamente revolucionária, até alcançar um *status* de hegemonia. No entanto, tornou-se profundamente conservadora, uma vez que alcançou o seu objetivo: a dominação. E ainda assim permanece revolucionária, quanto aos meios. É assim que a ordem capitalista consegue manter-se: sendo, ao mesmo tempo, conservadora, porque pretende perpetuar a dominação; e revolucionária, porque precisa revolucionar os meios (técnicas e tecnologias) que podem lhe assegurar o controle e a permanência do processo hegemônico.

Posto isso, retornemos aos antecedentes ideológicos do discurso de JM e ao desenvolvimento dessas duas vertentes que marcam a trajetória política brasileira.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), pensava-se que, finalmente, o Brasil havia encontrado o caminho para o fortalecimento de sua democracia, sobretudo depois da infame experiência de 20 anos de ditadura militar. Mas não é bem assim. Uma ameaça autoritária e repressora sempre esteve rondando e minando o desenvolvimento do processo democrático brasileiro, pós 1988. Procurando a ocasião de se manifestar, de subir à tona. E conseguiu. Vejamos como isso se deu, em termos práticos.

#### **4.1.3 - O ninho da serpente: a ideologia por trás do “mito”**

Já revisamos a maneira como se deu o percurso de estabelecimento de uma Democracia no Brasil, nos atendo especificamente na construção das diferentes constituições federais. O movimento não tem sido linear, mas acontece dentro de alternâncias que denotam os interesses das partes envolvidas, em que prevalecem os anseios dos mais expressivos em cada momento. A recorrência dessas inconstâncias e rupturas demonstra a dificuldade que ainda temos de afirmar qual,

de fato, é a vocação política do Brasil. Em termos deleuzianos, e também geofilosóficos, perguntar pela vocação política do Brasil é perguntar: Existe um “dever Brasil”? Se existe, qual é?

E a indefinição quanto a este “dever” é o ambiente propício para o surgimento e fortalecimento de iniciativas contrárias ao desenvolvimento social do país. Em outras palavras, a falta de foco e a impossibilidade de concentração dos esforços políticos, sociais e econômicos em um objetivo comum: a consolidação da democracia; oferece o ambiente propício para o fortalecimento de propostas antidemocráticas. O Brasil é um país que, historicamente, carrega em seu próprio interior as causas do seu empobrecimento social e político, embora também sofra por interferências externas e estrangeiras, algumas das quais serão abordadas neste capítulo.

O fato é que o período que se seguiu ao processo de redemocratização do Brasil, em 1985, e após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que apresentava plenas condições de desenvolvimento social, tornou-se o palco de uma nova ascensão de ideias antidemocráticas e de personagens cujos propósitos conduziram ao episódio de abril de 2016.

É necessário frisar que não nos colocamos contra a oposição ao poder estabelecido em cada momento, seja ele representante de qualquer ideologia política, que se mantém dentro de limites de civilidade e competência. Essa oposição é necessária e salutar, pois é um meio de se evitar abusos aos quais todas as formas de governo estão sujeitas.

Fazemos referência e crítica a uma prática política de segunda categoria, desenvolvida às escondidas e nos bastidores políticos, cujos princípios serão, alguns deles, apresentados a seguir.

Toda prática política necessita de uma teoria, ou ideologia, que lhe dê sustentação e, para a presente investigação, elegemos três pontos recorrentes, os quais aparecem nos discursos hegemônicos brasileiros e serão estudados neste tópico: a) apologia ao militarismo e armas; b) aversão às chamadas minorias, que inclui a execração da região Nordeste do Brasil e c) a falácia da ameaça comunista e o fascínio por ideias e práticas fascistas, escondidas em discursos nacionalistas e de ordem religiosa.

Nesse caso, precisaremos retornar um pouco mais no tempo, para podermos refletir sobre as bases do pensamento hegemônico que foi se desenvolvendo no

Brasil, ao longo do Século XX. São várias as fontes disponíveis<sup>60</sup>, mas recorreremos a uma que não deixa dúvidas de que, no Brasil, a ascensão e propósitos de permanência de uma política intolerante, profundamente marcada por elementos de preconceito, misoginia, militarismo, embora disfarçada dentro de um discurso pretensamente progressista, sempre foi um projeto e não apenas um acidente:

A colonização militar não deve, ao nosso ver, restringir-se aos núcleos militares, por mais caracteristicamente fundamentais que sejam estes naquele empreendimento. Deve, ao contrário, interessar o elemento sertanejo civil - o caboclo, o índio, o civilizado oriundo dos centros urbanos - de modo que alcance a amplitude compatível com a extensão do território a beneficiar e o conjunto dos problemas nacionais a resolver. (Revista Brasileira dos Municípios, 1951, s/ numeração).

O recorte acima é parte de uma palestra do Coronel Frederico Rondon, Diretor-geral do Instituto de Colonização Nacional, realizada em 18 de outubro de 1951 e publicada no mesmo ano, na edição de número 16, ano IV, da *Revista Brasileira dos Municípios*.

Embora trate-se de uma palestra e não seja, portanto, um documento oficial, o texto, sendo uma fala espontânea, fornece bons indícios para os propósitos deste tópico, que busca refletir sobre o avanço das ideias conservadoras do Brasil. E esse avanço nem sempre aconteceu de forma oficial e objetiva. Em muitos casos, o que prevaleceu foi um discurso em segundo plano capaz de criar um “pano de fundo” para intenções que nem sempre eram confessáveis, mas que sempre foram almejadas. É nesse aspecto que o pronunciamento do referido coronel pode nos ajudar, pois ele contém todos os elementos que acompanham o desenvolvimento das ideias conservadoras e que reaparecem no pronunciamento de JM, em abril de 2016.

Neste texto, também destacamos alguns outros trechos nos quais aparecem as situações acima enunciadas:

Diversas formas de preconceito:

Quando encaramos o problema do povoamento do Brasil Central (nesta expressão compreendemos o Interior do Norte e o Centro-Oeste), acode-nos espontaneamente a idéia de **colonizá-lo com**

---

<sup>60</sup> São muitas as obras tidas como referência em defesa do pensamento hegemônico fundamentado em premissas militares, no Brasil da segunda metade do século XX. Entre as quais, citamos: o texto denominado “Projeto Orvil - Livro do Exército”, que é tido como uma coletânea, ou dossiê, sobre a “ameaça comunista” no Brasil, no período de 1922 a 1974. A autoria do texto não é identificada. E “A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça” (Brasília: Editora Ser, 2007), de autoria do próprio CA.

**européus ou japoneses.** Os Estados mais prósperos da União devem grande parte do esplendor do seu progresso, aos imigrantes europeus - alemães, italianos, eslavos - que entraram no País em grandes levadas, desde a Independência, e, distribuindo-se em núcleos coloniais, impulsionaram a agricultura, **livrando-a do braço escravo**, abriram estradas, edificaram cidades, proporcionando às populações nacionais o vultoso **contingente branco** que, tão oportunamente, haveria de contribuir para a **compensação dos outros fatores étnicos.** Os **Estados do Sul foram diretamente beneficiados pela política de imigração adotada**, desde o início de nossa vida nacional. O Rio Grande do Sul, São Paulo e, mais tarde, o Paraná e Santa Catarina foram os campos de experimentação dessa política. Os benéficos resultados não se fizeram esperar. Em menos de meio século, o **surto de progresso que o imigrante europeu proporcionou** aos primeiros Estados levou-os à vanguarda econômica do País. (Revista Brasileira dos Municípios, 1951, s/ numeração) - os grifos são nossos.

A análise exaustiva do pequeno recorte acima, por si só, constituiria material suficiente para uma extensa tese. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o preconceito étnico, também chamado racismo, quando considera que a presença de um “contingente branco”, representado por migrantes de origem europeia e asiática, em substituição ao trabalho escravo, foi responsável por um “surto” de progresso. Essas afirmações procuram reforçar a tese da superioridade de brancos (europeus e asiáticos) sobre negros (africanos e seus descendentes), o que nunca foi demonstrado. Em *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia Vol 3*<sup>61</sup>, Deleuze e Guattari fazem as seguintes afirmações sobre o racismo:

O racismo procede por determinação das variações de desvios, em função do rosto Homem branco que pretende integrar em ondas cada vez mais excêntricas e retardadas os traços que não são conformes, ora para tolerá-los em determinado lugar e em determinadas condições, em certo gueto, ora para apagá-los no muro que jamais suporta a alteridade (é um judeu, é um árabe, é um negro, é um louco..., etc). Do ponto de vista do racismo, não existe exterior, não existem as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem. A cisão não passa mais entre um dentro e um fora, mas no interior das cadeias significantes simultâneas e das escolhas subjetivas sucessivas. O racismo jamais detecta as partículas do outro, ele propaga as ondas do mesmo até à extinção daquilo que não se deixa identificar (ou que só se deixa identificar a partir de tal ou qual desvio). (D&G, 1996, s/ numeração).

---

<sup>61</sup> Foi consultada a seguinte edição: Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia, Vol 3*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e outros. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. (Coleção Trans). Título original: *Mille plateaux - Capitalisme et schizophrénie* © Les Éditions de Minuit, Paris, 1980. A referida edição não tem as páginas numeradas e, nela, consta a seguinte observação: “NOTA DO EDITOR: Esta edição brasileira de *Mil platôs*, dividindo a obra original em cinco volumes, foi organizada com o acordo dos autores e da editora francesa (Ed. de Minuit)”.

Também merece destaque a afirmação “livrando-a do braço escravo”, que ignora o estatuto da escravatura, minimizando a violência que sempre a caracterizou e tratando-a como se fosse uma escolha dos próprios escravos e não uma injusta imposição secular. Nesse sentido, o discurso do Coronel Rondon evidencia a total falta de preocupação com o futuro dos negros antes escravizados. O fim da escravatura abre o caminho para a vinda do “contingente branco”. E os negros? Jessé Souza apresenta reflexões que auxiliam na compreensão da questão:

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de qualificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor na nova configuração de vida econômica. § O negro torna-se vítima da violência mais covarde. [...] Ele foi jogado em competição feroz com o italiano, para quem o trabalho sempre havia sido motivo principal de orgulho e autoestima. Belo início da sociedade “competitiva” entre nós. (Souza, 2019, p. 82).

Além disso, as palavras do coronel, ao exaltarem um questionável, sobre vários aspectos, maior desenvolvimento dos estados do centro e do sul do Brasil, questionam, indiretamente, a capacidade de desenvolvimento dos estados no norte e nordeste.

Nacionalismo extremo, apologia ao militarismo e armas:

Aos núcleos militares devem, pois, associar-se, nas mesmas zonas, núcleos destinados a colonos nacionais, em cuja organização prepondere o senso econômico, condição primordial de êxito, **sem prejuízo do cunho social e nacionalista**. § A colonização do Brasil Central deve ser obra oficial, dirigida por um órgão técnico militar. [...] § Compreendendo a necessidade de sua intervenção na vida econômica nacional, o Exército aceita com entusiasmo os encargos complementares que a tradição sancionou, fazendo da grande **instituição armada** o obreiro máximo do progresso dos sertões. (Revista Brasileira dos Municípios, 1951, s/ numeração) - os grifos são nossos.

Da mesma forma que a citação precedente, esta também mereceria uma tese própria, tantas são as implicações e reflexões que suscita. Muitas delas receberam roupagens recentes, como os projetos de ampliação das escolas militares no Brasil,

como, por exemplo, o *Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares*<sup>62</sup>, a proliferação de clubes de tiro e as mudanças nas leis referentes à posse de armas, durante o período de 2019 a 2022.

E, finalmente, a falácia da ameaça comunista e o fascínio por ideias e práticas fascistas “escondidos” em discursos nacionalistas e de ordem religiosa:

E chegamos a um **irreconciliável antagonismo** quanto à estrutura do Estado, à organização da sociedade e dos sistemas econômicos. Não há tribunal que possa harmonizar Ocidente e Oriente, Cristianismo e o **Comunismo**, espiritualismo e materialismo, Roma e Moscou. E como não há juízes cujas decisões sejam aceitas, parece que o supremo recurso só pode ser a força. Chegamos assim a esta situação paradoxal, na qual ninguém quer a guerra e dela cada vez mais nos aproximamos. § Mas isso tudo nos leva a pensar no Brasil, no seu futuro, no seu destino. Mas o seu destino se prende ao destino do seu solo. § Foi bem a nossa geografia que criou e tornou imortal o nosso **instituto de propriedade**. Não é possível fugirmos ao irresistível sentido de marcha que nos vem da consciência da nossa história. É a força dessa consciência que nos reúne aqui, em **atitude de prece**, e **por isso rezamos**. E evocamos as grandes forças morais que constituem os alicerces da nossa formação nacional e dão solidez à sua estrutura. § Brasileiros do Norte, do Centro e do Sul. Os estóicos pela tenacidade, os humanistas pela espiritualidade, os audaciosos pelo ímpeto na ação fecunda, a todos conclamamos para **que se faça da Escola um Templo e da Educação uma Religião**. § Só assim poderemos garantir e defender a vida do Solo Nacional, por isso que a sua boa ou má sorte está escrita no livro do destino do nosso Brasil. (Revista Brasileira dos Municípios, 1951, s/ numeração) - os grifos são nossos.

Evidentemente, pensando a partir da concepção ideológica que tornou possível a redação do texto acima, quando é apresentada a possibilidade de “boa ou má sorte” para o destino do Brasil, a intenção do texto é afirmar que “boa sorte” corresponde à concretização desses ideais antidemocráticos e hegemônicos, enquanto “má sorte” seria o triunfo do que o próprio texto indica como a “ameaça comunista”, que nada mais é do que a defesa de um Brasil plural, no qual todos os seus habitantes possam aspirar uma vida digna e não apenas um pequeno grupo de privilegiados. Essa é a discussão sobre o que pode ser o “devir Brasil”. E é preciso realmente reconhecer que trata-se de uma relação dicotômica, mas não nos termos como geralmente é apresentada pelos grupos que se interessam pela concretização do “devir hegemônico”. Ou seja, é uma relação dicotômica, mas que não se dá de maneira proporcional. Há um desequilíbrio de forças em favor do “devir

---

<sup>62</sup> Decreto Nº 10.004, de 5 de Setembro de 2019. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/9/2019, Página 1. Revogado em 19 de julho de 2023. Decreto nº 11611 de 19 de Julho de 2023 (Poder Executivo).



hegemônico”, em detrimento do “devir social”; de forma que, em pouco mais de quinhentos anos de existência do Brasil (Colônia, Império e República), poucas foram as ocasiões em que o “devir social” esteve representado pelos órgãos máximos de poder, ou seja, pela soberania política nacional de cada período correspondente. E isso só aconteceu no presente século: 2003 a 2016<sup>63</sup>.

Após algumas tentativas frustradas, a primeira materialização das ideias hegemônicas e antidemocráticas descritas acima, de maneira efetiva e oficial, aconteceu com a implantação, em 1964, do regime de ditadura militar, a partir de um golpe contra o Estado de Direito, com a alegação de que havia uma “ameaça comunista” que nunca foi demonstrada. Sobre esse período existe muito material disponível.

No entanto, o fim do regime militar em 1985 e a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988, não foram suficientes para o fortalecimento das ideias democráticas a ponto de esfriar os ânimos dessa vertente hegemônica e conservadora, até mesmo porque ela ainda continuou representando os interesses de uma parcela considerável da população brasileira. E foi nesse ambiente de indefinições, entre os anos de 1988 e 2016, que foi criado o território propício para o surgimento do “ninho da serpente” e dos eventos que tornaram possível o pronunciamento de março de 2016.

Deleuze e Guattari também mostraram-se atentos a esta questão, quando escreveram:

...a opinião é um pensamento abstrato, e a injúria desempenha um papel eficaz nesta abstração, porque a opinião exprime funções gerais de estados particulares. A opinião retira da percepção uma qualidade abstrata e da afecção uma potência geral: **toda opinião já é política neste sentido.** [...] § A opinião é um pensamento que se molda estreitamente sobre a forma da reconhecimento: reconhecimento de uma qualidade na percepção (contemplação), reconhecimento de um grupo na afecção (reflexão), reconhecimento de um rival na possibilidade de outros grupos e outras qualidades (comunicação). Ela dá à reconhecimento do verdadeiro uma extensão e critérios que são, por natureza, os de uma "ortodoxia": **será verdadeira uma opinião que coincida com a do grupo ao qual se pertencerá ao enunciá-la.** Vê-se bem isso em certos concursos: você deve dizer sua opinião, mas você "ganha" (você disse a verdade) se você disse a mesma coisa que a maioria dos que participam desse concurso. A opinião, em sua essência, é vontade de maioria, e já fala em nome de uma maioria. **Mesmo o homem do "paradoxo" só se exprime com**

---

<sup>63</sup> E, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2022, estão novamente representados em âmbito governamental federal, desde 1º de janeiro de 2023, os interesses desse “devir social”.

**tantas piscadelas, e tanta bobagem segura de si, porque pretende exprimir a opinião secreta de todo mundo, e ser o porta-voz do que os outros não ousam dizer.** Mas este é apenas o primeiro passo no reino da opinião: esta triunfa quando a qualidade retida deixa de ser a condição da constituição de um grupo, quando não é mais do que a imagem ou a "marca" do grupo constituído, que determina ele mesmo o modelo perceptivo e afetivo, a qualidade e a afecção, que cada um deve adquirir. (D&G, 1992, p. 190). - os grifos são nossos.

Evidentemente, alguém pode contra-argumentar, dizendo que o texto acima pode ser aplicado a qualquer tipo de opinião e não apenas àquelas que pretendemos evidenciar aqui. Sim, mas o estamos fazendo fundamentados em argumentos bastante sólidos de que a ideologia que criticamos e denunciemos neste capítulo é problemática tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Além de conter todos os elementos grifados na citação acima, ela também erra ao defender posturas que não são referendadas pela ciência, pelo bom senso e pela ética, quando, por exemplo, pratica as diferentes formas de preconceito já enumeradas acima.

A partir das reflexões apresentadas até o momento, neste capítulo, cabe agora discorrer sobre como todos esses fatores contribuíram para a produção de um ambiente propício para que o discurso de abril de 2016 pudesse ser pronunciado sem consequências para o seu responsável e, além disso, ter os seus objetivos alcançados. Para tanto, será preciso apresentar algumas afirmações de JM, feitas no período de 1990 a 2016:

#### **Apologia à tortura e defesa de intervenção militar:**

23 de maio de 1999 - “Ele merecia isso: pau de arara. Funciona. Eu sou favorável a tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também.” Deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), entrevista ao apresentador Jair Marchesini, no programa ‘Câmera Aberta’, na TV Bandeirantes. Fonte: Folha, por Érika Kokay. § “Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando pelo FHC, não deixar para fora, não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente.” Deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), entrevista ao apresentador Jair Marchesini, no programa ‘Câmera Aberta’, na TV Bandeirantes. Fonte: Folha, por Érika Kokay. (Barreto Jr., 2022, pp. 23, 24).

24 de junho de 1993 - “(...) Sugiro que façamos um plebiscito para sabermos o que o povo, que é soberano, acha do atual papel do Congresso Nacional. Sr. Presidente, a atual constituição garante a

intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem, conforme previsto no art. 142 (...).” Deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ), no plenário da Câmara dos Deputados. Fonte: site da Câmara dos Deputados. § “(...) Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional de mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo (...).” Deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ), no plenário da Câmara dos Deputados. Fonte: site da Câmara dos Deputados. (Barreto Jr., 2022, p. 17).

### **Misoginia:**

“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece” (2003 e 2014) - A frase foi dirigida à deputada Maria do Rosário (PT-RS), primeiro durante uma discussão nos corredores da Câmara em 2003, diante de vários jornalistas, depois repetida em 2014, dessa vez na tribuna da Casa. Em esclarecimento ao jornal Zero Hora na época, Bolsonaro disse que a colega “não merece (ser estuprada) porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”.

“Por isso o cara paga menos para a mulher (porque ela engravida)” (2014) - Em entrevista ao jornal Zero Hora, Bolsonaro sugeriu que o Brasil tem muitos direitos trabalhistas e, por isso, é uma “desgraça ser patrão no nosso país”.

### **Lgbtqia+fobia:**

16 de junho de 2011 - “Prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim vai ter morrido mesmo. (...) [Eu] seria incapaz [de amar um filho homossexual]. Não vou dar uma de hipócrita aqui para fazer média com quem quer que seja. Teria vergonha mesmo. Acho que me abalaria politicamente, atrasaria minha vida (...).” Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). Fonte: revista Playboy (29/06/2021), por Jardel Sebba. (Barreto Jr., 2022, p. 35).

14 de fevereiro de 2014 - “Os gays não são semideuses. A maioria é fruto do consumo de drogas.” Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). Fonte: El País. (*ibid.*, p. 41).

### **Preconceito contra afrodescentes:**

“Fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (2017) - A afirmação, em palestra no Clube Hebraica, no Rio, rendeu a ele uma denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República pelo crime de racismo e discriminação. Em setembro deste ano, Bolsonaro acabou sendo absolvido das acusações pelo STF. A maioria dos ministros entendeu que, “por pior que tenham sido”, as declarações se inserem na liberdade de expressão. O capitão defendeu que ser contra as reservas quilombolas não é ser racista. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

### **Preconceito contra os povos originários<sup>64</sup>:**

“Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos. Como eles conseguem ter 13% do território nacional?” Campo Grande News, 22 Abril 2015).

“Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios” Correio Braziliense, 12 Abril 1998.

“Em 2019 vamos desmarcar [a reserva indígena] Raposa Serra do Sol. Vamos dar fuzil e armas a todos os fazendeiros” No Congresso, publicado em 21 Janeiro 2016.

“Índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado, tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários.” Midiamax, 22 Abril de 2015. <https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro>. Acesso em: 07 ago. 2023.

### **Preconceito contra nordestinos:**

“A única coisa boa do Maranhão é o presídio de Pedrinhas. É só você não estuprar, não sequestrar, não praticar latrocínio que tu não vai [sic] para lá. Vai dar vida boa para aqueles canalhas?”, Bolsonaro, em entrevista na Câmara, em 2014, quando era deputado.

“O voto do idiota, o voto do idiota é comprado com Bolsa Família. Se você for no Nordeste, você não consegue uma pessoa para trabalhar na tua casa. Você vê meninas no Nordeste, batem a mão na barriga, grávidas, e falam o seguinte. Esse aqui vai ser uma geladeira, esse aqui vai ser uma máquina de lavar, e não querem trabalhar. Aqui, ó!” Bolsonaro, quando era deputado.

“Um deles é cearense, um cabeçudo aqui do meu lado também. Porra, eu acho que o estômago é maior do que a cabeça dele. Imaginou como ele come, né?” Em live, quando era deputado [...]. <https://www.cut.org.br/noticias/confira-os-10-piores-insultos-de-bolsonaro-aos-nordestinos-594b>. Acesso em: 07 ago. 2023.

As citações acima foram escolhidas entre um número muito grande de afirmações de teor semelhante, feitas por JM, em quase três décadas de atividade política. Sobre essa questão, Walter Barretto Jr., escreve, em seu livro *Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases*:

O livro *Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases* é um registro histórico dessa triste fase da política contemporânea

---

<sup>64</sup> É digno de nota o quanto as declarações de JM, contra os povos nativos e originários, são preconceituosas e retrógradas, do ponto de vista histórico, social e geofilosófico, sobretudo quando partem de pessoas que ocupam cargos públicos eletivos e de grande responsabilidade. Nos apêndices desta tese, incluímos a referência a um documento no qual consta uma determinação da Assembleia Legislativa da Capitania de Goiás, ainda no século XIX, que já exigia melhores condições de vida e oportunidades para os povos originários, ainda chamados de “selvagens”, na ocasião.

brasileira. Para mim, a produção do livro representou um misto de cansaço mental com a expectativa positiva de colaborar com a disseminação de conhecimento para uma reflexão pública sobre o projeto político da extrema direita brasileira, que surge em linha com movimentos extremistas e intolerantes verificados em diversos países do mundo. § Embora seja um livro de frases, proponho uma leitura para além delas. É preciso compreender a mensagem implícita. Lidas e interpretadas, cada uma delas, será possível perceber desconfortavelmente aonde chegamos. Espera-se que persista a incômoda pergunta de como permitimos isto! [...] § Apesar de eu ser um leitor assíduo dos temas da política brasileira, o personagem Jair Bolsonaro não estava no meu radar de leitura. Porém, no dia do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016), com a homenagem feita pelo então deputado Jair Bolsonaro ao coronel Brilhante Ustra, passei a conhecê-lo. Um primeiro susto, de centenas que estavam por vir. (Barreto Jr., 2022, p. 11).

Todas essas afirmações de JM representam graves ataques à humanidade e à alteridade e trazem consigo um profundo desprezo pelo “outro”, o que nos leva a crer que cabe, aqui, uma apreciação mais pormenorizada, à luz da filosofia.

E da mesma forma como os textos e artigos de OC encontraram espaço – foram territorializados – em importantes jornais<sup>65</sup> do Brasil, tais como *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Diário do Comércio*, conforme evidenciado no tópico 4.1.3, também JM encontrou espaço e território para os seus pronunciamentos em diferentes veículos midiáticos brasileiros, que davam a entender que, de tão bizarra, sua postura não merecia sequer ser levada a sério.

#### **4.1.4 - Direita e esquerda: o mito é de direita**

Nesta tese, evitamos, até o momento, usar as expressões “esquerda” e “direita” da maneira como são usadas pelo senso comum, em que elas servem mais para encobrir a realidade política em que são utilizadas, do que para ajudar na compreensão e solução dos problemas sociais. De fato, no Brasil, a melhor maneira

---

<sup>65</sup> É preciso enfatizar que o criticável não é a presença de discursos e pensamentos dissonantes nos diferentes veículos de comunicação, uma vez que as divergências de opinião são salutares. No entanto, o que chama a atenção é a maneira como ideias completamente contrárias ao respeito mútuo e à civilidade encontraram espaço nesses veículos. Embora esteja fora do escopo deste trabalho, existe uma discussão sobre a possibilidade de muitos desses veículos e canais terem servido como uma forma de propagação para as ideias preconceituosas de JM, quando ele era ainda deputado federal e, por diversas vezes, foi entrevistado em programas de rádio e TV como, por exemplo, CQC, da Rede Bandeirantes, e SuperPop, da Rede TV. O tom humorístico e rizível como suas ideias eram apresentadas escondia o perigo daquelas declarações, que encontravam um meio para serem difundidas nacionalmente. Um “mix” com algumas dessas entrevistas no CQC, postado no canal do Youtube do programa em 28 de março de 2011, pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=DBEGrNVy4i4>. Acesso em: 07 ago. 2023.

de compreender e explicar as contradições sociais é partindo do princípio de que as relações antagônicas se dão em âmbito vertical e não horizontal. Ou seja, há um conflito de interesses entre os que ocupam as camadas superiores e privilegiadas da “arquitetura” social e os interesses daqueles que ocupam as camadas mais baixas. Na verdade, isso acontece em quase todo o globo terrestre, mas a situação é agravada nos países em que há uma defasagem no que se refere à justiça social e à distribuição de renda.

No entanto, não podemos evitar que essa discussão seja feita aqui, uma vez que o uso dessas expressões, ainda que equivocado, está na origem (e também nas consequências) de uma série de efeitos muito caros para a convivência social.

O uso das expressões “direita” e “esquerda”, cuja origem já deu material para um grande número de teorias explicativas, está mais relacionado com uma postura interpretativa do que com os fatos. Por “direita” entendemos a postura que se coloca como representante dos interesses hegemônicos, imperialistas, dominadores, opressivos e por “esquerda” entendemos tudo o que se coloca contra esses interesses. A situação não é simples, pois, sobretudo no Brasil, encontramos um número muito expressivo de pessoas que mesmo não estando incluídas nos propósitos dos grupos hegemônicos, acabam por defenderem os interesses desses últimos, aderindo à defesa dos ideais pregados por eles, tornando-se “de direita”. Ao mesmo tempo, pessoas que teriam tudo para usufruírem das vantagens de estarem entre as mais privilegiadas, optam por ficarem ao lado da justiça social e da defesa das causas das chamadas minorias, tornando-se, portanto, pessoas “de esquerda”. É evidente que aqui fazemos uma simplificação máxima da questão, que parece muito óbvia. Sim, mas a filosofia também tem que se ocupar do óbvio e, por isso, o filósofo e o filosofar (e também o geofilosofar) tornam-se, muitas vezes, ridículos.

Guardadas as proporções, Platão, por exemplo, adverte para o quão ridículo o filósofo pode parecer aos habitantes da caverna, quando retorna a ela, após conhecer o mundo “real”:

Atenta agora no seguinte: se esse homem voltasse lá para baixo e fosse colocado no seu lugar de antes, não crês que seus olhos se encheriam de trevas como os de quem deixa subitamente da luz do Sol? § Por certo que sim. § E se tivesse de competir de novo com os que ali permaneceram encadeados, sentenciado a respeito de tais sombras, que, por não se lhe ter ainda acomodado a vista, enxergaria com dificuldade (e não seria curto o tempo para acostumar-se), não te parece que esse homem faria papel ridículo? Diriam os outros que ele voltara lá de cima sem olhos e que não valia

a pena pensar sequer em semelhante escalada. (Platão, 2016, p. 277 - 516e).

A diferença de Platão, em relação às reflexões atuais, é que os encadeados (prisioneiros) também são os que aprisionam e oprimem. São prisioneiros do senso comum e de visões excludentes de mundo, das quais não pretendem se libertar.

Paul Claval também alertou para as injustiças, complicações e idiosincrasias dessas polarizações, ao afirmar que:

A exportação das receitas da modernização acelerada implantadas no Ocidente no final dos anos 1940 ou nos anos 1950 não foi coroada em todos os lugares com o mesmo sucesso. Para os países do Terceiro Mundo que acreditaram que o Ocidente fornecia dois modelos igualmente viáveis, o liberal e o socialista, e que tinham escolhido o segundo, o despertar é brutal. O tecido social tradicional está em farrapos, a produção agrícola estagna ou diminui, a sociedade é sufocada sob uma burocracia ineficiente. A modernização criou uma necessidade de bem-estar e aspirações igualitárias, mas não os meios de satisfazê-los. (Claval, 1999, p. 390).

Assim, a divisão dos problemas sociais em duas vertentes únicas: direita e esquerda, tal como é propagada insistentemente pelo senso comum e por muitos que se dedicam aos estudos sociais e políticos (sejam quais forem as origens históricas desses termos, o que não nos cabe aqui julgar); reduz a questão a uma visão completamente maniqueísta, que não contribui para a compreensão dos problemas, inviabiliza o debate consistente e acaba por servir à classe dominante, pois faz parecer que existe um equilíbrio de forças e de interesses e que tudo acaba por ser reduzido à opinião: “Não se verá aí um mundo mais doce, tantas são as crueldades que a sociabilidade implica, as rivalidades da amizade, os antagonismos e as reviravoltas sangrentas da opinião” (D&G, 1992, 116).

De qualquer forma, é necessário evitar o preconceito de classificar as pessoas, no que se refere ao caráter, à moral e à ética, a partir de suas escolhas políticas, como se todos os que optam por uma dessas vertentes tivesse o seu caráter irremediavelmente atrelado à escolha. Feitas essas ressalvas, avisamos que não propomos, nesta tese, uma revisão nos conceitos de “direita” e “esquerda” e os utilizamos na mesma perspectiva como são comumente aceitos.

Uma das consequências da (alegada) dicotomização entre “esquerda” e “direita” é a produção de “salvadores da pátria” e, no caso mais recente no Brasil, do surgimento do “mito”: o indivíduo capaz de “encarnar” e representar os anseios da

classe opressora e dos seus apoiadores. Não é uma possibilidade recente e sequer é uma invenção brasileira. A humanidade já havia presenciado episódios semelhantes antes de JM ser alçado à condição do “mito” representante das intenções da direita (e extrema-direita) brasileira. E Roland Barthes já havia dedicado um texto bem elucidativo sobre a questão:

Estatisticamente, o mito se localiza na direita. É aí que ele é essencial: bem-alimentado, lustroso, expansivo, falador, inventa-se continuamente. Apodera-se de tudo: justiças, morais, estéticas, diplomacias, artes domésticas, Literatura, espetáculos. [...] O oprimido não é coisa alguma; possui apenas uma fala, a de sua emancipação, o opressor é tudo, a sua fala é rica, multiforme, maleável, dispõe de todos os graus possíveis de dignidade: tem a posse exclusiva da metalinguagem. O oprimido *faz* o mundo e possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política). O opressor conserva o mundo, a sua fala é completa, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação, e a linguagem do opressor, a eternização. § [...] É graças à sua retórica que os mitos burgueses traçam a perspectiva geral dessa *pseudophysis*, que define o sonho do mundo burguês contemporâneo. Eis aqui as figuras principais: § *A omissão da história* — Quando o mito fala sobre um objeto, despoja-o de toda a História. Nele, a história evapora-se, transformando-se numa empregada ideal: prepara, traz, coloca; o patrão chega, e ela desaparece silenciosamente: podemos usufruir desse belo objeto sem nos questionarmos sobre a sua origem. [...] Esta evaporação milagrosa da história constitui outra forma de um conceito comum à maioria dos mitos burgueses: a irresponsabilidade do homem. § *A identificação* — O pequeno-burguês é um homem incapaz de imaginar o Outro. Se o outro se apresenta perante o seu olhar, o pequeno-burguês tapa os olhos, ignorando-o e negando-o, ou então o transforma em si mesmo. No universo pequeno-burguês, todos os fatos de confrontação são fatos de reverberação: o outro, seja qual for, é reduzido ao mesmo. Os espetáculos, os tribunais, locais onde pode acontecer a exposição do outro, transformam-se em espelhos. É porque o outro constitui um escândalo, um atentado à essência. [...] Existem, em toda a consciência pequeno-burguesa, pequenos simulacros do bandido, do parricida, do pederasta etc, que, periodicamente, o corpo judiciário extrai do seu cérebro, coloca no banco dos acusados, censura e condena: só se julgam análogos *desencaminhados*: é uma questão de caminho, e não de natureza, pois o *homem é assim*. Por vezes — raramente — o outro se revela irreduzível não por um súbito escrúpulo, mas porque o “*bom senso*” se opõe a considerá-lo como um igual: um não tem a pele branca, mas sim negra, o outro bebe suco de pêra, em vez de *Pernod*. Como assimilar o negro, o russo? Existe aqui uma figura que resolve o problema: o exotismo. O outro é transformado em puro objeto, espetáculo, marionete; relegado para os confins da Humanidade, não constitui, doravante, nenhum atentado à segurança da nossa própria casa. Trata-se de uma figura essencialmente pequeno-burguesa. Pois, mesmo que não consiga viver o outro, o burguês pode, pelo menos, imaginar o seu lugar: é o que se chama de o liberalismo,



espécie de economia intelectual dos lugares reconhecidos. A pequena burguesia não é liberal (ela produz o fascismo, enquanto a burguesia apenas o utiliza): ela realiza, com atraso, o itinerário burguês. (Barthes, 2009, s/ numeração).

Chega a impressionar a maneira como um texto escrito em 1956 se aproxima tanto da realidade vivida no Brasil nos últimos anos. Destacamos alguns pontos que merecem uma reflexão mais pormenorizada.

Um desses pontos é a afirmação de que “os mitos burgueses traçam a perspectiva geral dessa *pseudophysis*”. Se eles estabelecem uma *pseudophysis*, também produzem uma pseudociência, a partir da qual postulam regras e noções próprias que desafiam a ciência seriamente instituída. E, uma vez que é desafiado o conhecimento científico, todo o restante está sob risco:

Do delírio da Terra plana ao outro transformado em um simples inimigo a ser eliminado, sobram “dogmas” e “discursos verdadeiros” e perdem-se os parâmetros da razão e da “razoabilidade”, e o lastro mental e de linguagem que garantia a convivência humana cai por terra. O poder confundido com a fala, típico das psicoses, fará com que os delirantes, sejam líderes, sejam seguidores, falem demais sem ter nada a dizer. Mas não como o simples ato fálico “da boca para fora”, e sim como gozo, como autorrealização dos atos mais absurdos por meio da fala. Destruído o parâmetro da realidade, não restará mais base alguma sobre a qual sustentar algo como uma sociedade. (Tiburi, 2019, p. 44).

Outros desses pontos é a afirmação de que o mito, quando fala sobre um objeto, despoja-o de toda a história (omissão da história). Vejamos o quanto isso esteve presente no discurso de JM, quando o mesmo fez o elogio à tortura. Para que essa afirmação pudesse ser feita foi necessária a omissão de todas as atrocidades e crueldades realizadas pela ditadura militar no território brasileiro, sobretudo naqueles que são considerados os “anos de chumbo” (1968-1974). Além disso, a omissão da história aparece novamente em afirmações como “o fascismo é de esquerda” ou na falácia da “ameaça comunista”. Quanto a isso, a história já nos ensinou que o fascismo, assim como o nazismo, é um produto da direita e, para ser mais exato, da extrema-direita, pois está fundamentado na separação, na exclusão e na eliminação sumária e sistemática do “diferente”.

Em nenhum momento os movimentos de esquerda reivindicaram esse tipo de prática. O que não quer dizer que não existam extremos praticados pela esquerda. Sim, tanto existem violência e totalitarismo nos que se apresentam como “de direita” quanto nos “de esquerda”. A diferença é que, em geral, os movimentos de esquerda

surgem como uma reação aos excessos do imperialismo e, mais recentemente, do capitalismo.

Hannah Arendt fez uma importante afirmação sobre essa questão, quando descreveu o regime nazista com a pior das atrocidades já vivenciadas pela humanidade:

Em contraste com a Alemanha, onde Hitler usou a guerra conscientemente para desenvolver e aperfeiçoar o governo totalitário, o período da guerra na Rússia foi uma época de suspensão temporária do domínio total. [...] Nada aconteceu, nem parece provável que aconteça no futuro, que nos apresente o mesmo inequívoco fim da história ou as mesmas provas horríveis, claras e irrefutáveis desse fim, como foi o caso da Alemanha nazista. (Arendt, 2007, p. 341).

No Brasil, muitas pessoas, incentivadas por discursos falaciosos, passaram a odiar e a perseguir um comunismo inexistente e, ao fazerem isso, tornaram-se defensores de um fascismo real, que elas não reconhecem. Como consequência, temos o “comunismo<sup>66</sup>” colocado como uma grande ameaça. O medo dessa e de outras ameaças tem feito muitas pessoas pacíficas e ordeiras aderirem a ideias e práticas intolerantes e até agressivas, muitas vezes até em defesa daqueles que são os seus próprios opressores. Esse é o poder da ideologia, como descreve Marcia Tiburi:

Muitos se espantam ao ver pessoas que são marcadas como minorias políticas dando o seu apoio a personagens autoritários. O homossexual que defende o político homofóbico, a mulher que defende o machista, o pobre que defende o capitalista ou o trabalhador que defende quem tira seus direitos trabalhistas. O espanto está na falta de identidade de quem apoia com quem é apoiado. Precisamos distinguir a identidade de classe, raça, gênero, da identificação, que, nesse caso, se constitui como projeção. Mesmo sem identidade, pode surgir a identificação. A submissão autoritária é uma forma de identificação que faz parte da história política. [...] § Nós nos perguntamos que interesse tem aquele que, na condição de vítima em potencial, defende o próprio algoz em potencial. O papel da ideologia está em convencer aquele que não se beneficia dela, em transformar o engano em consenso. (Tiburi, 2019, p. 200).

---

<sup>66</sup>De fato, é preciso levar em consideração que a expressão “comunismo” já não tem o mesmo significado de outrora, principalmente depois da queda do muro de Berlim. O que temos hoje são diferentes tipos de capitalismo. No que se refere à geopolítica, talvez o mais correto seja, nos dias atuais, fazer referência a um “capitalismo individualista”, nos países considerados historicamente capitalistas, como, por exemplo, os Estados Unidos da América e de “capitalismo de estado”, nos países tradicionalmente considerados comunistas ou socialistas, como China e Rússia.

Merece também destaque, no texto de Barthes, a afirmação de que o “pequeno-burguês é um homem incapaz de imaginar o Outro”, pois, nesse caso, o “outro” seria o diferente, o diverso, o não-igual a ele próprio. Essa incapacidade está bem expressa em todo o ódio contra as chamadas minorias: racismo, misoginia e todos os exemplos de preconceito já citados.

#### **4.1.5 - “Junho de 2013”, “Vem p’rá rua” e Operação lava-jato**

Dentre os episódios e eventos de interesse coletivo e repercussão nacional que marcaram o cenário social e político brasileiro no período, podemos destacar três que contribuíram muito para a ascensão das ideias e práticas intolerantes e de extrema-direita, que culminaram com o pronunciamento de 17 de abril de 2016.

O primeiro ficou conhecido como o “Junho de 2013”, cujo início foi deflagrado em 06 de junho de 2013, devido ao descontentamento com o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo, que passou de R\$3,00 para R\$3,20. Houve protesto na região central da capital paulista e os atos foram reprimidos pela polícia militar. Este ato provocou desdobramentos tanto em São Paulo quanto em outras cidades do país, evoluindo de forma bem rápida. Em 20 de junho do mesmo ano, a situação chega a um ponto extremo, quando acontece um ato nacional, convocado como consequência dos protestos iniciados no dia 06. Nesse dia, em Brasília, os manifestantes ocupam parte da área externa do Congresso Nacional e causam danos ao patrimônio público, com depredações. Não existe ainda um consenso a respeito da legitimidade desses atos, e chama a atenção o fato de serem protestos que se apresentavam como apartidários e sem que houvesse uma central convocatória geral. Grande parte dos teóricos defende a tese de que poderia ser, no início, um movimento legítimo que foi, no entanto, capturado pela extrema-direita, que tirou proveito dessa falta de foco e de objetividade, levando muitas pessoas para as ruas, sem que essas soubessem, de fato, porque estavam protestando.

O “Vem p’rá rua”, movimento criado em 2014, apresentou características comuns com o “Junho de 2013”, como a afirmação de ser apartidário. No entanto, demonstrava um objetivo definido desde o início: o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Dentre as alegações para a existência do movimento, estavam

o “combate à corrupção” e a crise política, social e econômica que o Brasil atravessava, agravada naquele último ano do primeiro mandato de Dilma. De fato, é preciso levar em conta que o movimento não logrou êxito naquele ano, tanto é que, em outubro, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger. No entanto, a pequena margem na diferença de votos entre Dilma e o candidato Aécio Neves (PSDB), no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, foi o estopim para que a oposição a Dilma centrasse todas as forças para derrubar a presidente, o que ocorreria em junho de 2016.

O terceiro episódio destacado não tem a mesma natureza que os dois anteriores, mas tem uma relação causal muito próxima, pois, se o “Junho de 2013” e o “Vem p’rá rua” podem ser entendidos como momentos em que começa o declínio daquela gestão do PT na presidência, iniciada em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, e interrompida em 2016; a “Operação Lava-jato” pode ser entendida como o pano de fundo legal (ou aparentemente legal) de todo esse processo. A operação foi deflagrada em março de 2014, embora os eventos aos quais ela faz referência remontem a 2008, a partir de investigações que conduziram à existência de casos de lavagem de dinheiro envolvendo vários agentes, setores e órgãos circunscritos à administração pública, como a Petrobrás, Belo Monte (hidrelétrica), Angra 3, fundos de pensão de servidores federais, dentre outros. Instaurada pelo Ministério Público do Paraná, não demorou muito para que a operação fosse também encampada por outros órgãos e instituições, como a Procuradoria-geral da República, na Capital Federal e o Conselho Superior do Ministério Público Federal. Embora tenha permanecido até 2021, o que nos interessa a respeito dessa operação são os atos que conduziram à prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de abril de 2018, que o impossibilitaram de apresentar-se como candidato nas eleições presidenciais de 2018, para as quais ele liderava as intenções de voto, na ocasião da prisão.

Assim, o “Junho de 2013” e o “Vem p’rá rua” promovem a desarticulação e a desconstrução do projeto de Brasil (Devir-Brasil) que vinha sendo colocado em prática desde 2003, mas que já estava apresentando dificuldades, sobretudo a partir do final do primeiro governo Dilma. Na sequência, a “Operação Lava-jato” fornece o aparato legal para que se consumassem os planos da direita.

Todos esses eventos agravaram ainda mais o cenário dicotômico em que o país se encontrava desde as eleições presidenciais de 2014. Além do

impeachment<sup>67</sup> de Dilma, ocorrido três meses após o lamentável pronunciamento de março de 2016, o Brasil ainda assistiria a prisão de LS e a eleição, para Presidente da República, daquele que foi o responsável pelo odioso discurso que aqui estudamos.

#### **4.1.6 - As fake news e influências internacionais no Brasil**

Além dos eventos ocorridos no território brasileiro, que influenciaram o pronunciamento de JM, em março de 2016, também interessam, ao olhar geofilosófico, ideias, episódios e desdobramentos provenientes de outras partes do mundo e que apresentam alguma relação, direta ou indireta, com a nossa realidade política. Na impossibilidade de tratar de forma exaustiva sobre a questão, escolhemos uma situação que, devido ao fato de ter algumas características semelhantes ao que analisamos no Brasil, também poderá servir para ilustrar a complexidade do avanço das ideias conservadoras e hegemônicas em diversas partes do planeta, nas duas primeiras décadas do século XXI. Nos referimos à ascensão política do empresário e político estadunidense Donald Trump, que o levou à Presidência da República dos Estados Unidos da América em 2016, mesmo ano em que se deu o pronunciamento de JM e o impeachment de DR.

O primeiro ponto a destacar é que sempre houve uma identificação muito grande das elites brasileiras com o que acontece nos Estados Unidos da América, embora sejam bem distintas as realidades sociais desses dois grandes países das Américas. Não pretendemos investigar as razões para as profundas diferenças sociais entre os dois países, que remontam ao tipo de colonização que cada um viveu, no início do século XVI. No entanto, para as reflexões que aqui nos interessam, verifica-se uma influência do avanço das ideias conservadoras,

---

<sup>67</sup> O impeachment de Dilma Rousseff foi oficialmente noticiado na edição extra do Diário Oficial da União (DOU), Resolução do Senado Federal nº 35 de 31/08/2016, cuja ementa “dispõe sobre sanções no processo de impeachment contra a Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, e dá outras providências”. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/562339>. Acesso em: 24 ago. 2023. Passados quase sete anos, em 21 de agosto de 2023, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília, manteve, por unanimidade, a decisão que arquivou uma ação de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff, que foi a base para o impeachment. Na ocasião, o ex-ministro da Justiça, Eugênio Aragão, declarou, em comentário enviado à Agência Brasil, que a decisão do TRF1 confirma que a acusação contra Dilma era “politicamente motivada”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/trf-1-mantem-arquivamento-de-acao-contra-dilma>. Acesso em: 24 ago. 2023.

antidemocráticas e de extrema-direita, ocorridas no período que antecedeu a eleição de Trump, em 2016, para a Presidência dos Estados Unidos, uma república federal que é composta por federações.

Inspirados na fórmula vencedora de Trump: discurso de ódio, ameaça a opositores, ameaças aos direitos trabalhistas, ataques ao serviço público e aos servidores públicos, utilização do discurso religioso em prol dos interesses escusos, ataque ao sistema eleitoral, defesa de uma política armamentista, maior liberação do direito à posse e ao porte de armas, dentre outros; muitos candidatos de direita, em várias partes do mundo, passaram a imitar esse discurso, somando-o a todas as razões que estamos apresentando desde o início deste capítulo. No Brasil não foi diferente.

Além disso, a difusão desse discurso encontrou um terreno muito fértil e propício: a Internet, através das redes sociais. Essa possibilidade garantiu a rápida propagação de ideias contrárias à democracia, em âmbito mundial, principalmente através da veiculação de notícias que não correspondem exatamente aos fatos (*fake news*), mas que proporcionam às pessoas propensas a ideias antidemocráticas aquilo que elas querem ouvir. Não é possível uma análise exaustiva da questão nesta tese, pois é uma tarefa que merece um estudo próprio. Sobre o tema, apresentamos a citação a seguir:

**Ataques à democracia** § As tentativas de usar notícias falsas para afetar os resultados eleitorais ganharam uma atenção considerável no contexto das eleições presidenciais dos EUA em 2016, da votação do Brexit no Reino Unido e de várias outras eleições recentes na França, Alemanha, Suécia e Brasil. Um tema comum aqui é o que as notícias falsas e as campanhas de desinformação são orquestradas, e em grandes partes operadas, fora do país afetado, dando origem a complexos desafios jurisdicionais. A preocupação é tal que foram feitos repetidos apelos contra o uso de sistemas de votação eletrônica. § Até o momento, essas atividades raramente resultaram em processos judiciais, embora tenham sido feitas acusações em alguns casos. As dificuldades associadas à apresentação de criminosos estrangeiros à justiça são bem conhecidas. Além disso, nos casos em que são realizadas campanhas de desinformação, apoiadas ou sancionadas por um governo estrangeiro, a assistência executória transfronteiriça contra os infratores é particularmente improvável. § Existem vários relatórios que investigam a interferência russa na eleição presidencial dos EUA em 2016. Um relatório recente, produzido a pedido do Select Committee on Intelligence do Senado dos EUA (SSCI, na sigla em inglês), centrou-se nas atividades da Agência de Pesquisa da Internet (IRA) da Rússia. O relatório revisou um amplo conjunto de dados de postagens e metadados fornecidos ao SSCI pelo

Facebook, Twitter e Alphabet, bem como um conjunto de dados relacionados de plataformas adicionais. § Esse relatório concluiu que as operações de interferência ativas e contínuas permanecem em várias plataformas. Também observou que, à medida que a mídia cobriu suas operações no Facebook e Twitter, o IRA transferiu grande parte de sua atividade para o Instagram, e que “o Instagram provavelmente continuará sendo um importante campo de batalha<sup>68</sup>”. § O relatório mostrou que “o IRA tinha um viés muito claro para o então candidato Trump que se estendia desde o início da campanha e por todo o conjunto de dados”, e concluiu que “devemos promover um modelo multissetorial no qual pesquisadores, plataformas tecnológicas e governo trabalhem juntos para detectar operações de influência estrangeira que tentam minar o discurso público e a democracia”. § [...] No dia 19 de outubro de 2018, o WhatsApp do Facebook anunciou que estava tomando medidas legais para impedir que as empresas divulgassem informações erradas em sua plataforma no contexto das eleições presidenciais brasileiras. O segundo turno desta eleição ocorreu em 28 de outubro de 2018. (Svantesson, 2021, p. 172).

Quando observamos, na citação acima, expressões como “transfronteiriça”, “campo de batalha”, “influência estrangeira”, além do fato de as informações incluírem países de vários continentes, notamos o quanto o texto apresenta características geofilosóficas que demandam um estudo mais detalhado.

#### **4.2 - Desterritorialização e reterritorialização da alteridade: como evitar que o 17 de abril de 2016 aconteça novamente**

O episódio ocorrido em 17 de abril de 2016, como visto até aqui, foi um momento de agressão à democracia que vinha sendo “construído” ao longo de décadas, ou até mesmo séculos. Trata-se, portanto, não apenas de um instante ou evento, mas de um processo no qual a democracia se viu desterritorializada. No entanto, o episódio também evidencia outra desterritorialização ou deslocamento: o da alteridade. Foi preciso que a alteridade fosse desterritorializada antes, para que a democracia pudesse ser agredida em sua casa (*dimora*) sem maiores consequências. A compreensão desses deslocamentos exige uma análise mais pormenorizada dos conceitos geofilosóficos estudados até aqui. Desta forma, as

---

<sup>68</sup> NewKnowledge. The tactics and tropes of the Internet Research Agency. Disponível em: <<https://disinformationreport.blob.core.windows.net/disinformation-report/NewKnowledge-Disinformation-Report-Whitepaper.pdf>>, p.8. (Nota que consta no referido texto). No entanto, o link informado não conduz ao arquivo, aparece uma mensagem de erro. De qualquer forma, encontramos o texto no link a seguir: <https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01fb494c31z>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ponderações a seguir são consequências de reflexões geofilosóficas a respeito das principais dicotomias conceituais e práticas do nosso tempo. Elas visam, ao final, encontrar respostas para o problema referente ao deslocamento da alteridade. Como a alteridade, e tudo o que a caracteriza (reciprocidade, empatia, tolerância...), passou a ser ignorada, desprezada e, conseqüentemente, desterritorializada por toda uma classe que se pretende hegemônica e se vê como determinante, dentro do contexto sócio-político brasileiro nos últimos 40 anos? E como, e por quem, a alteridade foi reterritorializada? Qual é o novo território para a alteridade, representada no que chamamos de “inclusão social” (étnica, sócio-econômica, cultural, etc...)?

A realização dessa tarefa, a respeito da compreensão da desterritorialização da alteridade, seguida de uma nova reterritorialização, poderá tornar obsoletos conceitos como: inclusão, aceitação, resiliência, dentre outros; pois esses são também conceitos entendidos a partir de uma percepção hegemônica. Em um mundo equânime e justo, ninguém precisaria de inclusão, aceitação ou resiliência, pois todos esses conceitos admitem que ainda existe um mais forte, ou determinante, aquele que tolera e que deve incluir. No entanto, essas reflexões jamais poderão ser utilizadas para desqualificarem esses conceitos inclusivos, uma vez que são fundamentais e cumprem um papel histórico-social da maior relevância.

Do ponto de vista geofilosófico, a oposição entre a percepção hegemônica e opressora e a percepção subalterna ou oprimida está localizada em uma perspectiva hierárquica e não em uma perspectiva horizontal, não é uma relação de opostos que se enfrentam na vizinhança. Por isso, não há entre elas uma coexistência de fato, mas apenas uma coexistência aparente: são mundos diferentes que habitam um mundo (Terra) que deveria ser único para todos. São devires diferentes: um é o *devir dos opressores*, outro é o *devir dos oprimidos*. São também agenciamentos diferentes, constituídos por máquinas desejantes diferentes. E as máquinas desejantes tanto podem ser pessoas humanas, quanto instituições. É por isso que Deleuze e Guattari atribuem um sentido muito próximo para os “agenciamentos” e para as “máquinas desejantes” e ambos se encontram no conceito de “devir”:

Devir é o conteúdo próprio do desejo (máquinas desejantes ou agenciamentos): desejar é passar por devires. Deleuze e Guattari enunciam isso no *Anti-Edipo*, mas só fazem disso um conceito específico a partir do *Kafka*. Acima de tudo, devir não é uma generalidade, não há devir em geral: não se poderia reduzir esse conceito, instrumento de uma clínica fina da existência concreta e



sempre singular, à apreensão extática do mundo em seu universal escoamento - maravilha filosoficamente oca. Em segundo lugar, devir é uma realidade: os devires, longe de se assemelharem ao sonho ou ao imaginário, são a própria consistência do real. (Zourabichvili, 2004, p. 24).

Nesse sentido, a primeira reflexão que propomos é a respeito das chamadas dicotomias “esquerda x direita” e/ou “progressismo x conservadorismo”. São devires incompatíveis, mas não antagônicos por completo. E, de acordo com Deleuze e Guattari, quando devires se chocam, o fazem sobre um platô, que é:

um encontro entre devires, um entrecruzamento de linhas, de fluxos, ou uma *percolação* – fluxos que, ao se encontrarem, modificam seu movimento e sua estrutura; é por isso que o mais importante dos operadores que este livro consegue construir concerne não ao relevo de um platô, mas àquele por meio do qual os platôs se chocam e se penetram, mudando todos os índices de ambiente e as coordenadas de território: é a *desterritorialização*. (Martin, 1996, s/ numeração).

É urgente uma nova forma de compreensão sobre os mesmos, pois são desdobramentos (históricos, geográficos, político-sociais) de uma polarização maior, ahistórica e, quiçá, atemporal: a oposição entre princípios e ações que diferem umas das outras por estarem, algumas, centradas na verticalidade e outras, na horizontalidade. Em outros termos: umas estão estabelecidas na hierarquia e outras, na vizinhança.

Antes de propor essa primeira reflexão, no entanto, façamos uma sintética incursão na maneira como essas dicotomias têm se manifestado, desde o início da chamada era moderna, sobretudo a partir do surgimento da sociedade industrial, no contexto da história ocidental.

Tomamos como referência, para tanto, a virada histórica marcada pela ascensão de uma classe revolucionária, a princípio, que realiza uma mudança histórica no *status quo*, a saber: a burguesia da Europa central, durante o período compreendido entre os séculos XVI a XIX. Essa investida revolucionária da burguesia europeia que, naquele momento, abrangia todos os aspectos de suas manifestações, tanto nos fins – conquistar e manter o controle das relações – quanto nos meios – trabalho, transporte, mobilidade, tecnologias, comunicações –, teve uma duração determinada, pois tão logo alcança o controle das relações e de uma boa parte da “nova terra”, daquela ocasião – os territórios conquistados no continente americano – dá-se o primeiro deslocamento em seu interior: a burguesia precisa regular os seus impulsos e torna-se radicalmente conservadora quanto aos

fins, que se resumem em perpetuar a dominação, mas continua profundamente revolucionária, quanto aos meios:

A imensa desterritorialização relativa do capitalismo mundial precisa se reterritorializar sobre o Estado nacional moderno, que culmina na democracia, nova sociedade de “irmãos”, versão capitalista da sociedade dos amigos. Como mostra Braudel, o capitalismo partiu das vilas-cidades, mas estas levaram tão longe a desterritorialização que foi necessário que os Estados modernos imanes moderassem a loucura delas, as recuperassem e as investissem, para operar as reterritorializações necessárias como novos limites internos<sup>69</sup>. O capitalismo reativa o mundo grego sobre estas bases econômicas, políticas e sociais. É a nova Atenas. (D&G, 1992, 128).

Esse procedimento garante a essa classe emergente – capitalista – um controle pleno e uma grande versatilidade, pois ela consegue ser, ao mesmo tempo, agressiva e civilizatória e não existe força suficiente no mundo para se opor a ela, a não serem as batalhas que se travam no seu próprio interior ou, então, algum limite que ela mesma se impõe. E é essa classe<sup>70</sup>, a do homem branco europeu, que parte para conquistar o mundo novo, a *nova terra* de então: invade, conquista, coloniza, educa, catequiza, mata, extermina, civiliza e até promete democratizar.

Até aqui, creio que não se apresenta novidade alguma, mas é o desenvolvimento desse deslocamento que nos interessa. O que está sendo deslocado é a reciprocidade entre fins e meios, que não é mais necessária, tornando-se, de fato, um entrave para as intenções dessa classe antes emergente, hoje, dominante. Estudar e compreender esse primeiro deslocamento, que é também uma primeira desterritorialização da alteridade (e de tudo que a ela se relacione: reciprocidade, horizontalidade, vizinhança...), e os seus desdobramentos, é um dos objetivos deste tópico; bem como estudar e compreender as novas reterritorializações que seguem e respondem a essa desterritorialização, pois, de acordo com Deleuze e Guattari (1992, p. 117): “A desterritorialização de um tal plano não exclui uma reterritorialização, mas a afirma como a criação de uma nova terra por vir”. Essas são reflexões que podem nos auxiliar na compreensão do episódio narrado em 4.1.

---

<sup>69</sup> Braudel, *Civilisation matérielle et capitaliste*, Ed. Armand Colin, I, pp. 391-400. (Nota de D&G).

<sup>70</sup> Existe nessa questão um elemento psicológico muito importante, ao qual Deleuze e Guattari, uma dupla formada por um filósofo e um psicanalista, vão se dedicar profundamente em *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3, sobretudo no conceito de Devir e na proposta de uma esquizoanálise. Para os dois autores, o *modelo* de identificação que se pretende majoritário (o devir homem-adulto-macho...) trata os demais devires (animalidade, infância, feminilidade, etc.) como modelos alternativos, sem privilégio algum. Conforme pode ser lido em Zourabichvili, 2004, p. 25.

A partir de então, configura-se o critério a partir do qual se dará um novo *modus operandis* dessa classe hegemônica – *establishment* – e não queremos afirmar que tudo tenha sido organizado de forma intencional e consciente. Ao deslocar a alteridade e a reciprocidade dos seus interesses, essa nova classe não a destruiu, mas provocou a sua consequente reterritorialização. Perguntamos: “Para onde foi a alteridade e a reciprocidade?”. Podemos adiantar, de forma maximamente simplificada, que essa desterritorialização produziu a oposição a tudo o que é social, coletivo, público e inclusivo, por parte dos grupos hegemônicos, representados na concepção denominada “de direita”, da mesma forma que a sua consequente reterritorialização se deu no pensamento “de esquerda”.

Como essa discussão não pode ser assim reduzida, sem correremos o risco de cairmos em erro de simplificação e precipitação, por enquanto, apenas afirmamos, previamente, que a desterritorialização da reciprocidade pelos grupos dominantes e a sua consequente reterritorialização por parte daqueles que defendem os interesses dos menos favorecidos causou o deslocamento da questão (oposição, problema, dicotomia). Deslocamento esse que produziu para ela um novo território, centrado não mais em relação hierárquica, que é a sua verdadeira natureza, mas deu a ela uma aparência de equivalência, transformando-a (falsamente) em uma dicotomia no âmbito da vizinhança, de “esquerda” contra “direita”. Esse “novo” território, no entanto, esconde e mascara a verdadeira “face” do problema: continua sendo hierárquico; é uma “luta” vertical e desigual. E é preciso encontrar, criar, produzir um novo conceito que dê conta dessa imprecisão.

Finalmente, retornando à realidade brasileira, procuraremos, à luz da geofilosofia, pensar encaminhamentos para que a Democracia não seja mais vilipendiada em sua casa e para que episódios como o “17 de abril de 2016” não aconteçam mais em nosso país<sup>71</sup>. Para tanto, será preciso cuidar dos territórios do poder, para que a democracia não seja mais desterritorializada. E isto pode ser feito a partir da observação das ações descritas a seguir:

---

<sup>71</sup> Nesse sentido, um episódio ocorrido durante a redação desta tese é digno de nota. Trata-se do ataque feito ao Congresso Nacional, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. O ato foi realizado por apoiadores do ex-presidente JM, que já ocupavam áreas próximas a quartéis do Exército em várias cidades do país. Essas pessoas invadiram e depredaram dependências e parte do patrimônio do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. De forma diferente, no entanto, para esse episódio, a resposta das Instituições foi imediata, com a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar as responsabilidades. É um episódio que também requer um estudo como o que estamos fazendo, sobre o “17 de abril de 2016”.

O primeiro deles é promover o fortalecimento da nossa, ainda jovem, Democracia. É necessário criar condições para que todos os que se proponham a ocupar cargos públicos eletivos estejam dispostos a aceitar as regras do “jogo” político e democrático. Por exemplo, pessoas que dizem, de antemão, “não aceitarei a derrota”, não podem ser aceitos no processo eleitoral e faz-se urgente criar mecanismos para que não sejam aceitos. Esse é um procedimento que vale para todos os setores e para todas as atividades do cotidiano. Escolas não aceitam estudantes que descumprem as regras de conduta. As empresas não admitem colaboradores que não respeitam as normas de conduta ou que não estejam dispostos a respeitá-las.

Outro ponto importante é a promoção de uma Educação para a autonomia. A educação deve passar a ser realmente uma prioridade. Não uma educação totalmente voltada para a obediência, mas uma educação emancipadora. Os governos erram ao menosprezar o valor da educação e, ao mesmo tempo, investirem em projetos que minimizam os efeitos da pobreza. Esses são importantes, é claro, mas precisam estar acompanhados da formação educacional que propiciará às pessoas romperem com os seus próprios grilhões, e isso só pode ser feito mediante a valorização da educação. Por mais repetitivo que seja, é preciso sempre dizer: educação não é gasto, é investimento.

Além disso, é importante que a intolerância não seja tolerada. A tolerância tem limites e o seu limite maior é justamente esse: não tolerar a intolerância; sob o risco de permanecerem apenas os intolerantes. Ambientes em que os ataques à democracia, à civilidade e à humanidade são permitidos e incentivados, tornam-se propícios para que novos “ninhos de serpente” surjam.

E é preciso tomar ciência de que quem se beneficia com o conflito é sempre aquele que cultua o ódio e o desamor. Existem casos em que a violência será o único e último recurso, mas precisamos também aprender a não responder ao ódio com mais ódio. É necessário conhecer os nossos próprios impulsos, que nos tornam sujeitos a ações violentas, como bem lembraram Deleuze e Guattari (1996, p. 85): “É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas”.

Precisamos resgatar o valor da reciprocidade e essa atitude deve partir, também, dos líderes. As pessoas tendem a seguir o exemplo dos líderes, sejam eles

quem eles forem. Felizmente, o Brasil vive novamente um período em que essa situação volta a acontecer, quando temos um presidente da república que prioriza, em sua fala e ação, a inclusão e o respeito.

Finalmente, não foi intenção neste capítulo analisar à exaustão todos os elementos presentes na maneira como as ideias fascistas foram alimentadas e encontram repercussão na realidade brasileira nos últimos anos (1985-2016), trabalho que exigiria a dedicação exclusiva de uma tese própria; apenas buscamos apresentar como os estudos em geofilosofia podem nos auxiliar na compreensão de como um discurso tão ofensivo à Democracia foi plenamente aceito naquela que deveria ser a sua morada (*dimora, heimat*), o Congresso Nacional. Assim como também não foi intenção deste capítulo, e deste estudo de caso, elaborar uma análise completa do “bolsonarismo”, entendido como um fenômeno do cenário político e social recente do Brasil, uma vez que essa possibilidade extrapola os nossos objetivos nesta tese e também porque concordamos com Rodrigo Nunes (2022, s/ numeração), quando ele afirma:

o bolsonarismo deve ser visto como o encontro, sob a égide dos grupos políticos que se aglutinaram em torno da campanha de Bolsonaro, de uma série de tendências sociais que já estavam há algum tempo imbuídas de um certo tropismo mútuo. E se estão longe de constituir uma teoria ou visão de mundo consistente, elas não deixam de ter muito em comum para aproximá-las. § A maior parte das explicações para a ascensão de Bolsonaro tende a permanecer no nível mais superficial da sequência de acontecimentos que conduziram à sua vitória. Por mais que possa enriquecer nossa compreensão das decisões políticas que produziram o bolsonarismo, esse tipo de abordagem é insuficiente quando se trata de identificar as transformações sociais mais profundas que foram ao mesmo tempo precipitadas por essas decisões e as tornaram possíveis.

Ou seja, concordamos que uma análise profunda e que se pretenda mais completa a respeito de tudo o que significa o advento do bolsonarismo, tanto em seus antecedentes históricos, quanto em suas formulações atuais e futuras, exige um trabalho muito mais extenso do que o aqui apresentado, que se limitou a fazer uma reflexão possível, sob o ponto de vista da geofilosofia, a respeito das implicações de um episódio específico: o 17 de abril de 2016.

Além disso, é de notório saber que há uma grande dificuldade em realizar análises profundas a respeito dos eventos significativos quando eles ainda estão em curso e ainda não foram desenvolvidos os seus principais desdobramentos. A análise histórica, o que acreditamos que valha também para a análise geofilosófica,

sempre requer certo distanciamento dos fatos, distanciamento esse que apenas o tempo pode prover.

## EPÍLOGO - CONCEITOS GEOFILOSÓFICOS

*Fazer conceitos é questão de devir, um devir que, arrastando esta ou aquela determinação conceitual no declive de sua variação, produzirá mutações na vertente da estética, da política, da ciência, cujos mapas e transformações é impossível separar.*

*(Deleuze e Guattari, 1996)*

### Novos conceitos geofilosóficos

Neste tópico, são apresentados alguns novos conceitos que pretendemos propor e introduzir, em concordância com as afirmações de Deleuze e Guattari: “Criar conceitos sempre novos é o objeto da filosofia” (D&G, 1992, p. 13).

Antes, porém, uma reflexão: ao propormos este tópico, no qual apresentamos e introduzimos alguns novos conceitos geofilosóficos, não o fazemos com a intenção de propor uma definição, ou explicação, para eles; mas sim com o propósito de trazer à tona algumas indagações que permanecem subjacentes e que, conforme avançamos nas pesquisas sobre o tema “geofilosofia”, mostraram-se capazes de suscitar e fornecer elementos teóricos para novas conceituações. Nesse sentido, ressaltamos que há uma diferença entre “conceituar” e “definir”, que aceitamos como base para o texto a seguir. Para tanto, partimos da afirmação de Immanuel Kant:

Uma definição é um conceito suficientemente distinto e preciso (**conceptus rei adaequatus in minimis terminis, complete determinatus**). § *Observação*. Deve-se considerar a definição apenas como um conceito logicamente perfeito por reunir as duas perfeições mais essenciais de um conceito – de um lado, a distinção e, do outro, a completude e precisão da distinção (**Vollständigkeit und Präcision**) (quantidade da distinção). (Kant, 2003, p. 277).

Da mesma forma, faz-se necessário estabelecer uma relação entre a sensibilidade e o entendimento e a sua importância na formulação de conceitos, para a qual também nos fundamentaremos em Kant (2003). De acordo com Kant, a intuição é imediata e singular. Já o conceito é mediato e universal e o que o torna geral e universal é o fato de se referir ao objeto através da nota ou dos elementos que o compõem. Para Kant, o processo de conhecimento deve considerar esses elementos, uma vez que: “Destituído de sensibilidade, nenhum objeto nos seria

dado. Isento de entendimento, nenhum objeto seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios. Intuições sem conceitos são cegas.” (Kant, 2002, p. 90).

A faculdade das intuições é a sensibilidade e a faculdade dos conceitos é o entendimento. Se ao conceito não pudesse ser dada uma intuição correspondente, seria um pensamento, quanto à forma, mas sem qualquer objeto e, por ele, não seria possível o conhecimento de nada. A intuição, por sua vez, é pura ou empírica do que é imediatamente representado.

Para Kant, o conceito também é um tipo de representação. Podemos dizer, de acordo com ele, que todo conceito é representação, mas nem toda representação é conceito. Para entendermos como se constituem os conceitos, devemos partir da análise dos três atos lógicos (Kant, 2003, p. 187). *Comparação*, que é um ato de espontaneidade. É o cotejo das representações em relação com a consciência que as percebe. Pode-se comparar qualquer coisa, através da seleção das representações que se deseja comparar. *Reflexão*, que é o momento do intelecto. É um momento positivo, no qual as representações diversas podem ser concebidas numa consciência. Sem ela não pode haver conceito. Neste momento, o que foi comparado é retido e separado do que é comum. Por isso, o último dos atos lógicos é a *Abstração*, que é quando são desconsideradas as diferenças, é o momento negativo, através do qual se determina o conceito, expresso em notas, mas não fundamento nelas.

Devemos, a princípio, encontrar um termo comum, a partir do qual seja possível estabelecer uma relação entre conceito e nota. Tanto o conceito quanto as notas são representações. O conceito é uma representação total, as notas são representações parciais. A nota é o fundamento do conhecimento e não o conceito. Ela é especificada através de um juízo. Quanto maior o número de notas mais preciso é o conhecimento. No entanto, um maior número de notas, reduz o número de indivíduos compreendidos pelo conceito/conhecimento proposto. A nota passa a ser um conceito quando deixa de ser considerada uma representação parcial e passa a ser uma representação total. Passando, desta forma, a ser um conjunto de notas. Nesse caso, a nota deixa de ser o fundamento do conhecimento.

Evidentemente, não temos a pretensão de propor novos conceitos na mesma perspectiva descrita por Kant, embora o façamos tendo em vista toda a complexidade que a intenção envolve, pois é necessário que esses conceitos propostos apresentem elementos que os justifiquem. Se nos embasamos em Kant,



além de Deleuze e Guattari, é porque, na formulação dos conceitos a seguir, retornaremos a algumas considerações do filósofo de Königsberg, sobretudo no que se refere aos três atos lógicos.

Além disso, alertamos para o fato de que conceitos, de acordo com Deleuze e Guattari, são fragmentários e não podem ser comparados às partes de um quebra-cabeça (cujas partes podem ser unidas, formando um todo coeso), pois nos conceitos os “contornos irregulares não se correspondem” (D&G, 1992, p. 35), pois...

A grandeza de uma filosofia avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos torna capazes de depurar em conceitos. Portanto, é necessário experimentar em seus mínimos detalhes o vínculo único, exclusivo, dos conceitos com a filosofia como disciplina criadora. O conceito pertence à filosofia e só a ela pertence. (*Ibid.*, p. 47).

E nessa dificuldade – tornar compreensíveis e comunicáveis os contornos irregulares – reside uma das grandezas da filosofia, enquanto criadora de conceitos. É nesse contexto que propomos – introduzimos – os novos conceitos a seguir:

**Aparações conceituais:** Reflexões feitas no intuito de possibilitar uma melhor compreensão dos conceitos, aparando extremos, evitando interpretações que extrapolem o seu uso “consagrado” ou o uso pretendido. Muitos mal-entendidos, confusões e conflitos têm a sua origem a partir do uso de conceitos mal aparados e não aparados, ou do uso mal aparado, ou não aparado, de conceitos. As *aparações conceituais* não devem ser confundidas com a ambiguidade, ou ambivalência, que é própria e inerente a muitos conceitos. Nesta tese, citamos alguns casos de *aparações conceituais*, quando, por exemplo, nos referimos às considerações feitas pelo Papa Francisco, que...

torna-se, ele mesmo, senão um criador, pelo menos um “aparador” de conceitos, como pode ser evidenciado nas citações a seguir, todas feitas pelo Papa: “Uma pessoa que não é capaz de sonhar tem algo faltando. É uma pessoa asséptica. A assepsia é boa para salas de cirurgia, mas não para a vida” (A SABEDORIA DO TEMPO, COM PAPA FRANCISCO, T1, Ep. 1, 46m, 35s); “A nostalgia não é algo negativo, como alguns fazem acreditar, tem algo de positivo nela. Faz você se lembrar com carinho das coisas bonitas da vida” (Idem, T1, Ep. 2, 24m) e “As pessoas que não têm medo me preocupam, as pessoas que se deixam dominar pelo medo me preocupam; você precisa dialogar com o medo” (*Ibid.*, Ep. 3, 8m, 40s).

Não temos, nesta tese, a pretensão de enfrentar, de forma específica, questões referentes à linguagem, ou à filosofia da linguagem, mas defendemos a

ideia de que todo debate, diálogo ou enfrentamento conceitual, deva ter, já no seu início, uma reflexão sobre qual o sentido em que os termos em questão estão sendo utilizados. Essa é a forma como faz o Papa Francisco, estabelecendo o sentido em que usa cada um dos termos que são citados e, em seguida, “aparados”: assepsia, nostalgia e medo.

Para o conceito acima, o percurso lógico das *aparações conceituais* é o seguinte: *Comparação*: o cotejo, ou confrontação, das diferentes maneiras como os conceitos aparados podem se apresentar na consciência que os observa, a partir das representações provocadas pelos mesmos. Por exemplo: no caso em que o Papa Francisco *apara* o conceito *assepsia*, a comparação é entre uma representação inclusiva do termo, que é a dele, em oposição a uma representação excludente, que é a que ele combate. *Reflexão*: é o momento em que o intelecto escolhe as representações com as quais pretende trabalhar e formular o conceito. No caso citado acima, o fato de existir uma dupla possibilidade de entendimento do termo *assepsia*, quando também associado a outros casos de semelhante teor, torna possível a elaboração do conceito *aparações conceituais*. *Abstração*: é o momento em que as diferenças são desconsideradas, buscando a determinação do conceito. As ponderações acima são as mesmas para os demais conceitos propostos a seguir, resguardando as especificidades e as particularidades de cada um deles.

**Exogeofilosofia**: Com o aumento do interesse e da busca por planetas fora do nosso sistema solar – exoplanetas – considerados aptos para o desenvolvimento da vida, surge também a necessidade de reflexão sobre os mesmos, não só de sua posição no universo, em relação à Terra, e de sua constituição geológica, mas também sobre o que significa o desenvolvimento de condições para que os mesmos possam constituir uma “nova terra”. Essa busca por uma “nova terra”, que hoje constitui uma das principais preocupações de vários ramos da atividade humana, tais como as ciências exatas e humanas, a ficção científica, a arte, dentre outras, precisa ser vista não apenas com o olhar voltado para o presente e para o futuro (da Terra), mas também para o passado. A humanidade já vivenciou inúmeros processos de busca por uma “nova terra”, tanto no sentido literal quanto metafórico. Os êxodos são exemplos de busca por uma “nova terra”; busca essa que ocorre tanto em âmbito material e físico, do deslocamento (desterritorialização e

reterritorialização relativas), quanto no âmbito simbólico, da busca por uma “terra prometida”. Exemplos de busca por uma “nova terra”, com características globais, foram as grandes navegações realizadas por europeus (portugueses, espanhóis, italianos...) a partir do final do século XV e início do século XVI da atual era.

Hoje, no entanto, não é mais possível pensar em uma expansão nos mesmos termos, pois não há mais para onde ir, no nosso planeta. Não existem novas terras para serem descobertas. Ao mesmo tempo, existe uma preocupação com o destino da Terra e dos seus recursos naturais, imprescindíveis para que a mesma continue sendo habitada por nós, humanos, e por todas as espécies. Uma das atividades que surgem como alternativa para o problema de a Terra deixar de oferecer as condições necessárias para a vida é a busca por outros planetas que possam oferecer as mesmas condições, ou condições semelhantes. O que parecia ser uma possibilidade apenas da ficção científica, tornou-se real e tangível e está materializada na busca pelos exoplanetas. Sobre essa questão, Elizabeth Tasker escreve:

E acabou se tornando um grande sucesso. No encontro de inverno da Sociedade Americana de Astronomia, em janeiro de 2015, a equipe Kepler anunciou sua milésima descoberta planetária confirmada. Isso além de mais de 4000 candidatos a planeta cuja existência era cogitada, mas para os quais eram necessárias maiores observações a fim de conferir certeza aos cientistas. O objetivo oficial da missão foi a de vasculhar por planetas semelhantes à Terra, mas a conquista real de Kepler foi revelar a diversidade e o absoluto número de planetas em nossa vizinhança galáctica. Dentro de 20 anos, nós evoluímos de basear todas nossas teorias sobre formação planetária em nosso próprio sistema solar a compará-las a mais de 500 sistemas planetários diferentes. § Ambas as técnicas, de velocidade radial e de trânsito, são mais sensíveis a grandes planetas orbitando a curta distância de suas estrelas. Esses planetas bloqueiam mais a luz, são mais propensos a transitar pela superfície de uma estrela e são volumosos o suficiente para causar uma oscilação considerável nesta. O resultado é que sabemos muito mais sobre planetas de curta órbita do que sobre planetas nos arredores afastados de seus sistemas. § Essas duas técnicas não são as únicas formas de se encontrar planetas extra-solares, mas são as mais produtivas. No momento em que escrevo isso, 3439 planetas extra-solares já foram confirmados, sendo 3314 destas confirmações feitas a partir de um destes dois métodos\*. § Este livro é a história desses 3439 planetas. É o diário de bordo sobre como eles vieram a se formar de partículas de poeira a mundos tão diversos que nem mesmo Hollywood superaria sua bizarrice. Ao menos um desses mundos desenvolveu uma forma de vida autoconsciente e capaz de se perguntar como isso aconteceu. Essa forma de vida precisa se lembrar de uma coisa: tudo neste livro

deveria ser questionado. § Nós ainda não terminamos<sup>72</sup>. (Tasker, 2019, p. 23)

Diante da emergência dessas preocupações, defendemos a urgência de uma reflexão filosófica sobre as repercussões que essas preocupações suscitam e apresentam, à qual denominamos “exogeofilosofia”: geofilosofia a respeito da possibilidade da descoberta e possível “exploração” de exoplanetas.

Nesse sentido, a expressão “nova terra”, amplamente utilizada por Deleuze e Guattari, também requer uma “aparação”. Ela pode ser entendida como a mudança da própria Terra, no sentido em que essa possa tornar-se, efetivamente, a casa de todos os povos; ou pode fazer referência a outra Terra. Apenas uma “exogeofilosofia” poderá lidar preventivamente com as questões referentes aos deslocamentos, desterritorializações e reterritorializações que o problema implica. No caso da descoberta efetiva de uma nova Terra e da produção das condições para uma possível “colonização”, quais serão as vidas humanas que terão direito de habitá-la, ou não? Quais serão os critérios?

Se esta é uma preocupação – relativamente – recente, sob o ponto de vista oficial da ciência, a ficção científica, no entanto, tem se dedicado a ela há décadas. Em nossa tese, defendida em 2015, quando ainda não havíamos formulado esse conceito, mas já nos ocupávamos com a questão, escrevemos:

Apesar de todas as previsões, até o momento, não conhecemos esta nova globalização, ou nova humanidade. Esta experiência foi realizada apenas na ficção. Nesse aspecto, destaca-se, como um exemplo, a série de Ficção Científica “Star Trek”, produzida nos anos 1960 pela TV estadunidense e considerada um marco do gênero. Ainda hoje, mais de quarenta anos após a produção dos seus primeiros episódios, ela é reeditada, assistida e cultuada em quase todo o planeta. A série notabilizou-se por levar para as telas discussões científicas, filosóficas, sociais e geofilosóficas de elevada importância, tais como: a origem da vida, os limites do Universo, o teletransporte de matéria, o multiculturalismo cosmopolita e a tolerância. Em sua nave principal, a USS Enterprise, encontram-se personagens oriundos de nações consideradas, naquele momento, rivais, como americanos, russos e japoneses. A série ainda atribui uma posição importante para membros de grupos ou minorias que, até então, tinham pouca representatividade na Televisão, como é o caso da Tenente Uhura, interpretada pela atriz negra Nichelle Nichols. A série, além do seu pioneirismo ficcional, também é pioneira na aproximação de diversos campos do conhecimento, como a filosofia, pois nos leva a refletir sobre quem somos afinal;

---

<sup>72</sup> \* Nota da autora: Posso garantir que esse número já mudou. A contagem mais recente pode ser encontrada em NASA exoplanet Archive: [exoplanetarchive.ipac.caltech.edu](http://exoplanetarchive.ipac.caltech.edu) (Tradução nossa).

como a geofilosofia, quando nos leva a pensar sobre os desígnios da humanidade e como a geografia, quando nos estimula a perguntar pelo estatuto do “lugar” e como este se coloca perante o “mundo”. (Fernandes, 2015, p. 55).

Essas reflexões podem parecer anacrônicas, neste momento. No entanto, são questões com as quais a humanidade terá que lidar em breve, caso ainda não esteja lidando.

**Geofilosofar**<sup>73</sup>: É o constante pensar sobre a Terra, em seus movimentos, no intuito de compreendê-la, de torná-la compreensível e passível de comunicação. Não é qualquer pensamento sobre a Terra, mas aquele(s) pensamento(s) capaz(es) de recuperar(em) o território perdido, de trazer(em) à tona os agenciamentos, deslocamentos, desterritorializações e reterritorializações do concreto e do simbólico. Geofilosofar é pensar com o intuito de denunciar e romper com os desdobramentos do colonialismo e da globalização, em suas múltiplas manifestações, tanto materiais e objetivas, quanto imateriais e subjetivas. É buscar o sentido das desterritorializações e reterritorializações, tanto conceituais quanto materiais. É assumir uma postura política e social. É falar pelos oprimidos da Terra. É denunciar as diversas manifestações e consequências do colonialismo e buscar um novo princípio e uma nova lógica, sob um novo olhar, tanto para o presente, quanto para o passado e para o futuro, que deve apontar para a possibilidade de uma nova t(T)erra de (e para) para todos.

O **Geofilosofar** também permite a produção de campos específicos de estudo, a exemplo do que já fizeram Caterina Resta, que escreveu o livro *Geofilosofia do Mediterrâneo*, e Massimo Cacciari, que escreveu *Geofilosofia dell'Europa*. A seguir, citamos algumas dessas possibilidades:

---

<sup>73</sup> O primeiro esboço que fiz a respeito do “geofilosofar” foi em 2016, quando apresentei uma comunicação com título: “Geophilosophy: Is There a Geographical Primacy of Thought?”, em evento promovido pelo Athens Institute of Education and Research, em Atenas - Grécia (Ver imagem 14, nos Apêndices, na página 196). Nesse texto, escrevo: “...the term ‘geophilosophy’ took on multiple meanings, among which are: the concept of valorization of the planet Earth, as highlighted by Caterina Resta (Italy), criticism of globalization, made by Milton Santos (Brazil) [...]” (Fernandes, 2016, p. 19). Desde então, tenho pensado em uma perspectiva bem própria do “geofilosofar”, na medida em que o verbo/termo indica uma definição e uma opção pelos excluídos, pelos marginalizados, pelos destituídos de lugar, de morada, de Terra. Nesse sentido, o termo não pretende ser neutro; é um conceito política e socialmente situado.

**Geofilosofia da Matemática**<sup>74</sup>: Está interessada, sobretudo, na forma como as características de diferentes povos e culturas influenciaram na constituição da apreensão local da matemática, na sua origem. Procura entender porque a matemática se desenvolveu de forma diferente em cada lugar, dando origem a diferentes tipos de “matemáticas”, como, por exemplo, a matemática romana, que difere da árabe. Também busca refletir sobre a milenar proximidade entre a matemática e a filosofia, sempre levando em consideração a relação com as categorias geográficas: lugar, espaço, tempo, território, dentre outras.

**Geofilosofia do Audiovisual**<sup>75</sup>: Ainda não estamos certos de que esse é o melhor título, mas, por “geofilosofia do audiovisual”, queremos expressar um estudo que busque identificar produções audiovisuais que possam ser entendidas como “geofilosóficas”, segundo critérios a serem estabelecidos, e que possam ser fontes de (e para) reflexões geofilosóficas.

**Geofilosofia do Brasil**: Deverá investigar as desterritorializações e reterritorializações que influenciaram na constituição do território brasileiro, tendo como referência os diferentes grupos, populações e etnias que caracterizam o povo brasileiro, desde a sua origem colonial, passando pelo período imperial e pelas repúblicas, até os dias atuais. Uma “Introdução à Geofilosofia do Brasil” deve precedê-la, trabalho que estamos esboçando.

**Geofilosofia do Esporte**: Buscará investigar as manifestações e circunstâncias que tornam o esporte tão presente na vida dos povos, mas com características sempre peculiares e locais, mesmo em esportes cuja prática é frequente em várias partes do mundo. Poderá se dedicar ao estudo dos deslocamentos sociais que a prática de esportes exige. Refletir sobre como o futebol tem sido importante aliado nas campanhas de inclusão, como, por exemplo, quando esportistas consagrados se

---

<sup>74</sup> Neste momento (segundo semestre de 2023), estou orientando a pesquisa de um estudante que aceitou a sugestão de trabalhar a Geofilosofia da Matemática em sua monografia de conclusão de curso. Ele é graduado em matemática, leciona a disciplina no Ensino Médio e é meu orientando de Especialização no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia.

<sup>75</sup> Em junho de 2023, apresentamos a comunicação “A geofilosofia audiovisual de Vladimir Carvalho” no VIII Encontro de Pós-graduação em Filosofia (UFU), como um exercício de Geofilosofia do audiovisual. Nesse trabalho, escrevemos: “... ousamos sugerir que a obra de Vladimir Carvalho pode ser entendida como uma Geofilosofia Audiovisual, sobretudo nos curtas produzidos nos anos 1960 e 1970, nos quais o cineasta apresenta a realidade crua da vida em localidades do Sertão Brasileiro, destacando deslocamentos, desterritorializações, reterritorializações e contradições do ‘rizoma’ sertanejo” (Fernandes, 2023a, p. 183).

dedicam a movimentos como “Black Lives Matter”, ou na união dos povos, em competições internacionais como as Copas do Mundo de Futebol ou Olimpíadas, eventos que também são marcados por contradições sociais que merecem estudos.

- **Geofilosofia do Futebol** (como exemplo de uma aplicação específica da geofilosofia do esporte): Estará interessada no estudo das relações exercidas na prática do futebol mundial, tanto em seus privilégios, quanto em suas desigualdades, sobretudo no que se refere ao domínio do capital. Como os interesses do capital se sobrepõem aos interesses sociais, que levam atletas, executivos e o público, em geral, a ignorarem o fato de que muitos países que se tornaram paraísos para o esporte, como a Arábia Saudita, serem países completamente desprovidos de políticas sociais, ou completamente antidemocráticos. Também estará interessada nos diferentes tratamentos dados aos praticantes do esporte, no que se refere às questões de gênero, etnia, dentre outras. Por exemplo, os frequentes episódios de racismo contra jogadores afrodescendentes em muitas partes do mundo e os privilégios do futebol masculino em relação ao futebol feminino.

**Geofilosofia da Paisagem**<sup>76</sup>: Toda paisagem, seja urbana, rural, litorânea, ou de outra natureza, apresenta consigo características peculiares, que tanto remetem à sua geografia, quanto à sua história. A *geofilosofia da paisagem* está interessada no estudo das transformações - deslocamentos, desterritorializações e reterritorializações - que permitem a cada paisagem ser o que ela é, ou se tornou, a partir da percepção humana:

Paisagem é tudo aquilo que “salta” aos olhos e aos sentidos. É uma categoria profundamente estética e sensível. [...] § A paisagem apresenta-se como o resultado das transformações do espaço observável, ao longo do tempo. É o que está diante dos nossos sentidos e, ao mesmo tempo, a síntese das modificações e o ponto de partida para as novas mudanças e análises. A paisagem não é estática, ou imóvel, embora possa ser “paralisada” momentaneamente, para fins estéticos, de estudo ou outros fins, seja por uma imagem (desenho e fotografia, por exemplo), ou por intermédio de uma descrição científica, literária, dentre outras. (Fernandes, 2015, p. 92).

Citamos, como exemplo, uma paisagem urbana que ainda espera por uma análise geofilosófica: a Praça Monastiraki, no centro da cidade de Atenas, Grécia,

---

<sup>76</sup> Sobre essa geofilosofia, especificamente, não nos apresentamos como propositores, uma vez que ela já existe. Citamos, como exemplo, o livro *Geofilosofia da Paisagem*, de Luisa Bonesio. A nossa intenção, no entanto, é propor, a partir da geofilosofia da paisagem, um estudo sobre paisagens urbanas brasileiras, centrada nas desigualdades sociais que a paisagem denuncia.

sobre a qual segue o seguinte comentário, inspirado por uma fotografia<sup>77</sup> que fizemos no local, em 2015: Nesse lugar estão uma linda Mesquita (Tzistarakise), erguida no Século XVIII; uma estação de metrô; um pequeno e encantador mosteiro; o museu de cerâmica, que é um anexo do Museu de Arte Popular Grega; o comércio das pulgas (Flea Market), no qual é possível encontrar roupas, calçados, souvenirs, artesanato, antiguidades e muito mais; além da “Ágora Romana”, conjunto de ruínas de uma das antigas praças atenienses (Ágora - nome dado às praças públicas na Grécia Antiga, nas quais ocorriam reuniões em que os gregos, sobretudo os atenienses, discutiam assuntos ligados à vida pública da cidade [polis]. As assembleias aconteciam na Ágora e os gregos podiam decidir sobre justiça, obras públicas, leis, cultura, etc). Localizada entre a Praça Monastiraki e a Acrópole, no mesmo plano que a praça, está o local [ágora] em que, segundo a tradição, foi realizado o julgamento do filósofo Sócrates, 399 a.C.

Imagem 11 - Praça Monastiraki - Atenas



Créditos - O autor da tese (2015).

---

<sup>77</sup> Ver Imagem 11, nesta página.



**Geofilosofia do Tempo nas Cidades:** Tem o propósito de refletir sobre as diferentes maneiras como o tempo é processado nas cidades, o que nos conduz à hipótese de que há uma *geofilosofia do tempo* em alguns dos escritos de Milton Santos. Para Milton Santos, um geógrafo e filósofo que tomamos a liberdade de chamar de geofilósofo, existem comportamentos que definem as diferentes temporalidades na atual forma como a sociedade se organiza, sobretudo nas grandes cidades. Essas diferentes temporalidades podem ser conhecidas através das múltiplas composições da paisagem urbana, que são construídas e reconstruídas ao longo do tempo. Assim, um mesmo lugar pode oferecer diferentes paisagens, de acordo com as modificações e atualizações temporais. Para explicar essa dinâmica espaço-temporal nas cidades, e para contrapor às noções de tempo longo e tempo curto [de Braudel<sup>78</sup>], Milton Santos também introduz os conceitos de tempos rápidos e tempos lentos. Portanto, não seria exagero afirmar que em Milton Santos já se encontra um esboço de uma *geofilosofia do tempo nas cidades*.

**Geofilosofia do Poder:** Deverá percorrer as alternâncias, os deslocamentos e territorializações do poder, em algum cenário pré-determinado, com o objetivo de descrever as relações em que o poder é estabelecido e exercido, denunciando o desrespeito aos direitos humanos, os abusos e os usos não inclusivos do poder, por parte daqueles que o exercem. No capítulo IV desta tese, procuramos exercitar uma *geofilosofia do poder*, aplicada a um determinado contexto da realidade histórico-política brasileira.

- **Geofilosofia das Guerras** (como exemplo de uma aplicação específica da geofilosofia do poder): Estará interessada, em sentido amplo, em como se apresentam as guerras e conflitos no cenário mundial e de como as mesmas são objeto de interesse e comoção por parte da comunidade internacional. Este estudo estará sempre integrado com outras áreas do conhecimento, como a geopolítica e a diplomacia, sem, no entanto, com elas se confundir. Em geral, são observados diferentes níveis de interesse e comoção social para cada um dos conflitos e guerras que acontecem em certo momento, em diferentes partes do mundo. Como esse interesse e comoção são processados? Qual o papel dos meios de comunicação e

---

<sup>78</sup> Fernand Braudel é citado tanto por Deleuze e Guattari, quanto por Milton Santos. Embora o autor desta tese não tenha se dedicado ao estudo desse autor, é pertinente citar algumas de suas principais obras, traduzidas para a língua portuguesa: *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*; *A Civilização Material*; *A Dinâmica do Capitalismo*.

da mídia na “filtragem” das informações que são divulgadas e na maneira com as mesmas são recebidas? Essas são algumas das questões que uma geofilosofia das guerras procuraria responder. No momento em que concluímos este tópico (outubro de 2023), vários são os conflitos e guerras locais e regionais que acontecem no planeta Terra. Uma pesquisa realizada no dia 15 de outubro de 2023 revelou que são em número de seis, as guerras<sup>79</sup> ativas ao redor do planeta, neste momento. A seguir, uma breve exposição sobre cada uma delas.

- **Guerra da Síria.** Guerra civil iniciada em 2011, depois que o governo do presidente Bashar al Assad reprimiu violentamente uma série de manifestações no país, levando muitos grupos de oposição a pegarem em armas. No momento, é o conflito mais longo travado na Terra, de forma ininterrupta.

- **Guerra no Iêmen.** Um levante feito pelos rebeldes Houthi, em 2015, no qual eles expulsaram o governo do Iêmen da capital, Sanaa, causou o início de uma guerra civil que continua até hoje.

- **Guerra do Tigré.** Desde 2018, com a chegada ao poder do primeiro-ministro Abiy Ahmed, a Etiópia vive tensões entre o governo central e a região do Tigré, com a qual existe um conflito histórico. Em novembro de 2022, a Etiópia e a Frente de Libertação do Povo do Tigré (TPLF) assinaram um acordo, mediado pela União Africana, para cessarem as hostilidades. No entanto, a Eritreia não aderiu ao acordo e as tensões persistem, com menor intensidade.

- **Conflito do Azerbaijão contra Armênia, em Nagorno-Karabakh.** Em 19 de setembro de 2023, o Azerbaijão atacou as forças armênicas dentro de Nagorno-Karabakh. O conflito durou 24 horas, com a vitória de Baku (Capital do Azerbaijão). A vitória poderá levar à dissolução da República de Artsakh e o território será efetivamente incorporado ao Azerbaijão, o que já causa um êxodo armênio, em muitos casos em condições desumanas. No entanto, a tensão é grande e podem surgir novos desdobramentos violentos.

---

<sup>79</sup> Estão incluídas as guerras entre Estados e guerras civis em que facções definidas do próprio país contam com o apoio de diferentes Estados. Conflitos internos, situações de extrema instabilidade política e as chamadas guerras às drogas, ou aos grupos criminosos, não foram considerados. Fontes da pesquisa: gazetadopovo.com.br; www.bbc.com; cnnbrasil.com.br. Acesso em 15 out. 2023.

- **Guerra da Rússia contra a Ucrânia.** A Rússia, governada por Vladimir Putin, invadiu a Ucrânia, governada por Volodymyr Zelensky, em 24 de fevereiro de 2022. Desde então os dois países travam uma guerra declarada e amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Os russos fizeram um rápido avanço a partir das regiões norte, leste e sul, com a intenção de ocuparem as principais cidades ucranianas, incluindo a capital Kiev e Kharkiv. No entanto, as forças ucranianas contra-atacaram no segundo semestre de 2022 e recuperaram parte do território. Ao longo de 2023, a Rússia mantém a ocupação de parte do território ucraniano. A Ucrânia é uma ex-república soviética e se tornou independente em 1991. As relações entre os dois países sempre foram tensas e entre os motivos do conflito está a intensão da Ucrânia de aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o que a Rússia não admite.

- **Guerra entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza**<sup>80</sup>. Este conflito envolve os israelitas e os palestinos numa querela que persiste desde 1948. Mais recentemente, em 7 de outubro de 2023, um ataque realizado por membros do grupo palestino Hamas contra populações do sul de Israel trouxe elementos ainda inéditos, em virtude do elevado número de morte em tão pouco tempo. Centenas de israelenses morreram no ataque do Hamas e centenas de palestinos também morreram nos bombardeios retaliatórios de Israel, ainda nas primeiras 48 horas de conflito direto. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, declarou formalmente o estado de guerra, apenas um dia após o ataque. As consequências imediatas e mediatas são ainda imprevisíveis e este é o conflito que, junto com a guerra entre Rússia e Ucrânia, ocupa as atenções da mídia mundial, sobretudo no ocidente.

**Geofilosofia do Lugar (ou dos Lugares):** Nos dias atuais, a chamada globalização tem provocado uma universalização dos processos hegemônicos e globais, em detrimento dos processos locais, de uma forma totalizadora que inclui não só os aspectos de produção e consumo dos bens, mas também a cultura. Essa universalização provoca um apagamento das representações locais,

---

<sup>80</sup> É digno de nota que embora existam tantos conflitos acontecendo neste momento no Planeta, a mídia, em geral, se comporte como se fossem apenas dois: a guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito entre Israel e o Hamas. Refletir sobre esse interesse seletivo é uma questão que também interessa à geofilosofia.

supervalorizando o global. A compreensão desse apagamento deve ser uma das metas da *geofilosofia do lugar* (ou dos lugares), a partir das representações dos indivíduos que não são, necessariamente, os mais ouvidos, mas que tiveram a sua experiência de vida negligenciada pela modernidade. Nesse sentido, a *geofilosofia do lugar* pode representar a locução daqueles que foram esquecidos nos seus lugares de vivência e de pertencimento, pelo simples fato de que as suas histórias de vida não se aplicam aos interesses globais. Em Milton Santos, encontra-se o que pode ser chamado de móbil desta geofilosofia em particular. Em nossa primeira tese de doutoramento, defendida em 2015 e já citada aqui, apresentamos reflexões sobre a *geofilosofia do lugar*, tanto no título quanto em afirmações como as que se seguem: “a “geofilosofia dos lugares” [...] nos conduz à necessidade de um reconhecimento das humanidades que foram ‘enterradas’ [...], como forma de tributo aos lugares, às pessoas e às suas representações” (Fernandes, 2015, p. 338).

**Geofilosofia da Ancestralidade (Ou da Genealogia):** Desde o seu surgimento, os estudos em genealogia sempre se prestaram aos interesses das classes dominantes, utilizando termos como “nobiliarquia”, “hierarquia”, “linhagem”, dentre outros. O objetivo de uma geofilosofia da ancestralidade, ou da genealogia, é romper com a tradição hegemônica da genealogia, possibilitando aos grupos minoritários a mesma possibilidade de conhecimento e estudos de sua ancestralidade, que foi negada em muitos casos, como, por exemplo, das pessoas que vieram escravizadas do continente africano, que tinham os seus nomes e sobrenomes modificados ao chegarem, dificultando, ou impossibilitando, o conhecimento do seu passado ancestral.

E outros, que ainda serão esboçados: **Geofilosofia do Sentimento de Lugar** (geotopofilia); **Geofilosofia da Religião**; **Geofilosofia da Educação Brasileira**; **Geofilosofia do Meio Ambiente**; **Geofilosofia da Psicanálise**.

## **Breve vocabulário geofilosófico**<sup>81</sup>

**Agenciamento** [*agencement*] - “Dir-se-á, portanto, numa primeira aproximação, que se está em presença de uma agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente.” (Zourabichvili, 2004, p. 9).

// Agenciamento é um conceito amplamente utilizado pelos autores e denomina instituições muito fortemente territorializadas, como o a. judiciário ou o a. familiar, por exemplo. Também denomina as formações íntimas desterritorializantes, como o devir-animal, por exemplo. E ainda denomina o plano de imanência no qual ocorrem essas formações e instituições. (Ver também: máquinas desejanças).

**Appaesamento:** Neologismo. Processo de modelamento do espaço do viver. (Bonesio e Resta, 2017, p. 07)

**Archistar:** Neologismo. Surgido a partir da união dos termos “arquiteto” e “star”, para fazer referência aos arquitetos muito famosos. (*Ibid.*, p. 58)

**Decrescita** (decrecimento). Corrente de pensamento político e social que defende uma redução controlada do consumo. Crítica ao consumismo. (*Ibid.*, 2017, p. 50)

**Descolonização e Decolonização:** Os termos “descolonização” (descolonizar) e “decolonização” (decolonizar) podem ser usados sem grandes discussões, embora nem sempre no mesmo sentido. “Descolonização” faz referência ao rompimento material, físico ou a dependência histórica do colonizado em relação ao colonizador. “Decolonização”, por sua vez, pode ser entendido com o rompimento com as consequências imateriais e subjetivas da colonização: é preciso deixar de pensar, sentir e agir como colonizado, produzindo novos pensamentos, sentimentos e ações.

**Desenraizamento:** Ser retirado do lugar de pertencimento; deslocamento; deslocalização; perder o lugar. O conceito tem origem em Heidegger, quando ele se refere à *Heimatlosigkeit* (sem abrigo).

**Desterritorialização** (Reterritorialização e Território) - [*deterritorialisation (et territoire)*] - “O termo ‘desterritorialização’, neologismo surgido no *Anti-Édipo*, desde então se difundiu amplamente nas ciências humanas. Mas ele não forma por si só

---

<sup>81</sup> Este breve vocabulário foi organizado pelo autor desta tese e não deve ser confundido com o já existente “Vocabulário de Deleuze”, embora esse sirva como referência para muitos dos conceitos aqui incluídos. Quando não houver indicação de fonte, o texto foi elaborado pelo autor desta tese.

um conceito, e sua significação permanece vaga enquanto não é referido a três outros elementos: território, terra e reterritorialização [...]. Distingue-se uma desterritorialização *relativa*, que consiste em se reterritorializar de outra forma, em mudar de território [...] e uma desterritorialização absoluta, que equivale a viver sobre uma linha abstrata ou de fuga [...]. Tal é o esquema aproximado que prevalece no *Anti-Édipo*, onde 'desterritorialização' é sinônimo de 'decodificação'. Entretanto, já se coloca o problema da 'reterritorialização', que leva ao tema polêmico da "nova terra", sempre por vir e a ser construída, contra toda terra prometida ou ancestral, reterritorialização arcaica de tipo fascista." (Zourabichvili, 2004, p. 23).

**Devir [devenir]** - "Devir é o conteúdo próprio do desejo (máquinas desejanter ou agenciamentos): desejar é passar por devires. Deleuze e Guattari enunciam isso no *Anti-Edipo*, mas só fazem disso um conceito específico a partir do *Kafka* [...]. Em segundo lugar, devir é uma realidade: os devires, longe de se assemelharem ao sonho ou ao imaginário, são a própria consistência do real. Convém, para compreendê-lo bem, considerar sua lógica: todo devir forma um 'bloco', em outras palavras, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se "desterritorializam" mutuamente. [...] O devir é, em suma, um dos pólos do agenciamento, aquele em que conteúdo e expressão tendem ao indiscernível na composição de uma 'máquina abstrata'." (*Ibid.*, p. 24).

**Distribuição Nômade** (ou Espaço Liso) - "Julgamos que o pensamento avança segundo uma ordem de desenrolar progressivo; imaginamos todos os grandes filósofos desde Platão comparecendo ao tribunal da verdade. Como se existisse uma distribuição objetiva exterior a toda distribuição singular: uma crença assim assemelha-se a transcendência. Por outro lado, as ideias nos parecem destinadas a domínios e as significações, a objetos que indicam seu uso "próprio" e a possibilidade de um uso 'figurado' (como se, por exemplo, o sentido das palavras 'doença' ou 'prisão' se esgotasse na referência aos estados de coisas psíquicas que elas servem para designar). Desconhecendo o caráter intrinsecamente nômade do sentido, recusando-lhe os direitos de uma deriva literal, atribuímos-lhe clausuras, e nossos atos de compreensão são todos penetrados por um cadastro implícito que nos faz julgar no máximo impotentes, no mínimo desonestos, as migrações semânticas exigidas pela filosofia, levada por uma necessidade e um rigor que lhe são próprios: por exemplo, os usos não-científicos de uma ideia científica (como se a

própria ciência, em seus momentos de invenção, não praticasse assídua e legitimamente tais importações...). § Bem diferente é o pensamento que afirma resolutamente o acaso: não que oponha a necessidade os direitos de um capricho arbitrário (ninguém mais que Deleuze foi sensível ao tema da necessidade e buscou seu conceito para além de todas as idéias feitas [...] mas essa afirmação é a prova que o livra do engodo de uma necessidade buscada na relação com uma divisão originária e transcendente, que o pensamento não pode senão postular (ilusão sedentária do fundamento).” (Zourabichvili, 2004, p. 26).

// Distribuição nômade é um conceito que faz referência ao fato de que o pensamento também pode ser nômade, no sentido em que ele pode escapar de determinações necessárias. Não é uma rejeição à necessidade, como a citação acima alerta, mas uma defesa de que até mesmo para encontrar fundamentos (filosóficos, científicos, sociais...) o pensamento precisa de liberdade para ser nômade e para poder “andar” por espaços lisos, sem divisões. Nesse sentido, encontramos alguma semelhança entre o conceito “distribuição nômade” e o conceito “aparações conceituais”, que propomos na primeira parte deste capítulo.

***Entortung*** (Schmitt) - *Des-localização* (Resta, 2019, p. 19)

**Geofilosofia:** “Abordagem teórica e campo de estudo que se propõe como um saber transdisciplinar empenhado em recolher e confrontar perspectivas de diferentes matrizes oriundas da geografia, filosofia, estética, antropologia e arquitetura. No centro do interesse está o tema da pluralidade de lugares na terra em comparação com a crescente padronização das técnicas em um mundo globalizado. Segundo os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, que desenvolveram e introduziram o conceito<sup>82</sup> em *O que é a filosofia?* (1991; tradução em língua portuguesa em 1992), a g. analisa e interpreta ‘como o pensamento se realiza na relação entre o território e a terra’. Deve-se notar que o prefixo ‘geo’ não significa o nascimento de um setor especializado da filosofia, mas indica o *topos*

---

<sup>82</sup> Marco Baldino, em um texto publicado em 2019, coloca em dúvida a afirmação de que o termo “geofilosofia” tenha sido criado por Deleuze e Guattari: “Se o termo italiano ‘geofilosofia’ deriva contingentemente do francês *géophilosophie*, deve-se dizer que, muito provavelmente, é um calque do alemão *Geopolitik*, cunhado pelo geógrafo alemão Karl Haushofer. A moeda não pode, portanto, ser atribuída aos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, como alguns sugeriram, nem é mérito deles tê-la usado primeiro, pois já aparece no livro de Jean-François Lyotard [...]” (Fernandes, 2023b, s/ numeração). No entanto, em ambos os casos, o termo é usado em uma perspectiva diferente daquela introduzida por Deleuze e Guattari, o que o próprio Baldino reconhece.

(lugar), o aqui e agora, do pensamento filosófico. O termo g. assim expressa a relação de imanência entre terra e pensamento, combinando as duas palavras igualmente. A g. não é uma ‘filosofia da terra’ ou, simplesmente, uma ‘geografia filosófica’, mas um pensamento-terra. Se a g. invoca (ou evoca) a geografia certamente não é como uma ferramenta, método ou modelo para a pesquisa filosófica, mas para valorizar a contingência e a espacialidade; intuições tipicamente geográficas, que captam bem a relação entre o pensamento e a terra. De um ponto de vista mais propriamente geográfico, a abordagem geofilosófica tem revitalizado os estudos relativos à paisagem, à comunidade, à memória e à identidade territorial.” (Lessico del XXI secolo, 2012, s/ numeração).

**Geosofia:** Pretende ser uma geografia do pensamento, que inclui nas reflexões geográficas a dimensão da subjetividade. Sabedoria da e sobre a Terra. Foi proposto por John K. Wright, em 1947, no texto *Terrae Incognitae: The Place Of The Imagination In Geography*. Apesar da semelhança etimológica, não deve ser confundido com “geofilosofia”.

**Glocalidade:** Possibilidade de tratamento dialético entre as questões referentes aos aspectos globais (universais) e locais, quando pensados em conjunto. Acredita-se que o conceito tenha sido introduzido na década de 1980, pelo The Oxford Dictionary of New Words. Hoje, o conceito também é tratado como uma nova categoria e é, relativamente, comum a referência a “Redes Glocals”, “Marketing Glocal” e “Produção Glocal”, quando, por exemplo, produtos comercializados mundialmente são adaptados às realidades locais.

**Großraum** - (C. Schmitt) - O [grande] espaço indispensável ao desenvolvimento. - O conceito de Großraum, formulado por C. Schmitt, rejeita conotações étnicas e raciais e serve como resposta ao conceito de *espaço vital* [*Lebensraum*], surgido durante a ditadura nazista, a partir de formulações de Karl Haushofer e seus discípulos, que contribuiu para a agressiva política de expansão do Terceiro Reich. (Resta, 2019, p. 20).

**Heimat** - É um conceito que remete a pertencimento.

Nesse caso, a advertência nietzschiana “o deserto cresce” se refere, de fato, ao *Entortung*, como Schmitt o chamou, ou à *Heimatlosigkeit*, como Heidegger prefere chamá-lo, descrevendo o mesmo processo de **desenraizamento**. (Resta, 2019, p. 19).



**Heimatlosigkeit** (Heidegger) - Ausência de pátria, de moradia. (*Ibidem*).

**Hostilidade e hospitalidade** - “Se de Hobbes a Schmitt, de acordo com um tenaz e dominante pressuposto do pensamento político moderno, a *hostilidade* é o que originalmente conota as relações humanas, para Lévinas, assim como para Derrida, a *hospitalidade*, no entanto, denuncia uma constitutiva e inevitável abertura, à qual qualquer fechamento não pode suceder. Só através do reconhecimento deste último paradigma pode ser evitado o espectro mais sinistro que surge no atual processo de globalização, o ‘choque de civilizações’, tendo em vista uma cosmo-política que reconhece o direito de cidadania de cada habitante da terra.” (Bonesio e Resta, 2017, p. 12).

**Máquinas Desejantes:** “... não é por metáfora que falamos de máquina: o homem compõe máquina desde que esse caráter seja comunicado por recorrência ao conjunto de que ele faz parte em condições bem determinadas. O conjunto homem-cavalo-arco forma uma máquina guerreira nômade nas condições da estepe. Os homens formam uma máquina de trabalho nas condições burocráticas dos grandes impérios. O soldado de infantaria grego compõe máquina com suas armas nas condições da falange.” (Deleuze e Guattari, *O Anti-Édipo*).

// Maquinas desejantes são acoplamentos, ou cortes de fluxos, cujos termos que os formam são objetos parciais que se registram e se distribuem sobre um plano. São máquinas que constituem a vida do inconsciente e nós somos seus frutos. De fato, somos máquinas que possuem outras máquinas. Somos máquinas movidas a desejo. As instituições sociais também são máquinas desejantes, mas o seu desejo, em geral, é frear e conter os desejos que não lhes convém e impulsionar os que as convém, nas máquinas desejantes que somos nós. É importante romper com o maquinismo sedentário ou gregário. Tornar-se máquina desejante revolucionária é uma saída, de acordo com Deleuze e Guattari. // *Agenciamento e Máquinas Desejantes* são dois conceitos que Deleuze e Guattari utilizam em uma perspectiva bem próxima, tratando-os quase que como sinônimos, mas em contextos diferentes: antes do Kafka, prevalece o conceito “máquinas desejantes”; após o Kafka, prevalece o conceito “agenciamento”.

**Nova terra (Terra):** Conceito amplamente utilizado por Deleuze e Guattari, em *O que é a Filosofia?*: “A criação de conceitos faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma nova terra e um povo que não existe ainda.” (D&G, 1992, p. 140);

“A desterritorialização de um tal plano não exclui uma reterritorialização, mas a afirma como a criação de uma nova terra por vir.” (*Ibidem*).

A “nova terra” é: “uma questão de devir. O pensador não é acéfalo, afásico ou analfabeto, mas se torna. Torna-se índio, não pára de se tornar, talvez ‘para que’ o índio, que é índio, se torne ele mesmo outra coisa e possa escapar a sua agonia. Pensamos e escrevemos para os animais. Tornamo-nos animal, para que o animal também se torne outra coisa. A agonia de um rato ou a execução de um bezerro permanecem presentes no pensamento, não por piedade, mas como a zona de troca entre o homem e o animal, em que algo de um passa ao outro. É a relação constitutiva da filosofia com a não-filosofia. O devir é sempre duplo, e é este duplo devir que constitui o povo por vir e a nova terra. O filósofo deve tornar-se não-filósofo, para que a não-filosofia se torne a terra e o povo da filosofia” (*Ibid.*, p. 141).

// De acordo com Deleuze e Guattari, nem mesmo as nossas democracias conseguiram ainda produzir essa “nova terra”, de um “novo povo”. Para os dois autores, cabe à filosofia a compreensão dos elementos capazes de nos conduzirem a essa “nova terra”, o que exige que a Terra passe, a princípio, para o plano da imanência de um pensamento, uma desterritorialização absoluta, na qual também são desterritorializadas as condições determinantes que impedem o devir dos povos, sobretudo aquelas pertencentes à ordem capitalista, para, em seguida, ser reterritorializada na forma de uma “nova terra”. “Nova terra” é, portanto, um conceito que não deve ser confundido com “utopia” ou “terra prometida” e nem mesmo com as tentativas do fascismo, de produção de novos territórios fascistas.

**Pervasività:** A ação dissolvente e reestruturante da modernidade é relativamente rápida, mas muito profunda, por causa da performatividade técnica que, com a sua própria língua, abstrata e poderosa, graças à sua particularização, foi a principal causa da aprovação de estilos construtivos e do *caráter invasivo e difusor* [pervasività] das destruições das anteriores linguagens sedimentadas. (Bonesio e Resta, 2017, p. 54)

// Capacidade de ser “pervasivo”, de difundir-se, conquistando ou impondo valores e significados novos. Palavra sem correspondente exato na língua portuguesa.

**Plano e Imanência (e Caos):** [*plait d'immanence (et chaos)*] - “O plano de imanência é a condição sob a qual o sentido tem lugar, o próprio caos sendo esse não-sentido que habita o fundo mesmo de nossa vida. O plano é coisa bem diversa,

porém, de uma grade de interpretação, que se assemelha às formas prontas de pensamento, aos clichês com que recobrimos o caos em lugar de enfrentá-lo: o plano não é subjacente ao dado, como uma *estrutura* que o tornaria inteligível a partir de uma ‘dimensão suplementar’ àquelas por ele comportadas.” (Zourabichvili, 2004, p. 24).

**Platô:** “Encontro entre devires, um entrecruzamento de linhas, de fluxos, ou uma *percolação* – fluxos que, ao se encontrarem, modificam seu movimento e sua estrutura; é por isso que o mais importante dos operadores que este livro (*Mil Platôs*) consegue construir concerne não ao relevo de um platô, mas àquele por meio do qual os platôs se chocam e se penetram, mudando todos os índices de ambiente e as coordenadas de território: é a desterritorialização.” (Martin, 1996).

**Quadratura:** “O lugar é o ponto de convergência dessas coordenadas que Heidegger topologicamente representou na figura da Quadratura [*Geviert*], ou seja, a relação necessária, de modo a tornar algo como um Lugar, entre o Céu e a Terra, Divino e Mortal. Quadratura: *Simplicidade* formada por céu, terra, divinos e mortais, na qual se constituiu o habitar humano, de acordo com Heidegger [*Bauen, Wohnen, Denken* -1951].” (Bonesio e Resta, 2017, p. 17)

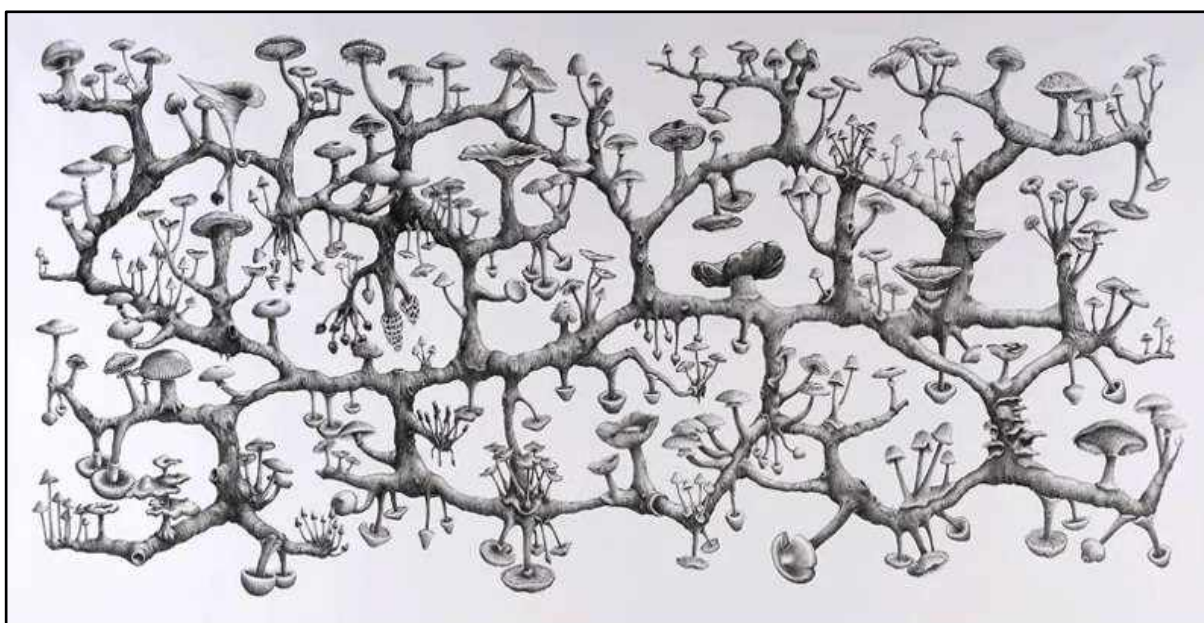
**Rizoma** [*rizhome*] - “Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo... Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades [...]” (Zourabichvili, 2004, p. 51).

“O rizoma é, portanto, um antimétodo que parece tudo autorizar - e de fato o autoriza, pois este é o seu rigor, do qual seus autores, sob o termo ‘sobriedade’, enfatizam de bom grado, pensando nos alunos apressados, o caráter ascético [...]. Não julgar previamente qual caminho é bom para o pensamento, recorrer à experimentação, erigir a benevolência como princípio, considerar enfim o método uma muralha insuficiente contra o preconceito, uma vez que ele conserva pelo menos sua forma (verdades primeiras): uma nova definição do sério em filosofia, contra o burocratismo puritano do espírito acadêmico e seu ‘profissionalismo’ frívolo.

Essa nova vigilância filosófica é aliás um dos sentidos da fórmula: ‘condições não maiores que o condicionado’ (o outro sentido é que a condição se diferencia com a experiência). O mínimo que se pode dizer é que não é fácil manter-se nesse ponto: sob essa relação, o rizoma é o método do antimétodo, e seus ‘princípios’ constitutivos são regras de prudência a respeito de todo vestígio ou de toda reintrodução da árvore e do Uno no pensamento.” (Zourabichvili, 2004, p. 52).

Em suma, podemos afirmar que o **rizoma**<sup>83</sup> é uma resposta crítica aos modelos hierárquicos e lineares de organização. Ao invés de níveis de hierarquia verticalizados, é mais indicada uma percepção que valorize a vizinhança e a horizontalidade.

Imagem 12 - Rizoma.



Créditos: Richard Giblett (2009).

**Topofilia:** Conceito introduzido pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, em 1974, com o qual pretende propor reflexões a respeito das relações entre os seres humanos e o meio ambiente, na busca de soluções de problemas que afetam a ambos.

// “Yi-Fu Tuan, ao apresentar o neologismo ‘topofilia’, estabelece uma relação indissociável entre o sentimento e o objeto e entre o lugar e o meio ambiente” (Fernandes, 2015, p. 68).

---

<sup>83</sup> Ver imagem 12, nesta página.

## CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

*Nada se pode prejudicar ou pressupor, e o malogro da  
inquirição, conduzindo à consciência da ignorância, é,  
paradoxalmente, o êxito e o triunfo do interrogatório, pois nos  
liberta do ilusório conhecimento ou do conhecimento da ilusão,  
da aparência.*

*Roland Corbisier (Introdução a LEFEBVRE, 1967, p.9)*

A primeira observação a ser feita nessas considerações (não) finais é a de que reconhecemos as lacunas e os senões que esta tese apresenta. Tanto aqueles que fomos capazes de identificar, que serão nomeados na sequência, tanto os que, porventura, não conseguimos perceber e que poderão ser anunciados posteriormente.

No entanto, a existência desses senões e lacunas, tanto os identificados quanto os não identificados, não nos preocupa demasiado, uma vez que são esperados, e até desejáveis (o que não quer dizer “desejados”), em trabalhos de natureza introdutória e, até certo ponto, pioneiros, como é o caso desta tese. Usamos o termo “pioneiro” não no sentido afirmativo ou que venha a pressupor algum mérito maior, mas no sentido dos riscos que a palavra envolve. Ou seja, aceitamos os riscos.

Entre os senões e lacunas que foram identificados e reconhecidos, destacam-se as repetições, tanto de ideias quanto de citações recorrentes no texto, mas que são justificadas pelo fato de que as obras sobre o tema “geofilosofia” ainda serem escassas, o que nos exigiu, em alguns casos, algumas autorreferências, às quais procuramos justificar e/ou contextualizar, cada uma em seu momento.

Também é significativo o número de possíveis encaminhamentos para futuros estudos que surgiram no decorrer das leituras e pesquisas que culminaram com a redação desta tese, o que demonstra o quão profícua é a geofilosofia e o quanto ainda ela pode oferecer. Nesse caso, procuramos indicar as possibilidades, sem tratá-las com algo acabado, mas sempre com reflexões abertas para novas contribuições. Como exemplo, citamos as indicações feitas no epílogo, a respeito das “geofilosofias” possíveis: geofilosofia do poder, geofilosofia da matemática, geofilosofia do esporte, dentre outras.

Feitas essas ressalvas, podemos passar para a enumeração das inferências

às quais a pesquisa conduziu, uma vez que o objetivo inicial da tese – Introduzir o verbo/conceito geofilosofar – foi buscado levando-se em conta o fato de que os diferentes autores pesquisados, embora participem de contextos históricos e sociais diferentes, apresentam preocupações comuns em seus escritos, que podem ser consideradas geofilosóficas.

Assim, esperamos que esta tese possa ser um contributo ao conhecimento científico, à comunidade acadêmica e às pessoas, direta ou indiretamente, associadas aos temas, sujeitos e relações nela citados e estudados. Procuramos, a partir de uma introdução à geofilosofia, tema esse ainda pouco estudado em terras brasileiras, apresentar uma maneira de compreensão sobre como é possível “geofilosofar”. E a proposta de uma introdução ao geofilosofar, que apresenta um estudo sobre a geofilosofia entendida não como um método fechado, mas como uma abordagem teórica possível, nos conduziu a um número considerável de constatações. Algumas dessas constatações possuem caráter conclusivo; outras, no entanto, podem ser entendidas como referências para estudos futuros, conforme apresentaremos ao final destas considerações.

Primeiramente, apresentamos as conclusões do ponto de vista teórico-metodológico. Temos informações em número suficiente para afirmar que a escolha pela geofilosofia, como arcabouço teórico, mostrou-se capaz de fornecer o suporte para uma pesquisa eficiente, partindo do princípio de que, a partir da introdução do termo, feita por Deleuze e Guattari, muito já foi acrescentado ao escopo da geofilosofia que, entendida como método, ou opção teórica de abordagem, fundamenta-se no pressuposto de que toda a Terra é um só lugar, a morada da humanidade que a habita. Apesar disto, o *status quo* evidencia e privilegia um *devir hegemônico*, em detrimento de um *devir social*. Não reconhecer essa realidade é uma regra para o sistema capitalista e um fardo pesado para a maioria das pessoas, o que a geofilosofia enumera e denuncia. E mesmo diante de um grande número de possibilidades de leituras que a geofilosofia permite, essa é uma compreensão que aparece na maioria dos estudiosos que a ela se dedicam: a geofilosofia é uma crítica ao modo de viver elegido pelo capitalismo.

Nesse sentido, não podemos nos furtar de tecer aqui as inferências às quais a pesquisa conduziu e que apresentaremos aqui, resumidamente, capítulo a capítulo. Tais inferências não são e nem pretendem ser absolutas. Assim como qualquer

generalização, essas inferências, embora estejam bem embasadas e fundamentadas, estão sujeitas a correções e atualizações.

No que se refere ao primeiro capítulo, apresentamos, além da geofilosofia de Deleuze e Guattari, alguns pressupostos pré-geofilosóficos com os quais procuramos demonstrar que um embrião geofilosófico já estava sendo gestado desde o início da modernidade. Além disso, procuramos justificar o objetivo principal desta tese, que consiste na afirmação de que a geofilosofia pode constituir uma área específica de conhecimento, que acreditamos ter alcançado, conforme descrito a seguir.

Quanto ao segundo capítulo, procuramos, à luz da geofilosofia, demonstrar como o ocidente, desde a antiguidade clássica, preferiu privilegiar o ser, em detrimento do devir e o quanto essa escolha tem custado caro ao pensamento e ao desenvolvimento humano, como um todo. Não porque o ser não seja importante ou digno de nota, mas porque a opção única e exclusiva pelo ser, ou pelo transcendente, produz a conseqüente desvalorização do cotidiano, do particular, do efêmero e imanente. No percurso teórico do capítulo, de Nietzsche a Carolina Maria de Jesus, passando por autores como Heidegger, Lévinas, Miroslav Milovic, Caterina Resta e Milton Santos, apresenta-se o caráter decolonialista da geofilosofia, como uma recusa do colonial, na mesma perspectiva em que se faz necessário também recusar uma supremacia completa do ser sobre o devir. Em outras palavras, o capítulo nos conduz à afirmação de que o colonialismo, em todas as suas manifestações – imperialismo, eurocentrismo – é uma consequência da opção pelo ser, em detrimento do devir. Ou, quiçá, uma opção por um determinado tipo de devir: o devir hegemônico, em detrimento do devir social.

No terceiro capítulo, no qual a tese efetivamente se apresenta, o “geofilosofar” é introduzido. Acreditamos ter podido demonstrar a pertinência de a geofilosofia constituir uma área própria de estudos, o que já se delineava como um objetivo desde a tese que defendemos em 2015, em cujas considerações finais escrevemos:

Do ponto de vista teórico, cabe um aprofundamento na definição, ou definições possíveis, para o termo “geofilosofia”, tendo em vista que esse é um tema que apenas começa a ser objeto de pesquisa no Brasil. Esse aprofundamento, ao qual pretendemos nos dedicar, poderá nos indicar se realmente há lugar para a geofilosofia, como área específica de estudo e como possibilidade de abordagem metodológico-conceitual, cujos primeiros passos foram aqui esboçados. (Fernandes, 2015, P. 337).

Além disso, ainda no terceiro capítulo, procuramos refutar algumas considerações contrárias a essa possibilidade, sobretudo aquela feita por Marco Baldino, na qual ele procura conceber a geofilosofia como nada mais do que uma rejeição dos aspectos questionáveis da modernidade e da globalização. Para contrapor as afirmações de Baldino, procuramos demonstrar não apenas o fato de que a geofilosofia pode constituir uma área própria de estudos, mas como ela também dialoga com áreas e conteúdos que hoje conquistaram um espaço dentro das ocupações dos teóricos e cientistas, como o pensamento decolonial, por exemplo. No terceiro capítulo também foram apresentados exemplos do geofilosofar, com o intuito de corroborar as análises precedentes.

No quarto capítulo, procuramos ilustrar a pertinência de uma abordagem geofilosófica por intermédio de um estudo de caso específico, aplicado à realidade política brasileira recente. A nossa intenção não ficou restrita à análise de um caso apenas, tal qual se apresenta; mas pretendeu também servir como parâmetro, ou fundamento, para outras análises de situações semelhantes.

No epílogo, introduzimos alguns novos conceitos aplicados ao escopo teórico da geofilosofia, bem como é apresentado o esboço de um dicionário geofilosófico, ainda inexistente, com intuito de que possa ser um contributo para o desenvolvimento teórico da área e subsídio para estudos vindouros.

Temos consciência de que muitas questões e problemas levantados nesta tese careceram de maior aprofundamento, o que poderia ser passível de alguma advertência, em se tratando de uma tese de doutoramento. No entanto, nos defendemos antecipadamente dessa advertência afirmando que muitas foram as reflexões e indagações surgidas ao longo da pesquisa e da redação da tese, algumas das quais sequer nos damos conta no início, ao propor o tema central. Não podíamos simplesmente ignorá-las, ao mesmo tempo em que seria inviável esgotá-las em uma única tese. Para que este parágrafo não fique vago, cito uma dessas possibilidades surgidas, na página 58 desta tese, à qual não foi possível dedicar a devida atenção: “Se, de acordo com Deleuze e Guattari, o conceito, desde a antiguidade clássica, forneceu um novo território para o pensamento, antes fornecido integralmente pela imagem, chegará um momento em que viveremos também a superação do conceito, enquanto território do pensamento?”. Eis uma boa questão para próximos trabalhos geofilosóficos. De qualquer forma, acreditamos ter cumprido com os objetivos propostos inicialmente, sobretudo o objetivo principal, a



respeito da pertinência da abordagem geofilosófica. E, se no início desta tese, na epígrafe da introdução, nos inspiramos poeticamente em Joaquim Nabuco; para concluir, faremos algo semelhante, mas com inspiração em Cora Coralina, que escreveu:

Ressalva. O *conto* é uma modalidade literária ingrata e não raro surpreendente.

Quanto acreditamos, ufanos, que sua motivação, seu pequeno enredo seja original de uma cidade, e nossa a primazia de o contar, vemos com surpresa que outras cidades também reivindicam o mesmo assunto e que outros contistas já garimparam na lavra.

Concluimos, portanto, que o enredo seja de toda parte e de todos que escrevem, ressaltando apenas o estilo de cada um e os recursos próprios de quem escreve e conta. Por isso, nos resguardamos dos juízos apressados. (Coralina, 2013, p. 5).

Sabemos que o que vale para o conto não se aplica, necessariamente, à tese, mas fica o belo e singelo registro de Cora Coralina para nos inspirar. Enfim, este é um trabalho de múltiplos autores, o que explica a irregularidade na redação, na qual o autor refere-se a si mesmo na primeira pessoa do singular e, em determinados momentos, na terceira pessoa do singular. No entanto, o texto remete prioritariamente à primeira pessoa do plural, isto porque a contribuição da geofilosofia, aqui proposta, nos conduz à necessidade de um trabalho conjunto e colaborativo, que vem sendo construído ao longo de décadas e ao qual coube-nos apenas a tarefa de reunir. De qualquer forma, isso vale somente para os acertos que esta tese possa apresentar, pois, pelos equívocos e omissões, assumo completamente a responsabilidade.

## REFERÊNCIAS<sup>84</sup>

AMITRANO, Georgia Cristina. **Preâmbulo para escritas de palimpsesto: Mulheres que deixaram suas pegadas**. In: Entre apagamentos, rastros e pegadas: mulheres que existem. AMITRANO, Georgia; FREITAS, Luciano S. de; CARMO, Natália Amorim do. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2022, pp. 19-25.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento de Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Qu'est-ce que la politique?** Paris: Seuil, 1995. Disponível em: <http://livre21.com/LIVREF/F39/F039029.pdf>. Acesso em: 07 out. 2023.

ARISTÓTELES. **Metafísica - Livros I e II e outros textos filosóficos**. Seleção de José Américo Motta Pessanha. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1984.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: La Fonte, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2023.

BALDINO, Marco. **Che cos'è la geofilosofia?**. Rivista Italiana di Geofilosofia. Maggio-2013. Disponível em: [http://www.kasparhauser.net/Ateliers/geofilosofia/baldino\\_geofilosofia.html](http://www.kasparhauser.net/Ateliers/geofilosofia/baldino_geofilosofia.html). Acesso em: 26 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. **Que coisa é a geofilosofia?**. Tradução de Paulo Irineu Barreto Fernandes. No prelo, 2023.

BARRETTO JR., Walter. **Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases**. São Paulo: Geração Editorial, 2022. Versão digital. Disponível em

---

<sup>84</sup> As referências e citações desta tese foram feitas com base nos seguintes documentos: "template\_14\_jul\_2021.docx", disponível em <https://bibliotecas.ufu.br/servicos/template-para-trabalhos-academicos>. Acesso em: 01 jul. 2022 e "ABNT NBR 10520".

<https://drive.google.com/file/d/1VdhjY8OKBRdx3hx2QzX5vo88yDKxiVX7/view>.

Acesso em: 18 out. 2023.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongermino e outros. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. (Edição digital).

BEAUVOIR, S. de. **A mulher Independente**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2008.

BONESIO, Luisa & RESTA, Caterina. **Entrevista sobre a Geofilosofia**. Tradução de Paulo Irineu Barreto Fernandes. Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017.

BRUNO, Giordano. **O Banquete de Quarta-feira de Cinzas**. Tradução de Sebatião José Roque. São Paulo: Editora Ícone, 2009.

CACCIARI, Massimo. **Geofilosofia dell'Europa**. Milano: Adelphi, 2008.

CALADO, Luciana E. de Freitas. **A Cidade das Damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Chrstine de Pizan. Estudo e Tradução**. 2006. 368f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em <https://docero.com.br/doc/nsn8sxn>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CALMON, Pedro. **História do Brasil. O Império, 1800-1889**. 4º Volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos Pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzolli Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CORALINA, Cora. **Estórias da Casa Velha da Ponte**. São Paulo: Editora Gaia, 2013.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2009.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2000.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia, Vol 3**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e outros. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. (Coleção Trans). Título original: *Mille plateaux - Capitalisme et schizophrénie* © Les Éditions de Minuit, Paris, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Que é a Filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. **Qu'est-ce que la philosophie?** Paris: Les Éditions de Minuit (édition électronique), 2013. Disponível em <https://www.pdfdrive.com/quest-ce-que-la-philosophie-d194478376.html>. Acesso em: 08 mai. 2022.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization: Myth or Reality**. A Origem Africana da Civilização: Mito ou Realidade. Traduzido para o Português a partir da tradução inglesa de Mercer Cook. EUA: Lawrence Hill & Co., 1974.

ERASMO DE ROTERDÃ. **O Protesto da Paz**. In: A Filosofia de Erasmo de Roterdã. DOLAN, J. (org.) São Paulo: Madras, 2004, pp. 163-191.

FALCONI, Jessica. Tradurre Milton Santos: il pensiero critico *altro* e la sfida per il Nord. In: SANTOS, Milton. **Per una nuova globalizzazione**. Traduzione di Jessica Falconi. Salerno: Edizioni Arcoiris, 2016, pp. 151-161.

FERNANDES, Paulo Irineu Barreto. A geofilosofia audiovisual de Vladimir Carvalho. In: **VXII ENPF, VIII EPGF, VI EPFEM**. Caderno de Resumos, V. 17, N. 17 – jun. 2023a, p. 183.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre a resposta dada por Marco Baldino à definição de Geofilosofia constante na Wikipedia**. No prelo, 2023b.

\_\_\_\_\_. Ser mulher não é não ser homem: um estudo geofilosófico sobre a decolonização da pessoa feminina. In: **Entre apagamentos, rastros e pegadas: mulheres que existem**. AMITRANO, Georgia; FREITAS, Luciano S. de; CARMO, Natália Amorim do. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2022, pp. 225-243.

\_\_\_\_\_. Geophilosophy: Is There a Geographical Primacy of Thought? In: **2nd Annual International Conference on Geography**. Abstract Book. Athens: ATINER, 2016. P. 19.

\_\_\_\_\_. **Uma geofilosofia do cotidiano e dos lugares**: modernidade e representações no (e do) trem de passageiros na região do triângulo mineiro. 2015.

349f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

HEIDEGGER, M. O fim da filosofia e a tarefa do pensamento. In: **Os Pensadores**. Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1984, 71 – 81.

\_\_\_\_\_. **Ser e Tempo**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2019.

KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Editora Iluminuras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manual dos cursos de Lógica Geral**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**. Tradução de Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

LESSICO DEL XXI SECOLO, Roma, Treccani, 2012. (site) - Disponível em: [https://www.treccani.it/enciclopedia/geofilosofia\\_%28Lessico-del-XXI-Secolo%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/geofilosofia_%28Lessico-del-XXI-Secolo%29/). Acesso em: 18 jul. 2023.

MARANDOLA JR. Eduardo. Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia: sobre os modos geográficos de existência. In: **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 81-94, jan./abr. 2012.

MARTIN, Jean-Clet. *Texto das abas*. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol 3**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e outros. São Paulo: Editora 34, 1996.

MILOVIC, Miroslav. **Comunidade da Diferença**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

NABUCO, Joaquim. **A Escravidão**. Rio de Janeiro: Batel, 2010.

\_\_\_\_\_. **Minha Formação**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S. A., 1900.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Anticristo: ensaio de uma crítica ao cristianismo.** Versão corrigida, anotada e prefaciada por Pedro Delfim Pinto dos Santos. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PISAN, Christine de. A Cidade das Damas. In: CALADO, Luciana E. de Freitas. **A Cidade das Damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Chrstine de Pizan. Estudo e Tradução.** 2006. 368f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em <https://docero.com.br/doc/nsn8sxn>. Acesso em: 16 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **Le livre de la cité des dames. Manuscrito.** Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84514768.image#>. Acesso em: 16 jun. 2022.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates, O Banquete e Fedro.** Tradução de Edson Bini e Albertino Pinheiro: São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **República.** Tradução de Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

PRADO JR., Bento. Apresentação da edição em língua portuguesa do livro *O que é a Filosofia?* In: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **O Que é a Filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

QUINJANO, Aníbal. Colonidad Y Modernidad/racionalidad. In: **Perú Indíg.** 13(29): 11-20, 1992.

RESTA, Caterina. **10 teses de Geofilosofia.** Tradução de Paulo Irineu Barreto Fernandes. In: RESTA, Caterina & FERNANDES, Paulo Irineu Barreto. **Geofilosofia.** Ituiutaba: Barlavento, 2019.

\_\_\_\_\_. **L'Estraneo: Ostilità e ospitalità nel pensiero del Novecento.** Genova: Il Melangolo, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Edusp, 2020.

\_\_\_\_\_. **O Tempo nas Cidades.** Cienc. Cult. vol.54 n.2. São Paulo Oct./Dec. 2002, pp. 21-22.

\_\_\_\_\_. **Per una nuova globalizzazione**. Traduzione di Jessica Falconi. Salerno: Edizioni Arcoiris, 2016.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, Milton e HARAZIM, Dorrit. O mundo não existe. In: HISSA, Cássio E. Viana (Org). **Conversações de artes e de ciências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 169-176.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SURACE, Valentina. Exodus: an alien identity, a community of aliens. In: **The Pertinence of Exodus**. Edited by Sandro Gorgone and Laurin Mackowitz. Delaware: Vernon Press, 2019, pp. 115-126.

SVANTESSON, Dan Jerker B. **Internet & Jurisdição**: relatório de status global 2019 / Dan Jerker B. Svantesson; [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do ponto BR; tradução Ana Zuleika Pinheiro Machado. - 1 ed. - São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

TASKER, Elizabeth. **The Planet Factory: Exoplanets and the Search for a Second Earth**. London: Bloomsbury, 2019.

TIBURI, Márcia. **Delírio do Poder**: Psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

TV CULTURA. **Zenaide Silva quer introduzir conhecimentos de afrocentricidade (bloco 1)**. YouTube, 25/04/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VPoAfUN0Gk0>. Acesso em: 16 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **template\_14\_jul.\_2021.docx**, disponível em <https://bibliotecas.ufu.br/servicos/template-para-trabalhos-academicos>. Acesso em: 01 jul. 2022.

YACOB, Zera. **Treatise or Hatata**. Sem Data. Disponível em <https://ethiopianphilosophy.wordpress.com/2012/04/27/treatise-of-zera-yacob-chapter-i/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Tradução André Telles. Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação. Unicamp, 2004. Versão digital. Disponível em:

<https://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

## SITES

<https://razaoinadequada.com/filosofos/deleuze/mil-platos/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

## FILMES E VÍDEOS

**A SABEDORIA DO TEMPO, COM PAPA FRANCISCO.** Direção: Simona Ercolani, 2021.

**THE LETTER - A MESSAGE FOR OUR EARTH:** Laudato Si' Film (O Papa, a Crise Ambiental e os Líderes de Destaque). Youtube Originals, 2022. (81 min).

## FONTES DAS ILUSTRAÇÕES DA TESE (DETALHAMENTO)

**Imagem 01:** Os Retirantes - Cândido Portinari (1944) - Capa da tese

**Imagem 02:** Busca por assunto “Geofilosofia”. Página WEB da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. Acesso em: 23 set. 2022.

**Imagem 03:** Busca por título “Geofilosofia”. Página WEB da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. Acesso em: 30 ago. 2023.

**Imagem 04:** Set de filmagem, com o Papa Francisco em destaque. A Sabedoria do Tempo, com Papa Francisco, T 1.

**Imagem 05:** Nostalgia - Aleksandr Dobrodiy - Ucrânia, 2018. Óleo sobre tela (80 x 60 cm) “Nesta pequena foto, falei sobre um doce pretérito. Quando ninguém tinha pressa e a harmonia preenchia o ar. Todos os objetos parecem estar agrupados como uma ilha do passado que aconteceu em outro mundo. Apenas o velho relógio de escrita mede inexoravelmente o tempo. A pintura é pintada em uma cor azul esverdeada radical, que, segundo o autor, deve estar em perfeita harmonia com o interior moderno.” Imagem e texto:



<https://joseartgallery.com/pt/artwork/contemporary-art-still-life-nostalgia>. Acesso em: 12 out. 2023.

**Imagem 06:** Nostalgia - Corazón Sánchez, kora kora - Espanha. Acrylic on Canvas (54 x 45 cm).

Disponível em: <https://www.artelista.com/en/artwork/1813014818010604-nostalgia.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

**Imagem 07:** Retirantes - Cândido Portinari (com as tonalidades originais)

**Imagem 08:** Casa Velha - Fazenda Belém (Arraias - To, 1983) - Foto do autor desta tese.

**Imagem 09:** “É fundamental ressaltar a importância do papel de Tarsila do Amaral no movimento antropofágico. Afinal, o nome dessa manifestação artística está totalmente relacionado à pintura “**Abaporu**”, um quadro que foi dado de presente para seu marido, Oswald de Andrade, em 1928.” Imagem e texto: <https://laart.art.br/blog/o-que-e-antropofagia/> - 12/10/2023.

**Imagem 10:** Documentos sobre a escravidão na Bahia digitalizados pelo CEDIG.

Disponível em

[https://ffch.ufba.br/sites/ffch.ufba.br/files/relacao\\_de\\_escravos\\_de\\_fr\\_teles\\_de\\_almeida\\_sampaio\\_1887.jpg](https://ffch.ufba.br/sites/ffch.ufba.br/files/relacao_de_escravos_de_fr_teles_de_almeida_sampaio_1887.jpg). Acesso em: 10 out. 2022.

**Imagem 11** - Praça Monastiraki - Atenas (Junho/2015) - Créditos: Paulo Irineu Barreto Fernandes.

**Imagem 12:** Mycelium Rhizome. Richard Giblett (2009). Lápis sobre papel 120 x 240 cm. Galeria Dusseldorf. Disponível em: <https://literariness.org/2017/04/26/the-philosophical-concept-of-rhizome/#jp-carousel-9445>. Acesso em: 21 out. 2023.

**Imagem 13:** Trecho do Jornal “A MATUTINA MEIAPONTENSE”, Nº 340, 9 de junho de 1832.

**Imagem 14:** Cartaz do Seminário di Geofilosofia, 24 a 26 de maio de 2017. Messina, Itália.

**Imagem 15:** Resumo da comunicação apresentada no 2<sup>nd</sup> Annual International Conference on Geography. 6-9 de junho de 2016. Atenas - Grécia.

**Imagem 16:** Folha de rosto do Grupo de Pesquisa em Geofilosofia IFTM/CNPQ.

**Imagem 17:** Gráfico de desenvolvimento da tese.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICES

### 1) PROPOSTA DE DISCIPLINA (COMPONENTE CURRICULAR)

#### Ementa

Nome do professor proponente: Paulo Irineu Barreto Fernandes

Email: paulo.barreto@iftm.edu.br

<b>Componente curricular</b>	<b>Introdução à Geofilosofia Geral, do Brasil e do Triângulo Mineiro</b>
<b>Carga horária</b>	<b>60 h – 01 Semestre</b>
<b>Objetivos gerais</b>	Apresentar uma introdução à Geofilosofia; apresentar as diferentes concepções de Geofilosofia; apresentar a Geofilosofia como forma de compreensão de mundo, do cotidiano e dos lugares; construir referências geofilosóficas sobre a educação e o ensino que embasem práticas educativas profissionais e cidadãos; analisar textos “consagrados” à luz de princípios geofilosóficos, numa perspectiva do desenvolvimento do pensamento crítico e da relação do ser humano consigo mesmo, com o mundo, com o cotidiano e com o lugar; propor um estudo sobre como a Geofilosofia pode contribuir para a compreensão da realidade cultural do Brasil e do Triângulo Mineiro.
<b>Ementa</b>	A disciplina propõe o estudo dos pressupostos epistemológicos e culturais da formação do conceito e área do saber “Geofilosofia” e apresenta o seu “estado da arte”. Definição geral de Geofilosofia. Definições particulares de Geofilosofia. Contribuições que a Geofilosofia pode oferecer aos demais campos do saber.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>BALDINO, Marco. <b>Che cos'è la geofilosofia?</b>. Rivista Italiana di Geofilosofia. Maggio-2013.</p> <p>CACCIARI, Massimo. <b>Geofilosofia dell'Europa</b>. Milano: Adelphi, 2008.</p> <p>CLAVAL, Paul. <b>Terra dos homens – a geografia</b>. Tradução de Domitila Madureira. São Paulo: Editora Contexto, 2010.</p> <p>DELEUZE, Gilles. <b>Conversações</b>. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2000.</p> <p>DELEUZE, Gilles &amp; GUATTARI, Félix. <b>Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol 3</b>. Tradução de Aurélio Guerra Neto e outros. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.</p> <p>_____. <b>O Que é a Filosofia?</b> Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.</p> <p>GASCHÉ, Rodolphe. <b>Geophilosophy</b>. Evanston: Northwestern University Press, 2014.</p> <p>JESUS, Carolina Maria de. <b>Quarto de Despejo: diário de uma favelada</b>. São Paulo: Editora Ática, 2019.</p> <p>KANT, Immanuel. <b>Antropologia de um ponto de vista pragmático</b>. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Editora Iluminuras, 2009.</p> <p>LEFEBVRE, Henri. <b>A vida cotidiana no mundo moderno</b>. Tradução de</p>

	<p>Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991a.</p> <p>_____. <b>Introdução à Modernidade</b>. Tradução de Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.</p> <p>RESTA, Caterina. <b>10 teses de Geofilosofia</b>. Tradução de Paulo Irineu Barreto Fernandes. In: RESTA, Caterina &amp; FERNANDES, Paulo Irineu Barreto. <b>Geofilosofia</b>. Ituiutaba: Barlavento, 2019.</p> <p>_____. <b>Ricordare l'origine. Riflessioni geofilosofiche</b>. "DRP", 4, 2002, pp. 11-18. Mimeo. Disponível em <a href="http://www.geofilosofia.it/pelagos/Resta_falce1.html">http://www.geofilosofia.it/pelagos/Resta_falce1.html</a>. Acesso em: 26 mar. 2011.</p> <p>SANTOS, Milton. <b>A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e emoção</b>. São Paulo: Edusp, 2008.</p> <p>_____. <b>Por uma outra globalização</b>. Rio de Janeiro: Record, 2009.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>FERNANDES, Paulo Irineu Barreto. <b>Notas sobre a resposta dada por Marco Baldino à definição de Geofilosofia constante na Wikipedia</b>. No prelo, 2023b.</p> <p>LEFEBVRE, Henri. <b>Lógica Formal, Lógica Dialética</b>. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.</p> <p>_____. <b>Metafilosofia</b>. Tradução de Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.</p> <p>POHL, Johann Emanuel. <b>Viagem no interior do Brasil</b>. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Livraria Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.</p> <p>SAINT-HILAIRE, Auguste de. <b>Viagem à Província de Goiás</b>. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1975.</p> <p>_____. <b>Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyas</b>. Tomo Primeiro. Tradução de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.</p> <p>SANTOS DUMONT, Alberto. <b>O que eu vi, o que nós veremos</b>. 1918. Versão digital. Disponível em <a href="http://www.nead.unama.br">www.nead.unama.br</a>. Acesso em: 09 abr. 2015.</p>
<b>Público</b>	<p><b>Preferencial:</b> Estudantes de graduação ou pós-graduação em Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, História e as demais áreas das Ciências Humanas.</p> <p><b>Geral:</b> a todos os interessados.</p>
<b>Referências adicionais:</b>	<p>Sito italiano di Geofilosofia: <a href="http://www.geofilosofia.it/">http://www.geofilosofia.it/</a></p>

## 2) GEOFILOSOFIA: OBRAS GERMINAIS

A intenção inicial era de incluir nesta tese de doutoramento um estudo sobre o *estado da arte* da geofilosofia. No entanto, apesar de termos coletado muitas informações a respeito, nos damos conta de que uma tarefa como essa exigiria o tempo e a dedicação de uma tese exclusiva. Ou seja, de outra tese. Levando em consideração que, embora o Estado da Arte seja uma forma de introdução ao tema, consideramos prudente prosseguir com este levantamento, para que possamos apresentar uma pesquisa realmente atual e completa, uma vez que o estado da arte deve apresentar o mais alto nível de conhecimento, e com a maior atualidade possível, sobre o assunto pesquisado. Portanto, optamos por reservar esse material para uma futura publicação e, aqui, nos limitaremos a apresentar uma breve exposição sobre as obras consideradas germinais sobre a geofilosofia,

Para esta pesquisa, tomamos como referência a nossa própria experiência, sobre como nos aproximamos da literatura disponível sobre a geofilosofia. E procuramos nos embasar em publicações bem conhecidas e já consagradas sobre o tema, apresentando o escopo de produções relacionadas que podem ser de úteis para quem tenha interesse, a partir da maneira como ele é apresentado por Deleuze e Guattari. Para tanto, foram preponderantes os seguintes fatores:

- 1) trata-se de um conceito, relativamente, novo;
- 2) o número de pesquisadores que se dedicam ao tema é, ainda, muito reduzido, quando considerado a outros temas afins;
- 3) como é um tema que surgiu após o advento da Internet, praticamente toda a produção relacionada está disponível, se não completa, pelo menos em parte e com as devidas referências e fontes ao alcance.

Por fim, fazemos apenas uma ressalva: para esta pesquisa, interessa o estudo do termo apresentado por Deleuze e Guattari e seus desdobramentos, como frisado anteriormente, isso porque existem outros usos do termo geofilosofia<sup>85</sup> que escapam ao escopo deste trabalho.

---

<sup>85</sup> O termo “geofilosofia” também é utilizado a partir de perspectivas holísticas, místicas, dentre outras.

**A Geofilosofia em publicações:** livros, capítulos e artigos em ordem cronológica, independentemente do idioma original (não pretende ser uma lista completa, mas significativa para o autor desta tese):

1. *Geofilosofia*. 1991. (Capítulo). In: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Les Éditions de Minuit (édition électronique), 2013. Disponível em <https://www.pdfdrive.com/quest-ce-que-la-philosophie-d194478376.html>. Acesso em: 08 mai. 2022.

2. *Geofilosofia Dell'Europa*. 1994. (Livro). CACCIARI, Massimo. *Geofilosofia Dell'Europa*. Milano: Adelphi, 1994.

3. *10 Teses de Geofilosofia*. 1996. (Artigo). In: AA. VV., *Appartenenza e località: l'uomo e il territorio*, a cura de L. Bonasio, SEB, Milano 1996 - seb edizioni. Disponível em [http://geofilosofia.it/terra/Resta\\_geotesi1.html](http://geofilosofia.it/terra/Resta_geotesi1.html). Acesso em: 26 mar. 2011.

4. *Geofilosofia del Paesaggio*. 1997. (Livro). BONESIO, Luisa. *Geofilosofia Del Paesaggio*. Milano: Mimesis, 1997.

5. *Orizzonti della geofilosofia*. 2000. (Livro, coletânea). BONESIO, Luisa (Org.). *Orizzonti della geofilosofia: Terra e luoghi nell'epoca della mondializzazione*. Casalecchio: Arianna Editrice, 2000.

6. *Deleuze and Geophilosophy: A Guide and Glossary*<sup>86</sup>. 2004. (Livro). BONTA, Mark e PROTEVI, John. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

7. *Intervista Sulla Geofilosofia*. 2010. (Livro). BONESIO, Luisa e RESTA, Caterina. Regio Emilia: Diabasis, 2010.

8. *Che cos'è la geofilosofia?* (Artigo). BALDINO, Marco. *Che cos'è la geofilosofia?*. *Rivista Italiana di Geofilosofia*. Maggio-2013.

---

<sup>86</sup> Este livro está à venda, no formato impresso, no site da Amazon, por R\$ 422,99, fora o preço de envio. Há um exemplar usado sendo vendido, no mesmo site, por R\$ 110,00 acrescidos de espantosos R\$ 230,21 de "frete e manuseio" (Compra internacional). Total: R\$ 340,21. Junto ao livro, consta a seguinte informação: This is the first book to use complexity theory to open up the 'geophilosophy' developed by Gilles Deleuze and Félix Guattari in *A Thousand Plateaus*, *Anti-Oedipus* and *What is Philosophy?* (Esse é o primeiro livro a usar a teoria da complexidade para abrir a "geofilosofia" desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *Mil Platôs*, *Anti Édipo* e *O que é a Filosofia?* - Tradução do autor desta tese). Informação disponível em <https://www.amazon.com.br/Deleuze-Geophilosophy-Glossary-Mark-Bonta/dp/0748618392>. Acesso em: 21 mar. 2023.

9. *Geofilosofia del Mediterraneo*. 2014. (Livro). RESTA, Caterina.
10. *Geopolítica e Geofilosofia em Mil Platôs*. 2014. (Livro). ZANTONELLI. Cláudio Luiz. Vitória: EDUFES, 2014.
11. *Geophilosophy* (Livro). GASCHÉ, Rodolphe. Geophilosophy. Evanston: Northwestern University Press, 2014.
12. *Uma Introdução à Geofilosofia*. 2015. (Capítulo). In: Paisagens da Cana sem Doce. SANTOS, Rosselvelt José e FERNANDES, Paulo Irineu Barreto (Orgs.). Ituiutaba: Barlavento, 2015, pp. 205-220.
13. *Piccolo omaggio alla geofilosofia: ambiente, paesaggio e rivoluzione della bellezza*. (Livro). RESTUCCIA, Flávia. Roma: Aracne Editrice, 2016.
14. *Geofilosofia*. 2019. (Livro). RESTA, Caterina e FERNANDES, Paulo Irineu Barreto. Ituiutaba: Barlavento, 2019.



**3) TRECHO DO TEXTO DO DECRETO DE 9 DE JUNHO DE 1831, DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE GOIÁS. É favorável à integração dos povos nativos e coíbe maus tratos a eles cometidos; embora também determinasse duro tratamento aos indígenas que se recusassem à “socialização”, chamados de Selvagens:**

O Conselho Geral da Provincia de Goyaz resolveo § Art. 10. Todo o Indigena que se habilitar Official de qualquer Officio será soccorrido pelo Governo da Provincia com huma tenda da qual terá o uso e fruto. § Art. 12. Todo o Indigena casado e habilitado receberá por dotação huma porção de terras, e ferramentas de Lavoura, da Fazenda Publica de cuja dotação será uso e frutuário e os seus descendentes. § Art. 19. Os Commandantes dos Presidios serão obrigados a procurar a paz, e amizade com os Selvagens, empregando para este fim as maneiras mais doces, a fim de se conseguir tao felizes resultados. § Art. 22. Os Commandantes dos Presidios que infringirem os artigos antecedentes serao responsabilizados a face da Lei sem nenhuma condescendencia. § Art. 23. A Fazenda Publica desta Provincia fica autorizada a dispender as quantias precisas para a presente resolução. § Art. 24. Ficão revogadas todas as disposições em contrario. § Paço do Conselho Geral de Goyaz, 28 de Fevereiro de 1832. § Assinam: Felipe Antônio Cardozo<sup>87</sup>: Presidente e José Joaquim Pulquerio dos Santos: Secretario. (A MATUTINA MEIAPONTENSE, Nº 340, 9 de junho de 1832 - foi mantida a grafia original).

Imagem 13: Cópia (fac-símile) do jornal A Matutina, nº 340.



Fonte: Jornal "A MATUTINA MEIAPONTENSE", Nº 340, 9 de junho de 1832.

<sup>87</sup> Felipe Antônio Cardozo (1773-1868), que ocupava a Presidência do Conselho na ocasião, teve imensa contribuição na constituição da história dos estados de Goiás e Tocantins. Ele é o quarto avô (tataravô) materno do autor desta tese.

**4) CARTAZ DO SEMINÁRIO DE GEOFILOSOFIA APRESENTADO PELO AUTOR EM MESSINA, SÍCILIA - ITÁLIA, A CONVITE DA PROFA. CATERINA RESTA.**

Imagem 14: Seminario di Geofilosofia, 24 a 26 de maio de 2017. Messina, Itália.

  
Istituto di ricerca in Filosofia  
Università degli Studi di Messina

**Seminario di Geofilosofia**  
prof. Paulo Irineu Barreto Fernandes  
Messina, Villa Pace 24-26 maggio 2017



**24 maggio ore 15:00 - 19:00**  
Sul concetto di Geofilosofia: da Deleuze e Guattari ai nostri giorni

**25 maggio ore 15:00 - 19:00**  
Dalla cosmologia antica alle soglie della Modernità: l'origine della filosofia come geo-filosofia

**26 maggio ore 15:00 - 19:00**  
La Geofilosofia di Milton Santos e la Globalizzazione: un contributo brasiliano

Cosmographical Diagram.  
Ottavio de' Medici, Maggi A./Manzi, 13th century.  
Det. MS Topogeo 1487D, fol. 40r.

prof. Paulo Irineu Barreto Fernandes  
Professore di Filosofia - Istituto Federale dell' Istruzione, della Scienza e della Tecnologia  
Triangolo Merico (ITV) - Missi Geraci, Brasile  
lettore di ricerca in geografia umana e culturale  
Istituto di Geografia dell'Università Federale di Uberlândia

 Un patrocinio del Gruppo Europeo di Studi in Arti e Studi  
Villa Pace, via Garibaldi-Piazza, 477 - 98167 MESSINA - tel. 090/34991  
per informazioni: [cartafilosofia@unime.it](mailto:cartafilosofia@unime.it)

Créditos: Dottorato di ricerca in Filosofia. Univesità degli Studi di Messina (2017).

## 5) RESUMO DA COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO AUTOR.

**Evento:** 2<sup>nd</sup> Annual International Conference on Geography. 6-9 de junho de 2016. Atenas - Grécia.

Imagem 15: Resumo da comunicação.

2<sup>nd</sup> Annual International Conference on Geography  
6-9 June 2016, Athens, Greece: Abstract Book

**Paulo Irineu Barreto Fernandes**

Professor, Federal Institute Triângulo Mineiro (Campus Uberlândia,  
MG), Brazil

### **Geophilosophy: Is There a Geographical Primacy of Thought?**

This paper presents results of studies on the concept "Geophilosophy" introduced by Deleuze and Guattari, in the text "geophilosophy", in the book "What is Philosophy?". With this term, the authors highlight the immanent character of philosophy, drawing attention to the geographical elements that have influenced and influence the construction of thought, as the relationship of humans with the territory, with the ground, with the place, and with Earth. Deleuze and Guattari say that the first philosophers created their own approach to nature, treating it by concepts and not by figures, as does, for example, the myth. The concept is a "bridge" between the relative and the absolute, and the thought is not a direct link between subject and object, but is done in relation with the territory, with the place. For Deleuze and Guattari the creator of the term "geophilosophy" was Nietzsche, when he sought to enumerate some common social aspects in different countries. Thus, philosophy would be, first of all, a geophilosophy, and the thought was born in the relationship between the thinking subject and the geographic features: the place, the territory, the landscape, and Earth. However, the term "geophilosophy" took on multiple meanings, among which are: the concept of valorization of the planet Earth, as highlighted by Caterina Resta (Italy), criticism of globalization, made by Milton Santos (Brazil) and the notion of geophilosophy as an investigative method, as presented in the "geophilosophical" notes of the prologue to poem "On Nature", by Parmenides of Eleia, drafted by Gabriele Cornelli, which this study discusses more broadly.

Fonte: 2<sup>nd</sup> Annual International Conference on Geography. Abstract Book (ATINER, 2016).

## 6) VERBO GEOFILOSOFAR: CONJUGAÇÃO (REGULAR)

**Gerúndio:** geofilosofando

**Particípio passado:** geofilosofado

**Infinitivo:** geofilosofar

**Transitividade:** intransitivo

**Separação silábica:** geo-fi-lo-so-far

### **Presente**

eu geofilosofo

tu geofilosofas

ele geofilosofa

nós geofilosofamos

vós geofilosofais

eles geofilosofam

### **Pretérito Imperfeito**

eu geofilosofava

tu geofilosofavas

ele geofilosofava

nós geofilosofávamos

vós geofilosofáveis

eles geofilosofavam

### **Pretérito Perfeito**

eu geofilosofei

tu geofilosofaste

ele geofilosofou

nós geofilosofamos

vós geofilosofastes

eles geofilosofaram

### **Pretérito Mais-que-perfeito**

eu geofilosofara

tu geofilosofaras

ele geofilosofara

nós geofilosofáramos

vós geofilosofáreis

eles geofilosofaram

### **Futuro do Presente**

eu geofilosofarei

tu geofilosofarás

ele geofilosofará

nós geofilosofaremos

vós geofilosofareis

eles geofilosofarão

### **Futuro do Pretérito**

eu geofilosofaria

tu geofilosofarias

ele geofilosofaria

nós geofilosofaríamos

vós geofilosofaríeis

eles geofilosofariam

## **Indicativo**

### **Presente**

que eu geofilosofe  
que tu geofilosofes  
que ele geofilosofe  
que nós geofilosofemos  
que vós geofilosofeis  
que eles geofilosofem

### **Pretérito Imperfeito**

se eu geofilosofasse  
se tu geofilosofasses  
se ele geofilosofasse  
se nós geofilosofássemos  
se vós geofilosofásseis  
se eles geofilosofassem

### **Futuro**

quando eu geofilosofar  
quando tu geofilosofares  
quando ele geofilosofar  
quando nós geofilosofarmos  
quando vós geofilosofardes  
quando eles geofilosofarem

## **Subjuntivo**

### **Imperativo Afirmativo**

geofilosofa tu  
geofilosofe você  
geofilosofemos nós  
geofilosofai vós  
geofilosofem vocês

### **Imperativo Negativo**

Não geofilosofes tu  
não geofilosofe você  
não geofilosofemos nós  
não geofilosofeis vós  
não geofilosofem vocês

### **Imperativo Infinitivo**

#### **Infinitivo Pessoal**

por geofilosofar eu  
por geofilosofares tu  
por geofilosofar ele  
por geofilosofarmos nós  
por geofilosofardes vós  
por geofilosofarem eles

7)

Imagem 16: Folha de rosto do Grupo de Pesquisa em Geofilosofia IFTM/CNPQ.


Grupo de pesquisa

## Grupo de Pesquisa em Geofilosofia

Endereço para acessar este espelho: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8210907402895128](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8210907402895128)

### Identificação

Situação do grupo:	Certificado
Ano de formação:	2015
Data da Situação:	23/05/2016 09:01
Data do último envio:	28/08/2022 00:42
Lider(es) do grupo:	Paulo Irineu Barreto Fernandes Rossevelt José Santos
Área predominante:	Ciências Humanas; Filosofia
Instituição do grupo:	Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM



### Endereço / Contato

Endereço

Logradouro:	Rodovia Comunitária Neuza Rezende
Número:	S/Nº
Complemento:	Zona Rural - Uberlândia MG
Bairro:	Distrito Industrial
UF:	MG
Localidade:	Uberlândia
CEP:	38402360
Caixa Postal:	1020

Créditos: o autor. Disponível em [dgp.cnpq.br](http://dgp.cnpq.br). Acesso em: 20 out 2023.

## 8) NÚMEROS DA TESE:

**Capítulos:** Exórdio, Introdução, 04 Capítulos e Epílogo

**Páginas:** 201 (188, excluindo os Apêndices)

**Referências:** 73 (17 em língua estrangeira)

**Notas de rodapé:** 86

**Número total de autores:** 52

**Autores brasileiros:** 22

**Autores não brasileiros:** 30

**Autores com formação predominante em Filosofia:** 23

**Autores com formação em outras áreas (Ciências Humanas, Literatura):** 29

**Autores com maior número de obras citadas nas referências:** - Santos, Milton: 05; Deleuze, Gilles: 04; Deleuze, G. e Guattari, Félix; Resta, Caterina; Kant, I.: 03.

**Lugares (cidades) em que as ideias desta tese foram pensadas e/ou organizadas e/ou redigidas pelo autor, em ordem cronológica:**

**Brasil:** Uberlândia, Araguari, Uberaba (MG); Foz do Iguaçu (PR); Goiânia e Catalão (GO); Brasília (DF); Campinas, Bauru e São Paulo (SP); Arraias (TO); Rio de Janeiro (RJ); Natal (RN); Cidade de Goiás (GO).

**Exterior:** Cidade do Leste (Paraguai); Porto Iguaçu (Argentina); Atenas (Grécia); Roma, Florença, Turim (Itália); Lisboa (Portugal); Ostia Antica, Assis, Messina, Pistoia, Veneza, Pompeia (Itália).

Imagem 17: Gráfico de desenvolvimento da tese.



Créditos: o autor.